

edp renováveis

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

RELATÓRIO E CONTAS
2016

edp renováveis

**ENERGY
AS
THE
NEW
ART**

ENERGY AS THE NEW ART

É tempo de celebrar a energia

O mundo muda e a energia muda com ele. Através da arte de reinventar, inovar, revolucionar e transformar o futuro. Através da criatividade que alimenta o motor da tecnologia. Olhamos para o passado como uma galeria de memórias que nos inspira para novas criações no futuro. Há, na energia, uma narrativa infinita que se constrói a cada dia, como uma obra de arte inesgotável e inspiradora.

Energy as the new Art

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

Índice

Mensagem do Presidente	5
Entrevista com o CEO	8
1 A Empresa	
EDP Renováveis em Resumo	17
2016 em Números	26
Organização	29
2 Estratégia	
Ambiente Empresarial	41
Plano de Negócios	52
Gestão de Risco	59
3 Execução	
Económica	67
Stakeholders	78
Primeiro a Segurança	89
Ambiente	90
Inovação	92
4 Sustentabilidade	95
5 Governo Corporativo	137
6 Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016	211
Conceitos e definições	312



RENEWABLE ENERGY
AS THE *NEW*ART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART



António Mexia
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente

Estimados leitores,

Uma vez mais, tenho a honra de me dirigir a vós a propósito dos resultados alcançados pela EDPR ao longo do último ano. Em 2016, a Companhia atingiu uma carteira total de energia limpa e renovável de 10,4 GW em capacidade instalada no final do ano, com a adição de 820 MW de nova capacidade de energia eólica, dos quais 429 MW nos Estados Unidos, o nosso mais importante mercado de crescimento, 200 MW no nosso primeiro projeto no México, 120 MW no Brasil, mais do que duplicando a nossa capacidade nesse país, e os restantes 72 MW na Europa. Foram produzidos um total de 24,5 TWh de eletricidade limpa, reduzindo as emissões de CO₂ em cerca de 20,1 milhões de toneladas, no seguimento do nosso compromisso de conduzirmos o nosso negócio de forma a contribuir para um planeta mais sustentável.

Ao longo de 2016, a EDPR reforçou a sua posição enquanto motor de crescimento do Grupo EDP, contribuindo agora para 32% do EBITDA recorrente do Grupo EDP.

Mantemo-nos fiéis ao nosso enfoque em energias renováveis, claramente uma solução chave para o desafio mundial de combate às alterações climáticas, para além de outros benefícios. Existe um consenso político em torno deste tema, tendo sido estabelecido o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5º C. Não obstante, continuam a faltar iniciativas tangíveis para enfrentar com eficácia este enorme desafio. Atualmente, apenas uma pequena fração das emissões mundiais de CO₂ é devidamente tributada, e o sistema de Comércio Europeu de Licenças de Emissão é muito ineficaz no incentivo à mudança do *mix* energético devido ao excesso de oferta de licenças que mantém os preços do carbono demasiado baixos. Os aspetos económicos do setor mudaram, já que estamos a passar de um sistema de custos variável para um sistema de custos fixos, em que a fixação de preços marginais já não é suficiente para incentivar os investimentos, não proporcionando sinais incentivadores claros de preços a longo prazo. O mercado tem de ser redesenhado e readaptar-se por forma a promover eficazmente a necessidade de uma quota crescente de energias renováveis no *mix* energético. Aos preços atuais da *pool* nos mercados grossistas, o setor não oferece os incentivos económicos adequados para investimento, nem em fontes renováveis nem em fontes convencionais. Consideramos que a concorrência

no setor é importante, mas de uma natureza diferente, com licitações *ex-ante* em leilões de capacidade bem pensados, em vez de preços marginais *ex-post* em mercados grossistas.

A mudança para as energias renováveis é inevitável.

Por exemplo, a UE visa reduzir as suas emissões de carbono totais em pelo menos 80% até 2050, face aos níveis de 1990. E tem já objetivos vinculativos em matéria de emissões e de energias renováveis para 2020, existindo também um compromisso dos líderes da UE para os objetivos para 2030. **Como tal, continuamos confiantes na nossa visão de oportunidades duradouras com valor realista como resultado de estarmos a fazer negócio no lado certo do setor energético.**

Em maio passado, atualizámos o nosso plano de negócios até 2020. O projeto de negócio da Companhia foi definido de forma a permanecer apoiado numa agenda estratégica clara assente nos nossos três pilares diferenciadores:

- i) Crescimento seletivo: Por um lado, priorizando investimentos de qualidade nos nossos principais mercados (cerca de 700 MW por ano face a 500 MW por ano no plano de negócio anterior, de 2014-17), a maioria dos quais já com alta visibilidade sobre a sua rentabilidade através de contratos a longo prazo; e, por outro lado, reforçando a diversidade da nossa carteira em novas tecnologias, nomeadamente energia solar e eólica *offshore*;
- ii) Excelência operacional: Maximizando a produção de eletricidade, fazendo uso da nossa vasta experiência técnica, e atingir níveis mais elevados de disponibilidade dos nossos ativos e fatores de carga superiores nos projetos atuais e novos em particular, reduzindo ao mesmo tempo os custos operacionais por unidade de capacidade, ao consolidar as nossas capacidades únicas de operação e manutenção;
- iii) Modelo de autofinanciamento: Abrangendo o nosso plano de investimentos de 4,8 mil milhões de euros no período de 2016-20, em grande parte a partir do Fluxo de Caixa Retido dos nossos ativos e, desta vez, apenas parcialmente complementado pelo nosso programa de rotação de ativos, num montante de até 1,1 mil milhões de euros.

Metade do nosso objetivo para o programa de rotação de ativos da Companhia foi já alcançado. O apetite por participações em projetos de energia renovável está a aumentar entre os investidores institucionais, tais como fundos soberanos e de investimento em infraestruturas, e o programa incluído no nosso plano de negócios está adiantado em relação ao previsto. A operação de 550 milhões de euros que realizámos em meados do ano passado, que envolveu 49% de uma carteira de projetos na Europa, ocorreu com um atrativo múltiplo de 1,7 milhões de euros por MW, um indicador inequívoco da qualidade da base de ativos da Companhia e do sucesso da nossa estratégia de cristalizar o valor e aumentar o crescimento rentável, sob uma disciplina equilibrada de endividamento.

Além disso, e no contexto da parceria estratégica entre a EDP e a China Three Gorges, ocorreu a liquidação, no valor final de 363 milhões de euros, de uma transação que envolveu a venda à CTG de 49% de uma carteira de ativos de energia eólica na Polónia e na Itália, trazendo o montante acumulado obtido pela EDPR para os 0,8 mil milhões de euros, desde que o programa foi criado no final de 2011.

O EBITDA atingiu os 1.171 milhões de euros no exercício de 2016, enquanto o EBITDA ajustado por itens não recorrentes aumentou 12% em termos homólogos. Por sua vez, o Lucro Líquido foi de 56 milhões de euros, diminuindo 66% devido principalmente a recursos eólicos abaixo da média durante o ano e a eventos não recorrentes favoráveis com impacto no ano anterior e alguns impactos contabilísticos desfavoráveis este ano, que terão não obstante um efeito positivo nos resultados financeiros no futuro imediato.

Mais importante ainda, o Fluxo de Caixa Retido, o fluxo de caixa líquido gerado pelos nossos ativos e disponível para reinvestimento, para a redução da dívida ou para a distribuição aos acionistas, ascendeu a 698 milhões de euros em 2016, representando um aumento de 13% em termos homólogos.

Neste sentido, será proposto à Assembleia Geral de Acionistas a manutenção da distribuição de dividendos de

0,05 euros por ação, idêntica à do ano anterior, acima do intervalo de 25% a 35% do resultado líquido consolidado, mas representando apenas cerca de 6% da geração líquida total de caixa.

A EDP Renováveis é um exemplo claro de como cuidar do ambiente pode levar a novos modelos de negócio rentáveis baseados na geração de energia limpa e livre de carbono. Para além disso, a Companhia atua de forma responsável perante todos os seus *stakeholders*, tal como afirmado nos seus princípios de desenvolvimento sustentável e nos compromissos públicos assumidos, nomeadamente a iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas, que estabelece 10 princípios nos domínios dos direitos humanos, emprego, ambiente e combate à corrupção. O plano de negócios define metas explícitas, determinando um roteiro que reúne os três pilares de sustentabilidade e assenta em dez áreas distintas, alinhadas com os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU até 2030. As ações adotadas pela Companhia são sem dúvida a pedra angular da contínua boa performance do Grupo EDP no Índice Dow Jones de Sustentabilidade para o Setor das *utilities*.

Gostaria de expressar a minha gratidão pelo pleno apoio de todos os órgãos sociais da Companhia, nomeadamente dos meus colegas do Conselho de Administração, que proporcionaram o desafio e o impulso necessários para outro ano bem-sucedido. Além disso, gostaria de expressar o nosso agradecimento a todos os que, de alguma forma, estão relacionados com o negócio da Companhia, em particular os nossos acionistas e parceiros de negócios, incluindo os proprietários de terrenos, fornecedores, entidades governamentais e reguladores. E, principalmente, quero expressar a minha gratidão pelo trabalho árduo e a grande dedicação dos nossos 1.083 colaboradores em todo o mundo, que são a base da nossa excelência no desempenho operacional e no crescimento, reforçando, assim, a história de sucesso que é a EDPR.

Com os melhores cumprimentos,





João Manso Neto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO

Entrevista com o CEO

P1: QUÃO SATISFEITO SE SENTE COM OS RESULTADOS FINANCEIROS DA EDPR EM 2016?

Objetivamente, considero que a EDPR voltou a demonstrar, uma vez mais, uma sólida execução da agenda estratégica baseada no nosso atual Plano de Negócios para 2016-20. Isto fica demonstrado pelo facto de termos atingido a maioria dos nossos objetivos até 2020.

Adicionámos mais 820 MW de capacidade instalada à nossa carteira, acima do objetivo médio anual de 700 MW, e temos já 248 MW em construção. A nossa produção de eletricidade situou-se nos 24,5 TWh, o que se traduz numa subida de 14%, acima do nosso objetivo de crescimento anual de 10%. O EBITDA de 1.171 milhões de euros aumentou 12%, ajustado para itens não recorrentes, acima do nosso objetivo de crescimento anual. Este desempenho foi possível graças a uma contribuição positiva de 40 milhões de euros das nossas coberturas à exposição dos preços de eletricidade, que protegeram de uma forma muito efetiva as nossas receitas de alguns movimentos desfavoráveis de preços nos mercados grossistas. O nosso desempenho apoiou-se também numa redução de 5% no Core Opex/MW, acima do nosso objetivo de redução de 1%.

Os resultados poderiam ter sido ainda melhores se os recursos eólicos tivessem estado mais próximos dos níveis normais, mas o nosso fator de carga médio em 2016 situou-se 4% abaixo do cenário P50, ficando inclusivamente 11% abaixo no último trimestre do ano. Obviamente as condições meteorológicas estão fora do nosso controlo, mas numa coisa estamos confiantes: no longo prazo, os recursos eólicos regressam sempre aos seus valores médios. Algo sobre o qual temos um nível de controlo é a disponibilidade de energia dos nossos ativos, onde continuamos a manter um desempenho extraordinário de 97,7%, acima do nosso objetivo de 97,5%.

Os nossos ativos de qualidade apresentaram um Fluxo de Caixa Retido de 698 milhões de euros, métrica que consiste na caixa líquida gerada pelos nossos ativos após pagamento das fontes externas de financiamento – nomeadamente, dívida, *tax equity* e parceiros de rotação de ativos – e que fica disponível para reinvestimento, desalavancagem ou distribuição de dividendos para os nossos acionistas. Este valor situou-se 13% acima do ano anterior, demonstrando o sólido perfil de crescimento da nossa Empresa.

No seguimento do rigor da nossa política de autofinanciamento, em 2016 conseguimos encaixar com sucesso 550 milhões de euros de uma transação de rotação de ativos

de tamanho significativo, com um múltiplo atrativo de 1,7 milhões de euros por MW, que alavanca ainda mais a geração de *cash-flow* dos nossos ativos, aumentando as oportunidades de crescimento. Simultaneamente, reduzimos de forma consistente o custo da dívida, que agora se situa em 4,0%, depois de termos reestruturado e pré-pago cerca de 2,3 mil milhões de euros desde 2015, dos quais 0,9 mil milhões de euros no ano passado. Neste processo de otimização do custo da dívida, por vezes, temos de efetuar o *write-down* de alguns itens associados à dívida cancelada, com um impacto negativo no nosso lucro líquido atual, mas claramente para benefício do nosso lucro líquido no futuro. Por exemplo, em 2016, registámos mais de 25 milhões de euros em despesas não recorrentes e 8 milhões de euros no ano anterior.

Devido a este processo e também devido a outros itens não recorrentes, em conjunto com recursos eólicos inferiores à média, o nosso Resultado Líquido de 56 milhões de euros diminuiu 66% em 2016. No entanto, o nosso Resultado Líquido ajustado foi de 104 milhões de euros, o que está, em termos genéricos, em linha com o ano anterior, quando ajustado for eventos não recorrentes, nomeadamente do impacto positivo significativo, sem impacto em caixa, da reavaliação de alguns ativos em Portugal sobre os quais adquirimos controlo e que anteriormente eram detidos em consórcio. Gostaria de reiterar que a redução dos Resultados Líquidos face ao ano anterior é justificada por fatores não recorrentes de curto prazo, que fazem sentido numa perspetiva estratégica de longo prazo, uma vez que permitirá uma redução do nosso custo de dívida, o que irá, naturalmente, melhorar os resultados futuros.

P2: MANTÉM A SUA POSIÇÃO SOBRE A COMPETITIVIDADE DA ENERGIA EÓLICA ONSHORE, MESMO NA AUSÊNCIA DE INCENTIVOS?

Absolutamente. É uma evidência cada vez mais inconteste. Foram publicados recentemente, estudos independentes de especialistas do setor que mostram que o “custo nivelado de energia” – o custo total da construção e operação de uma central ao longo da sua vida – da tecnologia eólica *onshore* caiu 66% desde 2009 e espera-se que diminua mais 26% até 2025. A energia eólica *onshore*, bem como a energia solar fotovoltaica, são, hoje em dia em muitos lugares, competitivas com as centrais elétricas a gás ou a carvão.

As tarifas fixadas administrativamente e outros mecanismos de incentivo têm desempenhado o seu papel de estímulo à implantação de energias renováveis, permitindo

do o progresso dessas tecnologias e ajudando-as, assim, a baixar os custos, num ciclo virtuoso. No entanto, o sucesso das energias renováveis na obtenção de uma penetração cada vez maior no *mix* energético criou também um ciclo vicioso de queda dos preços de energia nos mercados grossistas, porque estas fontes de energia têm custos marginais de funcionamento de quase zero, uma vez que o vento e o sol são gratuitos. Paradoxalmente, este facto cria uma situação em que os preços no mercado grossista são cada vez mais baixos à medida que mais energia renovável é ligada à rede. Sem um novo modelo de estrutura de mercado, os investidores não terão incentivo para realizar os investimentos necessários. Os preços grossistas na Europa caíram de cerca de 80 euros por MWh em 2008 para 30-50 euros atualmente.

No entanto, a solução, a nosso ver, não passa por acrescentar mais subsídios ao sistema, mas, antes, por corrigir o atual mau funcionamento dos mercados de energia num mundo que requer cada vez mais energia renovável. Está claro que um sistema em torno de custos marginais não é adequado. Precisamos de ter estabilidade de preços a longo prazo para incentivar o investimento inicial de capital necessário à instalação de capacidade em energias renováveis. É por isso que somos a favor de uma concorrência de mercado para a instalação de nova capacidade, com preços fiáveis a longo prazo, evitando a exposição à variabilidade dos preços grossistas.

A estabilização do mercado deve também advir de uma definição mais efetiva do preço das emissões de CO₂. É igualmente essencial a realização de investimentos nas redes de eletricidade para suportar melhor a intermitência das energias renováveis, com maior interconexão e atingindo distâncias mais longas e ser mais inteligentes na adaptação à oferta e à procura.

P3: SE A ENERGIA EÓLICA ONSHORE É REALMENTE COMPETITIVA, ONDE A EDPR JÁ DETÉM UM PAPEL GLOBAL, ENTÃO PORQUÊ DIVERSIFICAR PARA A ENERGIA SOLAR E EÓLICA OFFSHORE?

Simplesmente porque há lugares onde a energia eólica *onshore* não é viável ou é menos competitiva do que outras fontes, como por exemplo a energia solar. Isto é verdade para o caso da França, devido à falta de território disponível e também da aceitação social dos parques eólicos na paisagem. Estes fatores levam a que exista no país um interesse na energia eólica *offshore*. No Reino Unido e noutras regiões do Mar do Norte, a energia eólica *offshore* é também uma indústria forte que tem atraído o

interesse de muitos, dada a riqueza de recursos eólicos *offshore*. O caso da energia solar já é válido em algumas regiões dos EUA, como a Califórnia, ou em países do sul da Europa, onde a energia solar fotovoltaica é mais económica. Acreditamos que a tecnologia solar e os seus custos vão continuar a melhorar e que solar e eólica irão tornar-se as duas tecnologias mais competitivas.

Portanto, temos de ser capazes de oferecer a melhor tecnologia renovável para cada mercado em cada momento. É esta necessidade que justifica o nosso enfoque crescente na energia solar, que irá representar 10% do nosso aumento de capacidade até 2020, de acordo com nosso Plano de Negócios, e na nossa participação no investimento na energia eólica *offshore* em desenvolvimento.

Além disso, muitas das nossas vantagens competitivas na energia eólica *onshore* são replicáveis nas tecnologias da energia eólica *offshore* e da energia solar fotovoltaica. Mais uma razão pela qual faz todo o sentido.

P4: OS RECENTES DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS NOS EUA, O VOSSO ATUAL MERCADO DE CRESCIMENTO PREFERENCIAL, IRÃO FAZER-VOS MUDAR A VOSSA ESTRATÉGIA?

Foi identificada uma certa preocupação com o novo cenário político dos EUA para as energias renováveis no desempenho das nossas ações desde o último trimestre do ano. Atuamos sempre em conformidade com a aceitação das escolhas políticas feitas pelos eleitores e cidadãos, e nunca falamos publicamente sobre as entidades governamentais dos países onde temos operações. Não obstante estamos seguros que o *business case* dos EUA continua forte e não vemos nenhuma razão para mudar o curso da nossa estratégia assente em ter os EUA como nosso principal mercado de crescimento. Numa das recentes sessões do Senado, o novo secretário do Tesouro expressou o seu apoio ao atual esquema de incentivos, os conhecidos PTC, ou Créditos Fiscais à Produção. Isto apenas reafirma a *phase-out* dos PTC, aprovado em 2015, com o apoio bipartidário, num Congresso de maioria Republicana.

Assegurámos nos EUA, créditos fiscais à produção sob *safe harbor* para o aumento de capacidade de 1,8 GW definido no Plano de Negócios 2016-20. Isto inclui acordos CAE de 1,1 GW, mais de 55% dos quais assinados com empresas *non-utilities*. Adicionalmente, 0,4 GW desta capacidade foi já comissionada em 2016. Estamos atualmente a realizar ações comerciais contínuas para assinar CAE para os restantes 0,7 GW, para os quais temos mais de 5 GW de

possibilidades em *pipeline*. Se encontrarmos condições para promover mais do que a nossa meta inicial, também temos assegurados PTC no âmbito do *safe harbor* para 1,3 GW adicionais, como uma opção que poderemos executar, nomeadamente através de uma abordagem de *built-and-transfer* sem afetar o nosso balanço.

Os fundamentais a favor das energias renováveis mantêm-se válidos. A energia eólica e solar são já, na maior parte do país, as fontes de energia com menores custos nivelados - mesmo não subsidiados - e esses custos deverão expectavelmente diminuir ainda mais nos próximos anos. Apesar de o Clean Power Plan vir provavelmente a ser adiado, continuará a existir uma forte procura de energia renovável; de salientar que forneceu menos de 5% da eletricidade daquele país em 2015. Esta crescente procura é fruto de três claros motores: aumento das quotas de energia renovável no âmbito do Renewable Portfolio Standard (RPS), definido ao nível de cada estado; o facto de as *utilities* estarem a encerrar centrais eléctricas a carvão, que são antigas ou que não estão em conformidade com as restrições ambientais; e um claro interesse crescente do segmento comercial e industrial em negociar contratos de longo prazo diretamente com operadores de energia renovável, o que em 2015 foi responsável por mais de 50% do mercado de CAE. Além disso, a implantação de infraestruturas em energias renováveis gera emprego local e beneficia as comunidades e as economias locais, geralmente localizadas em zonas rurais. Se a provável reforma fiscal incluir uma redução na atual taxa de imposto federal sobre os rendimentos de 35%, isto irá, sem dúvida, reduzir a carga fiscal sobre a rentabilidade dos ativos. Mas ainda é cedo para avaliar o impacto total desta alteração e algum eventual efeito nas condições de financiamento do indispensável *tax equity*.

P5: E SOBRE A SITUAÇÃO NA EUROPA? TAMBÉM VÊ PERSPETIVAS POSITIVAS?

O caso da Europa é um pouco menos evidente a curto prazo do que o dos EUA, tendo este último uma penetração muito mais baixa de energias renováveis. Ainda assim, no longo prazo, as perspetivas são igualmente positivas e partilham os mesmos fundamentais. Acreditamos que as oportunidades na Europa vão aumentar a médio prazo, com base em vários fatores: as metas para 2030 já reveladas, uma redução de 40% nas emissões de CO₂ e uma quota superior a 27% energia renovável no total do consumo; a recuperação da procura de eletricida-

de, a par com a existência de uma visão comum na Europa de uma matriz energética competitiva e sustentável, juntamente com um redesenho do mercado; e também a onda de encerramento de centrais nucleares e de carvão já anunciadas em vários países europeus.

A curto prazo, as oportunidades são limitadas, devido a uma procura de eletricidade estagnada ou mesmo em queda devido ao aumento da eficiência energética; a uma economia mais fraca; e ao facto de os sistemas de eletricidade persistirem em apresentar algum grau de excesso de capacidade. É por isso que estamos atualmente a explorar algumas janelas de oportunidade na Europa, onde a nossa abordagem de baixo risco pode encaixar. Os projetos com uma execução visível no nosso aumento de capacidade planeado para 2016-20 incluem 0,5 GW de capacidade em Portugal, Itália e França, onde é possível encontrar oportunidades de negócio adequadas, com elevada visibilidade sobre os preços a longo prazo.

Temos também o Brasil, um mercado crescente de energia eólica que beneficia de fortes recursos eólicos, onde construímos 120 MW em 2016 e temos 127 MW em construção para 2017 e 143 MW assegurados em leilão para 2018. Apesar de alguma turbulência socioeconómica no país, estamos confiantes de que o Brasil continuará a oferecer oportunidades de negócio lucrativas para nós.

P6: COMO VÊ A EDPR EM TERMOS DE EFICIÊNCIA E CONTROLO DE CUSTOS?

Acredito que, nesta matéria, temos uma abordagem diferente da dos nossos pares, nomeadamente no que se refere à nossa estratégia única de O&M. Internalizamos as nossas atividades principais, através dos nossos modelos de manutenção modular e de *self-perform* para os parques eólicos com contratos de manutenção completa expirados. Ao realizar internamente atividades de elevado valor acrescentado, somos capazes de reduzir custos, extraindo valor dos fabricantes e minimizando a nossa dependência deles. Devido aos nossos conhecimentos e à experiência acumulada em parques eólicos, podemos realizar tudo isso sem comprometer a qualidade das atividades de O&M ou a disponibilidade técnica. Avaliamos cuidadosamente o modelo de manutenção que melhor se adapta a cada um de nossos parques eólicos e, no caso da manutenção modular, também decidimos sobre o nível de contratação interna das atividades.

Os resultados obtidos confirmam o sucesso desta estratégia, uma vez que a redução de 5% face ao ano anterior na métrica de Core Opex/MW Médios também é suportada

por estes modelos de O&M. Como já detalhado no nosso Plano de Negócios, esperamos diminuir o peso futuro da manutenção completa na nossa carteira de projetos.

P7: PORQUE É QUE ACREDITA QUE TEM A EMPRESA CERTA PARA CONCRETIZAR COM SUCESSO O SEU PLANO?

Posso apontar três qualidades essenciais: o nosso forte posicionamento no mercado, um balanço sólido e excelente capital técnico e humano.

As nossas equipas têm um histórico visível de entrega de resultados que refletem as competências diferenciadoras essenciais nos fatores-chave de sucesso para o nosso setor. Um indicador incontestável disto é o facto de os nossos fatores de carga estarem sistematicamente acima da média na maioria dos mercados em que operamos. Em 2016 os nossos fatores de carga ultrapassaram a média de mercado em 2 p.p. em Espanha, 2 p.p. em França, 1 p.p. na Polónia e 6 p.p. em Itália. Outro sinal claro do excelente desempenho coletivo das nossas equipas é demonstrado pela nossa capacidade de ganhar leilões de forma rentável e fechar contratos de longo prazo com sucesso. Basta olhar para a nossa quota no leilão adjudicado no ano passado no Canadá e em Itália, ou para a nossa capacidade de fechar CAE de longo prazo nos EUA, tanto com *utilities* como com *non-utilities*.

Naturalmente, este é também o resultado da nossa presença sólida em mercados-chave com oportunidades de negócios contínuas. Não precisamos de priorizar a expansão para novos países, porque há espaço suficiente nos nossos mercados atuais para aprofundar a nossa presença, mantendo a diversificação e os nossos objetivos de crescimento. Também é importante estar presente em mercados e tecnologias em que o preço não é o mais importante, como é o caso da energia eólica *offshore* em países de elevados rendimentos, como é o caso do Reino Unido ou de França, ou o caso da energia solar, complementando bem as opções energéticas em muitos mercados relevantes, como a Califórnia ou o Sul da Europa.

Finalmente, temos a solidez financeira para assumir um plano de investimento próximo de 5 mil milhões de euros para o período de 2016-20, num ambiente externo nem sempre favorável à minimização de risco e que poderia permitir o menor custo de financiamento, adequado a investimentos de infraestrutura desta dimensão e a tão longo prazo. Confiamos sobretudo na nossa própria geração de fluxo de caixa líquido, complementada por um programa de rotação de ativos lógico. Ainda de sublinhar

a confiança dos nossos acionistas em nós e a sua predisposição em aceitarem uma distribuição de dividendos relativamente modesta, justificada pelas oportunidades de crescimento adicional que oferecemos.

Os nossos princípios de negócios sustentáveis encontram-se bem integrados nas nossas operações diárias e também no nosso plano estratégico. A sustentabilidade é um fator-chave para a EDPR, tendo sido estabelecido um claro roteiro de sustentabilidade até 2020, baseado em metas explícitas definidas em torno de 10 áreas: segurança e saúde, proteção do ambiente, ética, inovação, desenvolvimento do capital humano, apoio social, gestão de *stakeholders*, gestão de resíduos, redução de CO₂ e gestão de riscos.

P8: QUE MENSAGEM FINAL GOSTARIA DE DEIXAR?

Aproveito esta oportunidade para reiterar a nossa confiança na concretização dos objetivos definidos no nosso Plano de Negócios, nomeadamente uma taxa composta de crescimento do EBITDA de 8%, a par de um Fluxo de Caixa Retido acima de 900 milhões de euros até 2020. As adições de capacidade estão também no bom caminho. Mais de 65% dos 3,5 GW planeados para o período de 2016-20 já foram construídos ou assegurados com uma elevada visibilidade de *top line*, com preços adjudicados em leilões ou assegurados em contratos de longo prazo.

A perspetiva para 2017 é a de atingir taxas de crescimento na ordem dos dois dígitos reduzido, em termos de EBITDA e Fluxo de Caixa Retido. Isto é sustentado pela visibilidade de curto prazo que temos sobre os fatores operacionais do negócio, nomeadamente, o aumento antecipado de nova capacidade e um desempenho superior da nossa eficiência em Opex.

Gostaria de agradecer a todos os nossos *stakeholders* – acionistas, colaboradores, comunidades locais, proprietários dos terrenos, fornecedores, autoridades públicas, entidades compradoras de energia, entre outros – que nos ajudam a atingir os objetivos do nosso Plano de Negócios numa base diária e que tornam possível a construção e operação de parques eólicos e centrais solares com elevados padrões – poderosas ferramentas para mitigar as alterações climáticas. Uma nota de agradecimento especial aos nossos acionistas pela sua confiança em nós e na nossa visão para o futuro, bem como aos nossos colaboradores pela sua capacidade em manter o enfoque e transformar os desafios em oportunidades.

1

A Empresa

EDP Renováveis em resumo

Visão, Valores e Compromissos	17
Presença no Mundo	18
Descrição do Negócio	20
Foco nos Stakeholders	21
Roteiro de Sustentabilidade	24

2016 em números

Sumário de Métricas Chave	26
Desempenho da Ação	28

Organização

Acionistas	29
Modelo de Governo	30
Estrutura Organizativa	34





WIND
AS THE NEWART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

1 A Empresa

1.1. EDP Renováveis em Resumo

1.1.1. VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS

<p>Visão</p> <p>Uma empresa global no setor das energias renováveis, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade.</p>	
<p>Missão</p> <p>Ser uma empresa líder de longo prazo no setor das energias renováveis, procurando obter credibilidade através da estabilidade, da criação de valor, da responsabilidade social, da inovação, e do respeito pelo ambiente.</p>	
<p>Valores</p> <p>INICIATIVA através do comportamento e atitudes dos nossos colaboradores</p>	<p>Compromissos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conciliamos conduta e rigor profissional com entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa • Ouvimos os nossos stakeholders e respondemos de forma simples e clara • Surpreendemos os nossos stakeholders, antecipando as suas necessidades
<p>CONFIANÇA dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e demais stakeholders</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Asseguramos uma governação dos negócios participativa, competente e íntegra • We believe that the balance between private and professional life is fundamental in order to be successful
<p>EXCELÊNCIA na forma como atuamos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimos os compromissos que assumimos perante os nossos acionistas • Colocamo-nos no lugar dos nossos stakeholders, sempre que uma decisão é tomada • Promovemos o desenvolvimento de competências e mérito
<p>INOVAÇÃO com o objetivo de criar valor nas diversas áreas em que atuamos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Somos líderes devido à nossa capacidade de antecipar e concretizar • Evitamos emissões de gases de efeito de estufa com a energia que produzimos • Exigimos excelência em tudo o que fazemos
<p>SUSTENTABILIDADE visando melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam do nosso desempenho, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento das regiões onde atuamos

1.1.2. PRESENÇA NO MUNDO



Em 2016 a EDP Renováveis produziu 24,5 TWh evitando a emissão de 20,1 mt de CO₂

EDPR é líder de mercado com ativos de alta qualidade em 12 países, gerindo uma carteira global de 10,4 GW de capacidade instalada, 248 MW em construção e muito mais em desenvolvimento, empregando 1.083 colaboradores.

EUROPA

Espanha

373 colaboradores
2.371 MW em operação
4.926 GWh produzidos

França

53 colaboradores
388 MW em operação
777 GWh produzidos
+18 MW em construção
+430 MW offshore
em desenvolvimento

Polónia

38 colaboradores
418 MW em operação
951 GWh produzidos

Itália

23 colaboradores
144 MW em operação
258 GWh produzidos
+127 MW em
desenvolvimento com CAE

Portugal

72 colaboradores
1.251 MW em operação
3.047 GWh produzidos
+3 MW em construção

Bélgica

2 colaboradores
71 MW em operação
128 GWh produzidos

Roménia

32 colaboradores
521 MW em operação
1.143 GWh produzidos

Reino Unido

34 colaboradores
1,1 GW (máx)
de offshore
em desenvolvimento

AMÉRICA DO NORTE

E.U.A.

410 colaboradores
4.811 MW em operação
12.501 GWh produzidos
+100 MW em construção
+551 MW em
desenvolvimento com CAE

México

7 colaboradores
200 MW em operação

Canadá

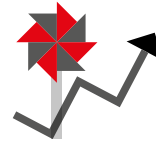
5 colaboradores
30 MW em operação
75 GWh produzidos
+100 MW em
desenvolvimento com CAE

Brasil

34 colaboradores
204 MW em operação
666 GWh produzidos
+127 MW em construção
+140 MW em
desenvolvimento com CAE

1.1.3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A nossa atividade no setor de energias renováveis inclui, em termos gerais, o desenvolvimento, a construção e a operação totalmente controlada de parques eólicos e centrais solares para gerar e fornecer energia elétrica limpa.



DESENVOLVIMENTO

Escolha da localização do parque

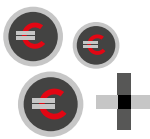
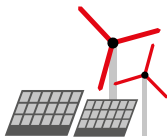
Procurar um local com recurso eólico de topo e analisar a possibilidade de ligação à rede elétrica

Acordo com o proprietário do terreno

Contatar os proprietários do terreno com vista a negociar um acordo de arrendamento

Análise dos recursos Renováveis

Instalar torres meteorológicas para estudar o perfil eólico e a radiância solar



CONSTRUÇÃO

DESENVOLVIMENTO

Configuração e escolha do equipamento

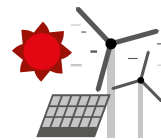
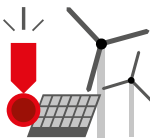
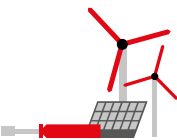
Otimizar a configuração do parque eólico e selecionar o modelo de equipamento mais adequado com base nas características do local

Avaliação do projeto e financiamento

Avaliar os potenciais riscos operacionais e financeiros e encontrar o modelo de financiamento adequado ao projeto

Obtenção de consensos e licenças

Contatar com as autoridades locais para assegurar a obtenção de licenças ambientais, de construção, exploração e outras



CONSTRUÇÃO

OPERAÇÃO

Construção

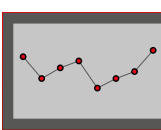
Proceder à construção de vias de acesso, preparação de fundações, montagem de geradores de turbinas eólicas/painéis solares e construção de subestações

Cerimónia de inauguração

Celebrar as vantagens das energias renováveis com as comunidades e autoridades locais e outras partes interessadas

Operação do parque eólico e centrais solares

Completar a ligação à rede e começar a produzir energia renovável



OPERAÇÃO

Gerar e fornecer Energia limpa

Garantir uma energia melhor, um futuro melhor, um mundo melhor

Manutenção regular

Manter elevados níveis de disponibilidade e minimizar falhas de operação

Análise de dados

Monitorizar em tempo real o desempenho do parque e identificar oportunidades de melhoria.

1.1.4. FOCO NOS STAKEHOLDERS (G4-24, G4-25, G4-26)¹

A EDP Renováveis, em linha com as políticas criadas pelo Grupo EDP, é uma empresa inovadora no que se refere à forma como gere as relações com os seus *stakeholders*. Um dos principais objetivos da Empresa é manter contacto regular não só com os seus investidores e acionistas, mas também com os restantes *stakeholders*: colaboradores, fornecedores, comunidades e comunicação social, entre outros. Tudo isso se traduz em relações importantes que têm impacto no desempenho da empresa.

Por essa razão, o nosso objetivo é manter e melhorar o diálogo aberto e transparente com os *stakeholders* para criar e fortalecer a confiança, promover a troca de informação e partilha de conhecimento, antecipar os desafios futuros e identificar as oportunidades de cooperação.

Fazemo-lo através dos nossos quatro grandes compromissos orientadores: Compreender, Comunicar, Colaborar e Confiar. Estes fazem parte de um plano abrangente que envolve todas as áreas de negócio e utiliza ferramentas transfuncionais.

Compreender

Incluir, Identificar e Priorizar: Identificámos, de forma dinâmica e sistemática, os *stakeholders* que influenciam a Empresa, e procedemos à sua análise para tentar compreender as suas expectativas e interesses face às decisões com impacto direto sobre si.

Colaborar

Integrar, Partilhar, Cooperar, Documentar: Procuramos colaborar com os *stakeholders* para construir parcerias estratégicas que permitam reunir e partilhar conhecimento, capacidades e ferramentas, promovendo, assim, a criação de valor partilhado de forma diferenciadora.

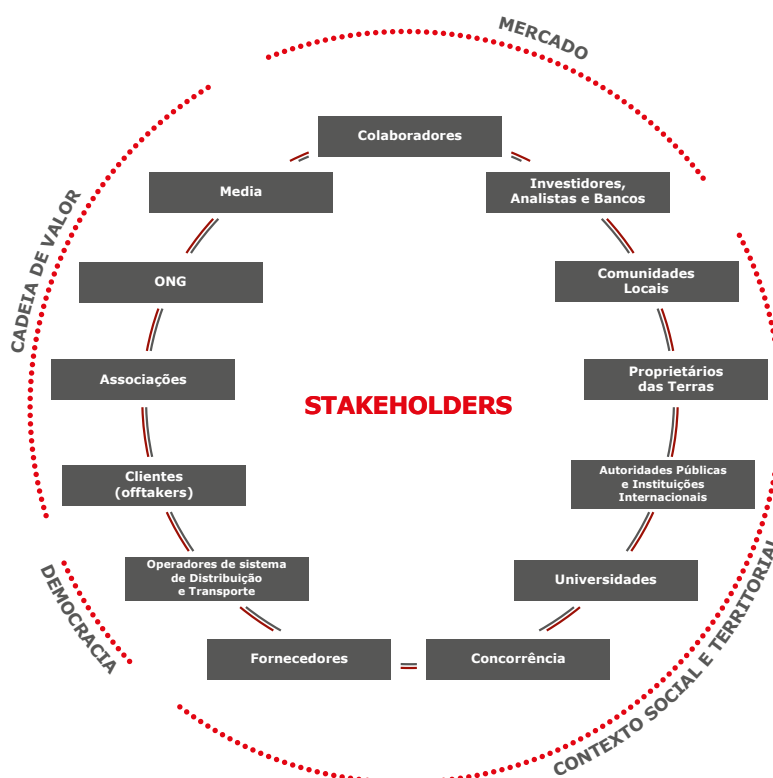
Comunicar

Informar, Ouvir e Responder: Estamos empenhados em promover o diálogo bilateral com os *stakeholders* através de iniciativas de informação e consulta. Ouvimos, informamos e respondemos aos *stakeholders* de forma consistente, clara, rigorosa e transparente, com o objetivo de criar relações sólidas, duradouras e próximas.

Confiar

Transparência, Integridade, Respeito, Ética: Consideramos que a promoção de um clima de confiança com os *stakeholders* é crucial para estabelecer relações estáveis a longo prazo. A nossa relação com os *stakeholders* assenta em valores como a transparência, integridade e respeito mútuo.

Pretendemos comunicar de forma coesa com os diversos grupos de *stakeholders*, independentemente do departamento que gira a nossa relação com eles. A imagem seguinte apresenta uma lista dos diferentes grupos, tomando Espanha como exemplo:



¹ Global Reporting Initiative (GRI) Etiquetas Divulgação. Para saber mais sobre as Diretivas da GRI, visite www.globalreporting.org

Após um levantamento das percepções e expectativas das partes interessadas, foi implementado um Plano de Gestão de *Stakeholders* completamente novo, que visa satisfazer essas expectativas pela geração de valor, melhoria do desempenho e minimização de possíveis riscos para o negócio.



Este ano, lançámos uma série de iniciativas para melhorar o nosso desempenho, ultrapassando a simples adequação, e comprometendo efetivamente os diferentes grupos de *stakeholders* de forma convergente e assumindo práticas e mensagens comuns. Para esse efeito, foi necessário passar de uma visão e gestão centrada em departamentos ou unidades de negócio para um modelo corporativo, transfuncional e convergente que ofereça coerência e sinergia, garanta o alinhamento e promova a utilização eficiente dos recursos.

Além disso, foi criado um **Comité de Acompanhamento de Stakeholders**, para estabelecer um Plano de Gestão de *Stakeholders*, monitorizar os progressos e avaliar os resultados. Adicionalmente, foi constituído um **Grupo de Trabalho de Stakeholders**, composto por elementos dos diferentes departamentos e unidades de negócio, a quem cabe a responsabilidade de elaborar os planos do Comité, operacionalizando as ideias e garantindo que têm impacto.

Além dos indicadores flexíveis, tais como a satisfação, relações, credibilidade, questões importantes para cada *stakeholder*, entrega e transparência, o Plano de Gestão também inclui novos indicadores como, por exemplo, o grau de influência nos processos de tomada de decisões corporativas, bem como as questões de interesse para o negócio da EDPR. Por conseguinte, os Planos de Gestão de *Stakeholders* para 2016 e anos subsequentes procuram não só melhorar a percepção, mas também ter um impacto no negócio. Ferramentas tecnológicas, como a plataforma CRM (Customer Relations Management), serão usadas na gestão de *stakeholders*, permitindo reformular a forma como a informação é tratada.

Na sequência do primeiro grande inquérito aos stakeholders, realizado em Espanha, foram criados grupos de trabalho para pôr em prática um plano de ação em toda a empresa.

COMO PODEMOS TER IMPACTO NO NEGÓCIO DA EDPR À ESCALA GLOBAL?

Depois do projeto piloto para a gestão de *stakeholders* no mercado espanhol, no futuro, tencionamos implementar projetos idênticos em todos os mercados da EDPR em todo o mundo. O objetivo é aprofundar a visão global das relações da Empresa com os seus *stakeholders* nas diferentes geografias e de forma transversal.

Principais canais de comunicação

Os canais de comunicação têm um papel fundamental na gestão das relações com os *stakeholders*. A EDPR utiliza diversos canais para comunicar com os seus *stakeholders*. Para além disso, para assegurar um diálogo contínuo e uma relação estreita com os seus *stakeholders*, pretende utilizar os canais mais eficazes para identificar e gerir expectativas, minimizando e assegurando um melhor controlo dos riscos associados a cada grupo de *stakeholders*.












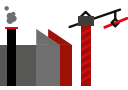




Grupo de Stakeholders	Meios de Comunicação
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação interna e inquéritos internos • Intranet, revista, newsletter, aplicação de RH e TV corporativa • Encontro Anual, formação e avaliação
Clientes (principalmente offtakers)	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões, relatórios e atualizações
Operadores de sistemas de transporte/distribuição (OSD/OST)	<ul style="list-style-type: none"> • Interações institucionais (desde o pedido inicial de ligação à rede até ao início da produção de energia)
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões, e-mails • Avaliação e consultas
Investidores, analistas e bancos	<ul style="list-style-type: none"> • Sítio na Internet, relatórios trimestrais/anuais e apresentações • Reuniões, Dia do Investidor e roadshows • Consultas
Autoridades públicas nacionais e locais	<ul style="list-style-type: none"> • Interações locais, eventos e reuniões (com reguladores, autoridades fiscais, municípios)
Proprietários	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões periódicas, inauguração de parques eólicos
Comunidade local	<ul style="list-style-type: none"> • Presença local, reuniões e patrocínios • Eventos e programas de responsabilidade social corporativa • Visitas a parques eólicos
Associações	<ul style="list-style-type: none"> • Sítio na Internet, reuniões • Patrocínios e conferências
Comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões e eventos • Sítio da Internet, conferências
ONG	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões e eventos • Sítio da Internet, conferências
Universidades	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de responsabilidade social corporativa • Reuniões e eventos
Concorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Sítio da Internet, eventos e conferências • Emails

Através do Inquérito Global a *Stakeholders*, a EDPR trabalha para identificar as áreas de melhoria com cada grupo específico, analisando os canais de comunicação mais utilizados com cada stakeholder e quais os mais eficazes.

Além disso, os dados recolhidos permitem compreender em que medida cada canal de comunicação influencia as decisões, as recomendações e os comportamentos ligados à Empresa de forma a ajudar-nos a geri-los para criar valor para a Empresa no futuro. Uma vez que os canais de comunicação continuarão no centro da gestão de *stakeholders*, todos os líderes e gestores de *stakeholders* trabalham em conjunto para produzir mensagens coerentes, alinhar a estratégia e proceder a uma monitorização constante.

1.1.5. ROTEIRO DE SUSTENTABILIDADE

A EDPR, como empresa de energia renovável, cria grandes expectativas junto dos seus *stakeholders* a respeito da sustentabilidade. Em resposta a estas expectativas a Empresa mantém o seu compromisso de obter excelência nos três pilares de sustentabilidade – económico, ambiental e social – definindo uma estratégia de boas práticas. No seguimento de uma cultura de melhoria contínua, a EDPR definiu 10 objetivos de Sustentabilidade no

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)	Linhas Estratégicas do Roteiro de Sustentabilidade (2016-20)
  <p>Energias Renováveis e Acessíveis Ação Climática</p>	<p>Manter posição de liderança na PRODUÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS</p>
 <p>Trabalho Digno e Crescimento Económico</p>	<p>CRIAR VALOR mantendo um perfil de BAIXO RISCO</p>
   <p>Água Potável e Saneamento Proteger a vida marinha Proteger a vida terrestre</p>	<p>Otimizar a GESTÃO AMBIENTAL</p>
 <p>Produção e Consumo Sustentáveis</p>	<p>Manter a ECONOMIA CIRCULAR na gestão interna das operações</p>
 <p>Saúde de Qualidade</p>	<p>Assegurar elevados PADRÕES DE SEGURANÇA para colaboradores e subcontratados</p>
  <p>Paz, Justiça e Instituições eficazes Igualdade de Género</p>	<p>Assegurar um PROCESSO ÉTICO com elevados padrões</p>
 <p>Cidades e comunidades sustentáveis</p>	<p>Alargar e conciliar o mecanismo de consulta periódica a <i>STAKEHOLDERS</i></p>
 <p>Indústria, Inovação e Infraestruturas</p>	<p>Promover a INOVAÇÃO nas fases de operação e construção</p>
    <p>Erradicar a pobreza Erradicar a fome Educação de Qualidade Reduzir as desigualdades</p>	<p>Investir no DESENVOLVIMENTO dos colaboradores e assegurar o compromisso contínuo com a sociedade através de VOLUNTARIADO</p> <p>Apoiar INICIATIVAS SOCIAIS E EDUCATIVAS através da FUNDAÇÃO EDP</p>

âmbito do Plano de Negócios 2016-20. Este roteiro reúne os três pilares de sustentabilidade e divide-os em 10 áreas distintas: Crescimento operacional, Controlo de risco, Criação de Valor Económico, Ambiente, Ciclo de valor, Pessoas, Governo, Envolvimento de *Stakeholders*, Inovação e Sociedade. Os objetivos definidos permitem medir o desempenho para ajudar a impulsionar a liderança da Empresa em matéria de criação de valor, inovação e sustentabilidade.

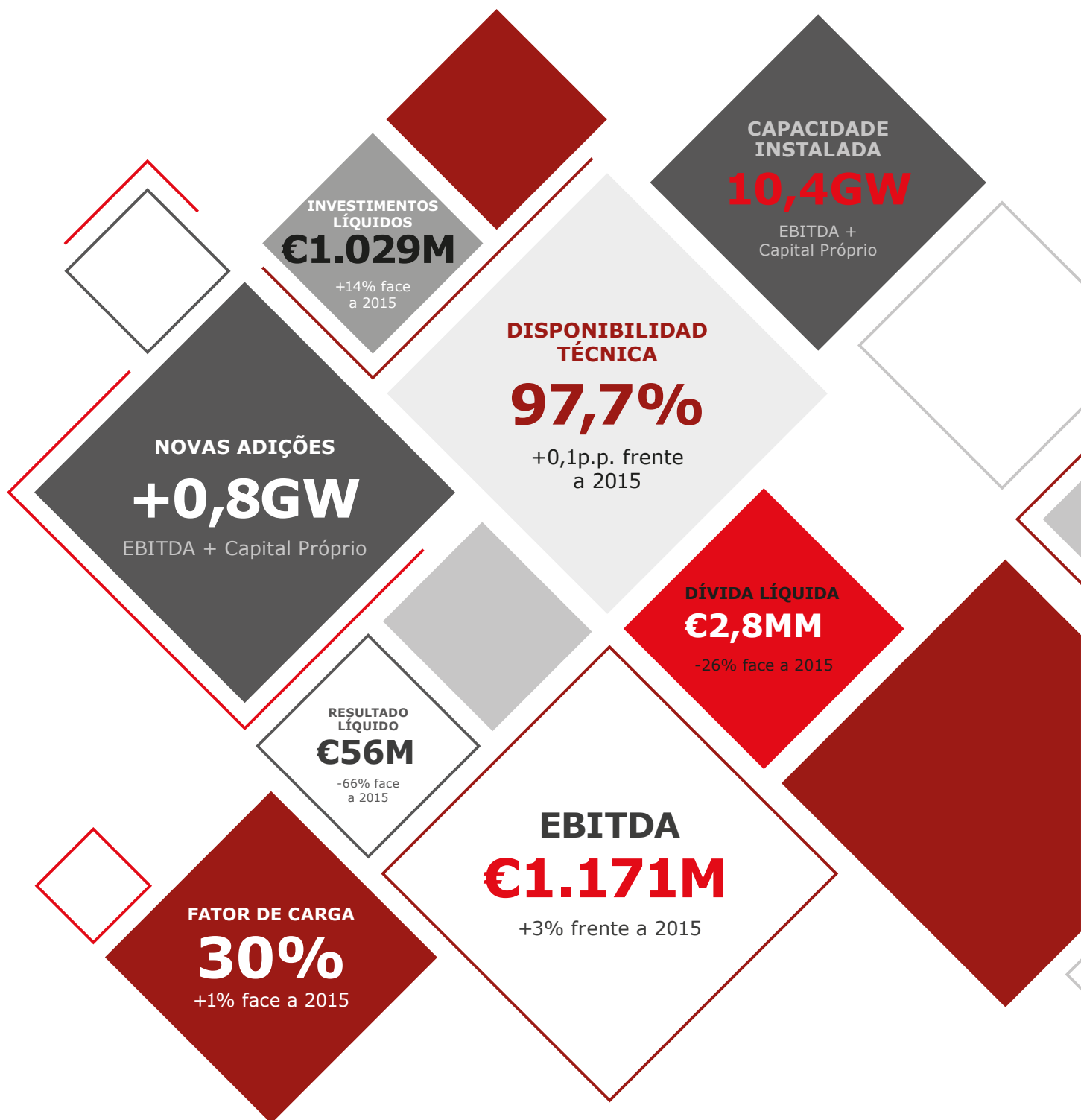
Indicadores do Roteiro de Sustentabilidade (2016-20)	Execução 2016
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade instalada: 700 MW/ano • CO₂ evitado: +10% (TCCA vs. 2015-20) • < 1% CO₂ emitido/evitado 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de 770 MW em 2016 • CO₂ evitado: +7% em 2016: • < 0,1% CO₂ emitido/evitado
<ul style="list-style-type: none"> • EBITDA: +8% (TCCA vs. 2015-20) • Resultado líquido: +16% (TCCA vs. 2015-20) • Core OPEX/MW: -1% (TCCA vs. 2015-20) 	<ul style="list-style-type: none"> • EBITDA ajustado: +12%¹ em 2016 • Resultado líquido ajustado: -4%¹ em 2016 • -5% Core OPEX/MW em 2016
<ul style="list-style-type: none"> • 100% MWS certificados (ISO 14001) • 100% dos fornecedores críticos com Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) 	<ul style="list-style-type: none"> • 89% MWS certificados (ISO14001) com base na capacidade instalada em 2016 • 88% dos fornecedores críticos com Sistema de Gestão Ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Manter os rácios de resíduos perigosos recuperados e de água utilizada por GWh em linha com os anos anteriores • > 90% de resíduos perigosos recuperados 	<ul style="list-style-type: none"> • 26 Kg/GWh e 0,76 l/MWh • 87% de resíduos perigosos recuperados
<ul style="list-style-type: none"> • 100% de MWS certificados (OHSAS 18001) • 100% dos fornecedores críticos com Sistemas de Gestão Segurança e Saúde • Mentalidade de "zero acidentes" 	<ul style="list-style-type: none"> • 95% de MWS certificados (OHSAS 18001) com base na capacidade instalada em 2016 • 83% dos fornecedores críticos com Sistema de Gestão de Segurança e Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Tolerância zero para comportamentos não éticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma comunicação ao Provedor da Ética²
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de plano para <i>stakeholders</i> em todas as áreas geográficas 	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de plano para <i>stakeholders</i> em Espanha
<ul style="list-style-type: none"> • Investimento de c. 10M € (incluindo estruturas de armazenamento de energia e <i>Offshore</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento de c. €2M
<ul style="list-style-type: none"> • >80% dos colaboradores em atividades de formação • >40% dos colaboradores em atividades de voluntariado 	<ul style="list-style-type: none"> • 100% dos colaboradores receberam formação • 20% dos colaboradores participaram em atividades de voluntariado
<ul style="list-style-type: none"> • Investimento de c. 2,5 milhões de EUR 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento de €602 mil em 2016

¹ Excluindo itens não recorrentes.

² Em 2016, o Provedor de Ética recebeu uma comunicação através do Canal de Ética. Esta comunicação não foi considerada como relacionada com o Código de Ética, e será sugerida a sua rejeição na próxima reunião do Comité de Ética. A comunicação foi encaminhada para a área responsável para ser analisada e serem tomadas as medidas adequadas.

1.2. 2016 em Números

1.2.1. SUMÁRIO DE MÉTRICAS CHAVE



1.083

COLABORADORES

+6% face a 2015

PRODUÇÃO

24,5 TWh

+14% frente a 2015

**EMISSÕES
EVITADAS**

20,1 mt CO₂

+7% face a 2015

CORE OPEX/MWh

€16,3/MWh

-8% face a 2015

95%

**CAPACIDADE COM
CERTIFICADO
OHSAS 18001**

FORMAÇÃO

100%

colaboradores
formados

41h/colaborador

**FLUXO DE CAIXA
OPERACIONAL**

€869M

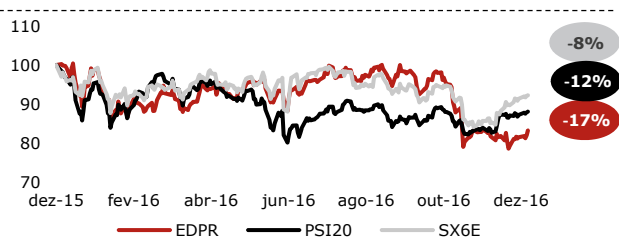
+24% face a 2015

1.2.2. DESEMPENHO DA AÇÃO

Em 2016, o preço das ações da EDPR fechou a 6,04 euros com um volume médio diário de 1,13 milhões de ações.

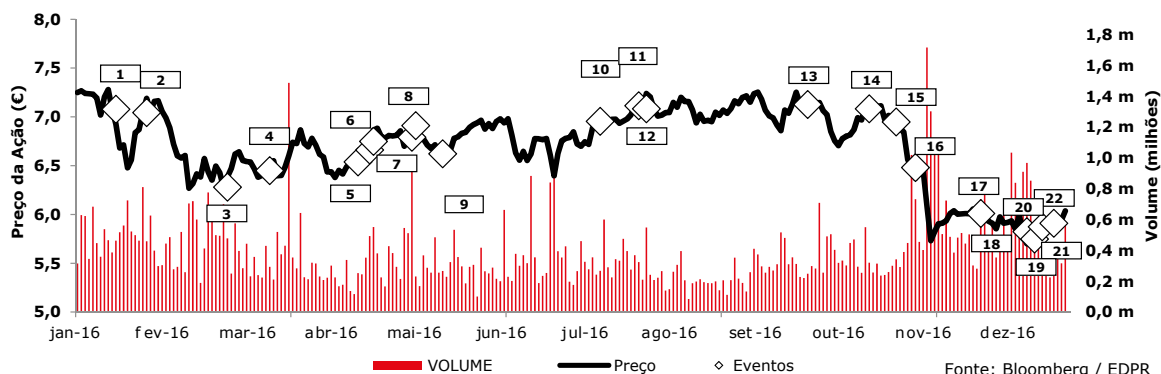
A EDPR possui 872,3 milhões de ações cotadas e admitidas à negociação na Bolsa de Lisboa. A 30 de dezembro de 2016, a capitalização bolsista da EDPR ascendia a 5.300 milhões de euros, inferior aos 6.300 milhões de euros do final de 2015, equivalente a 6,04 euros por ação. Em 2016, a rentabilidade total para os acionistas foi de -16%, considerando o pagamento a 16 maio de 0,05 euros por ação.

Evolução da ação indexada EDPR face ao PSI20 e ao SX6E



A EDPR no mercado de capitais	
Preço de abertura (€)	
Preço mínimo (€)	
Preço máximo (€)	
Preço de fecho (€)	
Capitalização bolsista (milhões €)	
Número de ações negociadas: Listadas & OTC (milhões)	
...das quais na NYSE Euronext Lisbon (milhões)	
Volume médio diário (milhões)	
Turnover (milhões €)	
Média diária de ações negociadas (milhões €)	
Rotação de capital (% do total de ações)	
Rotação de capital (% do total de ações em circulação)	
Evolução da cotação	
Rentabilidade total para os acionistas	
PSI 20	
Dow Jones Eurostoxx Utilities	

	2016	2015	2014	2013	2012
Preço de abertura (€)	7,25	5,404	3,86	3,99	4,73
Preço mínimo (€)	5,70	5,3	3,87	3,58	2,31
Preço máximo (€)	7,28	7,25	5,7	4,36	4,86
Preço de fecho (€)	6,04	7,25	5,4	3,86	3,99
Capitalização bolsista (milhões €)	5.265	6.324	4.714	3.368	3.484
Número de ações negociadas: Listadas & OTC (milhões)	291,07	289,22	396,84	448,15	446,02
...das quais na NYSE Euronext Lisbon (milhões)	103,50	109,67	149,48	200,29	207,49
Volume médio diário (milhões)	1,13	1,13	1,56	1,76	1,74
Turnover (milhões €)	1.828,34	1.824,08	1.976,41	1.759,20	1.525,56
Média diária de ações negociadas (milhões €)	7,11	7,13	7,75	6,9	5,96
Rotação de capital (% do total de ações)	32%	33%	46%	51%	51%
Rotação de capital (% do total de ações em circulação)	141%	148%	205%	229%	228%
Evolução da cotação	-17%	34%	40%	-3%	-16%
Rentabilidade total para os acionistas	-16%	35%	41%	-2%	-16%
PSI 20	-12%	+11%	-27%	+16%	+3%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	-8%	-5%	+12%	+9%	-9%

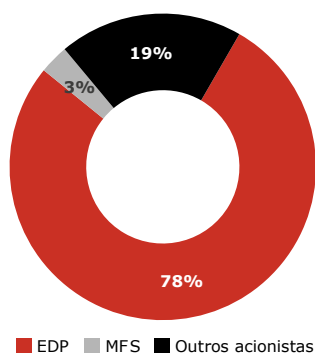


- 1 A EDPR informa sobre o leilão de energia renovável em Espanha, 14-jan
- 2 Divulgação do Relatório de Produção e Capacidade da EDPR no ano de 2015, 26-jan
- 3 Divulgação de Resultados Anuais da EDPR no ano de 2015, 24-fev
- 4 A EDPR assegura um novo contrato de longo prazo para 100 MW no Canadá, 10-mar
- 5 Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da EDPR, 14-abr
- 6 A EDPR executa uma nova transação de rotação de ativos na Europa, 19-abr
- 7 Divulgação do Relatório de Produção e Capacidade da EDPR para o 1º trimestre de 2016, 20-abr
- 8 Divulgação de Resultados da EDPR para o 1º trimestre de 2016, 4-mai
- 9 Capital Markets Day do Grupo EDP, 5-mai
- 10 Pagamento de Dividendos da EDPR (€ 0,05 por ação), 16-mai
- 11 Divulgação do Relatório de Produção e Capacidade da EDPR para o 1º semestre de 2016, 12-jul
- 12 Divulgação de resultados da EDPR no 1º semestre de 2016, 26-jul
- 13 A EDPR assegura PPA para novo parque eólico de 200 MW nos EUA, 28-jul
- 14 A EDPR executa nova estrutura de parceria institucional para 328 MW nos EUA, 26-set
- 15 Divulgação do Relatório de Produção e Capacidade da EDPR dos nove meses de 2016, 18-out
- 16 A EDPR executa a venda de participações minoritárias na Polónia e em Itália, 27-out
- 17 Divulgação de Resultados da EDPR dos nove meses de 2016, 3-nov
- 18 A EDPR executa um CAE de 75 MW para um novo parque eólico nos EUA, 28-nov
- 19 A EDPR executou uma nova estrutura de parceria institucional para 101 MW nos EUA, 14-dez
- 20 Alterações nos órgãos sociais da EDPR, 16-dez
- 21 A EDPR concluiu o financiamento da equidade fiscal de 343 milhões de dólares nos EUA, 20-dez
- 22 A EDPR assegura contratos de longo prazo para 127 MW no leilão de energia eólica italiano, 23-dez

1.3. Organização

1.3.1. ACIONISTAS

Acionistas da EDPR



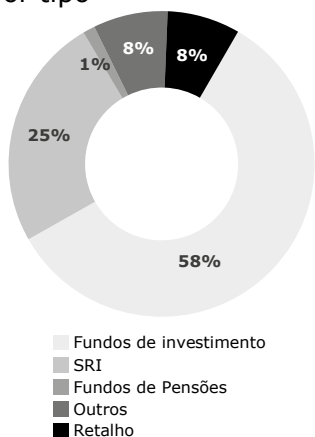
Os acionistas da EDPR encontram-se em 23 países diferentes. A EDP ("Energias de Portugal") é o maior acionista, com 77,5% do capital desde o lançamento da oferta pública inicial da empresa, em junho de 2008.

O capital social da EDPR é, desde a sua oferta pública inicial, em junho de 2008, composto por 872.308.162 ações emitidas e integralmente realizadas, com um valor nominal de 5,00 EUR. Todas estas ações integram uma única classe e série e encontram-se admitidas à cotação na Bolsa de Lisboa.

Grupo EDP como principal acionista

O Grupo EDP detém a maioria do capital social, possuindo 77,5% do capital social e do direito de voto, desde o lançamento da oferta pública inicial em junho de 2008. O Grupo EDP é uma empresa do setor energético verticalmente integrada, sendo o maior gerador, distribuidor e fornecedor de eletricidade em Portugal, com operações significativas nos setores de gás e eletricidade em Espanha e um dos maiores grupos privados de produção elétrica no Brasil, através da sua participação na Energias do Brasil. Na Península Ibérica, a EDP é o terceiro maior produtor de eletricidade e um dos maiores distribuidores de gás. Tem uma presença relevante no panorama energético, estando presente em 14 países e com cerca de 12.000 colaboradores em todo o mundo. Em 2016, a EDP dispunha de uma capacidade instalada de 25,2 GW, gerando 70 TWh, dos quais 33% de energia eólica. A EDP é membro de índices de sustentabilidade (DJSI World e Europe), acompanhando o desempenho do grupo nas vertentes económica, social e ambiental. A holding, EDP SA, é uma empresa cotada em bolsa cujas ações ordinárias são transacionadas na NYSE Euronext Lisboa desde a sua privatização em 1997.

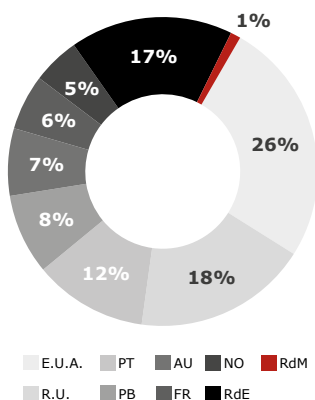
Acionistas (ex-EDP) por tipo



Outros acionistas qualificados

Para além do Grupo EDP como acionista qualificado, a MFS Investment Management – empresa americana gestora de investimentos globais anteriormente designada Massachusetts Financial Services – comunicou à CNMV, em setembro de 2013, uma posição qualificada indireta, como instituição coletiva de investimento, de 3,1% no capital social da EDPR e correspondente direito de voto.

Acionistas (ex-EDP) por país



Vasta base de investidores

A EDPR conta com uma vasta base de investidores internacionais. Excluindo o Grupo EDP, os acionistas da EDPR incluem mais de 65.000 investidores institucionais e privados em todo o mundo. Os investidores institucionais representam cerca de 92% da base de investidores da EDPR (ex-Grupo EDP), enquanto os remanescentes 8% são investidores privados, na sua maioria residentes em Portugal. Entre os investidores institucionais, os fundos de investimento são o maior tipo de investidores, seguidos pelos fundos sustentáveis e responsáveis (SRI). A EDPR faz parte de vários índices financeiros que agregam as empresas com melhor desempenho a nível de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

Acionistas a nível mundial

Os acionistas da EDPR estão dispersos por 23 países, sendo os EUA o país mais representativo, correspondendo a 26% da base de acionistas da EDPR (ex-Grupo EDP), seguido do Reino Unido, Portugal, Países Baixos, Austrália, França e Noruega. No Resto da Europa os países mais representativos são a Suíça, Espanha e Suécia.

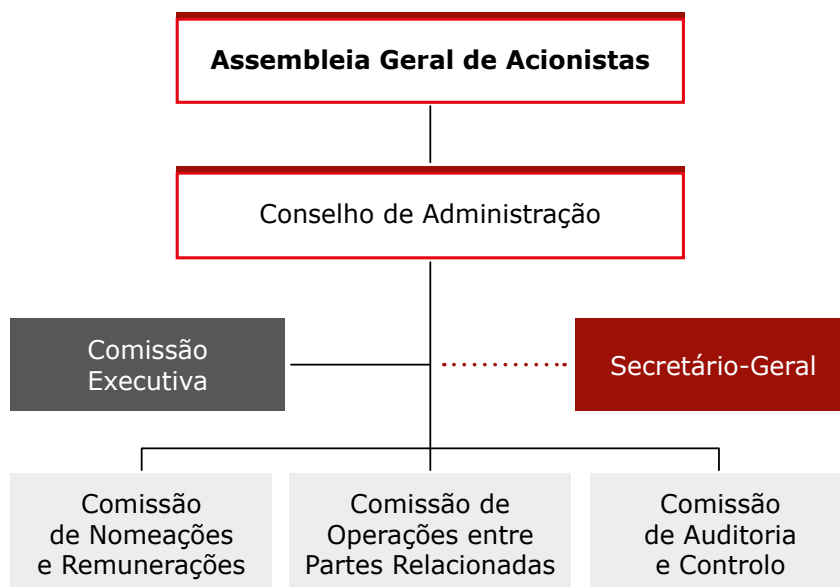
1.3.2. MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo corporativo da EDPR foi concebido de forma a garantir transparência e responsabilidade através da clara separação entre funções de gestão e supervisão das atividades da empresa.

O governo corporativo assenta na promoção da equidade corporativa, transparência e responsabilidade. A estrutura de governo corporativo da EDPR especifica os direitos e deveres dos acionistas, Conselho de Administração, diretores e outras partes interessadas e explicita as regras e procedimentos para tomada de decisões sobre assuntos corporativos. Também inclui a resposta estratégica da organização relativamente a gestão de riscos.

A estrutura de governo corporativo adotada é aquela que vigora em Espanha. É composta por uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a empresa. Como estipulado por lei e estabelecido nos estatutos da Empresa, o Conselho de Administração criou quatro comissões especializadas: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Controlo, Comissão de Nomeações e Remunerações e Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Esta estrutura de governo e a sua composição foram adotadas com o objetivo de se adaptar também à legislação Portuguesa, sendo compatível com a legislação Espanhola, visando corresponder ao designado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais Português, em que o órgão de gestão é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma entidade independente, uma Comissão de Supervisão.



Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas é o órgão onde os acionistas participam, tendo o poder de deliberar e tomar decisões, por maioria, sobre matérias reservadas por lei ou pelos estatutos.

Conselho de Administração



António Mexia
Presidente



Emilio García-Conde
Secretário-Geral



João Manso Neto
Vice-Presidente e CEO



Miguel Dias Amaro
CFO



João Paulo Costeira
COO Europa & Brasil



Gabriel Alonso
COO América do Norte



Nuno Alves



João Lopes Raimundo



Jorge Santos
Presidente



João de Mello Franco
Presidente



José Ferreira Machado
Presidente



Manuel Menéndez



Allan J.Katz



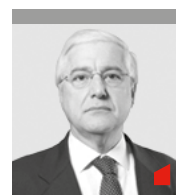
António Nogueira Leite



Francisca Guedes de Oliveira



Gilles August



Francisco da Costa



Acácio Piloto

■ Comissão Executiva

■ Comissão de Nomeações e Remunerações

■ Comissão de Auditoria e Controlo

■ Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

■ Membro Independente

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da EDPR deve ser composto por um mínimo de 5 e um máximo de 17 Administradores, incluindo um Presidente. Atualmente é composto por 17 membros, dos quais 10 são independentes. Os membros do Conselho de Administração são eleitos por um período de 3 anos e podem ser reeleitos por iguais períodos.

O Conselho de Administração da EDPR está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Empresa, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos dos estatutos ou da legislação aplicável. Os seus membros devem reunir-se pelo menos 4 vezes por ano, de preferência uma vez por trimestre. No entanto, o Presidente, por sua iniciativa ou de qualquer dos 3 dos seus Diretores, pode convocar uma reunião, sempre que julgar necessário para os interesses da Empresa.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da EDPR é constituída por 4 membros, incluindo um *Chief Executive Officer* (CEO). O CEO coordena a implementação das decisões do Conselho de Administração e as funções de gestão corporativa geral, atribuindo-as parcialmente a outros executivos, nomeadamente ao Diretor Financeiro (CFO), ao Diretor de Operações da Europa e do Brasil (COO EU & BR) e ao Diretor de Operações da América do Norte (COO NA).

O Diretor Financeiro propõe e assegura a implementação da política de gestão financeira, incluindo negociação financeira, gestão e controlo, otimização da gestão de tesouraria e proposta de política de gestão de risco financeiro; também coordena e prepara o plano de atividades e o orçamento, gere a preparação das demonstrações financeiras, analisa o desempenho operacional e financeiro, e coordena a função de aquisições e as relações com os principais fornecedores, assegurando a implementação da estratégia e da política de aquisições.

O Diretor de Operações da Europa e do Brasil e o Diretor de Operações da América do Norte coordenam as suas plataformas através do desenvolvimento, elaboração e implementação do plano estratégico para o negócio das energias renováveis nas suas respetivas plataformas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração; são ainda responsáveis pelo planeamento, organização e gestão dos recursos, controlo, avaliação e melhoria da gestão dos projetos e das empresas subsidiárias para alcançar os resultados esperados para que a EDPR seja líder no setor das energias renováveis nas suas respetivas plataformas.

Comissões de Nomeações e Remunerações, Operações entre Partes Relacionadas e Auditoria e Controlo

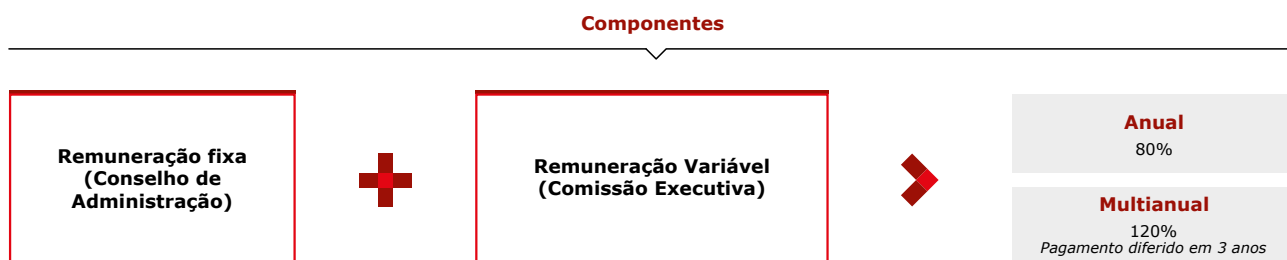
Para além da Comissão Executiva acima referida, o modelo de governo da EDPR contempla órgãos permanentes com funções informativas e de consultadoria independentes do Conselho de Administração, tais como:



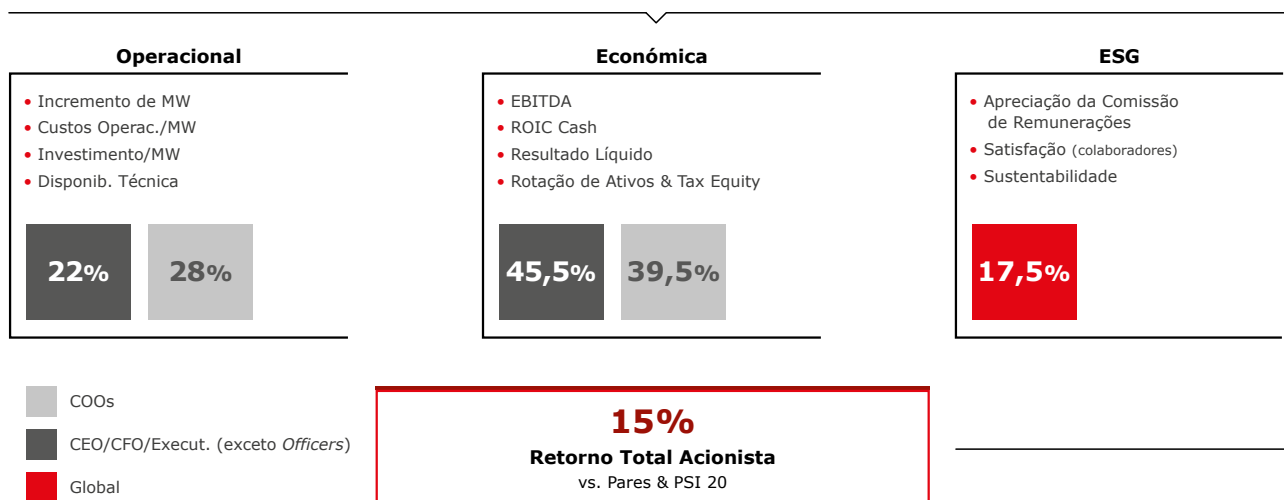
Política de Remuneração

O modelo de governo da EDPR é reforçado por uma estrutura de incentivos com remuneração transparente através de um sistema variável com base nos principais indicadores de desempenho.

O gráfico seguinte descreve a política de remuneração. Para obter informação mais detalhada sobre a política de remuneração, consulte a seção do Governo Corporativo.



A remuneração variável de 2014-16 é definida em linha com os pilares estratégicos mediante 12 KPIs



Nota: Para os COOs, os KPIs têm um peso de 80% e 68% para o cálculo da remuneração variável anual e multianual respetivamente. Os restantes 20% e 32% são calculados baseados numa avaliação qualitativa do CEO sobre o desempenho anual dos mesmos.

1.3.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A estrutura organizativa definida tem por objetivo assegurar simultaneamente a gestão estratégica da empresa e o funcionamento transversal de todas as unidades de negócio, garantindo o seu alinhamento com a estratégia definida, otimizando os processos de apoio e a criação de sinergias.

A estrutura organizativa da EDPR encontra-se dividida em três elementos fundamentais: um centro corporativo na Holding e duas plataformas que agrupam todas as unidades de negócio onde a empresa marca presença.



PRINCÍPIOS DO MODELO ORGANIZATIVO

O modelo definido assenta em vários princípios para assegurar a máxima eficiência e criação de valor.

- Alinhamento de responsabilidades

Os principais indicadores de desempenho e o âmbito do controlo estão alinhados a todos os níveis, do projeto, do país, da plataforma e da Holding, para garantir o acompanhamento de responsabilidades e aproveitar as complementaridades derivadas de uma visão integral do processo.
- Apoio ao Cliente

As áreas corporativas atuam como centros de apoio de competência e prestam serviços internos a todas as unidades de negócio para todas as necessidades não específicas de cada área geográfica. As prioridades e as necessidades de negócio são definidas pelos negócios locais e as melhores práticas são definidas e distribuídas pelas unidades corporativas.
- Organização "lean"

A execução de atividades ao nível da Holding apenas se realiza quando o valor daí derivado é significativo, de forma coerente com o papel definido para a EDPR enquanto Holding.
- Estilo de decisão coletiva

Assegura um adequado balanceamento dinâmico para garantir diferentes perspetivas em todas as funções.
- Claro e transparente

Os modelos das plataformas organizativas são propositadamente semelhantes para permitir:

 - Facilitar a coordenação tanto ao nível vertical (plataformas da Holding) como horizontal (entre plataformas);
 - Escalabilidade e replicabilidade para assegurar a integração eficiente do crescimento futuro.

PAPEL DA HOLDING EDPR

A Holding EDPR visa a criação de valor, através da divulgação de boas práticas na organização e da uniformização dos processos corporativos nas plataformas e nas unidades de negócio para melhorar a eficiência. O seu modelo de coordenação interna e de interface com o Grupo EDP tem impacto tanto nos processos da Empresa – atividades realizadas, etapas dos processos, contribuições e resultados e mecanismos de tomada de decisões – como na sua estrutura, com o alinhamento de funções e responsabilidades com a configuração de processos.

A estrutura da Holding EDPR foi definida para assegurar duas funções fundamentais: **Gestão Estratégica e Operação Transversal**.

A Gestão Estratégica inclui: a) adotar um modelo de coordenação dentro do Grupo, que apoie a Comissão Executiva na definição e controlo das políticas e objetivos estratégicos; b) definir iniciativas estratégicas específicas; c) avaliar o cumprimento do plano de negócios da empresa; d) definir políticas, regras e procedimentos transversais; e) controlar os principais indicadores de desempenho.

A Operação Transversal visa i) assegurar o alinhamento de todas as plataformas com a estratégia definida; ii) capturar sinergias e otimizar os processos de apoio; e iii) concentrar, de forma sistemática e progressiva, as atividades de apoio em unidades de negócio de serviços partilhados no âmbito do Grupo.

INTEGRIDADE E ÉTICA

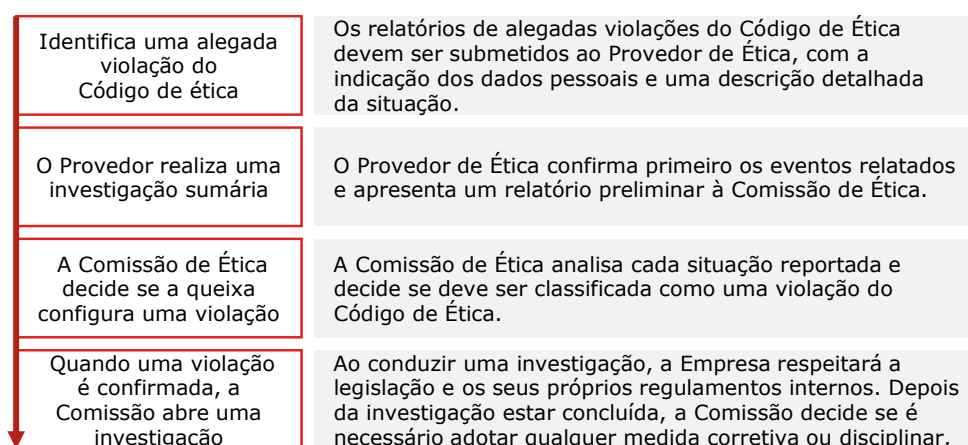
O comportamento ético é absolutamente essencial para o funcionamento da economia. A EDPR reconhece a sua importância e complexidade e está empenhada em abordar a ética e o seu cumprimento. Porém, compete aos colaboradores a responsabilidade de cumprir os deveres éticos.

MODELO DE GOVERNO DE ÉTICA

A ética é a pedra angular da estratégia da EDPR, na medida em que a EDPR tem um Código de Ética e um Regulamento de Combate à Corrupção que, além de definirem os princípios da empresa a adotar, definem também a forma como cada colaborador e qualquer prestador de serviços que trabalhe em nome da EDPR deve comportar-se quando lida com os *stakeholders* da Empresa. O Código de Ética tem os seus próprios regulamentos que definem o processo e os canais para reportar quaisquer potenciais incidentes ou dúvidas sobre a aplicação do código. O Provedor de Ética é a entidade que dá apoio a esse canal de comunicação e analisa e apresenta à Comissão de Ética quaisquer eventuais problemas de natureza ética. O código é comunicado e distribuído a todos os colaboradores e partes interessadas e complementado com sessões de formação adaptadas.

COMO APLICAMOS O NOSSO CÓDIGO DE ÉTICA?

O Código de Ética da EDPR aplica-se a todos os colaboradores da empresa, independentemente da posição que ocupam na organização e todos devem cumpri-lo no local de trabalho. Os nossos fornecedores devem estar em sintonia com o espírito do nosso Código de Ética, que se reflete nas nossas políticas de aquisições.



O Provedor de Ética desempenha um papel fundamental em todo o processo de ética. É garante da imparcialidade e objetividade do registo e documentação de todas as queixas de natureza ética que lhe são apresentadas. Acompanha o andamento do processo e assegura que a identidade dos queixosos se mantém em sigilo, entrando em contacto com eles sempre que adequado, até o caso estar encerrado.

Em 2016 foi realizada uma comunicação ao Provedor de Ética através do Canal de Ética. Não obstante, não foi considerado um assunto relacionado com o Código de Ética e será proposta a sua rejeição no próximo Comité de Ética. A comunicação foi remetida para a respetiva área responsável para análise e para que sejam tomadas as medidas adequadas.

PROGRAMA DE ÉTICA

A EDPR está comprometida com a divulgação e promoção do Código de Ética, que inclui uma seção de Direitos Humanos, disponível para todos os colaboradores através de formação, questionários e fórum de discussões sobre os resultados. Neste sentido, de março a dezembro de 2016 a EDP disponibilizou uma formação de Ética ("Ética EDP") a todos os colaboradores na Europa, Brasil e América do Norte. Esta formação teve uma participação massiva na casa dos 900 colaboradores da EDPR.

REGULAMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

No sentido de assegurar o cumprimento do Regulamento de Combate à Corrupção, em todas as regiões geográficas onde a EDPR opera, a Empresa desenvolveu uma Política de Combate à Corrupção que se aplica a todas as empresas do Grupo EDPR, aprovada pelo seu Conselho de Administração em Dezembro de 2014.

Esta Política de Anticorrupção envolve uma série de novos procedimentos relativos às relações dos colaboradores da EDPR com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios.

RELAÇÕES COM COLABORADORES

A EDPR compromete-se a respeitar a liberdade de associação sindical e reconhecer o direito de negociação coletiva.

Dos 1.083 colaboradores da EDPR, 21% estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho. Os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que possuam uma relação de trabalho com alguma das empresas do grupo EDPR, independentemente do tipo de contrato, grupo profissional em que estão integrados, ocupação ou emprego. No entanto, algumas questões relativas à própria organização corporativa, às leis de cada país ou mesmo a usos e costumes próprios levam a que certos grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.

Os acordos de negociação coletiva aplicados na EDPR são geralmente negociados a nível estatal ou regional e a EDPR pode ser mais um dos intervenientes, entre outras empresas líderes do sector, nas negociações com representantes dos trabalhadores e, nalguns casos, representantes governamentais. Em Portugal e no Brasil, a EDP negocia os seus próprios acordos com os trabalhadores e os acordos que se aplicam a todos os que trabalham para as empresas do Grupo, incluindo a EDPR.

Apesar de não desempenhar um papel ativo nas negociações, a EDPR pretende facilitar a divulgação de qualquer atualização desses acordos e organizou sessões de formação para os seus colaboradores para comunicar os resultados dessas negociações.

Nos últimos anos, a EDPR realizou várias análises de referência dos benefícios estabelecidos nos diferentes acordos de negociação coletiva que se aplicam aos nossos trabalhadores e comparou-os com os benefícios oferecidos pela empresa. Em termos globais, a empresa oferece um pacote de benefícios mais competitivo do que o estabelecido no acordo de negociação coletiva.

2 Estratégia

Ambiente Empresarial

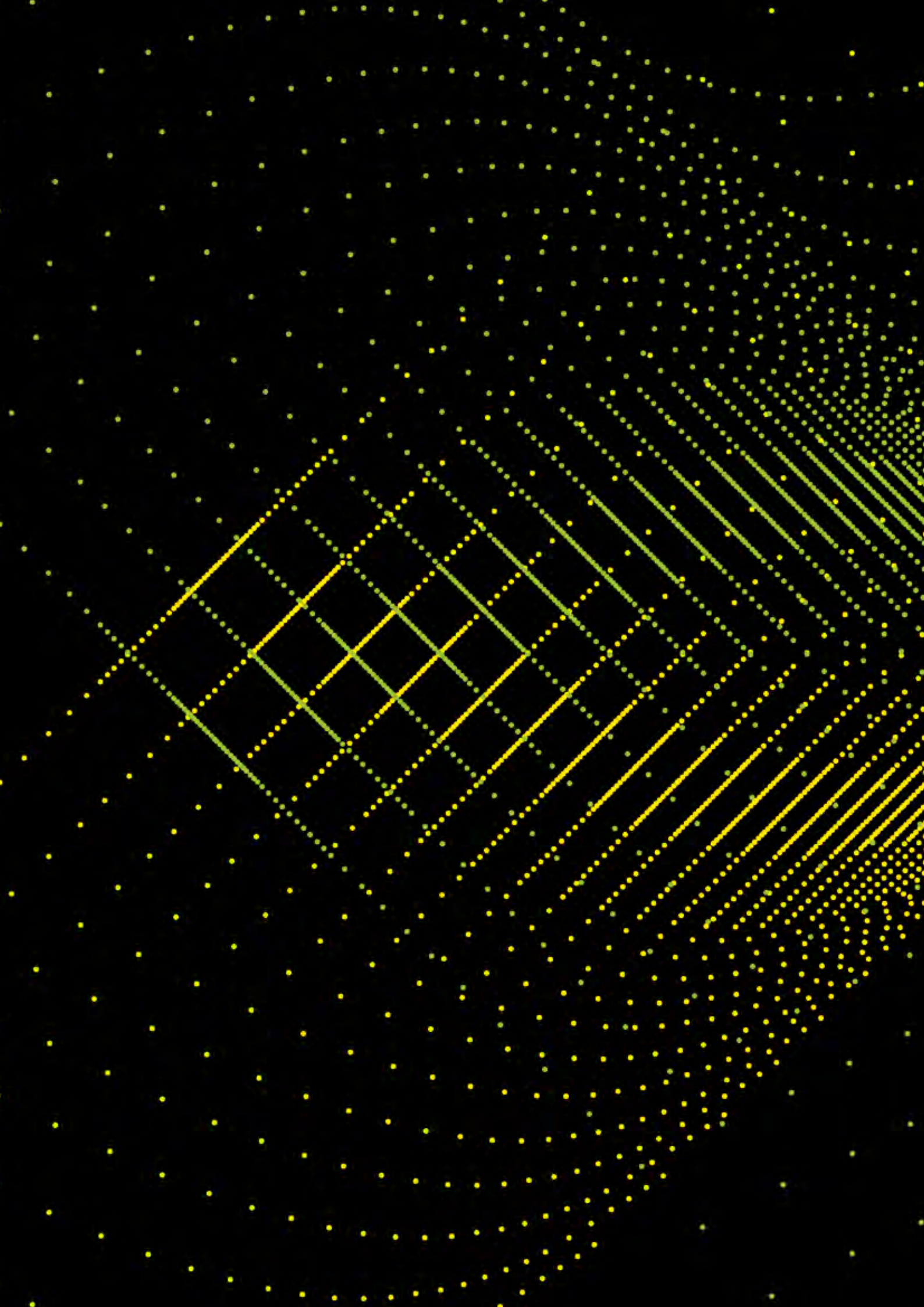
A importância das Energias Renováveis	41
A Evolução das Energias Renováveis em todo o Mundo	45
Esquemas Remuneratórios	46

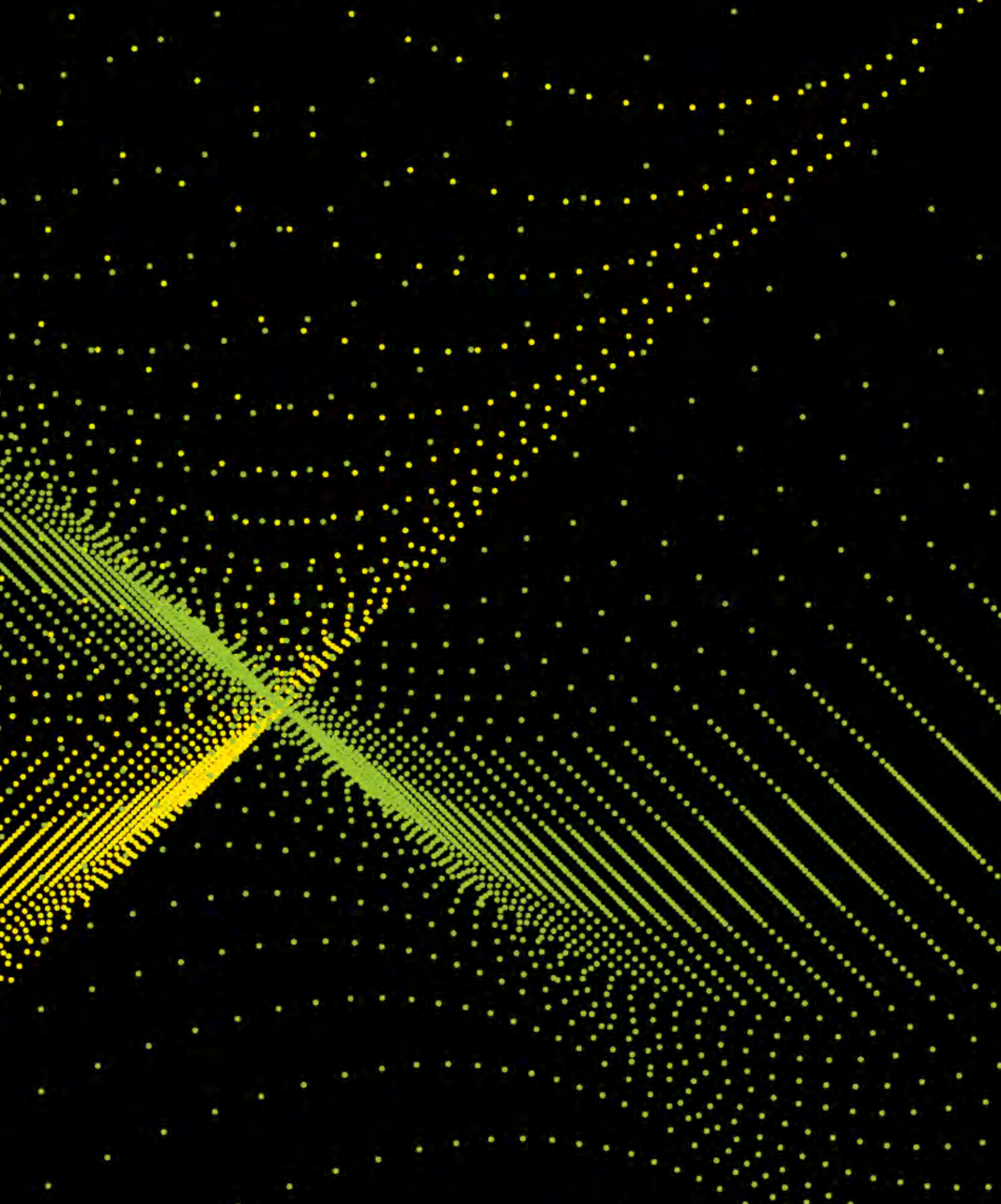
Plano de Negócios

Crescimento Seletivo	53
Excelência Operacional	55
Modelo de Autofinanciamento	57

Gestão de Risco

59





INNOVATION
AS THE *NEW*ART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

2

Estratégia

2.1. Ambiente Empresarial

2.1.1. A IMPORTÂNCIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

A energia renovável é uma componente fundamental da transformação energética em curso a nível mundial. Por um lado, a energia renovável é uma componente essencial da redução das emissões mundiais e da manutenção do aumento da temperatura global abaixo dos 2°C, conforme acordado em Paris. Por outro, as energias renováveis são cada vez mais competitivas com as tecnologias convencionais, obtendo simultaneamente inúmeros benefícios socioeconómicos. Consequentemente, as energias renováveis impulsionam o crescimento económico, aumentam a segurança no abastecimento energético, criam novas oportunidades de emprego, melhoram o bem-estar humano e contribuem para alcançar os objetivos de desenvolvimento, entre outros benefícios.

Necessidade de deter as alterações climáticas e cumprir os acordos internacionais

As atividades humanas estão a libertar quantidades críticas de dióxido de carbono e outros gases com efeito estufa, que aprisionam o calor e aumentam de forma constante a temperatura do nosso planeta, comprometendo definitivamente o nosso clima. Os cientistas que estudam o clima, baseando-se no crescente aumento de registos científicos, concordam que as alterações climáticas estão de fato a acontecer devido a causas humanas e que os respetivos efeitos são facilmente observados e evidenciados pelos dados que demonstram um aumento das temperaturas globais em 0,9 °C (níveis de 1880), um aumento do nível das águas do mar de cerca de 17 cm (no último século), ou um perceptível degelo das camadas de gelo na Gronelândia e na Antártida. Houve uma "mudança radical" na abordagem das alterações climáticas na última década, nomeadamente no que respeita aos objetivos de redução de emissões traçados por grandes países em desenvolvimento liderados pela China, juntamente com uma ação acelerada a este nível, por parte dos EUA, empreendida pelo presidente Barack Obama. O Acordo de Paris, ratificado em novembro de 2016, visa evitar os piores efeitos das alterações climáticas e abre caminho a uma economia descarbonizada. Dado que as emissões antropogénicas de GEE resultam principalmente da combustão de combustíveis fósseis, é pois essencial proceder a uma ação efetiva no setor energético no sentido de enfrentar as questões em matéria de alterações climáticas. Segundo a IRENA (Agência Internacional para as Energias Renováveis), atingir uma quota de 30% de energias renováveis até 2030, em conjunto com uma maior eficiência energética, seria suficiente para evitar que as temperaturas globais subissem mais de 2°C acima dos níveis pré-industriais. É cada vez mais evidente que os investimentos necessários para reduzir as emissões serão modestos quando comparados com os benefícios resultantes da prevenção dos danos causados pelas alterações climáticas. Por conseguinte, a energia renovável é uma pedra angular no cumprimento dos objetivos climáticos, e a energia eólica *onshore*, devido à sua maturidade e competitividade, deverá estar na linha da frente da necessária transformação do nosso setor energético.

De acordo com a IRENA, o custo da duplicação da quota da energia renovável até 2030 seria de 290 mil milhões de dólares por ano, prevendo-se que seja pelo menos 4 a 15 vezes inferior aos custos externos evitados.

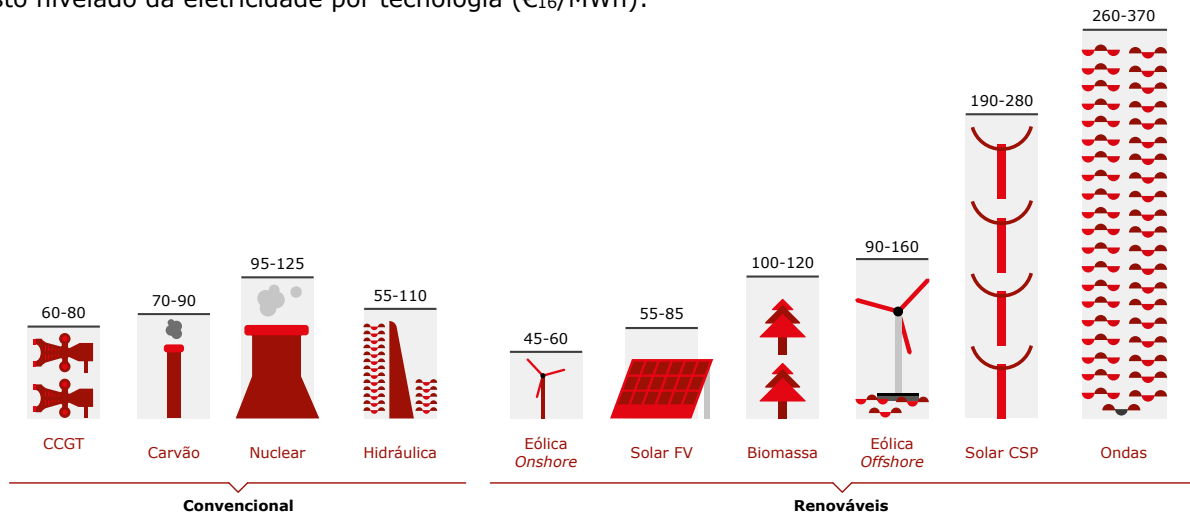
As energias renováveis são a opção mais económica em muitas partes do mundo

Hoje em dia, algumas tecnologias renováveis (nomeadamente, a energia eólica e a solar fotovoltaica) são competitivas face às tecnologias convencionais. De acordo com o custo nivelado de energia (LCOE), a energia eólica *onshore* já é a fonte de eletricidade mais barata em algumas regiões, enquanto a energia solar FV também está a torna-se cada vez mais competitiva, tal como afirmam muitos especialistas e analistas de prestígio, incluindo a Bloomberg Energy Finance, IRENA ou Lazard. Apesar da redução substancial dos custos da energia eólica *onshore* desde o início dos anos 80, existe ainda um potencial significativo de curva descendente para a próxima década, uma vez que os custos devem continuar a diminuir devido a um melhor *design* dos aerogeradores, ao uso de turbinas maiores e mais fiáveis, assim como alturas de eixo e diâmetros de rotor capazes de desbloquear fatores de carga mais altos com o mesmo recurso eólico.

Em Espanha, de acordo com a Associação Espanhola da Energia Eólica, o preço médio grossista da eletricidade teria sido 15,3 euros/MWh superior (28%) do que se a frota de aerogeradores de parques eólicos com capacidade instalada de 23 GW não tivesse produzido energia.

De acordo com a IRENA, em 2025, o LCOE da energia eólica *onshore* e *offshore* pode registar descidas de 26% e 35%, respetivamente, enquanto a energia solar FV pode descer até aos 59%. Além disso, uma vez que as energias renováveis não utilizam combustíveis fósseis, não estão expostas à volatilidade intrínseca dos preços, sendo o seu LCOE previsível e estável. O aumento da competitividade da energia eólica ficou patente nos últimos leilões de energia realizados em todo o mundo: em 2016, o preço da energia eólica, não só atingiu mínimos históricos (abaixo de 40 dólares / MWh), mas foi muitas vezes inferior ao de qualquer outra tecnologia. Por outro lado, o aumento da oferta de energia renovável tende a baixar o preço médio por unidade de eletricidade, por ter custos marginais muito baixos, dado que não têm de pagar combustível, reduzindo assim os preços grossistas e, em última instância, o custo para os consumidores.

Custo nivelado da eletricidade por tecnologia (€₁₆/MWh):



Fonte: Análise EDPR

Pilar fundamental da sustentabilidade e da independência energética

A natureza ilimitada dos recursos eólicos contribui para a sua sustentabilidade: a utilização de recursos eólicos permite reduzir o ritmo do esgotamento dos combustíveis fósseis e manter o equilíbrio entre os recursos naturais existentes e o seu consumo, além de ter um impacto ambiental reduzido porque não polui nem gera resíduos, contribui para a qualidade do ar e não requer água ou combustíveis. Outra vantagem é o fato de o recurso eólico ser também endógeno, o que melhora a segurança do abastecimento de energia dos países, diminuindo a sua vulnerabilidade no que respeita à interrupção ou alteração do fornecimento de energia e aumentando a independência energética, o que se traduz em economias de custo significativas ao reduzir as importações de gás e petróleo. Este aspeto é muito relevante para a maioria dos países, sobretudo na Europa, uma vez que a maior parte das reservas de combustíveis fósseis se encontra concentrada num pequeno número de países (principalmente no Médio Oriente).

Um motor de crescimento e desenvolvimento regional

As energias renováveis geram riqueza, apoiam a criação de novos postos de trabalho e reforçam a rede industrial. Em comparação com as tecnologias de combustíveis fósseis, que são geralmente mecanizadas e de capital intensivo, o setor das energias renováveis exige mais mão-de-obra, uma vez que, em média, são criados mais postos de trabalho por cada unidade de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis do que a partir de combustíveis fósseis. Segundo a IRENA, o setor das energias renováveis emprega, direta e indiretamente, mais de 8 milhões de pessoas em todo o mundo, das quais, o eólico representa mais de 1 milhão de postos de trabalho. Considerando que a maioria dos parques está localizado em zonas rurais, a energia eólica gera riqueza local: a maior parte dos postos de trabalho criados são locais, e os impostos locais, nomeadamente os impostos sobre bens imóveis, representam muitas vezes uma parte importante dos rendimentos dos municípios onde os parques eólicos são construídos. Nos países em desenvolvimento, as energias renováveis estão a tornar-se cada vez mais importantes: segundo as estimativas da Agência Internacional da Energia (AIE), cerca de 1,2 mil milhões de pessoas nem sempre têm acesso à eletricidade, o que compromete seriamente o seu bem-estar e desenvolvimento económico. Este facto constitui um forte argumento para uma maior implementação das energias renováveis, dado que as soluções de energia renovável fora da rede oferecem a forma mais rentável de alargar o acesso à energia a todos.

Melhoria da saúde pública e da qualidade ambiental

A construção de parques eólicos e centrais solares ajuda a melhorar a saúde pública, principalmente através do deslocamento das emissões nocivas das centrais elétricas alimentadas a carvão.

A poluição do ar é um problema grave em muitas regiões do mundo, especialmente nas grandes cidades, devido ao *smog*, que é altamente tóxico para a saúde, reduz a visibilidade e contribui para a chuva ácida, que pode danificar a vegetação e as colheitas.

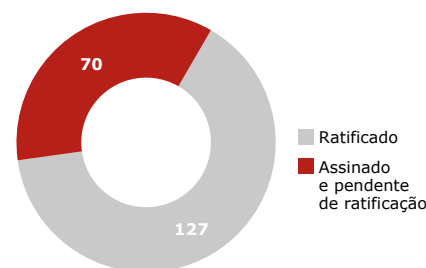
A poluição do ar surgiu como a forma mais mortal de poluição e o quarto principal fator de risco de morte prematura em todo o mundo, segundo o Banco Mundial. Essas mortes custaram à economia global cerca de 225 mil milhões de dólares, segundo revela um estudo do Banco Mundial, que indica o encargo económico da poluição atmosférica.

ACORDO DE PARIS JÁ FOI RATIFICADO POR PAÍSES QUE REPRESENTAM CERCA DE 89% DAS EMISSÕES A NÍVEL MUNDIAL

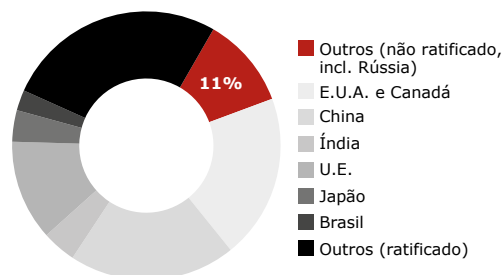
A transição mundial para emissões de baixo carbono já está em curso e a ganhar dinamismo, após a adoção do primeiro acordo universal sobre alterações climáticas e da sua ratificação em novembro de 2016.

O Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, fruto da negociação climática internacional mais complexa, abrangente e sensível alguma vez realizada, entrou em vigor em 4 de novembro de 2016, muito mais cedo do que o esperado, graças à rápida ratificação de um grande número de países. O Acordo é, sem dúvida, um ponto de viragem na história, cimentando a vontade política, económica e social de governos, cidades, regiões, empresas e cidadãos de evitar os piores efeitos das alterações climáticas. O Acordo de Paris desencadeou uma onda de ações sem precedentes e promete impulsionar o setor da energia renovável em todo o mundo. Contudo, mesmo que o Acordo de Paris tenha, sem dúvida, trazido esperança, o ano de 2016 também foi marcado por preocupações climáticas sem precedentes. Segundo a ONU, 2016 foi o ano mais quente de que há registo e bateu um novo recorde pelo terceiro ano consecutivo. Além disso, a Organização Meteorológica Internacional confirmou que a concentração média global na atmosfera do principal gás com efeito de estufa, o dióxido de carbono, atingiu o marco simbólico e significativo de 400 partes por milhão pela primeira vez, em 2015, e superou novos recordes em 2016. Face a este cenário, os intervenientes não estatais estão cada vez mais conscientes da necessidade de abordar as alterações climáticas. A elaboração do Acordo de Paris demonstrou que a luta contra as alterações climáticas já não é uma questão que os governos devem resolver sozinhos e que as empresas têm um papel fundamental a desempenhar. Incentivadas por expectativas crescentes da sociedade e por metas corporativas, é cada vez maior o número de empresas que compreendeu os desafios e as oportunidades de avançar para uma economia de baixo teor de carbono, e dar resposta às alterações climáticas está a tornar-se um elemento essencial da sua estratégia corporativa. Nos EUA, por exemplo, compradores corporativos (incluindo a Google, Facebook, Amazon, Apple e muitos outros), assinaram novos contratos de aquisição de eletricidade (CAE) para quase 2,5 GW de capacidade de energia renovável, em 2016. O setor elétrico terá um papel central na transição para uma economia de baixo teor de carbono. O setor pode eliminar quase na totalidade as emissões de CO₂ através da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, e oferece a perspetiva de substituir parcialmente os combustíveis fósseis nos transportes e no aquecimento. Na verdade, de acordo com o "Climate Action Tracker", que fornece análises científicas independentes, todas as trajetórias de 1,5 °C preveem um sistema de energia totalmente descarbonizado até 2050, o que implica um sistema de energia inteiramente composto por fontes renováveis e outras com zero ou baixas emissões de carbono.

Países signatários do Acordo de Paris (COP21)



Peso das emissões por país signatário



O que é o Acordo de Paris?

É um acordo climático alcançado por cerca de 200 países em dezembro de 2015. O acordo compromete os líderes mundiais com a manutenção do aquecimento global abaixo dos 2 °C, considerado como o limiar para evitar os piores efeitos das alterações climáticas e a esforçar-se por atingir um objetivo mais seguro de 1,5 °C. Cada país assumiu compromissos a nível nacional para cumprir os objetivos e o acordo inclui um mecanismo para revisões periódicas. O acordo também inclui um objetivo de longo prazo para emissões líquidas zero, o que poderá efetivamente eliminar os combustíveis fósseis. O acordo impõe ainda uma obrigação legal de financiamento da luta contra as alterações climáticas para os países em desenvolvimento.

YES TO WIND POWER

Após o êxito da campanha «Yes to Wind Power» lançada em 2015 em Espanha, esta cresceu, em 2016, ao expandir-se para os mercados de Itália, Roménia, Polónia e França.

A fim de promover os benefícios das energias renováveis, especialmente da energia eólica, a campanha visa sobretudo demonstrar que a energia renovável é a forma mais eficaz de atenuar as alterações climáticas a curto prazo e de cumprir os compromissos assumidos na COP 21. Além disso, destaca a competitividade deste tipo de energia. Para informar a sociedade sobre estas questões, esta campanha das redes sociais centrou-se no personagem do Hipster Energético que, em 2016, começou a responder a perguntas e a partilhar as respostas com toda a comunidade no Facebook e no Twitter. Através do Hipster Energético e da página web da campanha, os jornalistas, líderes de opinião e o público em geral nesses quatro países tiveram acesso, na sua língua, a informações científicas atualizadas num formato fácil de ler e compreender.

Publicações da campanha na Polónia, Espanha, Itália e Roménia:



Número total de impactos da campanha: **2.580.769** (duplicou face ao ano anterior).

Twitter: **4.462.785 impactos hashtag** | Geração de uma comunidade de **1.280 fãs**

Facebook: **Aumento de 73% na dimensão da comunidade YOY** | **A publicação atinge 1.569.001**

2.1.2. A EVOLUÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS EM TODO O MUNDO

Eólica

Segundo o Global Wind Energy Council (GWEC), em 2016 foram ligados à rede 54,7 GW de capacidade eólica, elevando a capacidade total instalada para quase 487 GW a nível global.

Mais uma vez, a **China** liderou a instalação de energia eólica com 23,3 GW de nova capacidade, número inferior aos excelentes resultados (30 GW) de 2015, aumentando a sua capacidade total eólica instalada para 169 GW. Com 0,7 GW de capacidade instalada *offshore* em 2016, a China ultrapassou a Dinamarca e conquistou o terceiro lugar no ranking global *offshore*, depois do Reino Unido e da Alemanha.

Os **EUA** foram o segundo maior mercado de energia eólica com 8,2 GW adicionais, e ao elevar a capacidade acumulada para 82,2 GW, superou a capacidade hidroelétrica, tornando-se a maior fonte de energia renovável e a quarta maior a nível global. Por estado, o Texas ligou 2,6 GW em 2016, seguido de Oklahoma (1,5 GW) e Iowa (0,7 GW). Com este aumento, o Texas continua a ser o maior estado em termos de energia eólica, ultrapassando o marco histórico de 20 GW, seguido dos estados de Iowa (6,9 GW) e da Califórnia (5,7 GW). Os Estados Unidos receberam o seu primeiro projeto eólico *offshore*, o projeto Block Island, de 30 MW, ao largo da costa de Rhode Island.

Na **Europa**, as fontes de energia renovável representam cerca de 90% do aumento de capacidade, um sinal de que o continente está a afastar-se rapidamente dos combustíveis fósseis. Pela primeira vez, a energia eólica ultrapassou o carvão e tornou-se na segunda maior fonte em termos de capacidade de produção de eletricidade, ficando apenas atrás do gás natural, o que é particularmente impressionante, tendo em conta que há 10 anos era apenas a sexta tecnologia. Em 2016, os parques eólicos representaram mais de metade das instalações eólicas da nova capacidade na Europa e satisfizeram 10,4% da procura total de eletricidade. De acordo com a Wind Europe, em 2016 foram instalados 12,5 GW de energia eólica na UE, dos quais 1,6 GW *onshore*, o que representa, em conjunto, 51% de toda a nova capacidade. Estes resultados fazem com que a capacidade acumulada instalada na Europa ascenda a 153,7 GW de energia eólica, dos quais 12,6 GW são *offshore*, cimentando a liderança europeia. A Alemanha voltou a ser o maior mercado com 5,4 GW de nova capacidade (dos quais 0,8 GW *offshore*) e a França ficou em segundo, com um ano recorde de 1,6 GW, seguido da Turquia (1,4 GW) e dos Países Baixos (0,9 GW, dos quais 0,7 GW *offshore*). Em termos de capacidade acumulada, a Alemanha mantém a sua liderança com 50,0 GW, seguida de Espanha (23,1 GW), Reino Unido (14,5 GW), França (12,1 GW) e Itália (9,3 GW).

Quase 90% da nova energia na Europa originada por fontes de energia renovável em 2016.

Na **América Latina**, 2016 foi um ano marcante para o Brasil, que instalou 2,0 GW e ultrapassou 10 GW da capacidade eólica instalada. O Chile adicionou 0,5 GW, atingindo 1,4 GW de capacidade, enquanto o México ligou 0,5 GW e fechou o ano com 3,5 GW.

As outras economias emergentes que alcançaram muito bons resultados foram a Índia, que estabeleceu um novo recorde nacional de 3,6 GW e consolidou a sua posição como quarto maior mercado eólico, a África do Sul (0,4 GW) e o Paquistão (0,3 GW).

Solar

2016 foi um ano excelente para a energia solar fotovoltaica, com 76,1 GW de aumento de capacidade, comparados com 51,2 GW em 2015. O maior mercado foi a China, que adicionou 34,2 GW, um aumento de 125% face a 2015. Os Estados Unidos ocuparam a segunda posição, com um aumento estimado de 14 GW, acima dos 7,3 GW no ano anterior, tendo os mercados do Japão e da Índia aumentado 8,6 e 4,5 GW, respetivamente. Os países europeus instalaram cerca de 6,9 GW de energia solar em 2016, um decréscimo de 20% em comparação com os 8,6 GW que foram instalados no ano anterior, segundo a Solar Power Europe. O crescimento deveu-se sobretudo ao Reino Unido, Alemanha, Turquia e França.





"2016 será recordado como o primeiro ano em que foram assinados CAEs de energia solar a níveis que a tornam como a energia mais barata em muitas regiões do mundo", James Watson (CEO da Solar Power Europe).

2.1.3. ESQUEMAS REMUNERATÓRIOS

Os projetos de energias renováveis têm tradicionalmente sido apoiados por uma vasta gama de esquemas remuneratórios. No entanto, os esquemas mais frequentes são:

- **SISTEMAS DE TARIFA FEED-IN (FIT):** É o esquema mais popular devido à sua simplicidade e visibilidade para os investidores, permitindo aos produtores de energia elétrica receberem um pagamento fixo por cada unidade de eletricidade gerada, independentemente do preço de mercado, ou um pagamento sobre o preço de mercado (esquemas de "Feed-in premium" e Contrato por Diferença).
- **OBRIGAÇÕES DE QUOTA:** Sobre o preço de mercado, os produtores de energia recebem certificados pela sua energia final (Certificados Verdes), que podem ser vendidos aos operadores obrigados a cumprir uma quota de energia obtida a partir de fontes renováveis, proporcionando assim uma receita adicional aos produtores.
- **CONCURSOS E LEILÕES:** Estão a tornar-se cada vez mais populares. Não representam uma categoria de apoio em si mesmos, uma vez que são utilizados para atribuir apoio financeiro a diferentes tecnologias de energias renováveis e para determinar o nível de apoio a outros tipos de esquemas, como os sistemas *feed-in*, em procedimentos de licitação.
- **OUTROS:** Inclui subsídios ao investimento, empréstimos com baixas taxas de juros e isenções fiscais para apoiar as energias renováveis.

O quadro seguinte descreve a regulamentação em vigor nas áreas geográficas onde a EDPR opera.

País	Breve descrição	País	Breve descrição
 E.U.A	<ul style="list-style-type: none"> • As vendas podem ser acordadas ao abrigo de CAEs (até 20 anos), hedges ou preços <i>merchant</i> • Créditos de energias renováveis (REC) sujeitos à regulamentação de cada estado • Créditos fiscais à produção (PTC) (projetos eólicos): cobrados durante 10 anos a partir da data de operação comercial (23 dólares/MWh em 2016). Redução gradual para projetos que iniciem a construção após 2016 (projetos sem PTC após 2019). Para se qualificarem, os projetos têm 4 anos para entrar em serviço. • Créditos fiscais ao investimento (ITC): 30% ITC para projetos de energia solar e novos projetos eólicos podem optar por ITC em vez de PTC. A redução gradual para projetos de energia eólica segue um esquema semelhante ao do PTC. Redução gradual para projetos de energia solar (projetos implementados após 2023 serão qualificados para apenas 10% ITC) 	 Bélgica	<ul style="list-style-type: none"> • Preço de mercado e regime de certificados verdes • Preços dos certificados distintos, com <i>cap</i> e <i>floor</i> para a Valónia (65€/MWh-100/MWh) • Sistema de ajuste do número de certificados verdes por MWh conforme nível de rentabilidade predefinido • Opção para negociar CAEs de longo prazo
 Canadá	<ul style="list-style-type: none"> • Tarifas <i>feed-in</i> (Ontário) • Duração: 20 anos 	 Polónia	<ul style="list-style-type: none"> • O preço da energia elétrica pode ser estabelecido através de contratos bilaterais ou através da venda a distribuidores mediante um preço regulado (171,14 zlóts polacos/MWh no 4T2016) • A energia eólica recebe 1 certificado verde/MWh que pode ser transacionado no mercado. Os fornecedores de energia elétrica têm uma taxa de substituição por não cumprimento da obrigação de certificados verdes. Em 2016, a taxa de substituição foi fixada em 300 zlóts polacos/MWh • Os novos ativos serão remunerados pelo regime de contratos por diferenças, adjudicado através de leilões competitivos
 Espanha	<ul style="list-style-type: none"> • A energia eólica recebe um preço da <i>pool</i> e um prémio por MW, se necessário, para cumprir uma taxa de remuneração estabelecida em função da taxa de rentabilidade das obrigações a 10 anos em Espanha adicionado de 300 pbs • O cálculo do prémio é baseado em ativos padrão (fator de carga, produção e custos padrão) • Os novos ativos são remunerados mediante um prémio atribuído através de leilões competitivos 	 Roménia	<ul style="list-style-type: none"> • Os ativos eólicos (instalados até 2013) recebem 2 certificados verde/MWh até 2017 e 1 certificado verde/MWh após 2017 até completarem 15 anos. 1 dos 2 certificados verdes obtidos até mar. 2017 só pode ser vendido entre jan. 2018 e dez. 2020. Os ativos solares recebem 6 certificados verde/MWh durante 15 anos. 2 dos 6 certificados verdes obtidos até mar. 2017 só podem ser vendidos entre abr. 2017 e dez. 2020. Os certificados verdes são transacionáveis no mercado sob um regime de <i>cap</i> e <i>floor</i> • Os ativos eólicos (instalados após 2013) recebem 1,5 certificados verde/MWh até 2017 e depois 0,75 certificados verde/MWh até completarem 15 anos
 Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Antigo regime (antes de 2006): Tarifa <i>feed-in</i> inversamente correlacionada com o fator de carga ao longo do ano. Duração de 15 anos (Tarifa atualizada mensalmente com base na inflação) e possibilidade de obter um prolongamento em troca de pagamentos antecipados ou descontos sobre as tarifas existentes • Novo regime (após 2006): preço definido mediante leilões competitivos 	 Itália	<ul style="list-style-type: none"> • Os parques eólicos em operação antes do final de 2012 são remunerados num esquema de preço da <i>pool</i> + prémio, aplicável nos primeiros 15 anos de operação • Parques eólicos comissionados a partir de 2013: concursos competitivos com CAEs a 20 anos
 França	<ul style="list-style-type: none"> • Tarifa <i>feed-in</i> durante 15 anos: <ul style="list-style-type: none"> • Primeiros 10 anos: recebe 82 €/MWh; indexação à taxa de inflação • Anos 11-15: dependendo da taxa de ocupação, recebe 82 €/MWh @2.400 horas diminuindo para 28 €/MWh @3.600 horas; indexação à taxa de inflação • Os novos ativos serão remunerados através de um regime de contrato pela diferença 	 Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade antiga instalada no âmbito de regime de tarifa <i>feed-in</i> ("PROINFA") • Desde 2008, leilões competitivos que adjudicam CAEs a 20 anos
 Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> • Regime de preço de mercado adicionado de certificados verdes (certificados de obrigação de utilização de energias renováveis) implementado desde 2002 • O regime de certificados verdes será desaparecerá em 2017 e está a ser gradualmente substituído por um regime de contratos por diferenças através de leilões competitivos 		

EUROPA: REDESENHAR OS MERCADOS DE ENERGIA PARA A DESCARBONIZAÇÃO

A 30 de novembro de 2016, a Comissão Europeia (CE) apresentou o pacote legislativo Energia Limpa, denominado "Pacote de Inverno", que apresenta o quadro regulatório pós-2020 da UE. As propostas são uma peça fundamental do objetivo da CE de criar uma União da Energia Europeia e inclui cinco áreas principais: Diretiva relativa às Energias Renováveis, Análise do Desenho de Mercado, Governança, Eficiência e Segurança do Abastecimento.

O pacote consiste em oito propostas legislativas, incluindo o "Regulamento sobre a Governança da União da Energia" e uma nova "Diretiva relativa às Energias Renováveis", juntamente com quatro documentos não legislativos e outros nove relatórios e iniciativas.

Todas as propostas legislativas necessitam ainda da aprovação por parte do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, que poderão vir a ocorrer no final de 2018.

Objetivos 2030		
Redução de 40% dos GEE face a 1990	27% peso da energia renovável	30% de poupança energética

■ Objetivo Europeu, vinculativo a nível nacional
■ Objetivo Europeu, não vinculativo a nível nacional

A "Diretiva relativa às Energias Renováveis" visa consolidar os compromissos assumidos no Acordo de Paris, em que a UE se comprometeu a reduzir as suas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) em 40% em relação aos níveis de 1990, até 2030, e a aumentar em 27% a sua quota de energias renováveis. As propostas incluem também planos para aumentar os níveis de eficiência energética em 30%, até 2030. A CE, no âmbito do novo quadro de governação, acompanhará o cumprimento dos objetivos relativos ao clima e à energia para 2030. A fim de cumprir as metas, os Estados-Membros deverão elaborar "Planos Nacionais de Energia e Clima 2030", nos quais cada Estado-

"Estamos à beira de uma revolução da energia limpa" (Miguel Arias Cañete, Comissário da UE para a Ação Climática e Energia).

Membro estabelecerá o caminho para a consecução dos seus objetivos. Se esses planos não forem suficientes para atingir o objetivo vinculativo da UE, a CE poderá desencadear medidas a nível europeu para colmatar a lacuna.

A nova proposta de diretiva relativa às energias renováveis também preconiza três anos de visibilidade para o apoio às energias renováveis, uma vez que exige que os Estados-Membros definam um calendário no mínimo a três anos para a atribuição de apoio, incluindo prazos, capacidade e orçamento. Exige também que os Estados-Membros assegurem que qualquer modificação ao seu regime

de apoio não afeta negativamente as projeções económicas dos projetos de energias renováveis.

Os objetivos para 2030 implicam que cerca de metade da eletricidade na Europa venha a ser gerada por energias renováveis em 2030. A CE reconhece este facto e procura integrar as energias renováveis nos mercados de energia, aumentando a sua flexibilidade e tornando-as aptas para uma quota cada vez maior da produção variável.

Os desenvolvimentos regulatórios recentes mais relevantes nos países europeus onde a EDPR está presente encontram-se descritos abaixo (para informação adicional, consultar a Nota 01 das Contas Anuais Consolidadas da EDPR).



ESPAÑA

Em janeiro de 2016, teve lugar o primeiro leilão para atribuição de capacidade de energias renováveis, concebido para oferecer um regime retributivo semelhante ao que se aplica às instalações atualmente existentes (Real Decreto 413/2014). Na sequência deste enquadramento, os proponentes foram convidados a oferecer descontos sobre o parâmetro "investimento inicial", que determina o "prémio de investimento" a ser concedido. O leilão foi muito competitivo, cerca de 5 vezes mais do que a capacidade existente para energia eólica *onshore*. À EDP Renováveis foram adjudicados 93 MW de energia eólica. O governo espanhol anunciou um novo leilão para atribuição de capacidade a energias renováveis para os primeiros meses de 2017, exigindo a conclusão dos projetos até dezembro de 2019.



PORTUGAL

Em outubro de 2016, foi publicada a Portaria 268-B/2016 sobre dedução de subsídios não reembolsáveis recebidos de programas públicos de desenvolvimento.

 **FRANÇA**

Em abril de 2016, o governo promulgou a "Programmation Pluriannuelle des Investissements", que fixa os objetivos de capacidade das energias renováveis por tecnologia, incluindo um calendário provisório dos concursos para energias renováveis a lançar até 2019.

Em dezembro de 2016, foi lançado um novo esquema de Contrato por Diferença (CfD) para parques eólicos que solicitaram um CAE em 2016. O preço de exercício será igual ao valor da atual tarifa *feed-in* (mandato, indexação e ajustamento semelhantes após o ano 10), acrescido de uma comissão de gestão para equilibrar custos de compensação (2,8€/MWh). O preço de referência de mercado será o preço médio ponderado de produção do mercado diário, utilizando um perfil de produção representativo para o setor eólico.

Também foi divulgado o projeto de decreto para o CfD de 2017 para parques eólicos com menos de seis turbinas eólicas, onde o prazo de CfD foi estendido de 15 para 20 anos, sendo o preço de exercício de 72€/MWh mais a comissão de gestão.

 **ITÁLIA**

Aprovação final, em junho, do novo decreto que prevê concursos para 2016. Este decreto segue as disposições da Lei italiana para energias renováveis de 2011 e, como tal, embora com alguns pequenos ajustamentos, é muito semelhante à legislação aprovada em 2012, que estabeleceu o enquadramento para as três primeiras propostas de energia eólica *onshore*. O novo decreto previa um único concurso para 800 MW de energia eólica. A Agência de Energia italiana, Gestore dei Servizi Energetici (GSE) divulgou, em dezembro de 2016, a lista dos projetos que ganharam contratos no concurso de 2016. A EDP Renováveis ganhou CAE para seis parques eólicos num total de 127 MW de energia eólica com um preço adjudicado de 66€/MWh e caso o preço realizado no mercado seja inferior ao preço adjudicado, a diferença será paga pelo GSE.

 **POLONIA**

Em junho de 2016, foi aprovada a denominada "Lei de Investimento em Turbinas Eólicas", introduzindo, entre outras medidas, novas restrições de distância mínima para novos parques eólicos e aumento do encargo imobiliário. Também em junho de 2016, foram aprovadas algumas emendas ao Capítulo 4 da Lei para energias renováveis. Embora o cerne do novo sistema de leilões permaneça inalterado, foram introduzidas algumas modificações, nomeadamente quanto a *mix* tecnológico para futuros concursos, melhoria do tratamento da biomassa, biogás e cogeração.

Em novembro de 2016, o governo polaco divulgou um projeto de portaria detalhando a quantidade e o valor da energia que planeavam leiloar em 2017. O projeto prevê que as fontes renováveis de energia de base (biomassa dedicada e biogás) tenham uma quota de cerca de 50% do orçamento total do leilão de 2017, mas a nova energia eólica *onshore* também poderá competir por um montante até 150 MW.

 **ROMÉLIA**

O governo romeno aprovou o projeto de portaria fixando uma quota de 8,3% para 2017.

Em outubro de 2016, o Ministério da Energia publicou para consulta um projeto de emenda à atual Lei para energias renováveis e lançou um novo esboço em novembro, incorporando algumas melhorias em relação à versão anterior. Entre outras alterações, incluem-se uma extensão do sistema de Certificados Verdes (Green Certificates) até 2031, a suspensão da indexação dos parâmetros dos Certificados Verdes e a extensão da recuperação dos Certificados Verdes para a energia eólica de 2018 a 2025. Quanto à energia solar fotovoltaica, o projeto de alterações legislativas propõe uma prorrogação do adiamento dos Certificados Verdes até final de 2024, fixando a recuperação de 2025 para 2030.

 **REINO UNIDO**

Em novembro de 2016, o Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS) divulgou detalhes sobre a próxima ronda de contratos CfD. Prevê-se que a segunda ronda de alocação comece em abril de 2017 com projetos a competir por um apoio anual de 290 milhões de libras para os anos de entrega de 2021/22 e 2022/23 (embora os projetos *offshore* possam ser faseados até dois anos após 2022/23). Incluirá apenas tecnologias menos estabelecidas, tais como energia eólica *offshore*. O preço de exercício administrativo, para a energia eólica *offshore* é fixado em 105 libras/MWh para os projetos com implementação em 2021/2022 e 100 libras/MWh para projetos com implementação em 2022/2023.

OS EUA MANTÊM-SE NA LIDERANÇA

Historicamente, o quadro típico de desenvolvimento de energia eólica nos EUA tem sido descentralizado, sem tarifa *feed-in* nacional, e conjugando três alavancas de receitas:

- **PTC:** Os créditos fiscais à produção são a principal forma de remuneração da energia eólica nos EUA e representam uma fonte extra de receitas por unidade de eletricidade (23 dólares/MWh em 2016) ao longo dos primeiros 10 anos de vida do ativo.
- **ITC:** Os créditos fiscais ao investimento que equivalem a 30% do investimento inicial são o principal incentivo para a energia solar.
- **CAE:** Acordos bilaterais de compra de energia a longo prazo pelos quais o produtor de energia eólica pode vender a sua produção a um preço fixo geralmente ajustado em função de um aumento gradual negociado.

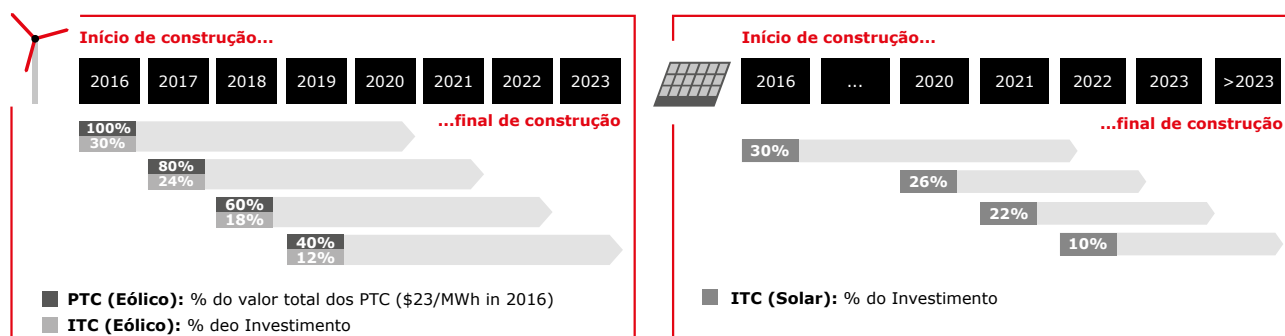
Além disso, muitos estados aprovaram legislação, principalmente sob a forma de *Renewable Portfolio Standards* (RPS), que exigem que os fornecedores de energia adquiram uma certa percentagem do seu fornecimento de energia a partir de fontes renováveis, estabelecendo penalizações para os que não cumpram a lei. As empresas podem investir diretamente em ativos de geração de energias renováveis, comprando eletricidade a outras empresas geradoras de energias renováveis ou adquirindo créditos de energias renováveis (REC). Como resultado, muitas empresas de eletricidade lançam sistemas de leilão para assinar acordos de compra de energia de longo prazo com produtores de energias renováveis.

Os recentes desenvolvimentos relevantes a nível de regulamentação na América do Norte encontram-se descritos subsequentemente (para informação adicional, consulte a Nota 01 das Contas Anuais Consolidadas da EDPR).



ESTADOS UNIDOS

Em dezembro de 2015, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o "Consolidated Appropriations Act 2016", que incluiu uma extensão dos créditos PTC para energia eólica e a possibilidade de um crédito ITC de 30% em vez de PTC e da extensão dos créditos ITC para energia solar. O Congresso introduziu a redução gradual dos créditos até à sua supressão. Os projetos de energia eólica que iniciarem a sua construção em 2020 ou mais tarde não terão direito a PTC ou ITC e os projetos de energia solar que entrem em funcionamento após 2023 apenas se qualificarão para 10% dos ITC. O gráfico abaixo descreve o calendário de redução progressiva:



Em maio de 2016, o Internal Revenue Service (IRS) emitiu orientações determinando que os parques eólicos têm 4 anos, a contar do início da sua construção, para entrarem em funcionamento e se qualificarem para os PTC. Assim, os projetos que iniciem a sua construção antes do final do ano de 2019 e entrem em funcionamento antes do final do ano de 2023 serão elegíveis para os PTC. A decisão do IRS inclui ainda uma disposição que permite aos produtores de energia garantir os PTC se 5% das componentes de capital de um projeto em dólares estiverem garantidos em condições "safe harbor" num determinado ano e a construção for concluída dentro de 4 anos. Assim, se um promotor de um projeto garantir em "safe harbor" 5% do investimento do projeto em 2016, esse projeto qualifica-se para 100% dos PTC, desde que a sua construção seja concluída até o final do ano de 2020.

Em agosto de 2015, a Environmental Protection Agency (EPA) anunciou o Clean Power Plan (CPP), um plano para reduzir a poluição de carbono das centrais em funcionamento. Em fevereiro de 2016, o Supremo Tribunal suspendeu a implementação do CPP por se encontrar pendente de revisão judicial e até o final do ano de 2016 o processo de revisão esteve sob a alçada do Tribunal de Instância de DC. A decisão é esperada para meados de 2017 mas no entanto, também se espera que haja apelo para o Supremo Tribunal, independentemente do resultado.

Em relação ao RPS, alguns estados melhoraram as suas metas em 2015 e 2016: Califórnia e Nova Iorque têm como objetivo 50% de fontes renováveis até 2030, Oregon aumentou o seu RPS para 50% em 2040, Vermont aprovou um RPS de 75% até 2032 e Michigan atualizou o seu RPS para 15% até 2021. Em 2016, tanto New Jersey quanto Massachusetts propuseram atualizar os seus RPS para 80% até 2050 (mas até ao final de 2016 ainda não tinham adotado a proposta). O estado de Illinois complementou o seu RPS ao aprovar legislação relativa ao sector da energia que exige que os produtores de energia recorram, para a produção de energia, um mínimo de 4TWh de energia eólica e 4TWh de energia solar até 2030.

As metas do portfólio de energia renovável (RPS) como percentagem do consumo por estado são indicadas na tabela abaixo.

Objetivo de RPS	2016	2025	Objetivo de RPS	2016	2025
Arizona	5,7%	14,2%	Montana	7,1%	7,1%
Califórnia	24,4%	40,5%	Nevada	16,6%	20,8%
Colorado	14,1%	21,7%	New Hampshire	15,3%	22,7%
Connecticut	19,9%	25,6%	New Jersey	14,4%	23,4%
Delaware	11,9%	22,8%	Novo México	11,5%	15,8%
Distrito de Colúmbia	13,9%	26,0%	Nova Iorque	28,4%	30,6%
Havai	14,8%	24,7%	Carolina do Norte	5,7%	11,3%
Illinois	8,2%	19,2%	Ohio	2,0%	9,1%
Indiana	3,2%	8,0%	Oregon	11,5%	22,2%
Maine	36,6%	37,5%	Pensilvânia	13,0%	17,1%
Maryland	14,5%	21,4%	Rhode Island	9,4%	22,1%
Massachusetts	13,7%	21,1%	Texas	5,0%	8,6%
Michigan	10,2%	10,2%	Vermont	0,0%	79,5%
Minnesota	20,7%	28,4%	Washington	4,5%	7,7%
Missouri	3,6%	10,9%	Wisconsin	9,6%	9,6%

PERSPETIVAS DE CRESCIMENTO

O crescimento nos EUA está motivado por diferentes fatores, incluindo a retirada de capacidade térmica a carvão, do cumprimento das normas de RPS e da procura de entidades comerciais e industriais.

<p>29 estados + D.C.</p>	<p>RPS</p>	<p>Renewable Portfolio Standards</p> <ul style="list-style-type: none"> Definidos a nível estadual Cobrindo 55% do total das vendas grossistas de eletricidade de E.U.A. 5 estados aumentaram quotas em 2016 (OR; IL; MI; NY; D.C.)
<p>27 GW de carvão retirado até 2030; 49 GW desde 2010</p>	<p>Utilities</p>	<p>Procura da Utilities</p> <ul style="list-style-type: none"> Anunciado oficialmente: centrais térmicas a carvão em processo de encerramento Antiquadas e incumpridoras das limitações ambientais para além do CO₂ 23% das centrais a carvão retiradas ou anunciadas até 2030
<p>>50% CAE assinados em 2015</p>	<p>Entidades Comerciais e Industriais</p>	<p>Entidades Comerciais e Industriais</p> <ul style="list-style-type: none"> Non-utilities incluindo tecnológicas, industriais, cooperativas... Preço fixado a longo prazo protegido de flutuações no preço de combustível 80 empresas comprometidas a consumir energia 100% renovável



CANADÁ

As novas metas de fornecimento de energia elétrica através de energias renováveis no Canadá até 2020 têm como suporte as novas metas definidas em Alberta e Saskatchewan, juntamente com os contratos IESO existentes em Ontário.



MÉXICO

O México está a redesenhar o seu setor de energia, começando pela emenda constitucional em 2013 e terminando a sua implementação até o final de 2018. As reformas acarretam o fim dos monopólios estatais verticalmente integrados e abrem a porta a oportunidades significativas de participação do setor privado nas cadeias de abastecimento de petróleo, gás e eletricidade. As reformas do setor de energia no México avançaram significativamente em 2016 com o objetivo de implementar mudanças que garantam a remuneração a todas as formas de geração, incluindo energia eólica

e solar. Os principais mecanismos de interesse para os produtores de energia renovável são a implementação do mercado grossista de eletricidade, leilões de fornecimento de longo prazo e direitos de transmissão financeira. Até ao momento, foram realizados dois leilões de fornecimento de longo prazo, estando um terceiro planeado para abril de 2017.

CHEGOU A ERA DOS LEILÕES

Nos últimos anos, o sector das energias renováveis sofreu uma profunda transformação, tendo-se assistido a uma rápida queda dos custos de energia eólica e solar fotovoltaica, uma elevada penetração de fontes de energia renovável, uma maior concorrência entre operadores e tecnologias, a adoção generalizada de objetivos em termos de energias renováveis, e regras mais rigorosas de apoios estatais, entre outras alterações. Para se adaptarem a essas tendências, os mecanismos de apoio também garantem uma maior implantação das energias renováveis de forma mais eficaz em termos de custos. Neste contexto, os leilões, por si só ou em combinação com outros regimes de apoio, tornaram-se frequentemente a opção preferida. Com efeito, este regime permite controlar a implementação do volume de energias renováveis (em especial, para evitar o aumento descontrolado de novas instalações), diminuindo a possibilidade de os governos sobrefinanciarem o sector devido à falta de informação.

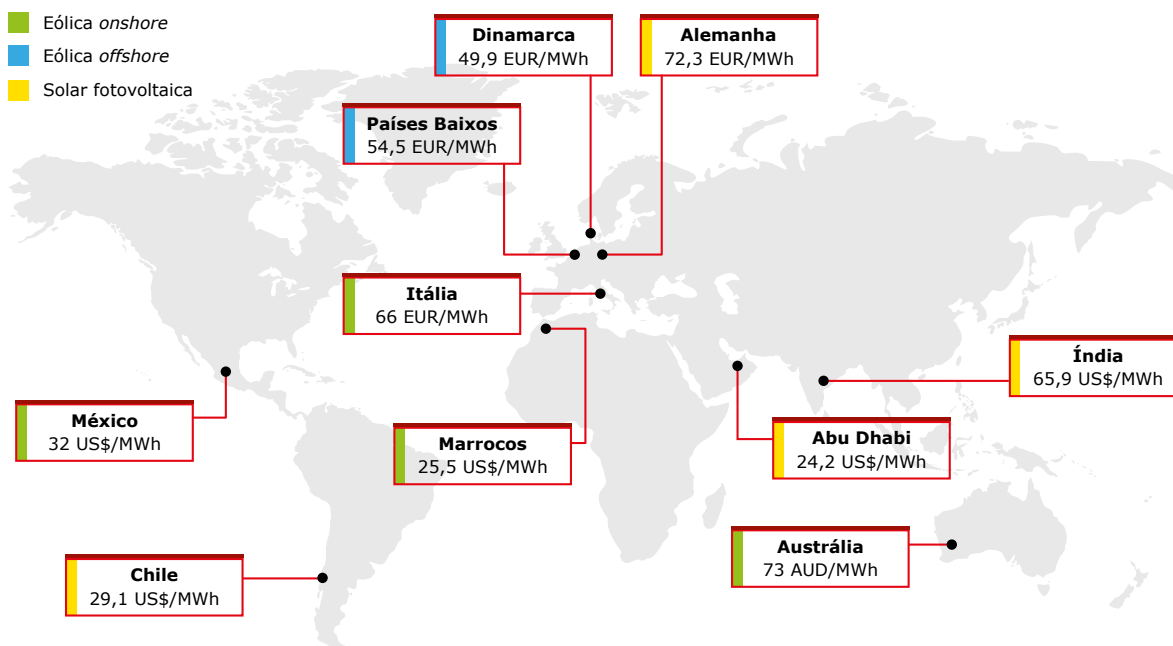
A América Latina é provavelmente a região com maior experiência em leilões de energia renovável. O Brasil, por si só, contratou mais de 20 GW. Outros países, principalmente o Peru, Chile, México, Argentina e Uruguai também realizaram leilões de energia renovável nos últimos anos.

Na Europa, tem-se verificado um interesse crescente em leilões, reforçado pela regulamentação. De facto, as "Orientações da Comissão Europeia relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020" obrigam todos os Estados-Membros a criarem processos de concurso competitivos para conceder apoio a todas as novas instalações até janeiro de 2017, apenas com algumas exceções.

Os produtores de renováveis têm preferido os leilões como forma de garantir fluxos de caixa previsíveis e, portanto, mitigar a volatilidade dos preços e o risco regulamentar.

2016 foi um ano recorde em termos de leilões de baixo preço em todo o mundo: por exemplo, na tecnologia eólica, tanto Marrocos (abaixo de 30 US\$/MWh) como o Peru (abaixo de 40 US\$/MWh) são bons exemplos, ou, na energia solar fotovoltaica, os preços baixaram para mínimos históricos no Chile. No entanto, os valores inesperadamente mais baixos vieram provavelmente de projetos *offshore*, que registaram preços surpreendentemente baixos como os do último concurso *offshore* na Dinamarca. Embora não sejam diretamente comparáveis aos que foram atribuídos no Reino Unido, por excluírem os custos de ligação à rede e os projetos estarem localizados a profundidades menores, são substancialmente mais baixos. Outro exemplo foi a adjudicação pelo governo holandês de 700 MW de capacidade eólica *offshore*, em dezembro de 2016, que resultou numa redução de 25% em relação ao leilão anterior (apenas alguns meses antes) de projetos vizinhos.

Resumo de alguns leilões relevantes em 2016



Fonte: BNEF e Análise EDPR

2.2. Plano de Negócios

O plano estratégico da EDPR para criação de valor até 2020 permanece em linha com a anterior arquitetura, sustentado por três pilares com metas definidas: Crescimento Seletivo, Excelência Operacional e Modelo de Autofinanciamento.

Em maio de 2016, a EDPR apresentou à comunidade financeira o seu Plano de Negócio para 2016-20 durante o Dia do Investidor do Grupo EDP, realizado em Londres. Neste evento estiveram presentes vários participantes dos mercados financeiros, incluindo a imprensa, participantes online, investidores, analistas e agências de rating, o que demonstra um grande interesse por parte da comunidade financeira na evolução financeira e estratégia do Grupo.

A EDPR atualizou o seu Plano de Negócio de 2014-17 para um novo Plano de Negócio, contemplando um aumento de adições capacidade e um diferente *mix* tecnológico. Desde o seu início, a EDPR tem vindo a desenvolver uma estratégia centrada no crescimento seletivo, investindo em projetos de qualidade com fluxos de caixa futuros previsíveis, e numa execução rigorosa apoiada em competências fundamentais que geram uma rentabilidade superior, tudo integrado num distinguido e reconhecido modelo de autofinanciamento concebido para acelerar a criação de valor. Como resultado da concretização de tal estratégia, flexível para se adaptar às mudanças no ambiente comercial e económico, a EDPR continua a ser líder mundial no setor de energias renováveis.

O cenário de investimento da EDPR para 2020 continua a ser apoiado por uma agenda estratégica única, que está a ser concretizada com êxito para superar os seus objetivos de 2016-2020.

Crescimento seletivo	Excelência operacional	Modelo de autofinanciamento
Sólida criação de valor, investindo em projetos de qualidade com rentabilidade previsível	Crescimento rentável apoiado em competências centrais distintas e <i>know-how</i> único	Crescimento reforçado por um programa de rotação de ativos desenhado para acelerar a criação de valor
Dar prioridade a investimentos de qualidade nos principais mercados da EDPR	Experiência técnica para maximizar a produção	Investir em oportunidades de crescimento visíveis
Elevada visibilidade em projetos com contratos de longo prazo adjudicados	Projetos competitivos com superior fator de carga	Ativos rentáveis que geram um sólido fluxo de caixa retido
Iniciativas com diversas tecnologias	Estratégia única de O&M para reduzir o Core Opex/MW	Entratégia de Rotação de Ativos para continuar a reforçar o crescimento de valor
c. 700 MW/ano	>97,5% de disponibilidade	€4.800 M de investimento
>65% até 2020	33% em 2020	€3.900 M FCR
Solar & Offshore	TCCA -1% 2015-20	até €1.100M €550M executados c. €600 M novos

Modelo de negócio da EDPR definido para atingir objetivos de crescimento previsíveis e sólidos nos principais mercados...

Produção de eletricidade	EBITDA	FCR	Resultado líquido	Distribuição de dividendos
TCCA 15-20 10%	TCCA 15-20 ¹ 8%	€900M em 2020 E	TCCA 15-20 ¹ 16%	25-35%

...posicionando-se para liderar um sector com crescente relevância a nível mundial.

¹ Considera os números de 2015 ajustados por eventos não recorrentes: 1,07 mil milhões de euros de EBITDA e 108 milhões de euros de Resultado Líquido.

2.2.1. CRESCIMENTO SELETIVO

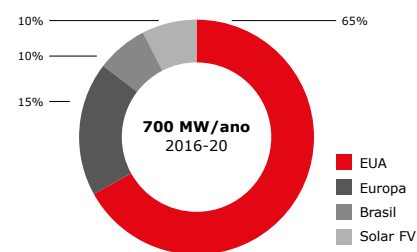
O pilar estratégico do crescimento seletivo é o princípio orientador do processo de seleção de investimentos da EDPR, que garante que os projetos a serem construídos têm uma boa adequação ao perfil de baixo risco da Empresa e uma rentabilidade superior. Esta estratégia faz parte das opções de crescimento do Plano de Negócios para 2016-20, dado que os projetos foram selecionados de acordo com duas diretrizes fundamentais:

1) Perfil de baixo risco – A nova capacidade beneficia de acordos CAE de longo prazo já assegurados ou de contratos de longo prazo atribuídos no âmbito de enquadramentos regulatórios estáveis. Esta estratégia garante uma alta visibilidade dos fluxos de caixa futuros dos projetos, reduzindo o risco e assegurando a rentabilidade dos mesmos.

2) Desempenho operacional elevado – Os projetos selecionados apresentam métricas operacionais fortes, nomeadamente um fator de utilização acima da média, o que melhora a competitividade dos projetos e consequentemente a rentabilidade.

A EDPR está bem encaminhada para cumprir o objetivo de crescimento do seu Plano de Negócios de +3,5 GW acumulados de 2016 a 2020 (700 MW/ano) com 65% do objetivo de adições de capacidade já assegurado e 820 MW instalados em 2016. A extensa carteira de projetos tem sido um fator importante para a execução bem-sucedida desta estratégia, dado que a disponibilidade de múltiplos projetos, juntamente com a forte experiência da EDPR a nível de desenvolvimento, garante que apenas os melhores projetos, totalmente otimizados, são selecionados para investimento.

Adições de capacidade (MW; %)



Total de 3,5 GW de adições de capacidade

CRESCIMENTO DE 65% NOS EUA IMPULSIONADO PELOS ACORDOS CAE JÁ ASSEGURADOS

Os EUA são o principal motor de crescimento do Plano de Negócios da EDPR para o período 2016-20. Esta sólida oportunidade de crescimento é suportada pela visibilidade do regime de crédito fiscal à produção (PTC) e pela forte procura de CAEs de longo prazo para projetos eólicos por parte das empresas de serviços públicos e das empresas comerciais e industriais, que juntamente com a carteira de projetos diversificada neste mercado, fazem desta geografia uma sólida oportunidade de crescimento.

A extensão do regime de PTC em dezembro de 2015, que inclui a eliminação gradual do valor de PTC para projetos cuja construção se inicia antes de 2020, proporciona visibilidade de longo prazo para o crescimento nos EUA no período 2016-20 para novos projetos eólicos, reforça os sólidos princípios básicos do mercado de energia eólica nos EUA e sustenta a escolha da EDPR de direcionar o seu crescimento para os EUA.

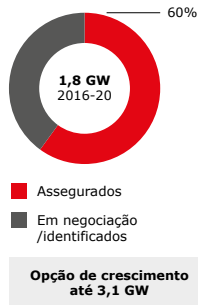
O Plano de Negócios para 2016-20 inclui um aumento de capacidade de 1,8 GW de energia eólica *onshore* nos EUA, dos quais 1,1 GW estavam já assegurados em dezembro de 2016 e com direito a receber 100% do valor do PTC. Mais de 55% desses projetos foram assinados com empresas comerciais, outro importante fator impulsionador do mercado dos EUA. Anteriormente, a procura de CAEs partia exclusivamente de *utilities* tradicionais. No entanto, recentemente, a aquisição direta por parte de grandes empresas aumentou substancialmente, o que incrementou a procura de projetos de energia eólica e solar da EDPR nos EUA. Adicionalmente, é importante mencionar que a EDPR assegurou componentes de turbinas em 2016 com o objetivo de dispor da opção de aumentar ainda mais a sua capacidade e instalar até 3,1 GW de projetos eólicos até 2020, beneficiando de 100% do valor do PTC.

Em 2014, a EDPR entrou no mercado Mexicano, com a assinatura de um acordo bilateral de longo prazo, o qual prevê a venda da energia produzida num parque eólico de 200 MW. O parque foi instalado em 2016, o que representa uma entrada considerável e de baixo risco num mercado atrativo. O México é um país com potencial para o desenvolvimento de energia eólica e esta entrada pode fornecer uma plataforma sólida para o crescimento deste mercado.

Em 2016, a EDPR também assinou um CAE a 20 anos no Ontário, Canadá, cujo projeto está já em desenvolvimento e deverá ser comissionado até 2019.

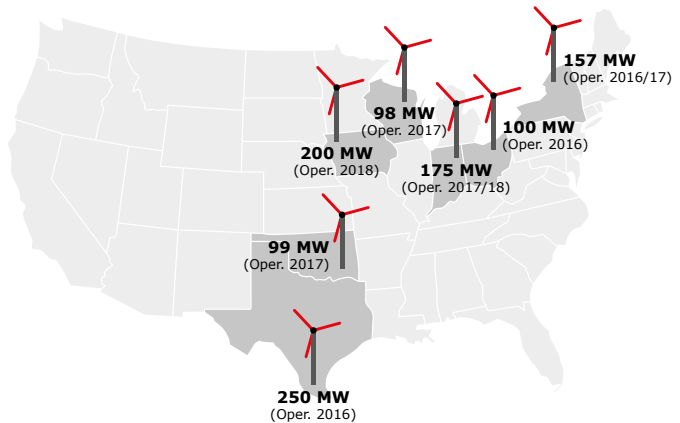
EUA e energia eólica onshore como foco de crescimento da EDPR

Adições de capacidade EUA (GW)



Projeto	MW	Estado	Oper.
Hidalgo	250	Texas	2016
Timber Road III	100	Ohio	2016
Jericho	78	N. Iorque	2016
Arkwright	79	N. Iorque	2017
Meadow Lake V	100	Indiana	2017
Quilt Block	98	Wisconsin	2017
Red Bed	99	Oklahoma	2017
Turtle Creek	200	Iowa	2018
Meadow Lake VI	75	Indiana	2018

1,1 GW já assegurados >55% garantidos como não utilities



CRESCIMENTO DE 15% NA EUROPA, COM FOCO EM ENQUADRAMENTOS DE BAIXO RISCO

Alguns mercados europeus continuam a oferecer boas oportunidades de crescimento apoiadas por contextos regulatórios que proporcionam um ambiente de baixo risco. No Plano de Negócios 2016-20, o crescimento da EDPR na Europa representa cerca de 15% do aumento de capacidade planeado, um crescimento suportado por oportunidades de curto prazo já identificadas e opções de projetos médio prazo. Em termos de adições por país, a EDPR tem objetivos bem definidos. Em primeiro lugar, em Portugal, serão adicionados 216 MW com uma tarifa *feed-in* a 20 anos. O objetivo em Itália é de adicionar cerca de 200 MW, dos quais 44 MW foram instalados em 2016 e 127 MW foram garantidos pela adjudicação de contratos de 20 anos em dezembro de 2016, e cuja instalação se prevê ocorrer em 2018. Em França, o atual regime de tarifas *feed-in* proporciona uma oportunidade de crescimento estável, permitindo à EDPR, através do desenvolvimento da sua carteira de projetos, um aumento de cerca de 100 MW, dos quais 24 MW estavam já instalados em dezembro de 2016. Por último, em Espanha, a EDPR obteve, em janeiro de 2016, direitos para o pré-registo de 93 MW de capacidade eólica no leilão de energia renovável.

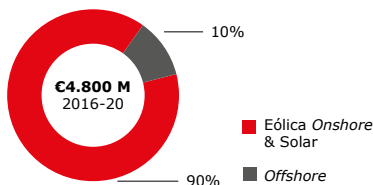
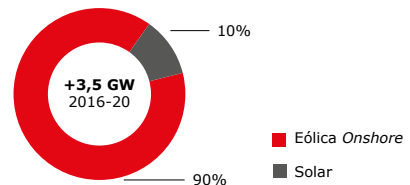
10% NO BRASIL, EM PROJETOS COM CAEs DE LONGO PRAZO

No Brasil, a EDPR já instalou 120 MW relativos ao projeto Baixa do Feijão, que foi concluído no primeiro trimestre de 2016. Além disso, a EDPR tem em desenvolvimento 267 MW, adjudicados em 2013-15, e a serem instalados em 2017-18. Trata-se de projetos com fatores de utilização superiores a 45% e CAEs ligados à inflação, representando uma TIR de dois dígitos médio/alto. Além disso, a EDPR continuará ativamente a analisar oportunidades no Brasil, nomeadamente oportunidades de leilões, dados os sólidos fundamentos económicos que apresenta o país, com alto crescimento da procura de eletricidade, recursos renováveis sólidos e disponibilidade de contratos de fornecimento de energia de longo prazo concedidos através do sistema de leilões.

OUTRAS TECNOLOGIAS

CRESCIMENTO DE 10% EM ENERGIA SOLAR, DADA A SUA COMPETITIVIDADE CRESCENTE

Por forma a aproveitar todas as tecnologias renováveis rentáveis, e considerando a sua crescente competitividade, a EDPR incluiu no seu Plano de Negócios 2016-20 um crescimento de 10% na tecnologia solar fotovoltaica. Os EUA são o principal mercado para este crescimento, onde a tecnologia é impulsionada pelo esquema de ITC, enquanto na Europa, Brasil e México as opções de desenvolvimento têm por base os próprios fundamentais dos projetos.



INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA EÓLICA OFFSHORE EM CURSO

A EDPR está a desenvolver projetos offshore para apoiar opções de crescimento e para capturar esta nova onda de desenvolvimento do sector e liderança da indústria. Espera-se que esses projetos, localizados no Reino Unido e em França, iniciem operações após o Plano de Negócios 2016-20, mas estão atualmente a ser desenvolvidos mediante parcerias, junto das quais a empresa pode também desenvolver conhecimentos tecnológicos num setor com enormes perspetivas futuras.

2.2.2. EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Um dos pilares estratégicos que tem sido fundamental na estratégia da EDPR, e que a destaca neste sector, é a sua capacidade para maximizar o desempenho operacional dos seus parques eólicos e solares. Nesta área, as equipas da EDPR, nomeadamente na vertente de operação e manutenção, detêm um sólido registo histórico que permite apoiar os desafiantes objetivos do Plano de Negócios para 2016-20. Para este período, a EDPR estabeleceu objetivos em três métricas fundamentais: fator de utilização e disponibilidade técnica em conjunto com a otimização do Core Opex² por MW. Estas três métricas permitem uma visão global dos progressos alcançados a nível de avaliação do vento, operação e manutenção e esforços de controlo de custos da EDPR. Também constituem bons indicadores da eficiência operacional da Empresa.



MANUTENÇÃO DE ELEVADOS NÍVEIS DE DISPONIBILIDADE > 97,5%

A disponibilidade é a relação entre a energia efetivamente gerada e a energia que teria sido gerada sem qualquer tempo de inatividade por motivos internos, nomeadamente devido a manutenções preventivas ou reparações. A disponibilidade é um claro indicador do desempenho das práticas de operação e manutenção da empresa, uma vez que se centra na redução ao mínimo do impacto decorrente de qualquer anomalia e realiza as atividades de manutenção no menor período de tempo possível.

A Empresa manteve sempre níveis de disponibilidade elevados, tendo registado em 2016 um nível superior a 97,5%, em linha com os objetivos do seu Plano de Negócios para 2016-20. A EDPR continuará a aumentar a disponibilidade através de novas medidas de otimização da manutenção preventiva apoiadas pelo centro de despacho e controlo 24/7, reduzindo os danos mais comuns em condições meteorológicas extremas e melhorando a calendarização de paragens programadas. Uma nova estratégia de armazenamento de peças de reposição será também fundamental para assegurar a redução do tempo de inatividade durante reparações inesperadas.

ALAVANCAR O CRESCIMENTO DA QUALIDADE NA AVALIAÇÃO DO VENTO PARA UM FATOR DE UTILIZAÇÃO DE 33%

O fator de utilização (ou fator de capacidade líquida) é uma medida da qualidade dos recursos renováveis que reflete a percentagem teórica de produção máxima de energia com um equipamento a funcionar em plena capacidade, num determinado período.

Garantir que os ativos produzem a quantidade máxima possível de energia constitui um fator fundamental de sucesso. Relativamente ao portfólio operacional, a otimização do fator de utilização está ligada à melhoria da disponibilidade, como descrito e, se possível, à introdução de melhorias da produtividade que aumentem a produção dos modelos de equipamento mais antigos introduzindo neles as mais recentes melhorias tecnológicas para aumentar a eficiência na utilização de recursos renováveis disponíveis. Relativamente aos parques eólicos e centrais solares em desenvolvimento, a maximização do fator de utilização é sobretudo fruto do trabalho especializado das equipas de avaliação energética e engenharia, que projetam a melhor configuração do parque, ajustando o posicionamento e escolhendo entre diferentes modelos de equipamento adequados às características do local, especialmente do terreno, a partir das medições de recursos efetuadas e da sua previsão de produção energética.

² Fornecimentos e Serviços e Custos com o pessoal

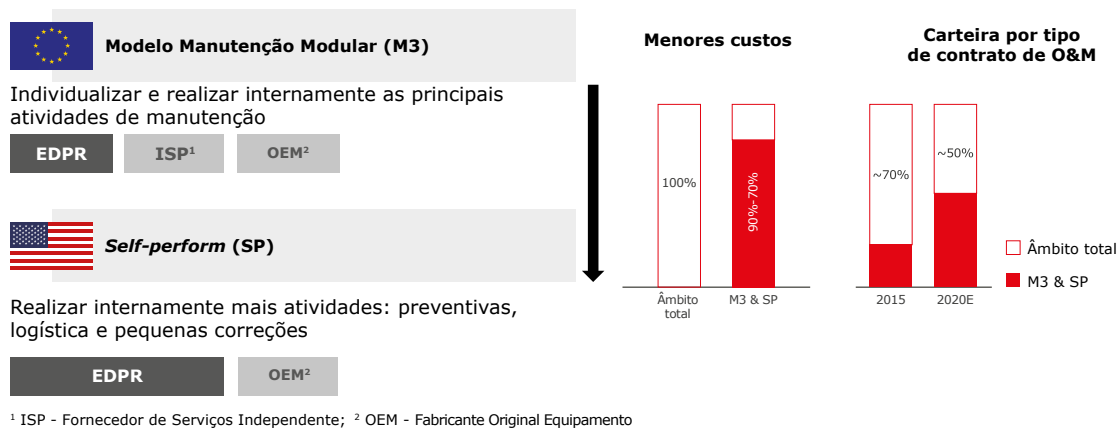
A Empresa tem mantido, de forma consistente, fatores de utilização nos níveis dos 29-30%, tendo registado 30% em 2016, o que se situa ligeiramente abaixo da avaliação do P50 (probabilidade média) para a frota atual, dados os recursos eólicos mais baixos no período quando comparados com um ano médio. Para 2020, o objetivo da EDPR é atingir um fator de utilização de 33%, derivado fundamentalmente da superior competitividade das novas adições de capacidade.

AUMENTAR A EFICIÊNCIA, REDUZINDO OS CUSTOS OPERATIVOS/MW PARA -1%

Paralelamente às iniciativas para incrementar a produção, a EDPR concentra igualmente os seus esforços no controlo estrito de custos para melhorar a eficiência e obter maior rentabilidade. Potencializando a experiência acumulada ao longo do tempo, a EDPR estabeleceu um objetivo no Plano de Negócios para 2016-20, de redução do Core Opex/MW em -1% TCCA 2015-20. O Core Opex refere os custos de Fornecimentos e Serviços juntamente com os Custos com pessoal, que são os controláveis pela Empresa. O objetivo de reduzir a estrutura de custos geríveis pela empresa também beneficia das economias de escala de uma empresa em crescimento. Em relação à operação e manutenção, que representa cerca de 30% do total dos custos operativos, a EDPR já obteve resultados com a implementação do seu sistema M3 (Modelo de Manutenção Modular) e do programa de *self-perform* para alguns parques eólicos que deixaram de estar sujeitos aos contratos iniciais de garantia.

PROGRAMA M3 E SELF-PERFORM

À medida que o portfólio da EDPR se torna mais maduro, os contratos iniciais de operação e manutenção com os fornecedores de turbinas expiram. Quando tal acontece, a Empresa deve decidir entre renovar o serviço de manutenção com o OEM³ ou internalizar os serviços de operação do parque eólico por conta própria, mantendo simultaneamente elevados níveis de disponibilidade. Com base na experiência da EDPR, as equipas de O&M, decidem no âmbito do **programa M3**, o equilíbrio ideal entre manutenção contratada externa e internamente. Normalmente, a EDPR mantém o controlo das atividades de alto valor acrescentado, tais como planeamento de manutenção, logística e operações remotas, e subcontrata, sob supervisão direta, tarefas intensivas a nível de recursos humanos. Este novo programa revelou imediatamente poupanças em termos de custos operacionais e de aumento do controlo de qualidade. Em 2016, foi implementada a manutenção de *self-perform* noutros parques com contratos de manutenção a serem renovados. O programa de *self-perform* é um avanço na integração pela EDPR de tarefas e atividades de manutenção, que está a ser implementada nos EUA e que minimiza a dependência de terceiros. A EDPR pretende aumentar a parte do seu portfólio com M3 e *self-perform* até cerca de 50% em 2020, a partir dos níveis de cerca de 30% em 2015.



OTIMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Para o período de 2016-20, e em linha com os objetivos anteriores, a EDPR pretende aumentar a sua produção total em 10% TCCA 2015-20. Este crescimento será apoiado pelas suas competências distintivas e projetos com valor acrescentado.

A EDPR está também a criar valor através da melhoria dos seus ativos com a implementação de novas tecnologias nas turbinas para aumentar a produção de energia sem introduzir grandes alterações nas suas componentes. As equipas de análise do desempenho da EDPR colaboram com os fabricantes, para determinar as melhores práticas para aplicar esta

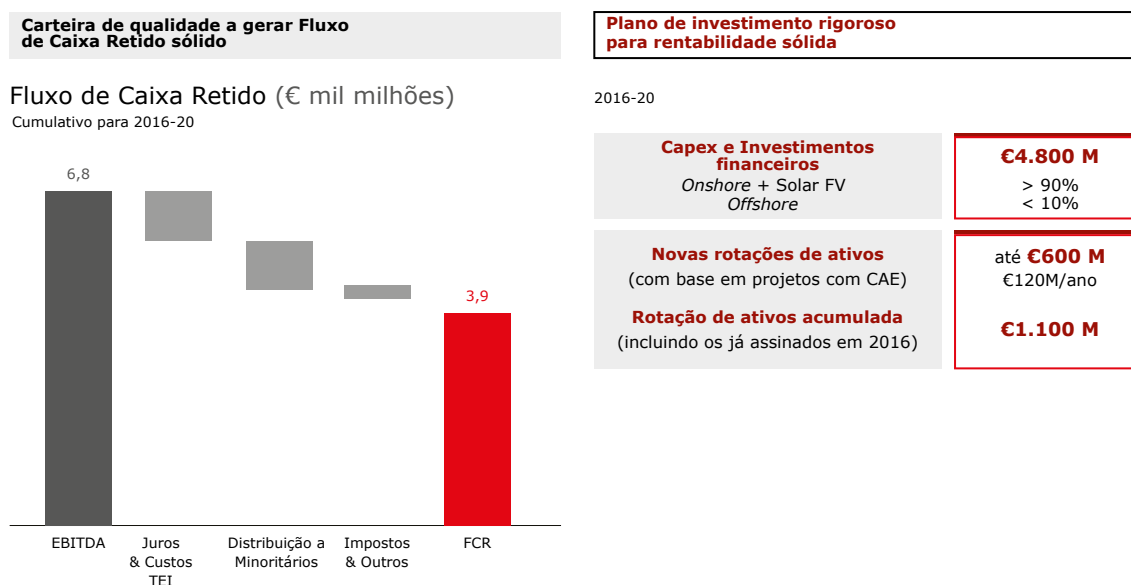
³ Fabricante de Equipamento de Origem

nova tecnologia. Por exemplo, instalando novas versões de software nas máquinas mais antigas com o apoio do fabricante, melhora o funcionamento da turbina e aumenta a sua eficiência. Outra medida é a implementação de geradores Vortex em que alguns componentes são instalados sobre as pás, o que modifica e melhora a aerodinâmica das mesmas, registando assim um ganho de eficiência.

Ao monitorizar as condições em tempo real, a velocidade de rotação do gerador pode ser aumentada mantendo-se dentro das cargas existentes, aumentando assim a produção energética e as receitas dos parques eólicos, sem necessidade de investimentos significativos. Esta tecnologia tem sido aplicada com sucesso em muitas turbinas e continuará a ser desenvolvida nos próximos anos.

2.2.3. MODELO DE AUTOFINANCIAMENTO

O modelo de autofinanciamento tem sido um dos pilares estratégicos da EDPR e do seu sucesso crucial para o crescimento. Este modelo assenta na combinação entre o Fluxo de Caixa Retido dos ativos operacionais e a estratégia bem-sucedida de Rotação de Ativos da EDPR, juntamente com as estruturas de *Tax Equity* dos EUA, para financiar o crescimento rentável do negócio. Este modelo, já incluído no anterior plano de negócios, substitui a estratégia inicial de financiamento que dependia da dívida societária da EDP, principal acionista da EDPR.



FLUXO DE CAIXA RETIDO

A principal fonte de financiamento da empresa é o EBITDA gerado a partir dos ativos existentes, que, após pagamento do custo da dívida e deduzida a distribuição de capital aos parceiros minoritários e os impostos, é denominado Fluxo de Caixa Retido, ou seja, o montante disponível para pagar dividendos aos acionistas da EDPR e/ou para financiar novos investimentos.

Para o período 2016-20 é esperado uma geração de Fluxo de Caixa Retido de 3.900 milhões de euros.

Em maio de 2016, a EDPR anunciou uma política de distribuição de dividendos no escalão de 25-35% do seu resultado líquido anual, permitindo assim que a maioria do Fluxo de Caixa Retido financie o crescimento. Os dividendos pagos em 2016 ascenderam a cerca de 44 milhões de euros, correspondentes ao limite inferior do relativo escalão.

ROTAÇÃO DE ATIVOS

As transações de rotação de ativos são também uma fonte importante de fundos do modelo de autofinanciamento da EDPR, proporcionando o crescimento rentável do seu negócio. Este modelo permite à Empresa cristalizar o valor ainda a ser obtido dos fluxos de caixa futuros durante a restante vida útil dos projetos existentes, e reinvestir os recebimentos correspondentes no desenvolvimento de novos projetos rentáveis, com retornos superiores. Nestas transações a

Empresa vende participações minoritárias (tipicamente 49%) ao nível do projeto, mantendo o controlo total da gestão do mesmo. O âmbito destas transações tende a abranger projetos maduros, geralmente já em operação e, conseqüentemente, com uma elevada visibilidade dos seus fluxos de caixa futuros. O baixo perfil de risco associado aos projetos é atrativo para os investidores institucionais e conseqüentemente a EDPR consegue obter financiamento a custo competitivo.

Para o período de 2016-20, a EDPR tem o objetivo de concretizar transações de Rotação de Ativos no montante de 1.100 milhões de euros, dos quais, em dezembro de 2016, 550 milhões de euros tinham sido executados.

A execução dos 550 milhões de euros ocorreu em abril de 2016, com a assinatura pela EDPR de um acordo com a Vortex, um fundo liderado pela EFG Hermes que inclui investimentos dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), para a venda de uma participação acionista representativa de 49% do capital social e suprimentos relativos a um portefólio, detido na sua totalidade pela EDPR, de ativos eólicos em Espanha, Portugal, Bélgica e França. A carteira totalizou 664 MW com uma vida média de 4 anos, dos quais mais de metade estava localizado em Espanha. Esta transação foi valorizada pelo mercado devido ao múltiplo ao qual a EDPR conseguiu fechar o negócio, no valor de 1,73 milhões de euros/MW, um claro indicador da qualidade da base de ativos instalados da Empresa, e que tem atraído o interesse de muitos investidores institucionais.

Para concretização do objetivo de Rotação de Ativos, a EDPR continuará a procurar projetos de elevado valor acrescentado, com alta rentabilidade, cristalizando assim o valor e acelerando o crescimento rentável.

TAX EQUITY NOS EUA

A EDPR procura sempre financiar os seus projetos da forma mais eficiente, nomeadamente através de estruturas de *tax equity*, habituais nos EUA. O recurso às estruturas de *tax equity* nos EUA permite a utilização eficiente dos benefícios fiscais proporcionados pelo projeto, que, de outra forma, não seriam maximizados, o que melhora as métricas económicas dos projetos. Numa perspetiva simplista, os investidores de *tax equity* contribuem com uma parte considerável do investimento inicial no projeto, recebendo em retorno a maioria dos créditos fiscais à produção (PTC) atribuídos ao projeto durante os seus primeiros dez anos de operação, bem como os benefícios da amortização acelerada.

Em 2016, a EDPR assinou duas transações de *tax equity*, com um financiamento total de 457 milhões de dólares, abrangendo 429 MW, relativos a todos os projetos que entraram em operação em 2016.

Transações de Tax Equity						
2016	TIMBER ROAD III - Assinada dez.16			HIDALGO & JERICO RISE - Assinada set.16		
	101 MW	\$114 M	Ohio	328 MW	\$342 M	Texas e Nova Iorque
			Conclusão 4T16			Conclusão 4T16
	MUFG + State Street Corporation			BofAML + Bank of NY Mellon		

2.3. Gestão de Risco

Em linha com o perfil de risco controlado da EDPR, o processo de Gestão de Risco define os mecanismos para a avaliação e gestão de riscos e as oportunidades de negócio, aumentando a probabilidade de a Empresa alcançar os seus objetivos financeiros e minimizar as flutuações de resultados.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO

O processo de Gestão de Risco da EDPR é um modelo de gestão integrado e transversal que assegura a minimização dos efeitos do risco sobre o capital e os resultados da EDPR, bem como a implementação das melhores práticas de Governo Corporativo e transparência. O processo alinha a exposição ao risco da EDPR com o perfil de risco desejado da Empresa. As políticas de gestão de risco destinam-se a mitigar os riscos, sem ignorar potenciais oportunidades e, desta forma, otimizar a rentabilidade face à exposição ao risco.

Este processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão independente de supervisão constituído por Administradores Não-Executivos.

A gestão de risco é aprovada pela Comissão Executiva, apoiada pela Comissão de Risco e implementada em decisões do dia-a-dia por todos os gestores da empresa.

A EDPR criou três reuniões diferentes da Comissão de Risco, para apoiar a tomada de decisões, separando as discussões sobre a execução de estratégias de mitigação das discussões sobre a definição de novas políticas:

- **COMITÉ DE RISCO RESTRITA:** Realizado mensalmente, visa principalmente o risco de desenvolvimento e o risco de preço de mercado da eletricidade (mercado, *basis*, perfil, Certificados Verdes e Certificado de Energia Renovável). É o fórum para discutir a evolução dos projetos em desenvolvimento e em construção e a execução de estratégias de mitigação para reduzir a exposição de mercado. A sua finalidade é também controlar os limites das políticas de risco definidas relativamente a risco de contraparte, risco operacional e risco de país.
- **COMITÉ DE RISCO FINANCEIRO:** Realizado trimestralmente, é o fórum onde são revistos os principais riscos financeiros e onde é discutida a execução de estratégias de mitigação. O risco cambial, o risco de taxas de juro e o risco de crédito de contrapartes financeiras são os riscos mais relevantes revistos neste comité.
- **COMITÉ DE RISCO:** Realizado trimestralmente, é o fórum onde são discutidas novas análises estratégicas e onde as novas políticas são apresentadas à Comissão Executiva para aprovação. Adicionalmente, é também revista a posição de risco global da EDPR, em conjunto com EBITDA@Risk e Net Income@Risk.

MAPA DE RISCOS NA EDPR

A gestão do risco na EDPR cobre todos os riscos da Empresa. A fim de se obter uma visão holística, os riscos são classificados em cinco Categorias de Risco: Mercado, Contraparte, Operacional, Negócio e Estratégia.



Dentro de cada Categoria de Risco, os riscos são classificados em Grupos de Risco. A descrição completa dos riscos e de como são geridos encontra-se no capítulo sobre Governo Corporativo. O gráfico de cima resume as Categorias de Risco, os Grupos de Risco e Estratégias de Mitigação na EDPR.

Em 2016, a EDPR redefiniu a Ferramenta de Gestão de Risco Empresarial da Empresa, enquadrando todas as políticas/procedimentos de riscos dentro de cada Categoria de Risco:

- **Risco de Mercado:** Política de cobertura de Preços de Energia, procedimento de participação em direitos de transmissão financeira, procedimento de *active scheduling* nos EUA.

Estratégias de Mitigação

- Cobertura da exposição ao risco de mercado através de contratos de compra de energia (CAE) ou coberturas financeiras de curto prazo
- Cobertura natural cambial, com dívida e receitas denominadas na mesma moeda
- Execução de cobertura cambial para investimentos líquidos (após dedução de dívida local)
- Execução de cobertura cambial para eliminar o risco de transações, principalmente em Investimento
- Taxas de juro fixas
- Fontes alternativas de financiamento tais como estruturas de *Tax Equity* e contratos Multilaterais / *Project Finance*

- Limites de exposição da contraparte por contraparte e a nível da EDPR
- Requisitos de garantia se os limites forem excedidos
- Monitorização da conformidade com a política interna

- Supervisão de fornecedores pela equipa de engenharia da EDPR
- COD flexíveis nos CAE para evitar penalizações
- Parcerias com equipas locais fortes
- Monitorização dos riscos operacionais recorrentes durante a construção e desenvolvimento
- Acompanhamento rigoroso dos custos de O&M, disponibilidade de turbinas e taxas de falhas
- Seguros contra danos físicos e interrupções de atividade
- Cumprimento rigoroso dos requisitos legais e tolerância zero para comportamentos não éticos ou fraudes
- Pacotes de remuneração atrativos e formação dos colaboradores
- Revisão de todos os regulamentos que afectam a atividade da EDPR (ambiente, fiscalidade...)
- Controlo de procedimentos internos
- Redundância de servidores e de centros de controlo de parques eólicos

- Seleção criteriosa dos mercados energéticos com base no risco de país e nos fundamentais do mercado energético
- Diversificação nos mercados e esquemas remuneratórios
- Envolvimento ativo nas principais associações de energia eólica em todos os mercados onde a EDPR está presente
- Assinatura de acordos de médio prazo com fabricantes de turbinas para assegurar a visibilidade do preço das turbinas e o seu fornecimento
- Recurso a uma base alargada de fornecedores de turbinas para assegurar o fornecimento

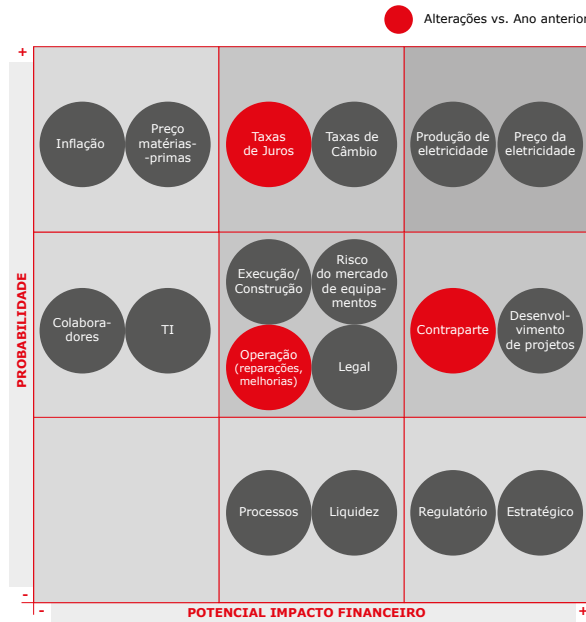
- Seleção criteriosa de países
- Análise da rentabilidade do pior dos cenários de todos os novos investimentos, tendo em conta todos os fatores e risco
- Métricas de risco-rendimento a nível de projetos e de capitais próprios
- Consideração dos cenários de stress na evolução dos mercados energéticos para novas decisões de investimento
- Acompanhamento da análise de custo-benefício das energias renováveis e as potenciais perturbações do mercado

- **Risco de Contraparte:** Política de Risco de Contraparte.
- **Risco Operacional:** Política de Risco Operacional.
- **Risco Estratégico:** Política de Risco de País.

Adicionalmente, em 2016, a EDPR reavaliou o Risco Operacional da Empresa, executando uma análise *bottom-up* em todos os departamentos, conforme estabelecido na Política de Risco Operacional da EDPR. A nova avaliação substituiu a avaliação realizada em 2014 e será utilizada na avaliação do Net Income@Risk, a medida de risco estrutural que considera todos os fatores de risco e é monitorizada periodicamente pela Comissão de Risco.

MATRIZ DE RISCO DA EDPR POR CATEGORIA DE RISCO

A Matriz de Risco da EDPR é uma ferramenta de avaliação qualitativa da probabilidade e do impacto potencial das diferentes categorias de risco dentro da Empresa. É dinâmica e depende das condições de mercado e das expectativas internas futuras.



ENFOQUE NA FERRAMENTA DE GESTÃO EMPRESARIAL DO RISCO DA EDPR

Uma empresa pode gerir os riscos de duas formas diferentes: um risco de cada vez numa base ampla e compartimentada, ou todos os riscos em conjunto no âmbito de uma ferramenta coordenada e estratégica. Esta última abordagem é denominada “Enterprise Risk Management” (ERM), ou seja, Gestão Empresarial do Risco, e é a abordagem utilizada na EDPR. A Gestão Empresarial do Risco é o processo de planeamento, organização, liderança e controlo das atividades de uma organização, para minimizar os efeitos do risco sobre o capital e os resultados dessa organização. A Gestão Empresarial do Risco alarga o processo de forma a incluir não apenas os riscos associados a perdas acidentais, mas também os riscos financeiros, estratégicos e outros. O conteúdo de uma ferramenta de Gestão Empresarial do Risco é definido de forma semelhante por diversas fontes (Comité de Basileia, Organização Internacional de Normalização e bibliografias académicas). No caso da EDPR, foi decidido seguir as diretrizes de Basileia para Gestão Empresarial do Risco, adaptadas às especificidades do negócio de produção de energia renovável.



3 Execução

Económica

Desempenho Operacional	67
Desempenho Financeiro	69

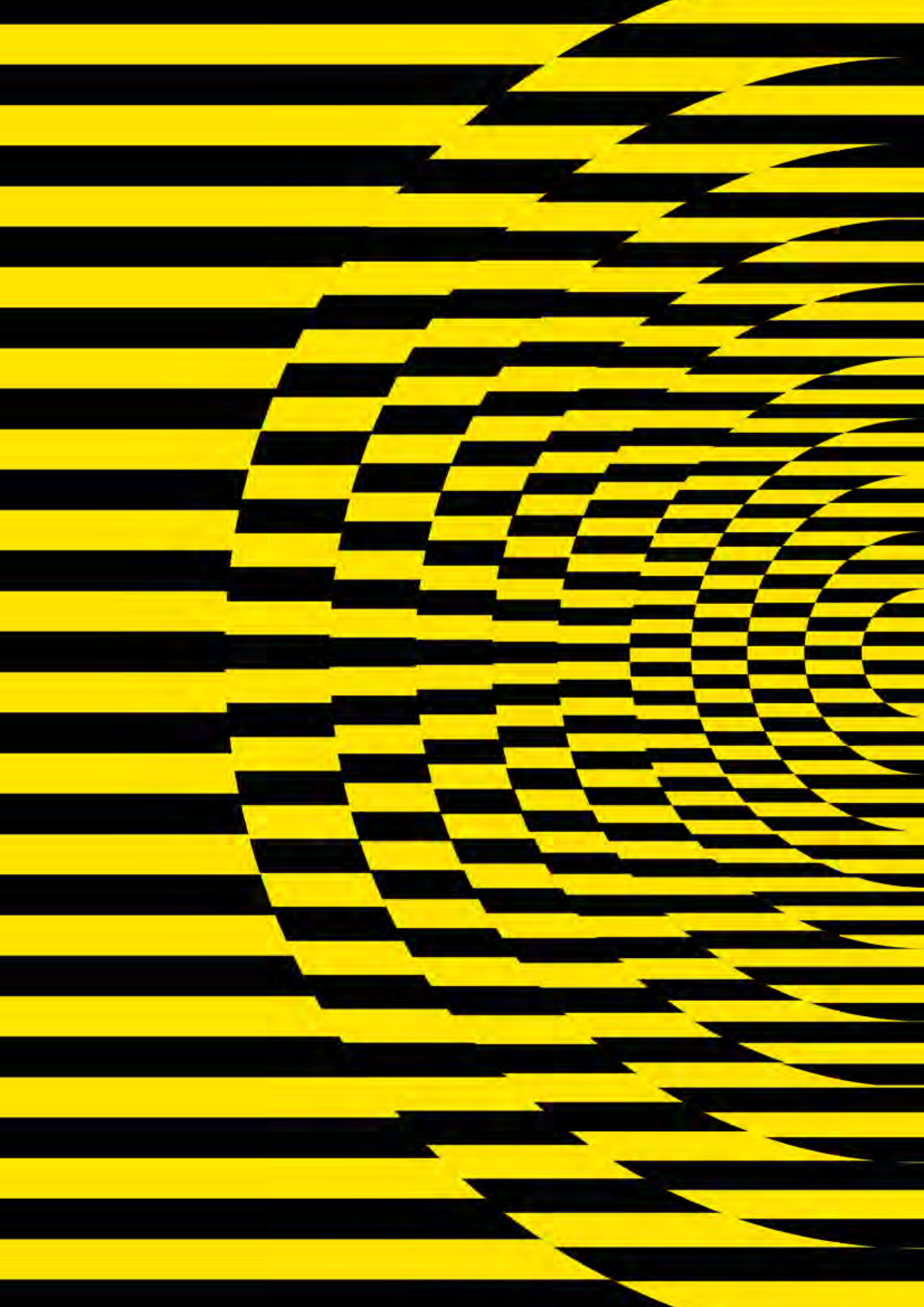
Stakeholders

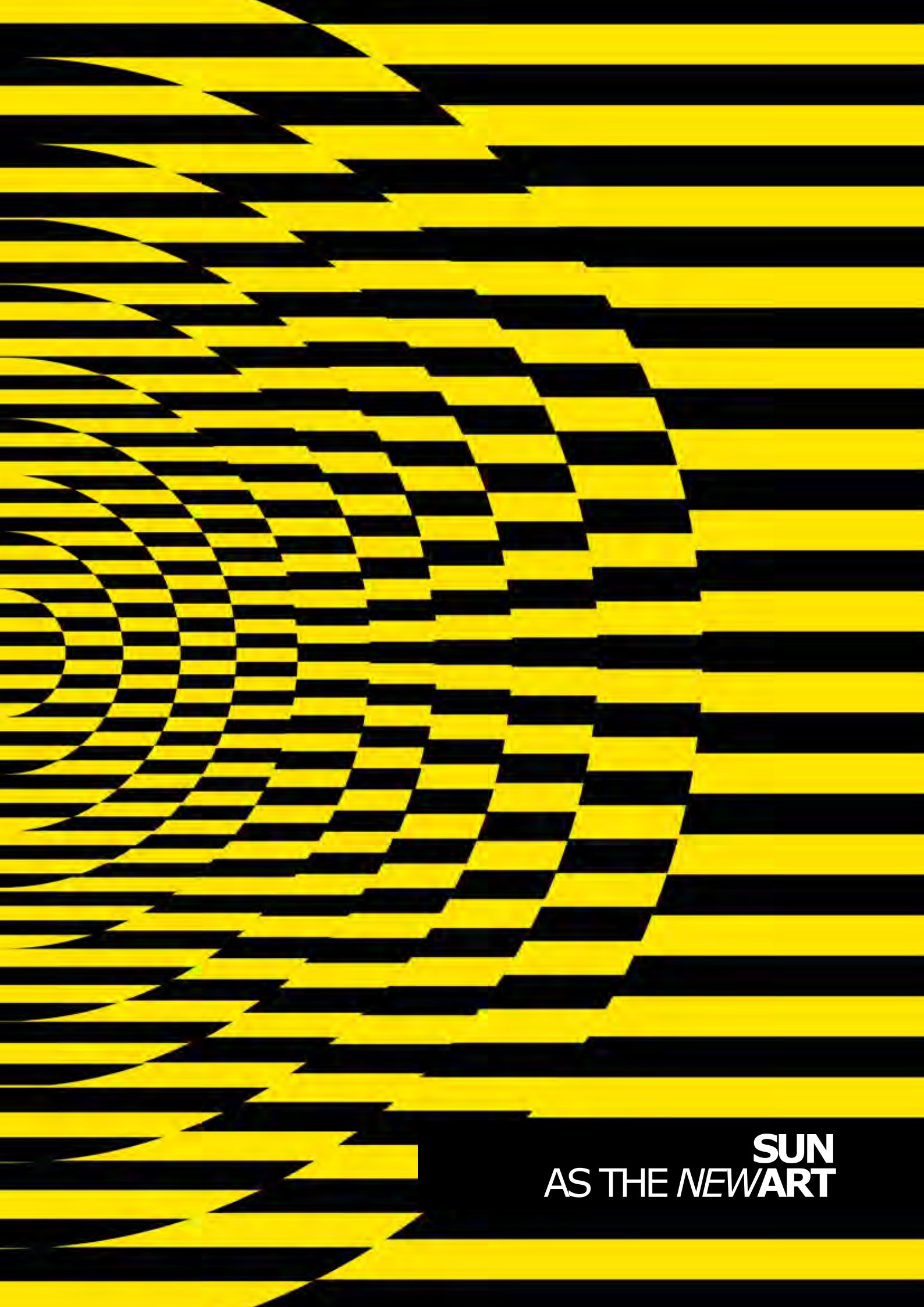
Colaboradores	78
Comunidades	82
Fornecedores	85
Comunicação Social	88

Primeiro a Segurança	89
----------------------	----

Ambiente	90
----------	----

Inovação	92
----------	----





SUN
AS THE *NEW*ART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

3 Execução

3.1. Económica

3.1.1. DESEMPENHO OPERACIONAL

A capacidade instalada aumentou 770 MW, incluindo 200 MW num novo país: México.

	MW			FCL			GWh		
	2016	2015	Var.	2016	2015	Var.	2016	2015	Var.
Espanha	2.194	2.194	-	26%	26%	+0	4.926	4.847	+2%
Portugal	1.251	1.247	+4	28%	27%	+1	3.047	1.991	+53%
Resto da Europa	1.541	1.523	+18	25%	27%	-2pp	3.257	3.225	+1%
França	388	364	+24	23%	26%	-3pp	777	785	-1%
Bélgica	71	71	-	21%	25%	-4pp	128	152	-16%
Itália	144	100	+44	28%	28%	-0pp	258	210	+23%
Polónia	418	468	-50	25%	28%	-3pp	951	951	-0%
Roménia	521	521	-	25%	26%	-1pp	1.143	1.127	+1%
Europa	4.986	4.965	+22	26%	26%	-0pp	11.230	10.062	+12%
EUA	4.631	4.203	+429	33%	32%	+1pp	12.501	11.032	+13%
Canadá	30	30	-	28%	27%	+1pp	75	72	+4%
México	200		+200						
América do Norte	4.861	4.233	+629	33%	32%	+1pp	12.576	11.104	+13%
Brasil	204	84	+120	35%	30%	+4pp	666	222	+200%
EBITDA	10.052	9.281	+770	30%	29%	+0pp	24.473	21.388	+14%
Outras participações	356	356							
Espanha	177	177							
EUA	179	179							
EBITDA + outras participações	10.408	9.637	+770						

A EDPR mantém um crescimento seletivo sólido

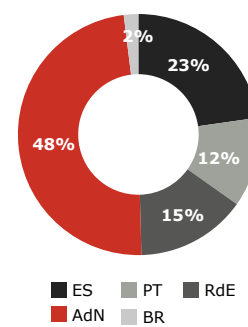
Com um portfólio de elevada qualidade, presente em onze países, a EDPR conta com anos de experiência e capacidade comprovada para executar projetos de nível superior. A base de ativos instalada de 10,4 GW não é apenas jovem em idade (em média 6 anos), como também possui na maioria dos casos certificação em termos de padrões ambientais e de saúde e segurança.

Desde 2008, a EDPR mais do que duplicou a sua capacidade instalada com um aumento de 6 GW, o que resulta numa capacidade total instalada de 10.408 MW (EBITDA + Património líquido). No final do exercício de 2016, a EDPR tinha 5.163 MW instalados na Europa, 5.041 MW na América do Norte e 204 MW no Brasil. Durante o ano de 2016, a EDPR adicionou 770 MW à sua capacidade instalada, dos quais 22 MW na Europa, 120 MW no Brasil e 629 MW na América do Norte.

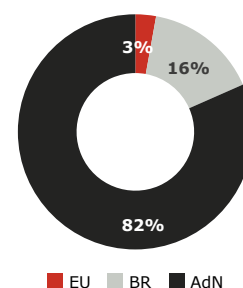
Instalações de 2016 concentradas na América do Norte

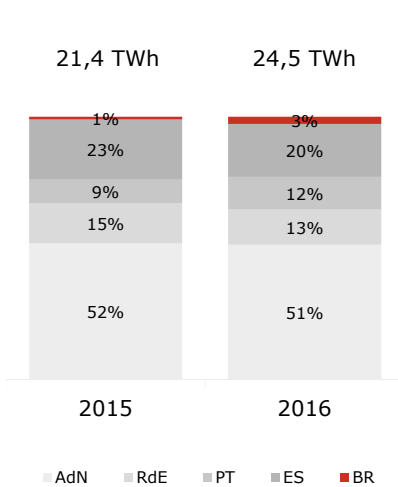
O maior crescimento da capacidade instalada deve-se à conclusão de 629 MW na América do Norte. Este número inclui os primeiros 200 MW da EDPR no México. Todos estes MW contavam já com contratos CAE de compra de energia a longo prazo assegurados, proporcionando assim estabilidade a longo prazo e visibilidade sobre as receitas. Na Europa, foram instalados 72 MW, 44 MW em Itália, 24 MW em França e 4 MW em Portugal. Os 22 MW líquidos adicionados na Europa incluem a desconsolidação (no 1T16) de 50 MW, na sequência da conclusão da venda cruzada de dois parques eólicos na Polónia, através da qual a EDPR vendeu a sua participação de 60% num parque eólico de 50 MW e comprou a participação de 35% num parque eólico de 54 MW (já totalmente contabilizado como EBITDA MW). Por fim, em 2016 foi concluído o maior empreendimento da EDPR no Brasil, o parque eólico da Baixa do Feijão (120 MW).

10,4 GW EBITDA +
Património líquido



+770 MW em 2016



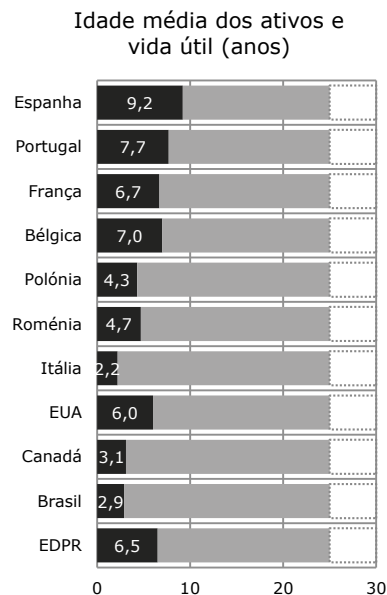


Aumento anual da produção em 14%

A EDPR produziu 24,8 TWh em 2016. Adicionando os mais de 2 TWh produzidos a partir dos projetos consolidados por equivalência patrimonial, foi produzida energia limpa suficiente para servir cerca de 53% da procura de eletricidade em Portugal. O aumento da produção de eletricidade de 14% face a 2015 beneficiou do aumento de capacidade nos últimos 12 meses e da consolidação da ENEOP. A EDPR atingiu um fator de carga de 30% em 2016 (face a 29% em 2015), refletindo os benefícios de uma carteira equilibrada em diferentes áreas geográficas. A EDPR também alcançou uma disponibilidade excepcional de 98%. A empresa continua a reforçar as suas competências, essenciais no sentido de maximizar a produção eólica e confia no seu portefólio diversificado para minimizar o risco de volatilidade da energia eólica.

Um desempenho superior e uma carteira diversificada proporcionam uma produção equilibrada

As operações da EDPR na América do Norte foram o principal motor para o crescimento da produção de eletricidade em 2016, um aumento de 13%, em termos anuais, para 12,6 TWh e que representou 51% da produção total da EDPR. Este desempenho foi estimulado pela capacidade única da EDPR para capturar o recurso eólico disponível e ainda pelos aumentos de capacidade. A EDPR alcançou um fator de carga de 33% na América do Norte, +1pp face a 2015. O crescimento da produção na Europa foi de 12% em relação a 2015, para 11,2 TWh, principalmente devido à consolidação da ENEOP (+1,0 TWh face a 2015) e ao aumento de produção de 2% em Espanha e 1% no resto da Europa, sendo o menor recurso eólico compensado pela maior capacidade instalada. A EDPR atingiu um fator de carga de 28% em Portugal (+1pp), o que reflete um recurso eólico acima da média. Durante o período, a EDPR atingiu um fator de carga de 26% em Espanha, uma vez mais com uma margem sólida sobre o fator de carga médio do mercado espanhol (+2pp). As restantes operações na Europa atingiram um fator de carga de 25% (27% em 2015) e uma geração maior em termos homólogos (+1%). O aumento de produção em Itália (+49 GWh) e na Roménia (+16 GWh) foi parcialmente contrabalançado pelo desempenho mais fraco na Bélgica (-24 GWh) e em França (-8 GWh), com menores recursos eólicos a contrariar as adições de capacidade. A Polónia manteve-se estável face aos anos anteriores, com a nova capacidade a compensar um menor fator de carga.



248 MW de novas adições em 2017 já em construção, consolidando uma base de ativos jovem e em crescimento contínuo

Até finais de 2016, a EDPR tinha 248 MW em construção, todos relacionados com projetos para entrega em 2017, com remuneração garantida a longo prazo. Nos EUA, a EDPR iniciou a construção do projeto Meadow Lake V, de 100 MW, no Indiana. No Brasil, a EDPR tem 127 MW em construção relacionados com os projetos JAU e Aventura, após a oferta bem-sucedida no leilão A5 para contratos CAE a 20 anos. Por fim, na Europa, estiveram em construção 21 MW, dos quais 18 MW em França e 3 MW em Portugal. Como resultado do seu esforço de crescimento contínuo, a EDPR possui também um portefólio recente, com uma idade média de 6 anos de operação, com uma estimativa superior a 19 anos de vida útil remanescente a ser capturada. Na Europa, o portefólio da EDPR tinha uma idade média de 6 anos, na América do Norte de 5 anos e no Brasil de 2 anos.

3.1.2. DESEMPENHO FINANCEIRO

As receitas aumentaram 7% face a 2015 para 1,7 mil milhões de euros e o EBITDA somou 1,2 mil milhões de euros

Em 2016, as receitas da EDPR totalizaram 1.651 milhões de euros, um aumento de 104 milhões de euros quando comparado com 2015 principalmente derivado das adições com recurso eólico acima da média do portfólio e com a comparação anual com um impacto negativo pela atualização em 2015 do passivo com interesses residuais post-flip em parcerias institucionais. Apesar do recurso eólico inferior quando comparado com a média de longo prazo, a geração da EDPR aumentou 14%. O preço médio de venda decresceu em 5% principalmente como resultado das novas dinâmicas das adições de capacidade (produção vs preço).

O EBITDA reportado aumentou 3% vs 2015 para 1.171 milhões de euros, com impacto negativo de 29 milhões de euros devido ao recurso eólico inferior à média, derivando numa margem EBITDA de 71%. Se ajustado por eventos não recorrentes, o EBITDA de 2016 aumentou 12% e o EBITDA por MW em operação aumentou 1% para 128 milhares de euros. Os Custos Operacionais totalizaram 480 milhões de euros, com um aumento na capacidade em operação. O Core Opex (definido como Fornecimentos e serviços externos e Custos com pessoal) por MW médio em operação decresceu 5% vs 2015 como consequência do estrito controlo sobre os custos e dos programas de Operação e Manutenção em curso.

Destaques Financeiros (€M)	2016	2015	▲%/€
Demonstração de Resultados			
Receitas	1.651	1.547	+7%
EBITDA	1.171	1.142	+3%
Resultado Líquido (atribuível aos acionistas da EDPR)	56	167	(66%)
Fluxo de Caixa			
Fluxo de caixa operacional	869	701	+24%
Fluxo de Caixa Retido	698	616	+13%
Investimento Líquido	96	719	(87%)
Balço			
Ativos	16.734	15.736	+998
Capital Próprio	7.573	6.834	+739
Passivo	9.161	8.902	+259
Passivo			
Dívida Líquida	2.755	3.707	-952
Parcerias Institucionais	1.520	1.165	+355

O resultado Líquido atingiu 56 milhões de euros

Em suma, o Resultado Líquido totalizou 56 milhões de euros e o Resultado Líquido Ajustado 104 milhões de euros, se ajustado por eventos não recorrentes (não recorrentes: 2015 +59 milhões de euros; 2016 -47 milhões de euros).

O Fluxo de Caixa Retido aumentou em 13% vs 2015 para 698 milhões de euros, a captar a capacidade de geração de caixa dos ativos

Apesar de ter sido um ano cheio de desafios, a EDPR foi capaz de oferecer uma geração de fluxo de caixa robusta. No seguimento da geração de caixa do EBITDA, dos impostos do período, os juros, as despesas com bancos e derivados e os interesses/juros com minoritários, o Fluxo de Caixa Retido aumentou em 13% para 698 milhões de euros.

O investimento operacional totalizou 1.029 milhões espelhando a capacidade adicionada no período, a capacidade em construção e beneficiação da capacidade em operação. Como parte da execução da estratégia de rotação de ativos, em 2016, a EDPR obteve 1.189 milhões de euros de recebimentos da venda de interesses minoritários. No seguimento da estratégia de rotação de ativos, foram completadas as transações com a Axiom, assinada em novembro de 2015, com a EFG Hermes, assinada em Abril de 2016 e a conclusão das transações na Europa com a CTG, assinadas em Dezembro de 2015.

No período, a Dívida Líquida totalizou 2.755 milhões de euros, inferior vs 2015 em 952 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Desempenho sólido de Top Line

As receitas da EDPR aumentaram 7% vs 2015 para 1.651 milhões de euros, apesar do recurso eólico inferior à média de longo-prazo e como consequência das adições de capacidade com recurso eólico superior à média do portfólio e com a comparação anual impactada pela atualização em 2015 do passivo com interesses residuais *post-flip* em parcerias institucionais.

Os Outros proveitos operacionais totalizaram 54 milhões de euros, beneficiando do ganho de capital relativo à venda cruzada de um parque eólico na Polónia e com a comparação anual impactada pelo ganho derivado da aquisição de controlo de determinados ativos da ENEOP. Os custos Operacionais totalizaram 534 milhões de euros, dada a superior capacidade em operação. Em detalhe, o Core Opex totalizou 399 milhões de euros, com o Core Opex por MW médio e por MWh a decrescer em 5% e 8% respetivamente, espelhando o estrito controlo sobre os custos da EDPR e a estratégia de gestão de ativos. Os Outros custos operacionais decresceram em 54 milhões de euros, para 135 milhões de euros, principalmente explicado pelos menores abates no período.

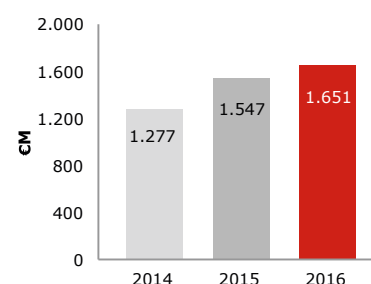
Em 2016, o EBITDA aumentou em 3% vs 2015 para 1.171 milhões de euros, com uma margem EBITDA de 71%. Se ajustado por eventos não recorrentes, o EBITDA de 2016 aumentou 12% e o EBITDA por MW em operação aumentou 1% para 128 milhares de euros.

O EBIT decresceu 2% para 564 milhões de euros, dado o aumento de 8% nos custos das depreciações e amortizações (incluindo provisões, imparidades e líquidos de government grants), dadas as adições de capacidade. Em 2016 as provisões da EDPR totalizaram 5 milhões de euros relativos aos subsídios de clawback de programas públicos ao desenvolvimento em Portugal.

O resultado financeiro líquido aumentou 23%. Os juros financeiros líquidos decresceram 6% vs 2015, beneficiando do menor custo da dívida após renegociações com a EDP e outros. Os Custos com parcerias com investidores institucionais aumentaram 11 milhões vs 2015, espelhando novas estruturas de *tax equity*, enquanto os juros capitalizados mantiveram-se estáveis. As diferenças e derivados cambiais tiveram um impacto positivo de 10 milhões de euros no período. Os outros custos financeiros aumentaram em 77 milhões de euros, incluindo não recorrentes principalmente derivados do pré-pagamento/reestruturação da dívida e 14 milhões de euros da descontinuidade contabilística das coberturas relativas às operações em Espanha, com a comparação anual impactada pela consolidação da ENEOP em Setembro de 2015.

O Resultado Antes de Impostos atingiu os 214 milhões de euros, e os impostos sobre o rendimento totalizaram 38 milhões de euros. Os resultados atribuídos a interesses não controláveis totalizaram 120 milhões de euros, dada a conclusão das transações de rotação de ativos e da CTG. Em suma, o Resultado Líquido totalizou 56 milhões de euros e o Resultado Líquido Ajustado 104 milhões de euros se ajustado por eventos não recorrentes.

Evolução das receitas (€M)



Demonstração de Resultados Consolidados (€M)	2016	2015	▲%/€
Receitas	1.651	1.547	+7%
Outros proveitos operacionais	54	162	(67%)
Fornecimentos e Serviços Externos	(305)	(293)	+4%
Custos com pessoal	(94)	(84)	+11%
Outros custos operacionais	(135)	(189)	(29%)
Custos operacionais (líquidos)	(480)	(405)	+19%
EBITDA	1.171	1.142	+3%
EBITDA/Receitas Líquidas	71%	74%	(3pp)
Provisões	(4,7)	0,2	-
Amortizações	(624)	(587)	+6%
Amortizações de subsídios ao investimento	22	23	(3%)
Resultado operacional (EBIT)	564	578	(2%)
Resultados Financeiros	(350)	(285)	+23%
Ganhos / (perdas) em associadas	(0,2)	(2)	(88%)
Resultados antes de impostos	214	291	(27%)
Impostos sobre o rendimento	(38)	(45)	(17%)
Resultado líquido do exercício	176	245	(28%)
Resultado Líquido (Acionistas da EDPR)	56	167	(66%)
Interesses não controláveis	120	79	+52%

BALANÇO

Os Capitais Próprios aumentaram em 739 milhões de euros

Os Capitais Próprios de 7,6 mil milhões de euros aumentaram em 739 milhões de euros em 2016, dos quais 585 milhões de euros são atribuíveis a interesses não controláveis. O aumento de 154 milhões de euros nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas da EDPR são principalmente explicados pelos 56 milhões de euros de lucro líquido e 160 milhões de euros de transações de rotação de ativos, reduzido em 44 milhões de euros pelo pagamentos de dividendos.

O Passivo total aumentou 3% em 259 milhões de euros, principalmente nas contas a pagar (+488 milhões de euros) e passivo relacionado com as parcerias institucionais nos EUA (+355 milhões de euros), compensado pela redução na dívida financeira (-814 milhões de euros).

Com um passivo total de 9,2 mil milhões de euros, o rácio passivo-capitais próprios da EDPR mantinha-se em 121% no fim de 2016, inferior aos 130% em 2015. O Passivo estava principalmente composto por dívida financeira (37%), passivo com investidores institucionais nos EUA (17%) e contas a pagar (30%).

O Passivo relacionado com parcerias institucionais nos EUA totalizou 1.520 milhões de euros, incluindo +628 milhões de dólares de novos recebimentos de *tax equity* em 2016. Os Provedores diferidos de parcerias institucionais representam principalmente o passivo não-económico associado aos créditos fiscais de que os investidores institucionais já beneficiaram, decorrentes de depreciação fiscal acelerada e ainda a serem reconhecidos como receita pela EDPR durante o período de vida útil remanescente dos respetivos ativos.

O passivo por impostos diferidos reflete os efeitos fiscais provocados pelas diferenças temporárias entre ativos e passivos numa base contabilística e numa base fiscal. Os valores de credores e outros passivos incluem fornecedores comerciais, fornecedores de ativos fixos tangíveis (propriedades, instalações e equipamento), subvenções recebidas e instrumentos financeiros derivados.

Tendo os ativos totais somando 16,7 mil milhões de euros em 2016, o rácio de capitais próprios da EDPR atingiu os 45%, versus 43% em 2015. O ativo era composto em 80% por ativos fixos tangíveis (propriedades, instalações e equipamento), espelhando o capital líquido acumulado investido em ativos de geração de energia renovável.

O total de ativos fixos tangíveis de 13,4 mil milhões de euros reflete os 1.156 milhões de euros das novas adições durante o ano e 256 milhões de euros de conversões cambiais (principalmente como resultado da apreciação do Dólar americano), reduzido em 620 milhões de euros dadas as amortizações, perdas por imparidades e abates.

Os ativos intangíveis e *goodwill* de 1,6 mil milhões de euros incluem principalmente 1,4 mil milhões de euros de *goodwill* registado nas contas da EDPR, na maioria relativo a aquisições nos EUA e em Espanha, enquanto que as contas a receber são relativas principalmente a empréstimos com partes relacionadas, dívidas a receber, garantias e impostos a receber.

Demonstração da posição financeira (€M)

Demonstração da posição financeira (€M)	2016	2015	▲% / €		2016	2015	▲% / €
Ativos				Capital Próprio			
Ativos fixos tangíveis (líq.)	13.437	12.61	+825	Capital + prémios de emissão	4.914	4.914	-
Ativos intangíveis e goodwill (líq.)	1.596	1.534	+62	Resultados acumulados e outras reservas	1.155	891	+264
Investimentos financeiros (líq.)	348	340	+8	Resultado líquido atribuível aos acionistas da EDPR	56	167	(110)
Ativos por impostos diferidos	76	47	+29	Interesses não controláveis	1.448	863	+585
Inventários	24	23	+1	Total dos capitais próprios	7.573	6.834	+739
Devedores – clientes (líq.)	266	222	+44	Passivo			
Devedores – outros (líq.)	338	338	(0)	Dívida financeira	3.406	4.220	(814)
Depósitos como colateral	0	110	(110)	Passivo com investidores institucionais	1.520	1.165	+355
Caixa e equivalentes de caixa	46	73	(27)	Provisões para riscos e encargos	275	121	+154
Ativos detidos para venda	603	437	+166	Passivos por impostos diferidos	365	316	+49
Total de ativos	16.734	15.736	+998	Provedores diferidos de investidores institucionais	819	791	+28
				Credores e outros passivos (líq.)	2.776	2.288	+488
				Total do passivo	9.161	8.902	+259
				Total dos capitais próprios e passivo	16.734	15.736	+998

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

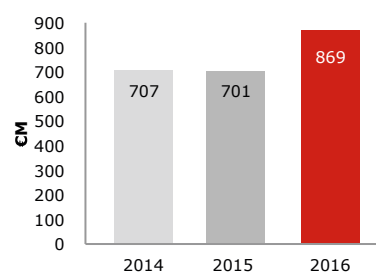
Fluxo de Caixa Operativo Sólido

Em 2016, a EDPR gerou um Fluxo de Caixa Operacional de 869 milhões de euros, um aumento de 24% vs 2015, espelhando o desempenho do EBITDA e a capacidade de geração de fluxos de caixa dos ativos em operação.

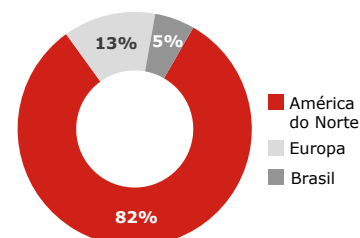
A evolução do Fluxo de Caixa até à variação da Dívida Líquida é explicada por:

- O Fluxo de Caixa Operacional, sendo o EBITDA líquido de imposto corrente e ajustado por componentes não caixa (nomeadamente receitas de parcerias institucionais nos EUA) e líquido de variações de fundo de maneiço aumentou 24% até 869 milhões de euros.
- O Investimento operacional com adições de capacidade, projetos em fase de construção e desenvolvimento totalizou 1.029 milhões de euros. Outras atividades de investimento atingiram 20 milhões de euros, refletindo investimentos em projetos desenvolvidos em parceria e faturas de fornecedores de equipamentos registadas mas pendentes de pagamento.
- Como parte da execução da estratégia de rotação de ativos, em 2016 ocorreu a liquidação financeira da transação com a Axiom, com a EFG Hermes e a conclusão das transações na Europa com a CTG por um montante total de 1.189 milhões de euros.
- Os recebimentos líquidos com parcerias com investidores institucionais totalizaram 624 milhões de euros, correspondentes ao *Tax Equity* relativo ao parque de 199 MW Waverly, assinado no 4T15 juntamente com projetos de 2016 de 429 MW. Os pagamentos a investidores totalizaram 172 milhões de euros, contribuindo à redução do Passivo com Investidores Institucionais. Os dividendos líquidos totais e outras distribuições de capital a minoritários somaram 146 milhões de euros (incluindo 44 milhões de euros aos acionistas da EDPR). No período, as Diferenças cambiais e outros tiveram impacto negativo, aumentando a Dívida Líquida em 207 milhões de euros.
- O Fluxo de Caixa retido, que capta a caixa gerada pelas operações para reinvestir, distribuir dividendos e amortizar a dívida, aumentou 13% para 698 milhões de euros. Em Dezembro de 2016, a Dívida Líquida e Passivo com Investidores Institucionais diminuiu em 597 milhões de euros.

Fluxo caixa operacional (€M)



Perfil das despesas de capital por plataforma



Fluxo de caixa (€M)	2016	2015	▲%/€
EBITDA	1.171	1.142	+3%
Imposto corrente	(50)	(51)	(3%)
Juros financeiros líquidos	(179)	(188)	(5%)
Ganhos/(perdas) em associadas	(0,2)	(2)	(88%)
FFO (Fundos provenientes das operações)	942	901	+5%
Juros financeiros líquidos	179	188	(5%)
Ganhos/(perdas) em associadas	0,2	2	(88%)
Outros ajustamentos e variações não financeiras	(209)	(263)	(20%)
Variações ao fundo de maneiço	(43)	(127)	(66%)
Fluxo de caixa operacional	869	701	+24%
Investimentos operacionais	(1029)	(903)	+14%
(Investimentos)/desinvestimentos financeiros	(31)	(157)	(80%)
Variações no fundo de maneiço de fornecedores ativos fixos	10	26	(61%)
Subsídios ao investimento	0,8	1,5	(44%)
Fluxo de caixa operacional líquido	(181)	(330)	(45%)
Venda de int. não controláveis e empréstimos de acionistas	1189	395	-
Recebimentos/(pagamentos) parcerias com invest. instit.	452	68	-
Encargos financeiros líquidos (após capitalizações)	(156)	(165)	(6%)
Dividendos líquidos e outras distribuições de capital	(146)	(115)	+26%
Diferenças cambiais e outros	(207)	(277)	(25%)
Redução / (Aumento) da Dívida líquida	952	(425)	(324%)

DÍVIDA FINANCEIRA

Perfil de dívida estável de longo prazo

A Dívida Financeira total da EDPR diminuiu em 952 milhões de euros para 2,8 mil milhões de euros, refletindo o encaixe financeiro das transações de rotação de ativos, o fluxo de caixa gerado pelos activos e os investimentos efetuados no período.

Os empréstimos de longo prazo junto do grupo EDP, principal acionista da EDPR, representavam 77% da dívida, enquanto que os 23% relativos a empréstimos bancários.

Com o objetivo de continuar a diversificar as suas fontes de financiamento, a EDPR continua a executar projetos de máxima qualidade que lhe permitem assegurar *project finance* locais com custos competitivos. Em 2016, a EDPR assinou uma transação de *project finance* para o seu primeiro parque eólico no México. A dívida contraída a longo prazo soma 278 milhões de dólares.

Em dezembro de 2016, a Dívida financeira da EDPR denominada em Euros representava 49%, enquanto 41% estava denominada em Dólares americanos, devido aos investimentos nos EUA, e os restantes 10% relacionados com dívida maioritariamente denominada em zlotis Polacos e em Reais Brasileiros.

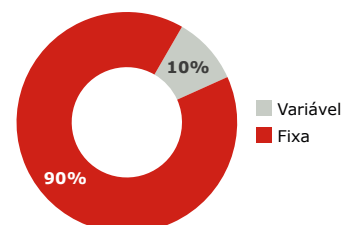
A EDPR continua a seguir uma estratégia de financiamento de taxa fixa de longo prazo, procurando igualar Fluxo de Caixa Operacional aos seus próprios custos da dívida mitigando o risco da taxa de juro. Deste modo, em Dezembro de 2016, 90% da dívida financeira estava contratada com taxa de juro fixa e apenas 3% possuía maturidade em 2017. Em Dezembro de 2016, 54% da dívida financeira da EDPR possuía maturidade em 2018 (refletindo a dívida a 10 anos concedida pela EDP em 2008; novo financiamento em negociação), 13% em 2019 e 30% em 2020 e seguintes.

Em dezembro de 2016, a taxa de juro média era de 4,0%, inferior vs dezembro de 2015, espelhando a reestruturação e a amortização antecipada da dívida no período. Em Dezembro de 2016, a EDPR amortizou antecipadamente 364 milhões de dólares, com maturidade programada para 2018/19, contraída em 2009 com a EDP.

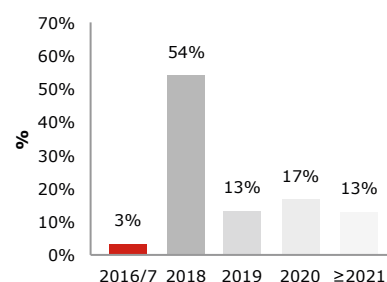
Parcerias com investidores institucionais

Os passivos relativos a Parcerias com investidores institucionais aumentaram para 1.520 milhões de euros desde 1.165 milhões de euros em 2015, espelhando os benefícios captados pelos parceiros de *tax equity* durante o período e o estabelecimento de uma nova estrutura de financiamento de *tax equity*.

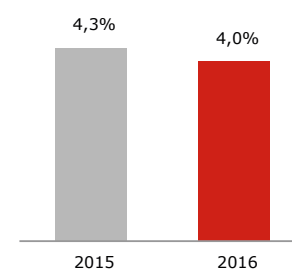
Tipo de taxa sobre a dívida



Perfil da maturidade da dívida (%)



Custo da dívida (%)



Dívida financeira (€M)	2016	2015	▲ €
Dívida financeira nominal + Juros corridos	3.406	4.220	-814
Depósitos colaterais associados com dívida	46	73	-27
Dívida financeira total	3.360	4.147	-787
Caixa e Equivalentes	603	437	+166
Empréstimos a empresas do grupo EDP e cash pooling	1	3	-1
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0
Caixa e equivalentes	605	439	+165
Dívida líquida	2.755	3.707	-952

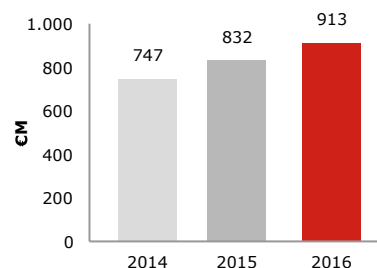
EUROPA

Receitas

Na Europa, as receitas da EDPR totalizaram 913 milhões de euros, um aumento de 81 milhões de euros versus 2015, espelhando o impacto da superior produção que aumentou 12% versus 2015 para 11,2 TWh, e apesar do menor preço medio de venda. A geração na Europa beneficiou das adições de capacidade durante o periodo juntamente com um fator de utilização estável de 26%. Em 2016, a geração da EDPR na Europa representou 46% do total da produção.

Em detalhe, o aumento nas receitas foi principalmente resultado das superiores receitas em Portugal, com um aumento de 78 milhões de euros versus 2015 dada a consolidação da ENEOP.

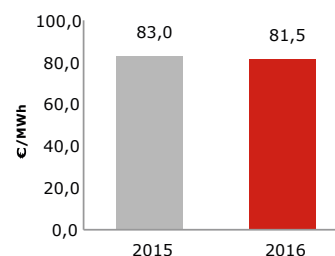
Receitas (€M)



Preço médio de venda

No período, o preço medio da EDPR na Europa diminui 2% para 81 euros por MWh, principalmente como resultado de o decréscimo de 7% no preço médio de venda em Portugal, dada as diferentes dinâmicas dos parques em operação após a consolidação dos 613 MW da ENEOP em setembro de 2015, e do preço na Polónia, 15% inferior no seguimento da evolução dos preços dos certificados verdes e as conversões cambiais.

Preço médio de venda (€/MWh)



Custos Operacionais Líquidos

Os Custos operacionais líquidos aumentaram em 106 milhões de euros, para 247 milhões de euros, principalmente explicado pelo decréscimo nos Outros proveitos operacionais impactados por um ganho de capital derivado da venda de uma participação acionista de 60% num parque de 50 MW na Polónia e com a comparação anual também afetada pelo ganho de capital relativo a aquisição de controlo de determinados ativos da ENEOP em 2015. Os Fornecimentos e serviços externos e Custos com pessoal aumentaram versus 2015 no seguimento da superior capacidade em operação e os Outros custos operacionais diminuíram em 15 milhões de euros, refletindo o estrito controlo sobre os custos da EDPR.

Em 2016, os Fornecimentos e serviços externos e Custos com pessoal por MW médio foram 3% inferiores versus 2015 totalizando 39 milhares de euros, suportados pela estratégia de gestão de ativos da EDPR e pela superior capacidade em operação. Os Fornecimentos e serviços externos e Custos com pessoal por MWh decresceram 3% versus 2015 para 17,1 euros beneficiando da superior geração no período.

Em suma, o EBITDA na Europa totalizou 666 milhões de euros, com margem EBITDA de 73%, enquanto que o EBIT atingiu os 360 milhões de euros. No período, as imparidades e provisões por contingências somaram 9 milhões de euros.

Demonstração de resultados na Europa (€M)	2016	2015	▲% /€
Receitas	913	832	+10%
Outros proveitos operacionais	35	140	(75%)
Fornecimentos e serviços externos	(162)	(151)	+7%
Custos com pessoal	(30)	(27)	+14%
Outros custos operacionais	(89)	(104)	(15%)
Custos operacionais (líquidos)	(247)	(141)	+74%
EBITDA	666	690	(3%)
EBITDA/Receitas líquidas	73%	83%	(10pp)
Provisões	(5)	(0)	-
Amortizações	(303)	(291)	+4%
Amortização de subsídios ao investimento	1	2	(36%)
Resultado operacional (EBIT)	360	401	(10%)

AMÉRICA DO NORTE

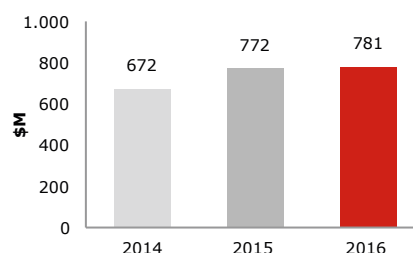
Receitas

Em 2016, as Receitas aumentaram 1% para 781 milhões de Dólares Americanos, dado o aumento de 13% na geração de eletricidade, compensando o menor preço médio de venda no período.

Preço médio de venda

O preço médio de venda na região diminuiu 9% versus 2015, em 46 dólares por MWh. Nos EUA o preço realizado de mercado juntamente com as coberturas foi estável versus 2015, enquanto que o preço realizado de mercado foi negativamente impactado pela expiração de um CAE de 200 MW no primeiro trimestre de 2016 e com 2015 a beneficiar pela venda de inventários REC relativos a 2014. No Canadá, o preço médio de venda foi de 109 Dólares por MWh, 3% inferior ao ano anterior em Dólares americanos, penalizado pelas conversões cambiais (estável versus 2015 em moeda local).

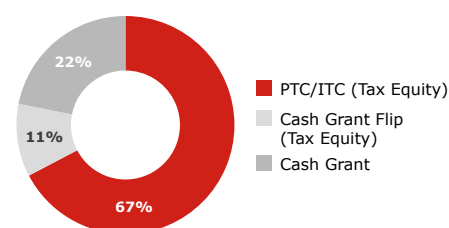
Receitas (\$M)



Custos operacionais líquidos

Os Custos operacionais líquidos somaram 225 milhões de Dólares americanos, inferior versus 2015 em 34 milhões de Dólares americanos, principalmente explicado pelo decréscimo nos Outros custos operacionais, com a comparação anual impactada pelos abates de 46 milhões de Dólares americanos reconhecidos em 2015. Os Custos com pessoal e Fornecimentos e serviços externos aumentaram 9 milhões de Dólares americanos, dada a superior capacidade em operação e a estratégia de Operação e Manutenção. Os Fornecimentos e serviços externos e Custos com pessoal por MW médio decresceram em 4% versus 2015 para 48 milhares de Dólares americanos, espelhando o foco da EDPR na eficiência e controlo sobre os custos, juntamente com o aumento de MW em operação. O Core Opex por MWh decresceu em 7% para 16 dólares, também a beneficiar do superior recurso eólico no período.

Capacidade instalada nos EUA por tipo de incentivo fiscal



Parcerias com investidores institucionais e government grants

Demonstração de resultados na América do Norte (USD M)	2016	2015	▲%/USD
Venda de eletricidade e outros	562	553	+2%
Proveitos com parcerias com investidores institucionais	219	219	(0%)
Receitas	781	772	+1%
Outros proveitos operacionais	26	22	+18%
Fornecimentos e serviços externos	(154)	(149)	+4%
Custos com pessoal	(49)	(45)	+9%
Outros custos operacionais	(48)	(88)	(45%)
Custos operacionais (líquidos)	(225)	(259)	(13%)
EBITDA	555	513	+8%
EBITDA/Receitas líquidas	71%	66%	+5pp
Provisões	0	0	(53%)
Amortizações	(343)	(320)	+7%
Amortização de subsídios ao investimento	23	23	-
Resultado operacional (EBIT)	235	216	+9%

Os Proveitos com parcerias com investidores institucionais mantiveram-se estáveis em 219 milhões de Dólares americanos, espelhando as novas parcerias de *tax equity*, a produção dos projetos a gerar PTCs e com a comparação anual impactada pelo evento não recorrente em 2015 (33 milhões de Dólares), da atualização do passivo com interesses residuais *post-flip* em parcerias institucionais.

Em 2016, a EDPR recebeu 308 milhões de Dólares americanos como parte de uma transação de rotação de ativos assinada em 2015. Também recebeu 238 milhos de Dólares de uma parceria institucional assinada em Outubro de 2015. Além disso, a EDPR completou um financiamento de *tax equity* de 457 milhões de Dólares americanos em troca por um interesse nos parques eólicos Hidalgo de 250 MW, Jericho Rise de 78 MW e Amazon Wind Farm US Centra project (Timber Road III) de 101 MW.

Com tudo, o EBITDA aumentou 8% para 555 milhões de Dólares americanos, com margem EBITDA de 71%.

BRASIL

Receitas

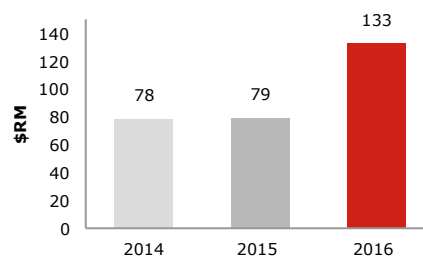
No Brasil, a EDPR atingiu receitas de 133 milhões de reais, um aumento de 68% versus 2015, explicado pelo aumento na geração de eletricidade no seguimento da superior capacidade e do forte fator de utilização.

Preço médio de venda

O preço médio de venda no Brasil decresceu 42% para 216 reais por MWh, espelhando principalmente a diferente dinâmica de um novo parque eólico em operação (produção versus preço).

Em dezembro de 2016, a EDPR tinha 2014 MW de capacidade eólica instalada no Brasil, dos quais 84 MW estando inteiramente ao abrigo de programas de incentivo para o desenvolvimento de energias renováveis (PROINFA) e 120 MW atribuídos de acordo com o sistema de leilão. Estes programas fornecem contratos de longo prazo para a venda de eletricidade produzida durante 20 anos, dando visibilidade sobre a geração de fluxos de caixa ao longo da vida dos projetos no longo prazo.

Receitas (\$RM)

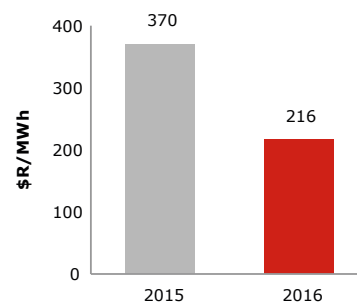


Custos operacionais líquidos

Os custos operacionais líquidos totalizaram 36 milhões de reais, um aumento de 2 milhões de reais versus 2015 dado o decréscimo de 42% nos Outros custos operacionais, refletindo o estrito controlo sobre os custos e o aumento da eficiência da EDPR, e dado o Core Opex, que totalizou 36 milhões de reais impactado pela superior capacidade em operação. O Core Opex por MW médio e por MWh diminuiu versus 2015 em 25% e 54% respetivamente.

No seguimento do desempenho do *top line*, em 2016 o EBITDA atingiu os 97 milhões de reais, um aumento de 113% versus o ano anterior, com margem EBITDA superior em 15pp.

Preço médio de venda (\$R/MWh)



Demonstração de resultados no Brasil (BRL M)	2016	2015	▲ %/BRL
Receitas	133	79	+68%
Outros proveitos operacionais	6	2	-
Fornecimentos e serviços externos	(28)	(21)	+38%
Custos com pessoal	(8)	(6)	+38%
Outros custos operacionais	(6)	(10)	(42%)
Custos operacionais (líquidos)	(36)	(34)	+7%
EBITDA	97	45	+113%
EBITDA/Receitas líquidas	73%	58%	+15pp
Provisões	0	0	-
Amortizações	(31)	(19)	+65%
Amortização de subsídios ao investimento	0	0	+80%
Resultado operacional (EBIT)	66	27	+147%

Outros tópicos de reporte

OUTROS EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

Seguidamente descrevem-se os eventos mais importantes de 2016 que têm impacto em 2017, e os eventos futuros a partir dos primeiros meses de 2017 até à publicação deste Relatório.

- EDPR anuncia a venda à CTG de uma participação minoritária em ativos portugueses.
- Portarias 268-B/2016 e 69/2017.
- EDPR assegura contratos de longo prazo para 127 MW no leilão de energia eólica em Itália.
- EDPR conclui venda de participações minoritárias na Polónia e Itália.
- EDPR estabeleceu novos acordos de parceria institucional para 328 MW e 101 MW nos EUA.
- EDPR assegura PPA para novos parques eólicos de 200 MW e 75 MW nos EUA.
- EDPR concluiu uma transação de rotação de ativos na Europa, num montante total de 550 milhões de Euros.

Para mais informações, por favor consulte a Nota 39 das Contas Anuais Consolidadas da EDPR.

INFORMAÇÃO SOBRE PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

Em 2016, o total de pagamentos efetuado por empresas espanholas a fornecedores ascendeu a 123.520 milhões de euros, com um prazo médio de pagamento ponderado de 52 dias, abaixo do prazo de pagamento de 60 dias estipulado por lei.

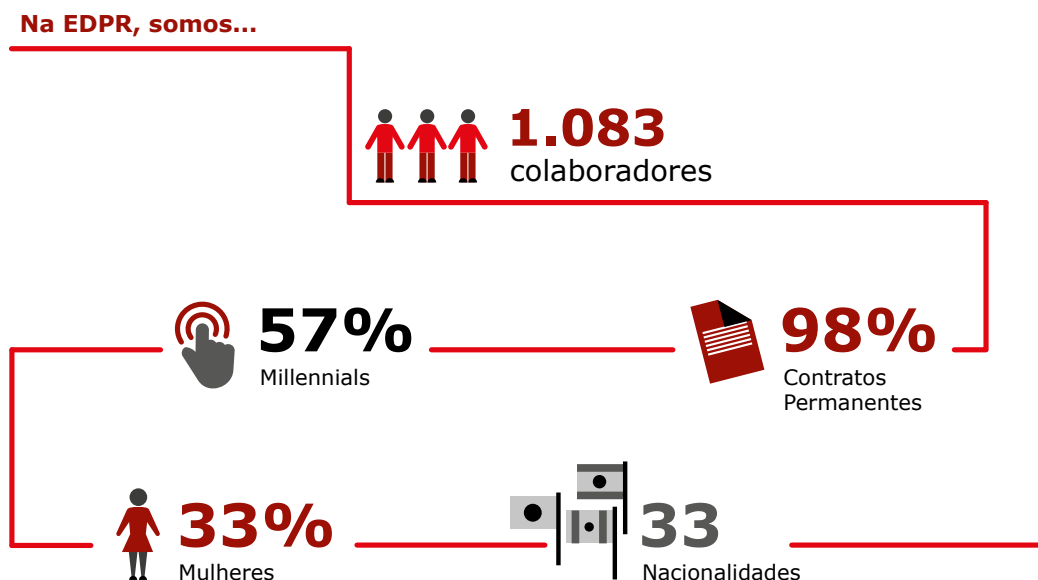
3.2. Stakeholders

3.2.1. COLABORADORES

O crescimento da EDPR nos últimos anos conduziu-nos a um novo cenário laboral, onde convivem atualmente três gerações distintas, exigindo que a Empresa tenha a capacidade de se adaptar a um negócio em constante mutação nas diferentes realidades dos mercados em que marca presença. Por isso, oferecemos uma **proposta de valor personalizada**, baseada no **desenvolvimento, na transparência e na flexibilidade**, que nos permite atrair e reter talento, assim como continuar a potenciar o crescimento e o desenvolvimento dos nossos colaboradores no sentido de poder contar com pessoas com grande capacidade de adaptação à mudança e trabalho em equipa.

Na EDPR:

- Promovemos o talento dos nossos recursos.
- Somos sustentáveis e eficientes.
- Apostamos na excelência e na inovação.



Por esta filosofia e desempenho, fomos uma vez mais reconhecidos pela Great Place to Work como uma das 50 melhores empresas onde trabalhar em Espanha e na Polónia em 2016. Estamos convencidos de que uma equipa motivada e comprometida com a estratégia da Empresa é um dos fatores que explicam os nossos resultados.

DESENVOLVIMENTO

A EDPR aposta no desenvolvimento dos seus colaboradores, oferecendo uma carreira profissional atrativa que alia as capacidades e competências dos seus recursos às necessidades presentes e futuras da Empresa.

O crescimento e desenvolvimento dos negócios do Grupo levaram a EDPR a investir em recursos humanos com potencial, capazes de contribuir para a criação de valor.

O nosso objetivo é atrair pessoas com talento, mas também oferecer oportunidades aos colaboradores atuais através de ações de mobilidade e desenvolvimento, com vista a fomentar o crescimento dos nossos trabalhadores. A estratégia de recursos humanos é apoiada por várias iniciativas destinadas a conferir visibilidade e fomentar o respetivo desenvolvimento profissional no interior da Empresa. As posições vagas são publicadas internamente e, como consequência, em 2016, 100% dos novos diretores foram contratados a nível interno.

O desenvolvimento na EDPR assenta em:

- Mobilidade
- Programas de Formação e Desenvolvimento
- Escola de Energias Renováveis

MOBILIDADE

A EDPR considera a mobilidade, tanto funcional como geográfica, um instrumento de gestão dos recursos humanos que contribui para o desenvolvimento da Empresa. Trata-se de uma forma de estimular a motivação, as capacidades, a produtividade e a realização pessoal dos nossos colaboradores. Os processos de mobilidade da EDPR pretendem dar resposta aos diferentes desafios e necessidades do Grupo, tendo em conta as características específicas de cada localização geográfica.

Mobilidade interna em 2016

- Funcional: 59
- Geográfica: 5
- Funcional e geográfica: 11

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento dos nossos colaboradores é um objetivo estratégico da EDPR. Por isso, oferecemos, não só oportunidades de formação contínua em funções específicas, com a finalidade de contribuir para a aquisição de novos conhecimentos e competências, como também programas de desenvolvimento, alinhados com a estratégia da Empresa.

Nesse sentido, e com o intuito de favorecer o crescimento da Empresa, combinando a procura atual e futura do Grupo com as competências dos seus colaboradores, e satisfazendo o seu desenvolvimento profissional, a EDPR concebeu programas de desenvolvimento dirigidos a Quadros Intermédios que têm como objetivo proporcionar-lhes ferramentas úteis para enfrentar novas responsabilidades.

Em 2016, a EDPR implementou os seguintes programas:

PROGRAMA LEAD NOW: Programa de desenvolvimento avançado dirigido a Quadros Intermédios da EDPR para reforçar os conhecimentos sobre o novo cargo assumido. No decurso do mesmo, os participantes têm a oportunidade de avaliar o seu próprio estilo de gestão, aprofundar as competências necessárias a um estilo de liderança eficaz e conhecer as suas novas funções no âmbito dos diferentes processos de recursos humanos perante as equipas que supervisionam.

PROGRAMA EXECUTIVE DEVELOPMENT: Programa de desenvolvimento avançado em colaboração com uma reconhecida escola de negócios, concebido para melhorar as competências de gestão e a capacidade de liderança dos colaboradores mais destacados das diferentes áreas. Entre outros aspetos, os participantes aprendem a tomar decisões de gestão num setor competitivo, que se move a um ritmo vertiginoso. Durante o programa, os participantes aprofundam as áreas chave do nosso negócio, trabalhando em equipa na abordagem de casos práticos, o que permite à EDPR analisar novas oportunidades estratégicas para a Empresa, e se traduz na criação de diferentes propostas suscetíveis de implementação uma vez concluído o programa.



PROGRAMA COACHING: Programa dirigido a Quadros Intermédios que recebem sessões de *coaching* por parte de Diretores da Empresa. Os participantes têm a oportunidade de tomar consciência das suas capacidades e áreas a melhorar, com vista a aperfeiçoar as respetivas competências, contando sempre com o apoio de um orientador durante as sessões de *coaching*.

Para além destes programas específicos de desenvolvimento, todos os anos é elaborado um Plano de Formação personalizado para cada colaborador, tomando como referência os resultados de um processo de análise das competências entre Gestor e Colaborador, com a finalidade de definir as necessidades específicas de formação de cada colaborador.

Estabelecemos assim um padrão que pretende aliar as exigências presentes e futuras da Empresa com as capacidades e conhecimentos dos nossos colaboradores. Em 2016, dedicámos um total de 44.350 horas à formação, o que fez um total de 41 horas por colaborador. A totalidade dos nossos colaboradores (100%) recebeu formação em 2016.

ESCOLA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

A Escola de Energia Renováveis desempenha um papel fundamental na concretização da nossa estratégia de formação e integração de novos colaboradores. Criada em 2011, no âmbito da Universidade Corporativa do Grupo EDP, partilha com esta a missão de promover o desenvolvimento dos recursos humanos, facilitar a aprendizagem e contribuir para o intercâmbio dos conhecimentos gerados no seio do Grupo, assim como adquirir as competências necessárias para garantir a sustentabilidade dos negócios da EDP em todos os locais onde a Empresa marca presença. O objetivo da escola ultrapassa a pura formação, já que se tem vindo igualmente a posicionar como uma plataforma de intercâmbio de conhecimentos, experiência e boas práticas em toda a Empresa.

Durante o ano de 2016, foram realizadas 39 sessões de formação na Europa, Estados Unidos e Brasil, o que equivale a 8.398 horas de formação e 1.027 assistências. Um total de 735 colaboradores participou nos cursos da Escola, o que constituiu 68% do quadro da EDPR. A escola contou ainda, como oradores das sessões de formação, com 116 especialistas da Empresa, dos quais 40% eram Diretores e Responsáveis de Departamento, o que contribuiu de forma decisiva para a transmissão de conhecimentos.

TRANSPARÊNCIA

ATRAÇÃO DE TALENTOS

A EDPR caracteriza-se por atrair e reter profissionais que procurem a excelência no trabalho, procurando posicionar a Empresa no mercado laboral como "primeira opção para o colaborador". Neste sentido, a EDPR está constantemente a impulsionar iniciativas que reforçam a sua imagem enquanto empregador, participando em diferentes fóruns de emprego e visitando universidades e escolas de negócios de referência.

A EDPR investe no desenvolvimento de jovens para que se possam converter em excelentes profissionais no seio do Grupo.

Para isso, contamos com um programa de estágios cujo objetivo é proporcionar aos jovens, em início de atividade profissional, a oportunidade de adquirirem experiência laboral, assim como identificar futuros colaboradores que possam vir a contribuir para o desenvolvimento do negócio.

Em 2016, a EDPR concedeu 65 estágios de longa duração e 30 de verão, das quais 12% resultaram em contratação. Para além disso, em 2016, a EDPR contratou 158 colaboradores, dos quais 31% foram mulheres.

Os nossos processos de seleção garantem práticas não discriminatórias, assim como a Igualdade de Oportunidades. Assim está reconhecido no Código de Ética, que contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades que estão em consonância com a cultura de diversidade da Empresa.

INTEGRAÇÃO

Entre as nossas iniciativas de integração, inclui-se o Welcome Day, uma atividade com duração de três dias que permite aos novos colaboradores familiarizarem-se de forma genérica com a Empresa e com a nossa atividade. De acordo com o perfil de cada colaborador, oferecemos uma visita a um dos parques eólicos ou ao Despacho.

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL

O modelo de desenvolvimento utilizado no Grupo EDP é o 70.20.10, onde não é apenas importante a formação teórica, como também as iniciativas relacionadas com as experiências no posto de trabalho e o trabalho em equipa adquirem especial relevância.

O Plano de Desenvolvimento Individual é uma potente ferramenta que permite sistematizar ações que possibilitem ao colaborador ampliar as suas competências, já que requer uma prévia reflexão sobre os resultados da análise das mesmas, no sentido de identificar os pontos fortes e áreas de melhoria, tendo em conta o nível de desenvolvimento do colaborador, assim como a estratégia do trabalho em equipa e da própria Empresa.



Visita a um parque eólico no Welcome Day da EDPR

Em 2016 procedeu-se à revisão dos Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) que implementámos em 2015 no âmbito da nossa cultura de *feedback* constante e melhoria contínua. Estes planos são voluntários e acordados entre o Gestor e o Colaborador.

FLEXIBILIDADE

Na EDPR, como parte da proposta de valor, oferecemos um pacote de remuneração competitivo, alinhado com as melhores práticas do mercado.

A nossa política geral de remunerações integra as particularidades de cada localização geográfica e possui a flexibilidade necessária para se adaptar às respetivas especificidades. O salário fixo é complementado com um bónus variável, em função da avaliação de desempenho, que mede objetivos individuais, assim como relativos à área de intervenção e à Empresa de modo geral.

Simultaneamente, compreendemos a importância de manter um equilíbrio entre a vida laboral e pessoal, o que tem vindo a reforçar a satisfação dos nossos colaboradores, para além de aumentar a sua produtividade e motivação. Para nós, a conciliação da vida laboral e pessoal vai muito para além das medidas dirigidas a colaboradores com filhos. Trata-se de um conjunto de iniciativas destinadas a promover um bom ambiente de trabalho, onde os colaboradores possam desenvolver a suas carreiras e dar o melhor de si mesmos. Acreditamos que esta deve ser uma responsabilidade partilhada. Procuramos melhorar constantemente as nossas medidas de *Work Life Balance* (WLB), oferecendo as prestações mais adequadas. Na realidade, estabelecemos frequentemente prestações adaptadas, dependendo dos países onde a EDPR está presente.

Há mais de cinco anos que a EDPR é reconhecida em Espanha com a certificação de Empresa Familiarmente Responsável da Fundação MásFamilia. Daqui, evoluímos para a categoria de "empresa proativa", o que reflete não só o nosso compromisso com a flexibilidade, como também a promoção de um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos nossos colaboradores.

PLANO DE AÇÃO CLIMA 2016

A EDPR é uma empresa que se caracteriza pela busca constante de iniciativas, programas e medidas que a transformem num local ideal para trabalhar. O nosso compromisso com a melhoria contínua na gestão de Recursos Humanos, e em conseguir que a EDPR seja uma empresa que os colaboradores reconhecem como um desafio constante, e onde estão dispostos a dar o melhor de si próprios, combinando elevados padrões de excelência e eficiência, assim como uma empresa onde ouvir os nossos colaboradores constitui um dos elementos que nos diferenciam... fazem da EDPR um local especial para trabalhar.

Em novembro de 2015, a EDP lançou uma nova edição do Inquérito de Clima Organizacional como um dos diferentes canais de comunicação que dão voz à opinião dos nossos colaboradores. Os índices de participação foram muito elevados, concretamente, 93% dos colaboradores da EDPR participaram, o que faz dos resultados um dado muito representativo do sentimento geral de todos e de cada um dos nossos colaboradores.

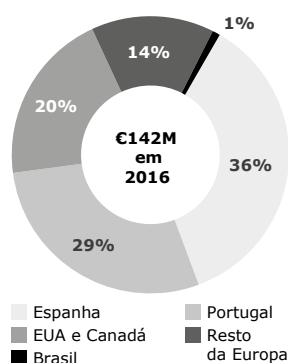
Os resultados demonstraram índices globais de compromisso elevados (72%) que estão ao nível da EDP (75%) e de empresas líder que se caracterizam por aplicar as melhores práticas do mercado nesta matéria (73%). As áreas que os colaboradores mais valorizam, e que importa destacar, são a estabilidade no emprego, as condições de trabalho e o ambiente laboral.

Não obstante, analisando os resultados com mais pormenor, existem margens de melhoria em determinados âmbitos que constituem atualmente os pilares sobre os quais assenta o Plano de Ação Clima 2016, que inclui 13 ações específicas. Estas medidas foram comunicadas a todos os colaboradores através de diferentes plataformas.

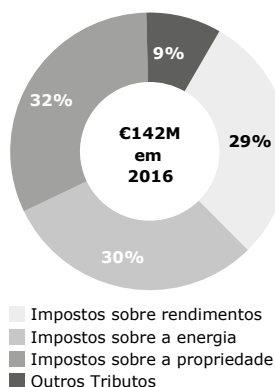
Declaração de Impostos

É um dever civil e ético contribuir para o financiamento das obrigações gerais dos Estados onde o Grupo está presente, através do pagamento dos impostos e contribuições devidos, em conformidade com a Constituição e restante legislação desses Estados, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos, para um desenvolvimento sustentável das empresas locais do Grupo e inerente criação de valor para as partes interessadas. A contribuição fiscal do Grupo EDPR para as finanças públicas totalizou 142 milhões de euros em 2016. A contribuição para a Segurança Social remontou a 12 milhões de euros.

Distribuição dos pagamentos de impostos do Grupo EDPR por país



Distribuição dos pagamentos de impostos do Grupo EDPR por tipo de imposto



3.2.2. COMUNIDADES

A EDPR proporciona benefícios económicos duradouros às zonas circundantes dos seus parques eólicos, ao longo de todo o seu ciclo de vida. Estes benefícios incluem, entre outros, investimentos em infraestrutura, pagamento de impostos, pagamento de direitos aos proprietários dos terrenos, criação de emprego e contribuições diretas para projetos comunitários.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS

ESTRADAS

A construção de um parque eólico inclui a construção de novas estradas e a reabilitação das existentes, a fim de transportar equipamento pesado (p. ex., turbinas eólicas) para o local durante a construção. As comunidades locais beneficiam destas estradas, uma vez que proporcionam melhores ligações para os habitantes locais realizarem as suas atividades agrícolas. Em 2016, investimos 4,7 milhões de euros no desenvolvimento de estradas locais.

INFRAESTRUTURAS

A integração da nossa capacidade de produção também pode exigir atualizações nas redes de distribuição e transporte pertencentes aos operadores do sistema de distribuição ou transporte. Na maior parte das vezes, estas melhorias são financiadas e tecnicamente apoiadas pela EDPR, beneficiando indiretamente a qualidade do serviço de energia elétrica nas zonas circundantes. Este fator é particularmente importante em países onde a energia eólica se encontra em fase inicial. Em 2016, investimos 11,4 milhões de euros na melhoria de instalações elétricas públicas.

RENDAS, IMPOSTOS E PARTILHA DE RECEITAS

A EDPR também proporciona receitas económicas diretas às comunidades locais e regionais através do arrendamento de terrenos, do pagamento de impostos locais e impostos sobre a propriedade. Por exemplo, nos Estados Unidos, o imposto sobre a propriedade é pago tanto a entidades estatais como locais, nos estados onde a empresa detém ativos, o que beneficia as comunidades locais. Esta partilha de receitas é uma contribuição significativa para o orçamento anual dos municípios rurais onde se situam os parques eólicos. Adicionalmente, durante a construção dos nossos parques eólicos, a comunidade local beneficia da presença de trabalhadores temporários de construção, que têm um impacto positivo na economia local, pelas suas despesas locais e pelo aumento das receitas fiscais derivadas das vendas.

PARQUE EÓLICO HIDALGO

O parque eólico Hidalgo atribui benefícios económicos significativos à comunidade circundante, sob a forma de pagamentos aos proprietários

de terras, despesas locais e investimento comunitário anual. Para além dos pagamentos recorrentes aos mais de 70 proprietários incluídos no seu projeto de 13.500 hectares, o parque Hidalgo também contribui com aproximadamente 200 milhões de dólares em ativos tributáveis para os municípios onde o projeto foi construído. A construção do projeto trouxe mais de 400 trabalhadores para a cidade rural de McCook, no sul do Texas, e as operações em permanência do projeto garantirão que uma série de empregos de longo prazo permanecerão junto da comunidade durante o tempo de vida do projeto. Para além dos benefícios económicos para o município e para a comunidade, há também benefícios ambientais significativos. Neste momento, em que o projeto está já a funcionar, prevê-se que forneça energia suficiente para aproximadamente 55.000 casas texanas médias por ano.

CONTRATAÇÃO LOCAL E PRÁTICAS DE SUBCONTRATAÇÃO

Embora não existam procedimentos internos que exijam explicitamente o recrutamento local, uma elevada percentagem dos nossos colaboradores e 99% dos fornecedores são provenientes de locais onde a empresa atua. Como resultado, contribuímos para o desenvolvimento económico local.

Para atividades operacionais, geralmente contratamos membros da comunidade local para os serviços de operação e manutenção dos parques eólicos, tais como gestão dos parques eólicos, operação e manutenção das turbinas eólicas, manutenção de trabalhos elétricos e construção civil, vigilância ambiental e outros serviços de apoio. Essas práticas permitem-nos beneficiar dos conhecimentos específicos dos trabalhadores locais.

PROJETOS COMUNITÁRIOS

A EDPR promove voluntariamente e apoia iniciativas sociais, culturais, ambientais e educacionais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do seu negócio e de forma a materializar a sua visão estratégica.

O objetivo é criar um impacto positivo nas comunidades onde atuamos, e manter e reforçar a nossa reputação enquanto empresa responsável que trabalha para o bem comum. A EDPR planeia os resultados que pretende atingir e avalia os projetos em que está envolvida de acordo com os padrões internacionais do investimento social corporativo (London Benchmarking Group).

A EDPR em 2016:

- Investiu 1,1 milhões de euros
- Promoveu mais de 100 iniciativas com a comunidade

FUNDAÇÃO EDP EM ESPANHA

A missão da Fundação EDP é reforçar o compromisso do Grupo EDP nas áreas geográficas em que o Grupo opera, com especial ênfase nas áreas ambiental, social, cultural e educativa, numa perspetiva de desenvolvimento global sustentável, em que a utilização e produção eficiente e responsável de energia desempenham um papel decisivo. Durante o ano de 2016, a Fundação EDP em Espanha (Fundación EDP) apoiou uma série de iniciativas financiadas pela EDPR.

Energia Solidária (Energía Solidaria)

O programa "Energía Solidaria" visa aumentar a segurança, bem-estar e eficiência energética das famílias mais desfavorecidas.

Com a colaboração da Cáritas e através de diferentes ações de melhoria energética, em 2016, o número de beneficiários diretos e indiretos foi de 431 e 104 respetivamente.

O programa incluiu várias ações destinadas a cobrir as necessidades energéticas de famílias e de centros Cáritas (centros técnicos, apartamentos de acolhimento e centros de reabilitação). Por exemplo, foram realizadas auditorias energéticas junto de 10 famílias identificadas pela Cáritas, bem como a implementação das medidas recomendadas.

ROMÉLIA: CLOSER2YOU

Estamos a investir nas relações e no desenvolvimento de comunidades situadas próximo dos locais onde operamos, bem como no legado que queremos deixar para as gerações futuras. Por esse motivo, criámos a iniciativa "Closer2You", cuja primeira edição foi realizada na região de Constanta, na Roménia.

A fim de ajudar uma família com três filhos, que vivia em condições precárias, sem eletricidade nem água, e sem rendimentos devido à impossibilidade de trabalhar dos pais, esta iniciativa incluiu a reabilitação térmica da casa, substituindo-se janelas, portas e sistema de abastecimento de água. Foram alcançados acordos de colaboração com as autoridades e fornecedores locais, a fim de proporcionar água e condições mais dignas a esta família. A casa foi remodelada, para a tornar mais segura e melhorando o nível de conforto da família.

Esta iniciativa é uma forma de enriquecer o nosso relacionamento com os nossos *stakeholders* e visa contribuir para desenvolver comunidades sustentáveis. Em 2017, o Closer2You alcançará outros países, como Brasil, Espanha, Portugal e Polónia.



Antes e após a reabilitação

EUROPA: GERAÇÃO EDPR

A "Geração EDPR" é um conjunto de iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa implementadas pela Empresa: Your Energy, University Challenge, Wind Experts e Green Education.

O University Challenge visa fomentar o espírito de inovação e criatividade no seio da comunidade académica, o que, por sua vez, irá promover um maior vínculo entre as universidades e o mundo empresarial. O programa atingiu dois momentos importantes em 2016: na oitava edição, em Espanha, um dos grupos vencedores criou um negócio com o objetivo de implementar o seu projeto (utilização de *drones* para operações de manutenção em parques eólicos); o programa também se tornou internacional com a sua primeira edição na Polónia.

Your Energy é um programa internacional que ajuda as crianças a descobrir o mundo das energias renováveis, enquanto a iniciativa Green Education apoia a educação de crianças e adolescentes de famílias com recursos limitados.

Por acreditarmos que não há melhor forma de acrescentar valor à sociedade do que apoiando este tipo de projetos, continuaremos a investir nestas iniciativas, promovendo a criatividade e o conhecimento entre os mais jovens.

Informação adicional em: generationedpr.edpr.com

YOUR ENERGY

4.700 estudantes em Espanha, Itália e Polónia

UNIVERSITY CHALLENGE

44 universidades em Espanha e na Polónia

GREEN EDUCATION

119 estudantes em Espanha e Portugal

WIND EXPERTS EM ESPANHA

Wind Experts é um concurso, lançado em 2016, que promove a formação sobre energias renováveis junto de crianças entre os 10 e os 13 anos, desenvolvendo simultaneamente a sua criatividade. Através de uma parceria com a empresa portuguesa de brinquedos Science4you, nove escolas responderam ao desafio e mais de 60 crianças receberam um modelo de turbina eólica, que tiveram de usar para criar uma nova estrutura, utilizando apenas materiais recicláveis. O objetivo para o futuro é expandir o número de escolas que participam na iniciativa e torná-la internacional.

EUA: COLABORADORES DOAM LIVROS A INSTITUIÇÕES

A EDPR North America apoia a comunidade local com várias iniciativas. Uma dessas iniciativas foi uma angariação de livros, coordenada pelo Comité de Voluntários da EDPR NA, que pediu aos colaboradores que doassem livros novos e pouco usados para serem entregues a três organizações locais: Texas Children's Hospital, Reading Aces e Houston Center for Literacy. Foram doados 416 livros. Destes, 46 livros novos foram para o Texas Children's Hospital, 204 livros infantis pouco usados foram para Reading Aces, e 166 livros pouco usados foram para o Houston Center for Literacy.

Em Espanha, a EDPR realizou uma iniciativa semelhante e os colaboradores doaram 307 livros.

3.2.3. FORNECEDORES

A capacidade de criação de valor da EDPR, a liderança nas suas áreas de negócio e a relação com os seus stakeholders são influenciadas pelo desempenho dos seus fornecedores. A EDPR baseia a sua relação com os fornecedores na confiança, colaboração e criação de valor partilhado. Daí resulta uma capacidade conjunta de inovar, reforçar a política de sustentabilidade e melhorar a qualidade das operações.

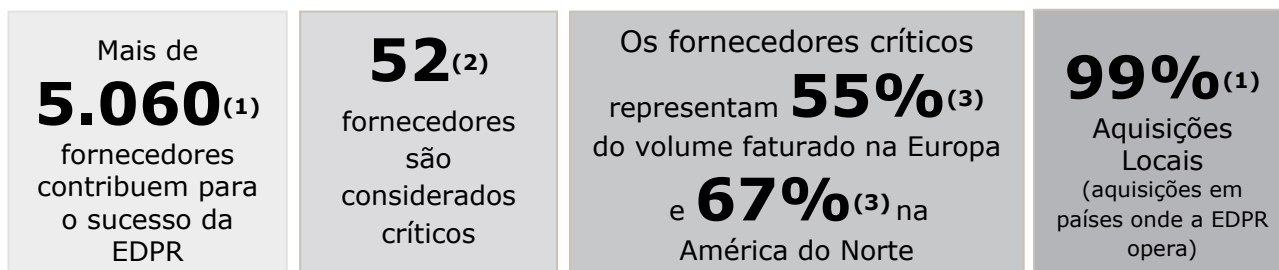
CADEIA DE FORNECIMENTO DA EDPR

Em 2016, foi feita uma análise criteriosa de caracterização das compras da EDPR, cujo objetivo foi aprofundar o conhecimento sobre o impacto a nível económico, social e ambiental da cadeia de fornecimento da EDPR. A EDPR espera, a partir de agora, utilizar esses resultados para uma melhor definição das prioridades para a gestão da sustentabilidade. Um fornecedor é considerado crítico mediante a classificação de reconhecimento do valor adicional da sua indispensabilidade, em função de vários critérios: valor anual despendido; frequência de fornecimento; acesso a clientes; acesso a equipamento técnico ou dados sensíveis; substituíbilidade do fornecedor; substituíbilidade de componentes; consequências de falhas no fornecimento; segmentação de fornecedores; riscos de segurança e riscos ambientais e obrigações, por ex., consequências de falhas de fornecimento ou de prestação de serviços são abordadas no processo de identificação.

Segundo a sua indispensabilidade para o negócio, os segmentos de fornecedores da EDPR são:

- **Fornecedores críticos:** Turbinas, BOP (*Balance of Plant*) e O&M (Operações & Manutenção) e;
- **Fornecedores não críticos:** aquisições indiretas.

Foi definida uma nova Política de Compras Sustentáveis e introduzidas melhorias no processo de gestão de fornecedores. A EDPR reforçou também os procedimentos de auditoria e aumentou consideravelmente o número de auditorias a fornecedores.



GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE FORNECIMENTO

A EDPR definiu **políticas, procedimentos e normas** para assegurar os vários aspetos que compõem a sustentabilidade da cadeia de fornecimento, bem como a gestão e a mitigação de quaisquer riscos ambientais, sociais ou éticos na cadeia de fornecimento.



O Grupo EDP definiu uma Política de Compras Sustentável, que garante o enquadramento do processo de compras. A política inclui aspetos ligados ao cumprimento da legislação, política ambiental, respeito pelas comunidades, comunicação com os *Stakeholders*, ética, confidencialidade, conflitos de interesses, direitos humanos, segurança e saúde.

A EDPR trabalha com fornecedores e empresas com maturidade e que tentam cumprir os exigentes requisitos de qualidade, ambiente e prevenção, bem como os de solvência económico-financeira.

¹ % baseada em # de ordens de compra em 2016.

² Fornecedores críticos de acordo com a metodologia definida pela EDP

³ Baseados nos valores totais faturados em 2016

Políticas, Procedimentos e Normas	
Política de Compras Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> Em 2016, foi desenvolvida uma análise completa de caracterização das compras da EDPR, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os impactos económicos, sociais e ambientais da cadeia de fornecimento da EDPR. A EDPR adere aos 10 princípios do Pacto Global da ONU e ao Código de Ética e respeita os certificados de Qualidade, Segurança e Saúde, bem como a qualidade técnica e a solvência económico-financeira dos fornecedores.
Manual de Compras	<ul style="list-style-type: none"> A EDPR dispõe de um Manual de Compras, que inclui os princípios de sustentabilidade a considerar quando compra produtos ou contrata prestações de serviços. Os princípios resumem os aspetos relevantes para a EDPR em termos de sustentabilidade da cadeia de fornecimento: segurança e saúde, respeito pelo ambiente, ética, desenvolvimento local e inovação.
Código de Ética da EDPR	<ul style="list-style-type: none"> A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Os fornecedores da EDPR devem conhecer e aceitar por escrito os princípios estabelecidos no Código de Ética. <p>📄 O Código de Ética da EDPR encontra-se disponível em www.edpr.com</p>
Pacto Global da ONU	<ul style="list-style-type: none"> A EDPR foi signatária do Pacto Global da ONU para um desenvolvimento sustentável e compromete-se a implementar esses princípios, bem como a promovê-los na sua área de influência. Os fornecedores da EDPR devem aceitar cumprir os dez princípios do Pacto Global da ONU em matéria de direitos humanos, trabalho, ambiente e combate à corrupção, tendo de apresentar por escrito a confirmação de que são signatários das diretivas do Pacto Global da ONU ou uma declaração escrita da sua aceitação.
Sistema de Segurança e Saúde e Política OH&S	<ul style="list-style-type: none"> O Sistema de Segurança e Saúde, com base nas especificações da norma OSHAS 18001:2007, exige que os colaboradores da EDPR e todos aqueles que trabalham em nome da EDPR cumpram as melhores práticas nessas áreas, conforme exigido na Política OH&S da EDPR. A gestão do sistema de segurança e saúde é apoiado por diversos manuais, procedimentos de controlo, instruções e especificações, que asseguram a execução efetiva da Política OH&S. <p>📄 As Políticas de Saúde e Segurança da EDPR encontram-se disponíveis em www.edpr.com</p>
Políticas da EDPR em matéria de Ambiente e Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> A EDPR compromete-se a integrar o respeito pelo ambiente e a gestão ambiental em todas as fases do negócio através da cadeia de valor e a garantir que todos os Stakeholders, incluindo os fornecedores, têm as competências necessárias para o fazer. Os fornecedores da EDPR devem adotar todas as medidas necessárias para garantir o estrito cumprimento de todos os regulamentos ambientais aplicáveis, bem como as Políticas da EDPR em matéria de Ambiente e Biodiversidade, normas, procedimentos e sistemas em vigor em matéria de gestão ambiental. A EDPR implementou um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), desenvolvido e certificado de acordo com a norma internacional ISO 14001:2004. Os fornecedores da EDPR devem conhecer e compreender o SGA, e garantir a sua total conformidade com os procedimentos estabelecidos. Os fornecedores devem disponibilizar o SGA aos seus colaboradores e subempreiteiros. <p>📄 As Políticas da EDPR em matéria de Ambiente e Biodiversidade encontram-se disponíveis em www.edpr.com</p>

100% dos fornecedores críticos da EDPR estão alinhados com os critérios do Pacto Global e o Código de Ética da EDPR.

Os fornecedores da EDPR passaram com êxito os processos de aprovação estabelecidos pelo Grupo EDP. A regra "passar ou falhar" aplica-se a todos os fornecedores. Se não cumprirem os requisitos principais definidos pela EDPR, não serão selecionados para prestar os seus serviços. Em relação a todos os fornecedores considerados críticos (independentemente do volume da compra), a EDPR assegura, desde o concurso até ao momento da prestação do serviço (obra de construção ou manutenção), a conformidade da qualidade técnica, a solvência económico-financeira, e uma adequada gestão ambiental, da segurança e saúde.

GESTÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS OU ÉTICOS

A EDPR monitoriza os fornecedores críticos durante a prestação dos seus serviços, tendo em conta aspetos como a qualidade, segurança, saúde e ambiente (gestão de resíduos, derrames de óleos, etc.). A EDPR assegura igualmente o cumprimento das normas, compromissos e procedimentos da EDPR em toda a cadeia de valor.

A) Durante a fase de construção, o gestor de obra é acompanhado por um supervisor da área de saúde, segurança e ambiente, e reúne-se semanalmente com os fornecedores (empregado BOP e, se aplicável, fornecedor de turbinas).
Os empreiteiros recebem *feedback* e são estabelecidos planos de melhoria nas áreas da qualidade, segurança, saúde e ambiente através de relatórios de desempenho. Além disso, a empresa tem igualmente a supervisão externa nestas áreas.

B) Durante a fase de operação dos parques eólicos, o gestor do parque eólico é responsável pela qualidade de serviço e pelo cumprimento das regras e procedimentos de segurança, saúde e ambiente. Estes procedimentos são reforçados pelos sistemas de gestão em conformidade com as normas OSHAS 18001 e ISO 14001.
Os empreiteiros integram estes sistemas de gestão, uma vez que o seu desempenho nestas áreas é essencial para a EDPR.

Os fornecedores partilham com a EDPR as suas novas soluções, produtos ou atualizações para melhorar a colaboração entre as partes.

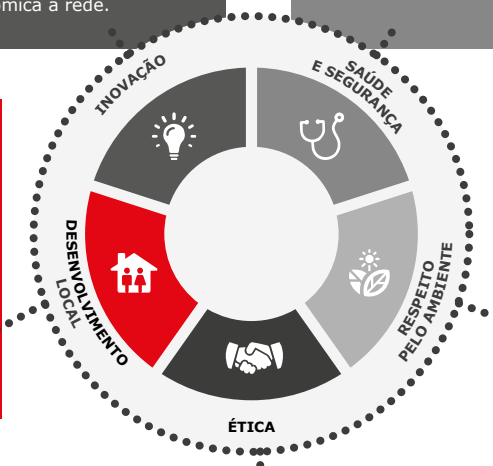
A EDPR utiliza aplicações para a gestão ambiental, de segurança e saúde, incluindo o acompanhamento de regulamentos e obrigações, que funcionam como ferramentas de auxílio, abrangendo toda a organização e os fornecedores de forma a prevenir acidentes de trabalho e ambientais. Além disso, nos parques eólicos são realizadas simulações que envolvem acidentes ou incidentes de segurança, saúde e ambiente.

Os aspetos relevantes para a EDPR em relação à sustentabilidade na cadeia de fornecimento são: Inovação, Segurança e Saúde, Respeito pelo Ambiente, Ética e Desenvolvimento Local. Estes aspetos encontram-se expressos no Manual de Compras.

A inovação é um dos factores-chave para manter a vantagem competitiva e apoiar o crescimento.
A EDPR trabalhou em conjunto com um fornecedor na instalação do primeiro armazenamento de energia em baterias num parque eólico da Roménia. É uma fonte relevante de flexibilidade, que desempenhará um papel importante no desenvolvimento e integração de energias renováveis, uma vez que pode equilibrar a variabilidade energética e o fornecimento de uma forma mais económica à rede.

83% dos fornecedores críticos da EDPR dispõem de um sistema de segurança e saúde no trabalho (OHS) (Fornecedores críticos de acordo com a metodologia definida pela EDP).
13.156 Horas de formação em OHS para Fornecedores da EDPR, envolvendo **165 empresas** e **2.227 colaboradores**.
1.052 Auditorias a Fornecedores no âmbito do OHS.

100% dos fornecedores críticos estão alinhados com critérios de impacto na sociedade.
Mais de 20.000* empregos associados à Cadeia de Fornecimento da EDPR.
Mais de 735* milhões EUR valor acrescentado bruto associado à Cadeia de Fornecimento da EDPR.



88% dos fornecedores críticos da EDPR dispõem de sistemas ambientais (Fornecedores críticos de acordo com a metodologia definida pela EDP).
300.000* toneladas de emissões de gases com efeito de estufa associadas direta ou indiretamente à Cadeia de Fornecimento da EDPR, 5%* das quais estão relacionadas com fornecedores diretos.

100% dos fornecedores críticos estão alinhados com critérios definidos pela EDPR em termos de práticas laborais e direitos humanos.
~0%* dos fornecedores diretos da EDPR identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado ou escravo, liberdade de associação.

* Dados resultantes da caracterização da cadeia de fornecimento realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting), baseada nos dados de aquisições de 2014.

3.2.4. COMUNICAÇÃO SOCIAL

As empresas de comunicação social em todo o mundo são um grupo de stakeholders muito importante para a EDPR. A reputação corporativa e a visibilidade da marca EDPR dependem destas empresas, razão pela qual damos grande atenção a cada interação que estabelecemos com elas. Mantemos todos os órgãos de comunicação social informados sobre as iniciativas que realizamos, sejam relacionadas com questões financeiras, com o desempenho da Empresa, com responsabilidade social corporativa ou qualquer outro evento relevante.

Para tal, o Departamento de Comunicação e Gestão de Stakeholders desenvolveu uma série de canais de comunicação para tornar a transmissão de informação o mais dinâmica e fluida possível. Um dos principais canais é o site corporativo (www.edpr.com), que inclui três grandes secções dedicadas à comunicação social: notícias, onde são publicadas todas as comunicações oficiais da Empresa; Centro de Media, um repositório de conteúdos onde a comunicação social pode obter fotografias, vídeos e outros materiais; e, ainda, informação sobre contactos. Outros canais de comunicação são: conferências de imprensa, entrevistas com dirigentes da Empresa e conferências telefónicas.

Em 2016, a interação com os meios de comunicação social gerou notícias principalmente nos mercados de Portugal, Espanha, América do Norte, Polónia e Itália, mas também em todos os mercados onde operamos. Essas notícias refletem a estratégia da Empresa em cada um desses mercados. Portugal foi a maior fonte de notícias, com uma cobertura positiva notável da imagem da EDPR, incluindo informações sobre o preço das ações da Empresa, desempenho financeiro, parceria com a China Three Gorges (CTG), iniciativas de educação, planos de expansão e investimento (em especial investimento estrangeiro), novos contratos e dados de produção de energia. Em Espanha, foram notícia em particular os planos de expansão da Empresa, enquanto nos EUA e no Canadá, as notícias incidiram sobretudo sobre os CAE.



3.3. Primeiro a Segurança

Objetivo de zero acidentes

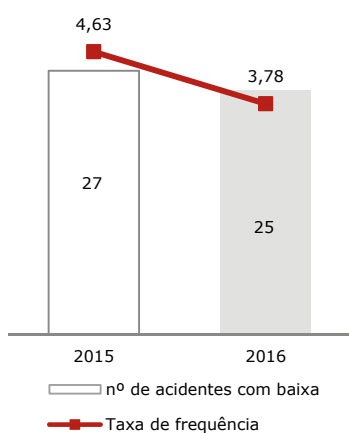
Garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores e prestadores de serviços é uma prioridade máxima da EDPR, sendo este compromisso apoiado pela nossa política de Segurança e Saúde.

Na EDPR, estamos conscientes de que trabalhamos num sector particularmente sensível aos riscos profissionais, pelo que damos especial importância à prevenção através da formação, comunicação e certificação das nossas instalações.

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, os colaboradores participam em cursos de formação e atividades de avaliação de riscos baseados nos potenciais riscos associados ao seu posto de trabalho. Os nossos colaboradores cumprem criteriosamente as diretrizes e esforçam-se por obter um local de trabalho seguro para todos os que prestam serviços nas nossas instalações.

Os comités e subcomités de Segurança e Saúde em toda a EDPR apoiam a implementação de medidas de saúde e segurança através da recolha de informações de diferentes níveis operacionais e do envolvimento dos colaboradores na definição e comunicação de um plano de prevenção.

Para atingir o objetivo de zero acidentes, a EDPR implementou sistemas de gestão de segurança e saúde com base nas especificações da norma OSHAS 18001:2007. As normas e os procedimentos destes sistemas são adaptados às especificidades de cada área geográfica onde estão implementados, e são desenvolvidos com base na regulamentação do país e nas melhores práticas da indústria. O nosso compromisso com a saúde e segurança dos nossos colaboradores e prestadores de serviços é ainda apoiado pela certificação OSHAS 18001 e estamos a trabalhar ativamente para ter toda a capacidade instalada certificada até 2020.

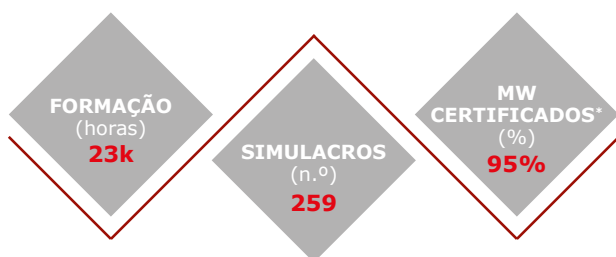


Indicadores:

A implementação dos nossos sistemas de gestão de segurança e saúde permite-nos registar e monitorizar o número de acidentes, e ajuda-nos a alcançar o objetivo de zero acidentes. Em 2016, a EDPR registou 25 acidentes. A tendência está a diminuir na Europa e nos Estados Unidos, mas é em parte compensada por um maior número de acidentes associados a ausências de curta duração no México, afetado pelo aumento das atividades de construção no país. Além disso, a taxa de gravidade aumentou, devido a uma ausência de longa duração proveniente de 2015 e a nove em 2016, o que conduziu a 83% do total de dias perdidos.

De um modo geral, a tendência está a melhorar apesar do aumento do número de acidentes registado no México. Um maior enfoque na comunicação das nossas políticas e a concretização dos benefícios da certificação OSHAS que irá ocorrer em 2018 no Brasil, contribuirão para melhorar as estatísticas. A Europa e os EUA apresentam indicadores de Segurança e Saúde inferiores devido a mais horas de formação e a planos de emergência para colaboradores e prestadores de serviços.

Planos de Formação e Emergência:



*Certificação OSHAS 18001. Cálculo baseado na capacidade instalada no final de 2016. Em 2015 o cálculo foi baseado na capacidade instalada no final de 2014.

Nota: Inclui dados de colaboradores e de prestadores de serviços.

3.4. Ambiente

Abordagem de ciclo de vida na gestão ambiental

A energia eólica é uma das formas mais ecológicas de produção de energia. A sua contribuição para o aquecimento global é consideravelmente menor do que a das fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis. O impacto das nossas atividades no ambiente é reduzido e, não obstante, a EDPR trabalha diariamente para manter padrões mais elevados.

1

Fases de extração de matérias-primas e fabrico de componentes

Integrar o respeito pelo ambiente e os aspetos ambientais em todas as fases dos processos de negócio ao longo da cadeia de valor é um dos pilares da nossa estratégia ambiental.

As avaliações de ciclos de vida demonstraram que a maioria dos impactos ambientais dos parques eólicos concentra-se nas fases de extração de matérias-primas e de fabrico de componentes.²

A EDPR não está envolvida diretamente nesses **processos a montante**, mas está empenhada em promover práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento no âmbito da Política de Compras Sustentáveis da EDP, para responder melhor às crescentes necessidades de sustentabilidade e de desenvolvimento da nossa cadeia de fornecimento.

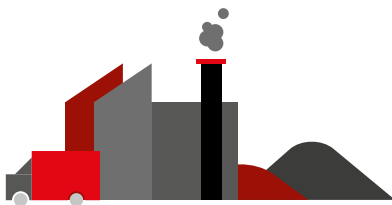
2

Implantação de parques eólicos

A fase de implantação de parques eólicos é executada num curto espaço de tempo e tem um impacto muito reduzido. Contudo, é seguida de perto pelas nossas equipas altamente qualificadas, para minimizar quaisquer perturbações potenciais.

É realizado um processo minucioso baseado nas nossas competências internas, que assegura a localização das instalações da EDPR nos melhores locais, assegurando as normas de construção mais exigentes e o respeito pelo ambiente e pelas comunidades locais.

Durante o processo de construção, trabalhamos no sentido de minimizar os impactos e as perturbações, e devolver os terrenos à sua integridade inicial. Em 2016, foram restaurados mais de 63 hectares. Na maioria dos casos, as turbinas eólicas e as estradas de acesso ocupam menos de um por cento do terreno em toda a área do projeto, e o terreno restante continua a estar disponível para atividades tradicionais.



As alterações climáticas já estão a ter um impacto na biodiversidade e estima-se que a ameaça poderá aumentar nas próximas décadas. As energias eólica e solar contribuem para proteger a biodiversidade das alterações climáticas uma vez que a sua contribuição para o aquecimento global é significativamente menor do que as fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis.

3

Fase operacional

A **fase operacional** é a essência do nosso negócio. Enquanto proprietária e operadora, a EDPR está empenhada em manter operações de longo prazo dos projetos para benefício dos nossos *stakeholders*, mantendo sempre um impacto ambiental mínimo. A gestão adequada dos aspetos ambientais durante a operação é conseguida graças ao Sistema de Gestão Ambiental, desenvolvido de acordo com a norma internacional ISO 14001 e certificado por uma organização independente de certificação. 89% da capacidade instalada da EDPR está coberta pela certificação ISO 14001.¹

A fase de operação pode ser estendida para além da vida útil, através da repotenciação dos parques, substituindo equipamentos antigos por novos, com maior capacidade e desempenho, produzindo energia limpa por mais alguns anos.

A EDPR está a renovar a sua frota de automóveis, sendo que 70% serão veículos híbridos. De acordo com a sua atividade principal, a EDPR optou por renovar a frota de carros, apostando em veículos de baixo consumo de combustível e de emissões reduzidas. Todos os carros serão incorporados na frota da EDPR, progressivamente ao longo de 2017, em Espanha, França, Itália, Polónia e Roménia, bem como no Brasil.

4

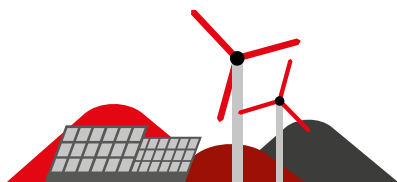
Final da vida útil

No **fim da sua vida útil**, as turbinas eólicas são desmanteladas para devolver o ambiente ao seu estado original. Do ponto de vista ambiental, existem dois aspetos a considerar: a restauração dos terrenos e o tratamento adequado dos resíduos produzidos. A gestão adequada de turbinas eólicas no fim da sua vida em termos de sustentabilidade é fundamental para maximizar os impactos ambientais positivos da energia eólica a partir de uma abordagem centrada no ciclo de vida. A reciclagem das turbinas eólicas em fim de vida útil evita os impactos ligados à extração de matérias-primas, proporciona benefícios ambientais importantes e contribui para a criação de uma economia circular.

Estima-se que a taxa média de reciclagem das turbinas é de 80-90%.² Os componentes recicláveis são as partes metálicas de ferro, aço, alumínio e cobre.

No entanto, as pás são um desafio para o setor, porque atualmente o primeiro destino para esses materiais na Europa é o aterro sanitário.

EDPR apoia o projeto R3FIBER, uma solução inovadora que fornece uma tecnologia de reciclagem verde para as pás das turbinas eólicas para obter fibras de alta qualidade que podem ser reutilizados em diferentes sectores, contribuindo assim para uma economia circular.



Os parques eólicos da EDPR, com um ciclo de vida útil de 25 anos têm um payback dos custos de energia em menos de um ano², o que significa 24 anos de vida só a produzir energia limpa.

¹ Cálculo baseado na capacidade instalada no final de 2016. Em 2015, o cálculo baseou-se na capacidade instalada no final de 2014.

² De acordo com a Avaliações de Ciclo de Vida dos nossos principais fornecedores

3.5. Inovação

A EDPR, como empresa líder mundial em energias renováveis, desenvolve de forma proativa e consistente, novas iniciativas em matéria de investigação e inovação centradas na redução do custo da energia ao longo do ciclo de vida dos seus ativos. Adicionalmente, a EDPR tem abordado desafios no sentido de obter as capacidades necessárias para adaptar-se aos sistemas de energia e de mercado futuros, garantindo competências tecnológicas adequadas e preservando a nossa vantagem competitiva no sector.

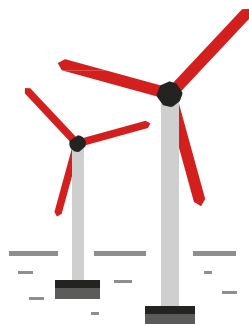
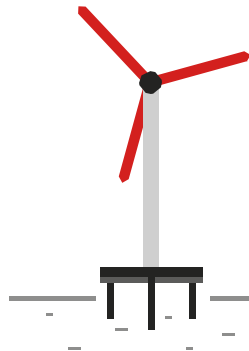
Atualmente, as ações e os esforços de investigação e desenvolvimento centram-se principalmente na resolução de desafios relacionados com as principais tendências de energia eólica e solar, *onshore* e *offshore*, armazenamento de energia e soluções de integração flexível na rede e novos procedimentos e estratégias de O&M.

Tecnologia Offshore

A principal prioridade para a indústria eólica *offshore* é continuar a seguir um caminho de redução de custos nos próximos anos, principalmente através de economias de escala, inovação tecnológica, maturação da cadeia de fornecimento e maior capacidade das turbinas (> 6 MW).

As áreas de capital mais intensivo da indústria eólica *offshore* são as turbinas, fundações e a instalação. Uma vez que o mercado de energia eólica *offshore* está a evoluir, movendo-se para locais cada vez mais longe da costa e com maior capacidade média de turbina, a inovação a nível de fundações e instalações em águas mais profundas são os principais impulsionadores da redução dos custos e do aumento da competitividade.

A EDPR está a desenvolver uma carteira de soluções, nomeadamente através da criação de opções tecnológicas inovadoras para os mercados de águas intermédias e águas profundas. Os conhecimentos e a experiência adquiridos com as tecnologias WindFloat e DemoGravi3 colocam a EDPR na dianteira da inovação em negócios eólicos *offshore*, o que significa criar opções futuras e abre caminho para alcançar competitividade em futuros projetos comerciais, desafiando a cadeia de fornecimento de energia eólica *offshore*.



Projeto Windfloat

O WindFloat 1 demonstrou a capacidade de sobrevivência física da plataforma em ambiente severo e deu o tom para a fase pré-comercial, a fim de provar a sua viabilidade económica.

Após 5 anos de funcionamento consistente, com a produção de mais de 17 GWh de eletricidade o período de testes foi concluído.

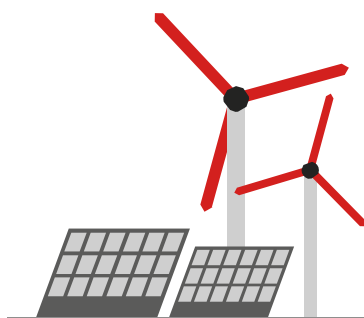
Após atingir com êxito o fim da vida útil da primeira fase do projeto, o próximo passo no desenvolvimento da tecnologia WindFloat será a fase Pré-comercial, denominada "WindFloat Atlantic", o primeiro parque eólico flutuante à escala global. Com uma capacidade total de 25 MW numa zona com 100 metros de profundidade na costa portuguesa de Viana do Castelo, cada uma das 3 plataformas será equipada com uma turbina comercial de 8 MW. No âmbito do programa de financiamento NER300, este projeto tem atraído parceiros mundiais de renome, como a Repsol, a Trust Wind, a Mitsubishi Corporation e a Chiyoda Corporation. Prevê-se a data de operação comercial para o verão de 2019.

Projeto Demogravi3

Financiado pelo Programa Europeu Horizon 2020, tem como objetivo demonstrar e validar uma tecnologia de fundação baseada na gravidade, feita em betão-aço híbrido, com capacidade de flutuação autónoma e suporte para o fundo para energia eólica *offshore* localizada em águas com profundidades intermédias entre 35 e 60m. A unidade completa (turbina e fundações) será construída e totalmente montada em terra, transportada para o local, com água lastrada, para ser instalada no fundo do mar e se desmantelará sem necessidade de utilizar navios de cargas pesadas.

O consórcio europeu que está a desenvolver este projeto é liderado pela EDPR e composto por um conjunto complementar e apropriado de empresas comerciais e entidades sem fins lucrativos: TYPSA, ASM Energia, Univ. Politécnica de Madrid, WavEC, Acciona Infraestructuras, Fraunhofer Gesellschaft IWES, Gavin & Doherty Geo Solutions e Global Maritime AS.

O projeto terá uma duração de 4 anos. A instalação terá lugar no verão de 2017 em Aguçadoura (Portugal).



Tecnologia Solar

Projeto piloto híbrido de energia eólica e fotovoltaica

Projeto-piloto em Espanha de demonstração de uma central de tecnologia híbrida (eólica e fotovoltaica) que partilha a mesma infraestrutura BoP. O objetivo é o de validar este conceito do ponto de vista técnico e comercial, para permitir a definição do “business case” para um projeto de tamanho real.

Projeto CPV-LAB

Plataforma experimental em construção em Portugal numa central fotovoltaica comercial, para avaliar o rendimento de novas tecnologias fotovoltaicas (concentração fotovoltaica, vidro-vidro e bifacial), com o objetivo de ganhar experiência e criar conhecimentos sólidos a fim de maximizar a rentabilidade de investimentos futuros.

Armazenamento de energia

O armazenamento de energia numa bateria é uma fonte relevante de flexibilidade, que desempenhará um papel importante no desenvolvimento e na integração de energias renováveis, uma vez que pode equilibrar a variabilidade de energia e ser uma fonte de fornecimento à rede mais económica. Adicionalmente, a queda rápida do custo das baterias tem aumentado o seu interesse.

O projeto de demonstração Stocare, incorporado na central eólica de Cobadin, é o primeiro a utilizar baterias de iões de lítio para o armazenamento de eletricidade na Roménia e marca também o início da utilização de soluções combinadas de armazenamento de energia e de geração de energia renovável na EDPR, desde o final de 2016.

O sistema de armazenamento de energia de 1 MW / 1 MWh da Cobadin, fornecido pela Siemens, funciona como uma validação do conceito, com o objetivo de avaliar o seu potencial para melhorar as questões económicas das centrais de energias renováveis e a integração no sistema elétrico. Esta plataforma inovadora de gestão e controlo de energia agora a ser desenvolvida tem o objetivo de fornecer soluções que respondam às flutuações de produção de energias renováveis e de testar novas formas de controlo da energia em condições reais para maximizar o rendimento. Para além disso, permite acumular experiência e conhecimento operacional, testando diferentes casos de utilização, o que possibilita à EDPR avaliar o futuro “business case”, calculando os custos totais, as receitas e as poupanças, bem como a identificação de riscos e oportunidades. Os benefícios deste projeto específico resultarão da redução dos erros de previsão de energia ativa por forma a reduzir os custos de compensação e permitir a gestão avançada da interrupção das operações para minimizar as perdas de energia.

Adicionalmente, à medida que os esquemas de remuneração dos serviços auxiliares se tornam cada vez mais disponíveis em certos mercados, também visará testar aplicações como a regulação de frequências e o suporte de tensão, através do desenvolvimento de algoritmos e da otimização de mecanismos de controlo.

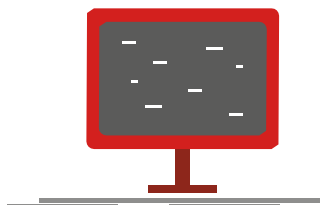


Operações e Manutenção

A maturidade do mercado eólico *onshore*, com uma capacidade operacional cada vez maior e com turbinas cada vez mais complexas, maiores e de mais difícil acesso, realça a necessidade de a EDPR dedicar mais esforços a soluções e estratégias avançadas de O&M, para aumentar a redução de custos e o aumento da rentabilidade mediante a análise otimizada de dados e a procedimentos de O&M.

A EDPR está progressivamente a começar a incorporar, na gestão de ativos, tecnologias *big data* que usam modelos avançados de análise preditiva para a otimização do tempo de vida útil das turbinas eólicas e para construir estratégias fiáveis e eficientes de fim de vida.

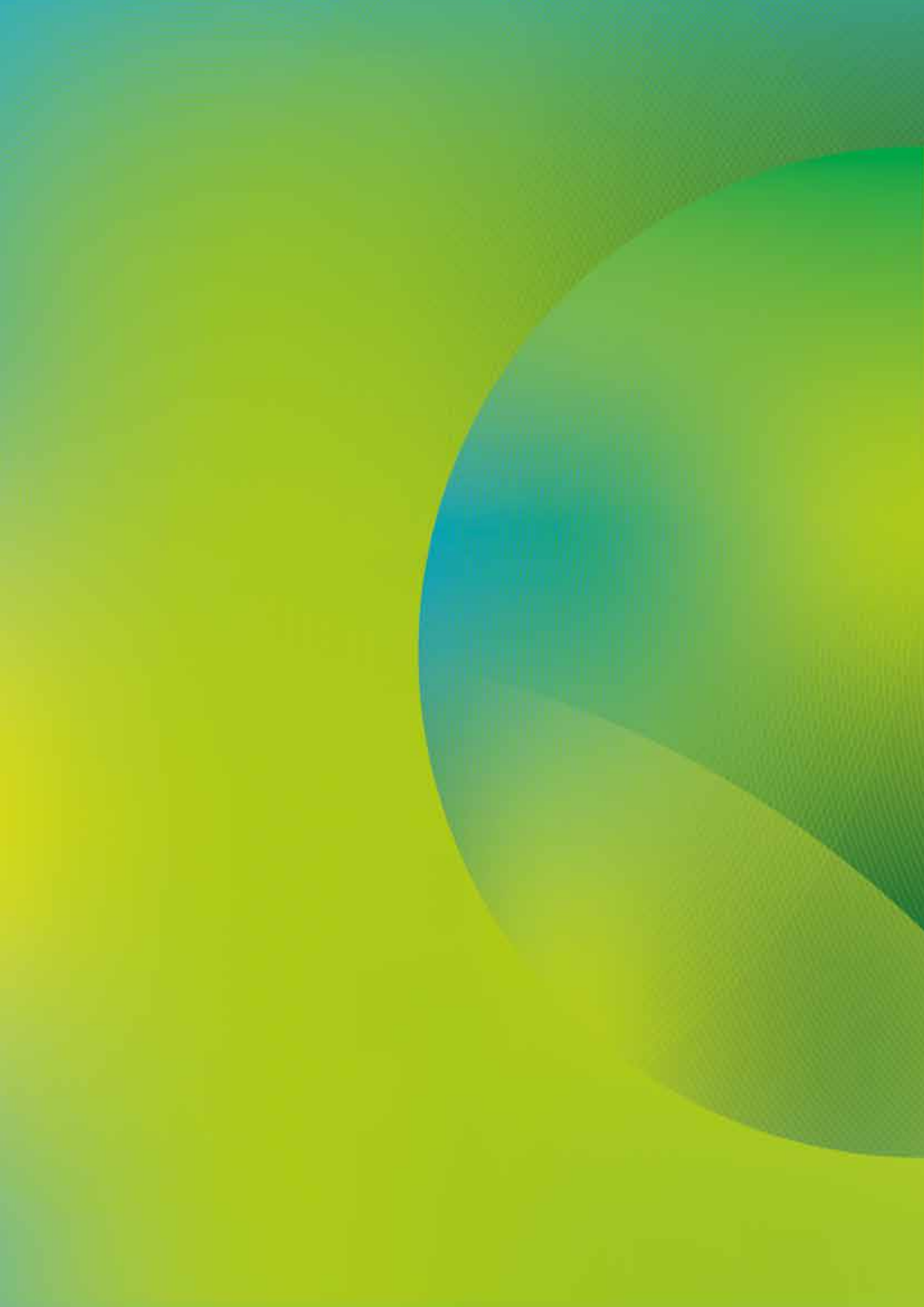
A EDPR também está envolvida em várias iniciativas para permitir a manutenção preditiva, relacionadas com a utilização de novos sensores melhorados, sistemas de monitorização de condições, *drones* aéreos para inspeção que permitam abrir novas possibilidades de recolha de dados e monitorizar o comportamento e evolução de componentes-chave da turbina.



ENERGY
AS
THE
NEW
ART

4 Sustentabilidade

Avaliação da Materialidade	99
Desempenho Económico	101
Desempenho Ambiental	105
Desempenho Social	114
Princípios de Apresentação de Relatórios	132
Verificação Externa	133





SUSTAINABILITY
AS THE *NEW*ART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

4

Sustentabilidade

4.1. Avaliação da Materialidade (G4-18, G4-20, G4-21, G4-26, G4-27)

O contexto macroeconómico, em que os desafios da sustentabilidade estão a aumentar, somado à diversidade de *stakeholders* da EDPR, resulta numa lista vasta e complexa de questões importantes, que devem ser priorizadas de acordo com a sua relevância e importância. Uma questão é considerada relevante quando influencia a decisão, a ação e o desempenho de uma organização e suas partes interessadas.

4.1.1. FUNDAMENTOS E OBJETIVOS

As questões materiais da EDPR foram identificadas e os resultados alcançados apoiaram a elaboração do presente Relatório Anual, tal como refletido na estratégia de gestão da empresa e, em particular, na sua agenda para a sustentabilidade.

4.1.2. METODOLOGIA

A metodologia adotada assenta nos padrões de Responsabilidade e a informação é obtida tanto a nível corporativo como das unidades de negócio.

A materialidade é obtida através do cruzamento das questões identificadas pelas partes interessadas e a importância que lhe é atribuída internamente pelo negócio.

RELEVÂNCIA PARA A SOCIEDADE

A relevância para a sociedade é determinada pela importância/impacto de um assunto específico a partir de um ponto de vista externo à Empresa, denominado como perspectiva para a sociedade. Assim, a visão da sociedade reflete a visão dos diferentes grupos de *stakeholders* que têm influência nas atividades da EDPR ou são por estes influenciados. Esta visão deve ser obtida a partir de fontes que asseguram a independência da Empresa através da recolha, na maior parte das vezes, de informação externa.

Paralelamente, a definição de uma visão para a sociedade é também suportada por documentos, análises e estudos específicos, tanto nacionais como internacionais, que permitem uma perspectiva alargada das tendências emergentes no domínio da sustentabilidade. Consequentemente, a Empresa considera que a visão dos vários *stakeholders* reflete a visão da sociedade, permitindo a avaliação das expectativas numa visão externa à EDPR.

RELEVÂNCIA PARA O NEGÓCIO

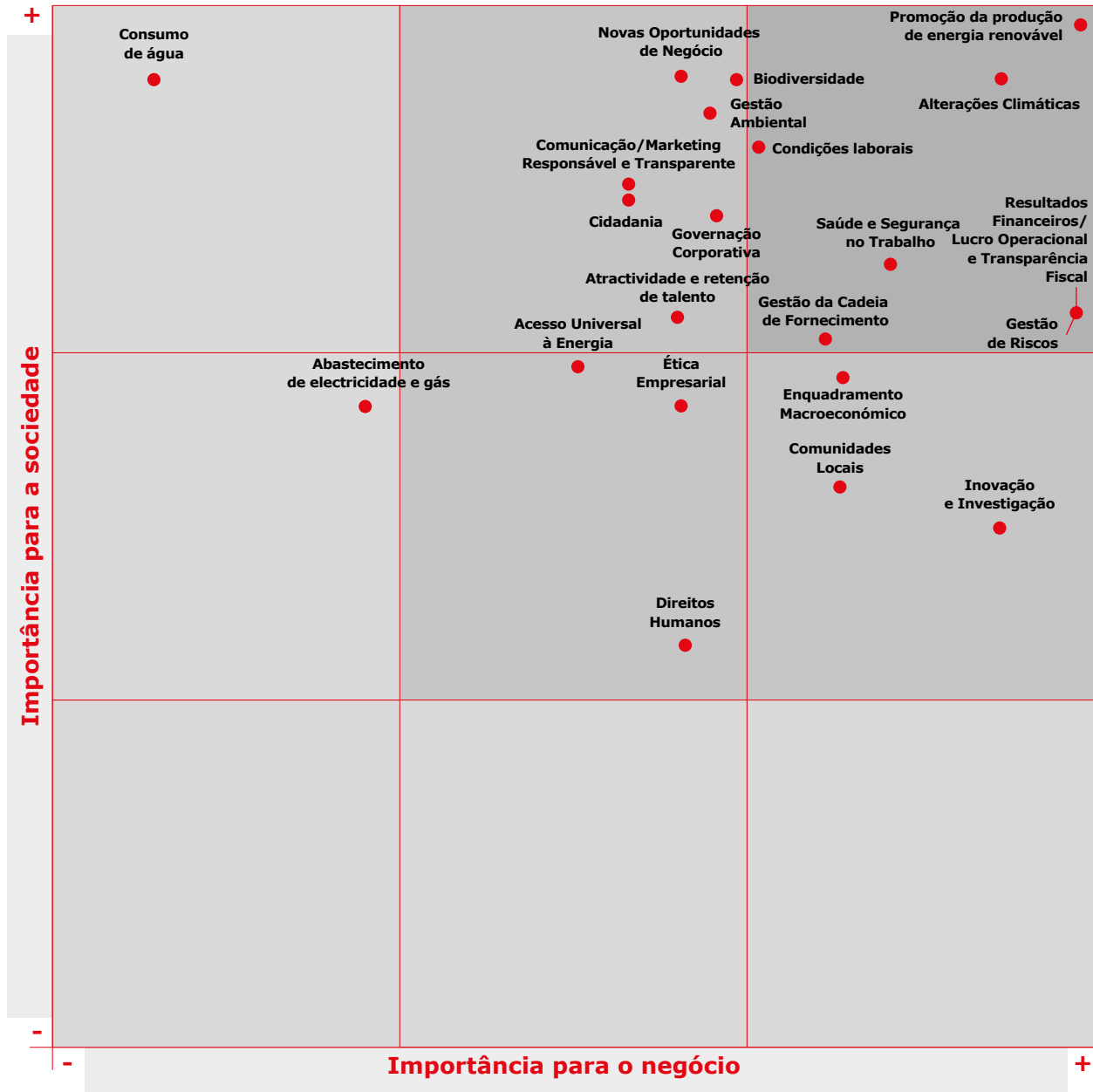
A visão para o negócio é obtida através da avaliação da importância/impacto de um tema específico numa perspectiva interna à Empresa. Esta visão tem origem na análise de objetivos estratégicos de negócio previamente definidos, na medida em que estes retratam o atual posicionamento e as preocupações da EDPR e refletem a futura visão do negócio.

RESULTADOS (G4-18, G4-19, G4-20, G4-21, G4-26, G4-27)

A matriz da materialidade descreve visualmente e de forma imediata os temas mais sensíveis e com maior impacto por comparação entre a importância que têm para a sociedade e para o negócio. Os temas críticos e sensíveis para o negócio, identificados através da análise da matriz da materialidade, permitem à Empresa direcionar a estratégia e apoiar os

processos de tomada de decisões, bem como focar o relatório de informação com base nos interesses comuns à Empresa e aos *stakeholders*, facilitando, desta forma, o relacionamento entre ambas as partes.

Matriz de Materialidade



4.2. Desempenho Económico

G4 DIVULGAÇÃO DA ABORDAGEM DE GESTÃO

As energias renováveis têm uma forte influência nas comunidades locais. Os ativos são geralmente construídos em locais remotos, trazendo benefícios económicos positivos para as comunidades locais e contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas.

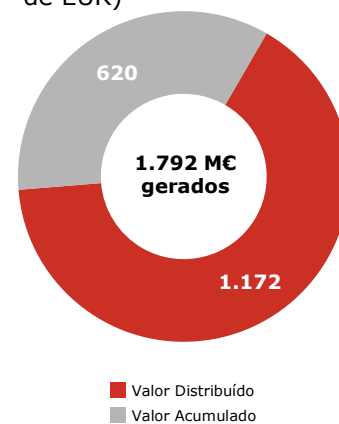
Adicionalmente, consideramos que a inovação é um fator chave para sustentar as vantagens competitivas e apoiar o crescimento. Para nós, inovação significa novas tecnologias para mais energia renovável – tal como energia eólica *offshore* – mas não só: também se trata de atitude, identificando melhorias, todos os dias, naquilo que fazemos. O capítulo sobre Inovação inclui informação detalhada sobre os diferentes projetos geridos pela EDPR.

Os ativos são geralmente construídos em locais remotos, trazendo benefícios económicos positivos para as comunidades locais.

G4 EC1 - VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

Milhões de euros	2016	2015
Valor económico gerado e distribuído		
Volume de negócios	1485	1372
Outras receitas	251	359
Ganhos/(perdas) na venda de ativos financeiros	2	0
Participação nos lucros das empresas participadas	0	-2
Receitas financeiras	54	61
Valor económico gerado	1.792	1.790
Custo das matérias-primas e materiais de consumo utilizados	31	22
Fornecimentos e serviços externos	305	293
Outros custos	135	189
Custos com pessoal	94	84
Despesas financeiras	404	347
Impostos	50	51
Dividendos	153	129
Valor económico distribuído	1.172	1.115
Valor económico acumulado	620	675

Valor económico gerado em 2016 (Milhões de EUR)



O custo da duplicação da quota da energia renovável até 2030 seria de 290 mil milhões de dólares por ano, prevendo-se que seja pelo menos 4 a 15 vezes inferior aos custos externos evitados.

Fonte: IRENA

Redução do preço da eletricidade

Quando a produção de energia eólica está disponível, o preço de mercado desce para o mesmo nível de procura de eletricidade e até 15 vezes.

G4 EC2 - IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO, DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As atividades humanas estão a libertar quantidades críticas de dióxido de carbono e outros gases com efeito estufa (GEE), que aprisionam o calor e aumentam de forma constante a temperatura do nosso planeta, comprometendo definitivamente o nosso clima. Dado que as emissões antropogénicas de GEE resultam principalmente da combustão de combustíveis fósseis, é pois essencial proceder a uma ação efetiva no setor energético no sentido de enfrentar os problemas em matéria de alterações climáticas. Segundo a IRENA (Agência Internacional para as Energias Renováveis), atingir uma quota de 30% de energias renováveis até 2030, em conjunto com uma maior eficiência energética, seria suficiente para evitar que as temperaturas globais subissem mais de 2°C acima dos níveis pré-industriais. É cada vez mais evidente que os investimentos necessários para reduzir as emissões serão modestos quando comparados com os benefícios resultantes da prevenção dos danos causados pelas alterações climáticas. Por conseguinte, a energia renovável é uma pedra angular no cumprimento dos objetivos climáticos, e a energia eólica terrestre, devido à sua maturidade e competitividade, deverá estar na linha da frente da necessária transformação do nosso setor energético.

- Para informações adicionais, consulte a secção sobre Ambiente de Negócio.

G4 EC3 - COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE PLANO DE BENEFÍCIOS DA ORGANIZAÇÃO

- Informação sobre as obrigações da EDPR no âmbito do plano de benefícios disponível na Nota 10 da Demonstração financeira

G4 EC4 - APOIO FINANCEIRO GOVERNAMENTAL

- Informação sobre apoios financeiros governamentais recebidos através de crédito tributário à produção, subvenção e desagravamento fiscal nos EUA encontra-se disponível nas secções sobre Receitas das parcerias institucionais nos parques eólicos nos EUA e Amortização de rendimentos diferidos (subsídios governamentais) da nossa Demonstração de resultados consolidados e detalhes adicionais nas Notas 7, 12 e 30 da nossa Demonstração Financeira.

G4 EC5 - VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

Os valores apresentados na tabela mostram o salário médio mais baixo em comparação com o salário mínimo local, para cada um dos países onde estamos presentes. Para proteger a privacidade dos salários dos colaboradores em países onde o nosso quadro de colaboradores é menor, não divulgamos as informações por país e sexo.

%	2016	2015
Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local		
Europa	253%	259%
América do Norte	234%	224%
Brasil	337%	270%

Nota: % reformulada da Europa, em 2015. A informação sobre a Bélgica foi removida para proteger a privacidade dos colaboradores pelo facto de o quadro de pessoal neste país ser muito reduzido.

G4 EC6 - PROPORÇÃO DE CARGOS DE GESTÃO DE TOPO OCUPADOS POR INDIVÍDUOS PROVENIENTES DA COMUNIDADE LOCAL EM LOCAIS OPERACIONAIS DE RELEVÂNCIA

O nosso Código de Ética contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de acordo com a cultura de diversidade da Empresa, o que se reflete nos nossos procedimentos de contratação através de um processo de seleção não discriminatório. Aspetos do potencial colaborador, como raça, género, orientação sexual, religião, estado civil, incapacidade, orientação política ou opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, local de nascimento ou filiação sindical não são considerados.

Não existem procedimentos específicos que requeiram explicitamente recrutamento local. No entanto, uma grande percentagem dos nossos colaboradores são contratados no mesmo país onde a empresa opera.

%	2016
% de contratações locais	
Europa	83%
América do Norte	79%
Brasil	100%
Corporativo	74%

100%

dos novos Diretores foram recrutados internamente.

G4 EC7 – DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS SUPOSTADOS

A energia eólica e a solar exigirão investimentos em infraestrutura que beneficiam comunidades vizinhas. Isto inclui o reforço das redes de eletricidade existentes e a reabilitação de estradas existentes ou a construção de novas estradas.

É necessário o investimento em estradas para transporte de equipamento pesado (componentes de turbinas eólicas, transformadores de potência, etc.) para o local durante a construção. O sistema viário melhorado facilita as atividades de manutenção futuras após a conclusão das obras de construção, e melhora o acesso a locais remotos para as comunidades circundantes. Durante a operação dos nossos parques eólicos, estas estradas são mantidas e podem ser identificadas outras oportunidades para aumentar o impacto positivo na comunidade.

A integração da nossa capacidade de produção também pode exigir atualizações nas redes de distribuição e transporte pertencentes aos operadores do sistema. Essas atualizações permitem beneficiar indiretamente a qualidade do serviço

A energia eólica e a solar exigirão investimentos em infraestrutura que beneficiam comunidades vizinhas.

A EDPR investiu 4,7 milhões de euros para desenvolver estradas comunitárias e 11,4 milhões de euros para melhorar as instalações elétricas públicas.

oferecido nas áreas circundantes, minimizando interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Em 2016, a EDPR investiu 4,7 milhões de euros para desenvolver estradas comunitárias e 11,4 milhões de euros para melhorar as instalações elétricas públicas.

G4 GEC8 - IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS, INCLUINDO A EXTENSÃO DESSES IMPACTOS

As tecnologias das energias renováveis são consideradas não só instrumentos que permitem minimizar as alterações climáticas, mas são também, cada vez mais, reconhecidas como investimentos que podem proporcionar vantagens económicas diretas e indiretas, pelo facto de reduzirem a dependência dos combustíveis importados (e, conseqüentemente, aumentarem as balanças comerciais), melhorarem a qualidade do ar e a sua segurança, impulsionarem o desenvolvimento económico e criarem emprego.

- Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia disponível no capítulo Ambiente de negócio.

G4 EC9 – PROPORÇÃO DE DESPESAS COM FORNECEDORES LOCAIS EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

A EDPR não possui uma política ou procedimento interno específico para preferir fornecedores locais.

No entanto, quando as condições comerciais são iguais, escolhemos fornecedores locais para melhorar a sustentabilidade socioeconómica dos 12 países da Europa e das Américas onde estamos presentes. Deste modo, cerca de 99%* das compras foram provenientes de fornecedores locais (compras em países com unidades operacionais da EDPR).

Adicionalmente, durante a construção dos nossos projetos, a comunidade local testemunha a afluência de trabalhadores de construção e fornecedores locais, o que tem um impacto positivo na economia local.

Nota: * com base no # de encomendas efetuadas em 2016.

- Mais informações disponíveis no capítulo sobre Fornecedores.

99%*

das compras
provenientes de
fornecedores locais.

4.3. Desempenho ambiental

G4 DIVULGAÇÃO DA ABORDAGEM DE GESTÃO

A energia eólica é uma das formas de produzir energia mais amigas do ambiente. O seu contributo para o aquecimento global é significativamente menor do que as fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis. O impacto do nosso negócio no ambiente é pequeno, no entanto a EDPR trabalha numa base diária para obter padrões mais elevados.

As avaliações de ciclos de vida demonstraram que a maioria dos impactos ambientais dos parques eólicos concentra-se nas fases de extração de matérias-primas e de fabrico de componentes*. A EDPR não está envolvida diretamente nesses processos a montante, mas está empenhada em promover práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento no âmbito da Política de Compras Sustentáveis da EDP, para responder melhor às crescentes necessidades de sustentabilidade e de desenvolvimento da nossa cadeia de fornecimento.

A fase de implantação de parques eólicos e solares é executada num curto espaço de tempo e tem um impacto muito reduzido quando comparada com o processo a montante. Contudo, é seguida de perto pelas nossas equipas altamente qualificadas, para minimizar quaisquer perturbações potenciais.

A fase de operação é o núcleo do nosso negócio. Enquanto proprietária e operadora, a EDPR está empenhada em manter operações de longo prazo dos projetos para benefício dos nossos acionistas e partes interessadas, mantendo sempre um impacto ambiental mínimo. A gestão adequada dos aspetos ambientais durante a operação é conseguida graças ao Sistema de Gestão Ambiental, desenvolvido de acordo com a norma internacional ISO 14001 e certificado por uma organização independente de certificação. 89%** da capacidade instalada da EDPR está coberta pela certificação ISO 14001.

No fim da sua vida útil, as turbinas eólicas são desmanteladas para devolver o ambiente ao seu estado original. Do ponto de vista ambiental, existem dois aspetos a considerar: a restauração dos terrenos e o tratamento apropriado do desperdício gerado. A gestão adequada de turbinas eólicas no fim da sua vida em termos de sustentabilidade é fundamental para maximizar os impactos ambientais positivos da energia eólica a partir do ponto de vista do ciclo de vida. A reciclagem das turbinas eólicas em fim de vida útil evita os impactos ligados à extração de matérias-primas, proporciona benefícios ambientais importantes e contribui para a criação de uma economia circular.

Os parques eólicos da EDPR, com um ciclo de vida útil de 25 anos têm um *payback* dos custos de energia em menos de 1 ano, o que significa 24 anos de vida só a produzir energia limpa.

As informações do Relatório e Contas da EDPR incluídas no Capítulo sobre sustentabilidade baseiam-se na fase operacional.

Nota: *De acordo com as Avaliações de Ciclo de Vida dos nossos principais fornecedores de turbinas.

Nota: **Cálculo baseado na capacidade instalada no final de 2016. Em 2015, o cálculo baseou-se na capacidade instalada no final de 2014.

- Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia disponível nos capítulos Ambiente de Negócio e Ambiente.

Política Ambiental



Consideramos que uma gestão ambiental pró-activa é geradora de valor e constitui dever de uma empresa socialmente responsável.

Ambicionamos, ser líderes e referência na gestão ambiental dos negócios e no envolvimento das partes interessadas na implementação e promoção das boas práticas neste domínio.

Promovemos uma cultura corporativa onde as iniciativas e as actividades que dão corpo ao negócio são consistentes com a responsabilidade ambiental, e estimulamos a inovação e o melhoramento contínuo de produtos, serviços e do desempenho ambiental.

Como tal, assumimos na nossa cultura organizacional os seguintes valores e princípios orientadores de negócio:

- Integrar o respeito pelo ambiente e a gestão dos aspectos ambientais, em todas as fases dos processos empresariais e ao longo de toda a cadeia de valor; e zelar para que todos os intervenientes, incluindo fornecedores, detentem as competências necessárias e suficientes para o efeito;
- Pautar por princípios éticos de transparência, honestidade e integridade, nas relações com as autoridades competentes e os restantes partes interessadas;
- Melhorar continuamente o desempenho ambiental, nomeadamente na prevenção da poluição e na minimização dos seus impactos;
- Cumprir com os requisitos legais e outros aplicáveis aos aspectos ambientais, bem como outros compromissos voluntariamente assumidos;
- Gerir os riscos ambientais, com vista a eliminar ou minimizar os impactos negativos das actividades, tanto nas situações normais, como nas de emergência, acidente ou catástrofe;
- Gerir o impacto sobre a biodiversidade, decorrente das actividades de negócio, procurando obter um balanço global positivo neste domínio;
- Promover a utilização das fontes de energia renováveis e das melhores tecnologias com vista à preservação dos recursos naturais e à prevenção e redução da poluição;
- Promover a eficiência energética e as práticas de utilização racional da energia, como uma das principais aplicações compatíveis com o uso sustentável dos recursos;
- Considerar as expectativas das partes interessadas, nos processos ambientalmente relevantes e na sua comunicação;
- Promover a criação de conhecimento e a divulgação de boas práticas no domínio do ambiente.



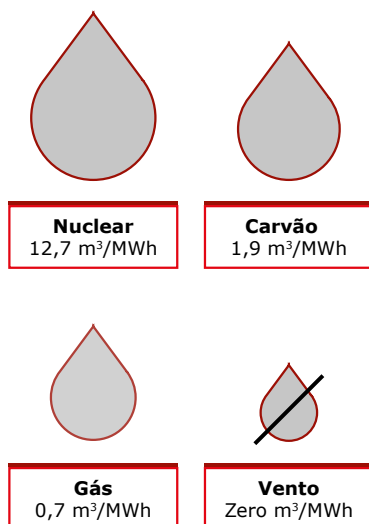
Aprovado pela Comissão Executiva, Janeiro de 2011

**Política Ambiental da
EDPR disponível em
www.edpr.com**

c.350x

A EDPR produz cerca de 350 vezes a eletricidade consumida.

CONSUMO DE ÁGUA POR TECNOLOGIA



Fonte: 2014 EWEA
Saving water with wind energy.

G4 EN3 – CONSUMO DE ENERGIA NA ORGANIZAÇÃO

As turbinas eólicas e os painéis solares requerem uma pequena quantidade de eletricidade para operarem. Trata-se de energia geralmente autoconsumida. Dada a intermitência de geração de energia eólica, por vezes, é necessário consumir eletricidade da rede.

MWh	2016	2015	%
Consumo de energia			
Parques eólicos:			
Consumo de eletricidade (MWh)	67.423	66.602	1%
Escritórios:			
Consumo de eletricidade (MWh)	3.776	3.666	3%
Gás (MWh)	28	27	1%

Nota: Fator de conversão de gás de acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: Dados de gás e consumo de eletricidade em escritórios corrigidos para 2015.

G4 EN6 – REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

A nossa atividade baseia-se na geração de energia limpa, e produzimos cerca de 350 vezes a energia que consumimos. No entanto, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos e realizamos muitas campanhas internas para promover comportamentos sustentáveis, como referido no nosso site www.edpr.com

G4 EN8 - CONSUMO TOTAL DE ÁGUA, POR FONTE

A geração de energia eólica não consome água nos seus processos operacionais. A água é consumida apenas para uso humano. O consumo de água por eletricidade gerada é de 0,76 litros/MWh. Mesmo assim, a Empresa procura ativamente adotar mais práticas eco eficientes. Exemplo disso é que, em 2016, 38 subestações instalaram sistemas de captação e tratamento de águas pluviais para suprir as suas necessidades de abastecimento de água.

- Informação adicional sobre o que distingue a EDPR em termos de gestão ambiental disponível no capítulo sobre Sustentabilidade em www.edpr.com

G4 EN11 – INSTALAÇÕES OPERACIONAIS PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS NO INTERIOR DE ZONAS PROTEGIDAS, OU A ELAS ADJACENTES, E EM ÁREAS DE ALTO VALOR DE BIODIVERSIDADE FORA DAS ZONAS PROTEGIDAS

País	Nome do Parque	Tipo de Parque	Posição em relação à área protegida	Área do parque na área natural protegida (ha)	Área do parque na área natural protegida (%)	Atributo da área protegida	Estatuto da área protegida
Bélgica	Cerfontaine	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Chimay II	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Chimay II	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
França	Patay	Parque eólico	No interior	41,6	100%	Terrestre	Natura 2000
	Ségur	Parque eólico	No interior	1,3	100%	Terrestre	Área protegida nacional
	Ayssènes - Le Truel	Parque eólico	No interior	1,3	100%	Terrestre	Área protegida nacional
	Marcellois	Parque eólico	No interior	1,1	100%	Terrestre	Natura 2000
	Massingy	Parque eólico	No interior	0,9	100%	Terrestre	Natura 2000
	Tarzy	Parque eólico	No interior	39,9	100%	Terrestre	Parque regional
Polónia	Francourville	Parque eólico	No interior	41,2	100%	Terrestre	ZICO
	Ilza	Parque eólico	No interior	30,2	91%	Terrestre	Parque regional
Portugal	Tomaszów	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Pena Suar	Parque eólico	No interior	6,3	100%	Terrestre	Natura 2000
	Açor	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,1	1%	Terrestre	Natura 2000
	Açor II	Parque eólico	Parcialmente no interior	6,0	88%	Terrestre	Natura 2000
	Cinfães	Parque eólico	No interior	4,9	100%	Terrestre	Natura 2000
	Bustelo	Parque eólico	No interior	8,9	100%	Terrestre	Natura 2000
	Vila Cova	Parque eólico	No interior	14,6	100%	Terrestre	Natura 2000
	Falperra-Recházinha	Parque eólico	Parcialmente no interior	30,3	91%	Terrestre	Natura 2000
	Fonte da Quelha	Parque eólico	No interior	8,1	100%	Terrestre	Natura 2000
	Alto do Talefe	Parque eólico	No interior	9,2	100%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Fonte da Mesa	Parque eólico	Parcialmente no interior	8,2	83%	Terrestre	Natura 2000
	Malanhito	Parque eólico	Parcialmente no interior	1,5	3%	Terrestre	Natura 2000
	Madrinha	Parque eólico	No interior	4,1	60%	Terrestre	Natura 2000
	Safra - Coentral	Parque eólico	No interior	19,7	100%	Terrestre	Natura 2000
	Negrelo e Guilhado	Parque eólico	No interior	9,6	100%	Terrestre	Natura 2000
	Testos	Parque eólico	Parcialmente no interior	2,9	22%	Terrestre	Natura 2000
	Serra Alvoaça	Parque eólico	Parcialmente no interior	7,8	61%	Terrestre	Natura 2000 Área protegida nacional
	Tocha	Parque eólico	No interior	6,8	100%	Terrestre	Natura 2000
	Padrela / Soutelo	Parque eólico	Parcialmente no interior	1,0	41%	Terrestre	Natura 2000
	Guerreiros	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,1	0%	Terrestre	Natura 2000
	Vila Nova	Parque eólico	Parcialmente no interior	7,1	42%	Terrestre	Natura 2000
	Vila Nova II	Parque eólico	Parcialmente no interior	9,1	34%	Terrestre	Natura 2000
	Balocas	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,4	1%	Terrestre	Natura 2000
	Ortiga	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	S. João	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Alto Arganil	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Salgueiros-Guilhado	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
Serra do Mú	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Pestera	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Roménia	Sarichioi	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,1	0%	Terrestre	Natura 2000
	Burila Mica	Planta solar	No interior	22,7	100%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
Espanha	Serra de Boquerón	Parque eólico	No interior	10,4	100%	Terrestre	Natura 2000
	SET Parralejos	Parque eólico	No interior	0,9	100%	Terrestre	Natura 2000
	La Cabaña	Parque eólico	Parcialmente no interior	8,2	53%	Terrestre	Natura 2000
	Corne	Parque eólico	Parcialmente no interior	2,6	17%	Terrestre – Marítimo	Natura 2000
	Hoya Gonzalo	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,7	4%	Terrestre	Natura 2000
	Tahivilla	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000 Área protegida nacional
	Coll de la Garganta	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,0	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Puntaza de Remolinos	Parque eólico	Parcialmente no interior	1,8	57%	Terrestre	Natura 2000
	Planas de Pola	Parque eólico	Parcialmente no interior	6,2	55%	Terrestre	Natura 2000
	Ávila	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Buenavista	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Marítimo	Natura 2000
	Serra Voltorera	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Villoruebo	Parque eólico	Parcialmente no interior	2,0	41%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Villamiel	Parque eólico	Parcialmente no interior	4,9	75%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	La Mallada	Parque eólico	Parcialmente no interior	1,4	8%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Las Monjas	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,01	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Coll de la Garganta	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,00	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
	Tejonero (a)	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,04	0%	Terrestre	Natura 2000
	Tejonero (b)	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,03	0%	Terrestre	Natura 2000
	Ávila	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000
Sierra de los lagos	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Mostaza	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Los Almeriques	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Água doce	Natura 2000	
Suyal	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Serra Voltorera	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Monseivane	Parque eólico	Parcialmente no interior	17,3	98%	Terrestre – Água doce	Natura 2000	
La Celaya	Parque eólico	Parcialmente no interior	9,1	70%	Terrestre – Água doce	Natura 2000	
Cerro del Conilete	Parque eólico	Parcialmente no interior	0,01	0%	Terrestre	Natura 2000	
		Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000

Em conformidade com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI)



Política de Biodiversidade da EDPR disponível em www.edpr.com

Os potenciais impactes ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacte ambiental dos projetos.

G4 EN12 - DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DAS ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS DA ORGANIZAÇÃO NA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E EM ÁREAS RICAS EM BIODIVERSIDADE EXTERIORES ÀS ÁREAS PROTEGIDAS

Os potenciais impactes ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacte ambiental dos projetos. Adicionalmente, são também avaliadas alternativas viáveis e são determinadas as medidas preventivas, corretivas e de compensação.

A empresa definiu procedimentos gerais no seu Sistema de Gestão Ambiental para prevenir, corrigir ou compensar impactos no meio ambiente. Além disso, temos intensificado os procedimentos de controlo específicos no pequeno número de parques localizados no interior ou próximo de áreas protegidas.

- Informação ambiental adicional na secção de sustentabilidade em www.edpr.com

G4 EU13 - BIODIVERSIDADE DOS HABITATS REPOSTOS COMPARADOS COM A BIODIVERSIDADE DOS HABITATS QUE TERÃO DE SER REPOSTOS

No reduzido número de locais situados dentro ou perto de áreas protegidas, intensificamos os nossos esforços com procedimentos de controlo específicos, conforme definido no nosso Sistema de Gestão Ambiental

- Informação ambiental adicional na secção de sustentabilidade em www.edpr.com

G4 EN13 - HABITATS PROTEGIDOS OU RECUPERADOS

Após o período de construção, é nosso dever devolver o local ao seu estado inicial. Por isso, procedemos a trabalhos de restauração morfológica e ressemeadura. Em 2016, quase 63 hectares de terra afetada foram recuperados.

A Fundação do Património Natural de Castela e Leão está ligada ao Governo Regional de Castela e Leão e visa promover, manter e gerir o património natural da região de Castela e Leão.

A EDPR, a Fundação EDP e a Fundação do Património Natural de Castela e Leão assinaram um acordo de cooperação em dezembro de 2014 para trabalhar em conjunto numa série de iniciativas ambientais destinadas a proteger o milhafre real.

O acordo foi concluído em dezembro de 2016, após um investimento total de 204.600 euros, o que permitiu a implementação de uma série de medidas:

- Medidas destinadas a melhorar o conhecimento da biologia do milhafre real, incluindo colocação de coleiras de localização via rádio em aves de diferentes idades, instalação de uma câmara de vídeo num ninho de milhafres reais e rastreio de populações de milhafres reais em zonas de baixa densidade.
- Medidas para melhorar as fontes de alimento do milhafre real, incluindo aconselhamento aos formadores em áreas de baixa densidade sobre a colocação de alimento para melhorar os recursos tróficos, a criação de pontos específicos de alimentação com monitorização de foto-armadilhas e melhorias do aterro no Parque Nacional Batuecas - Sierra de Francia.

- Medidas destinadas a reduzir as mortes não naturais de milhares reais, analisando envenenamentos e incidentes com parques eólicos e infraestrutura elétrica.

A Empresa pretende continuar a trabalhar com a Fundação do Património Natural de Castela e Leão em 2017 através de um novo acordo de cooperação.

G4 EN15 – EMISSÕES DIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITO 1)

As emissões de âmbito 1 da EDPR representam 2.108 toneladas de CO₂ equivalente. 1.904 toneladas são emitidas pelo transporte relacionado com a nossa operação de parques eólicos, 179 toneladas por consumo de gás nos nossos escritórios e o restante está relacionado com SF₆. (hexafluoreto de enxofre).

Parte do equipamento utilizado para fins de geração de eletricidade contém gases de hexafluoreto de enxofre e em 2016 foram registadas emissões de 1 kg deste gás, o que é equivalente a cerca de 25 toneladas de CO₂ equivalente.

Nota: As emissões foram estimadas de acordo com o Protocolo de GEE (incluindo fontes oficiais como o IPCC ou o Departamento de Energia dos EUA)

G4 EN16 – EMISSÕES INDIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITO 2)

As emissões indiretas de CO₂ da EDPR representam 8.655 toneladas, das quais 8.489 toneladas derivam do consumo elétrico nos parques eólicos e solares e 166 toneladas do consumo elétrico nos escritórios.

Em 2016, 100% das emissões relacionadas com o consumo de eletricidade em parques eólicos e escritórios em Espanha e nos EUA foram compensadas pelas certificações de origem e certificados de energia renovável obtidos a partir da nossa geração de energia renovável. Como resultado, há uma redução nas emissões relatadas ano após ano.

Nota 1: Os fatores de emissão utilizados baseiam-se nas seguintes fontes: Portugal - EDP, Turbogás, Pego, Rede Elétrica Nacional (REN) e Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE); Espanha - Red Eléctrica de España (REE); Brasil - Ministério da Ciência e Tecnologia - SIN (Sistema Interligado Nacional); EUA - Banco de Dados Integrado de Recursos de Emissões e Geração (eGRID) para o fator de emissão de cada estado; outros países europeus - CERA, Global Insight.

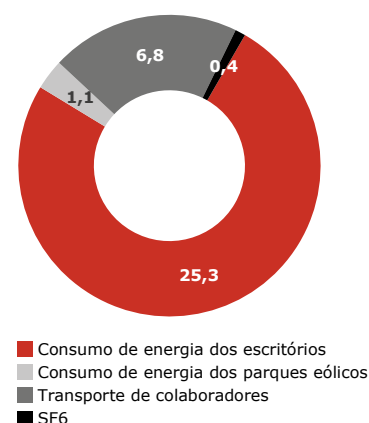
Nota 2: As emissões por consumo de eletricidade foram calculadas com os fatores de emissão globais de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado.

G4 EN17 – OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS RELEVANTES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITO 3)

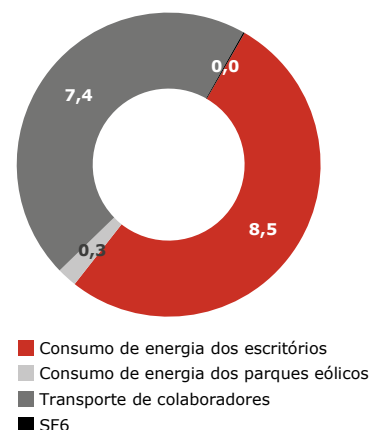
O nosso trabalho exige que os nossos colaboradores viajem. Com base nas nossas estimativas, o transporte utilizado pelos nossos colaboradores foi responsável por um total de 5.470 toneladas de CO₂ emitido.

Nota: As emissões foram estimadas de acordo com o Protocolo de GEE, seguindo o padrão DEFRA. Emissões pelo transporte de colaboradores calculadas a partir de dados recolhidos num inquérito a todos os colaboradores.

CO₂ eq emitido em 2015 (kt)



CO₂ eq emitido em 2016 (kt)



Embora a nossa atividade implique a inerente redução das emissões de gases com efeito de estufa, a EDPR vai um passo à frente, compensando 100% das emissões relacionadas com a ligação à rede dos parques eólicos em Espanha e nos EUA.

G4 EN19 – REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

A nossa atividade central implica, de forma inerente, a redução das emissões de gases com efeito de estufa. A energia eólica e a solar têm zero emissões de carbono, contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas e não produzem SOx nocivo, NOx, ou emissões de mercúrio, protegendo os recursos valiosos de ar e água. Estimamos que as nossas atividades tenham evitado a emissão de 20.078.000 toneladas de CO₂.

As nossas emissões indiretas representam 0,1% da quantidade total de emissões evitadas e cerca de 53% das nossas emissões totais são provenientes do consumo de energia elétrica necessária aos parques eólicos. Apesar de a nossa atividade se basear na geração de energia limpa, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos. Em 2016, continuámos a promover iniciativas que promovem as melhores práticas ambientais nos nossos escritórios.

Em 2016, 100% das emissões relacionadas com o consumo de eletricidade em parques eólicos e escritórios em Espanha e nos EUA foram compensadas pelas certificações de origem e certificados de energia renovável obtidos a partir da nossa geração de energia renovável. Como resultado, há uma redução nas emissões relatadas ano após ano.

Nota: Para calcular as emissões evitadas, a geração de energia foi multiplicada pelos fatores de emissão de CO₂ equivalente de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado. Considerou-se apenas o fator de emissão de energia de combustível fóssil, porque cremos que, ao aumentar a geração de energias renováveis, estamos a deslocar essas tecnologias, enquanto outras tecnologias renováveis e as centrais nucleares manterão a sua quota de geração.

G4 EN23 – QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E POR MÉTODO DE TRATAMENTO

A principal contribuição aos resíduos perigosos produzidos por parques eólicos está relacionada com resíduos de óleo e outros resíduos relacionados com óleo, tais como filtros de óleo ou recipientes de óleo, usados principalmente para a lubrificação de turbinas. O consumo de óleo é feito em intervalos de tempo de substituição predefinidos (entre 2 a 5 anos, com base na componente, tipo de óleo e fabricante). Em 2016, a taxa de recuperação sofreu um impacto de 87% devido a um derrame significativo com um volume de 65 toneladas métricas de solo contaminado. Excluindo este facto, a taxa de recuperação teria sido de 97%, o que certifica que a Empresa tem vindo a trabalhar ativamente para melhorar a taxa de reciclagem dos seus resíduos perigosos, através de transportadores autorizados de resíduos.

É de destacar que o aumento de resíduos perigosos em 2015 se deveu principalmente ao solo contaminado por um derrame significativo. Este solo foi removido e totalmente recuperado. O aumento de resíduos não perigosos em 2015 deveu-se a metais e fibra de vidro de 2 nacelos queimados. Estes metais foram totalmente recuperados. Com base nestes valores de *picking* durante o ano anterior, os resíduos, tanto perigosos como não perigosos, diminuíram em 2016.

A tabela seguinte resume a quantidade de resíduos gerados por GWh nos nossos parques e a taxa de reciclagem. A tabela seguinte resume a quantidade de resíduos gerados:

	2016	2015	(%)
Resíduos gerados pela EDPR¹			
Total de resíduos (kg/GWh)	48,8	72,8	-33%
Total de resíduos perigosos (kg/GWh)	26,4	32,7	-19%
% de resíduos perigosos recuperados	87%	73%	18%

	2016	2015	(%)
Resíduos gerados pela EDPR¹			
Total de resíduos (t)	1.195	1.556	-23%
Total de resíduos perigosos (t)	647	700	-7%
Total de resíduos perigosos com destino final de deposição (t)	84	186	-55%
Total de resíduos perigosos recuperados (t)	563	514	10%
Total de resíduos não perigosos (t)	547	856	-36%
Total de resíduos não perigosos com destino final de deposição (t)	227	608	-63%
Total de resíduos não perigosos recuperados (t)	320	248	29%

As flutuações anuais de resíduos perigosos gerados está fortemente dependente dos programas de substituição de óleo plurianuais acima mencionados. Os resíduos não perigosos gerados pela Empresa incluem metal, plástico, papel ou lixo doméstico, que, na sua grande maioria, são reciclados.

Nota 1: Na Europa, o método de saneamento tem sido indicado pela transportadora de resíduos, enquanto nos EUA, o método de saneamento tem sido determinado pelos padrões de organização da recolha de resíduos.

Nota 2: Para efeitos do presente relatório todos os resíduos foram classificados como perigosos ou não perigosos de acordo com o Catálogo Europeu de Resíduos; no entanto, em cada país onde a EDPR tem presença geográfica, cada parque eólico deve cumprir a legislação nacional, seguindo os procedimentos da empresa para manuseamento, rotulagem e armazenamento de resíduos para assegurar o cumprimento. Nos casos em que, como nos EUA., as operações geram pequenas quantidades de substâncias que se dividem em categorias com regulações específicas - como óleos usados e resíduos universais - seguimos normas rígidas de manuseamento e eliminação desses tipos de resíduos para garantir que nos mantemos em conformidade com todas as leis aplicáveis.

A EDPR efetua regularmente testes ambientais para garantir que os nossos colaboradores estão familiarizados com os riscos e receberam formação adequada para prevenir e agir, se necessário.

G4 EN24 - NÚMERO E VOLUME TOTAL DE DERRAMES SIGNIFICATIVOS

Dada a nossa atividade e as nossas localizações, os derrames de óleo e os incêndios são os principais riscos ambientais que a empresa enfrenta. O Sistema de Gestão Ambiental foi concebido e implementado para evitar que aconteçam situações de emergência. Mas, caso aconteçam, o sistema abrange a sua identificação e gestão, incluindo as situações de quase acidente.

A EDPR define como derrame significativo os derrames superiores a 0,16 m³ que atingem o solo. Adicionalmente, a EDPR regista situações de quase acidente quando o incidente registado não atinge a categoria de derrame significativo. Em 2016, tivemos 3 derrames significativos com um volume total de 0,61 m³ de óleo derramado e 1 incêndio incipiente e 6 incêndios sem impacto ambiental. Todos os casos foram geridos de forma apropriada: os derrames de óleo foram circunscritos no início e o solo contaminado foi recolhido e gerido. Foram também registadas 52 situações de quase acidente devido a pequenos vazamentos de óleo que não atingiram solo nu.

A EDPR efetua regularmente testes ambientais para garantir que os nossos colaboradores estão familiarizados com os riscos e receberam formação adequada para prevenir e agir, se necessário.

G4 EN29 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E O NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO-MONETÁRIAS, PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS LEIS E REGULACÕES AMBIENTAIS

Em 2016, a empresa não recebeu qualquer penalização pelo incumprimento das leis e regulamentos ambientais.

G4 EN30 - IMPACTE AMBIENTAL SIGNIFICATIVO DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS E OUTROS BENS OU MATERIAIS UTILIZADOS NAS OPERAÇÕES DA EMPRESA, E PELOS ELEMENTOS DA EQUIPA DE TRANSPORTE

O principal impacte ambiental foi o das viagens e locomoção de colaboradores para atividades comerciais.

- Informação adicional sobre o registo das nossas emissões devido a transportes de colaboradores disponível no Indicador EN15.

G4 EN31 - TOTAL DE GASTOS E INVESTIMENTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL, POR TIPO

Em 2016, foram investidos 3,3 milhões de euros e gastos 5,7 milhões de euros em atividades relacionadas com o ambiente (incluindo despesas com pessoal).

- Informação adicional sobre gastos e investimentos ambientais disponível na Nota 40 às nossas Demonstrações Financeiras.

3,3 milhões de euros foram investidos e 5,7 milhões de euros foram gastos em atividades relacionadas com o ambiente.

G4 EN32 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES AVALIADOS POR CRITÉRIOS AMBIENTAIS

As políticas da EDPR sobre Ambiente e Biodiversidade refletem uma gestão ambiental responsável em toda a cadeia de valor. De acordo com estas políticas, a EDPR está empenhada em assegurar que todas as pessoas envolvidas, incluindo os fornecedores, dispõem das competências necessárias e adequadas para o efeito.

Os fornecedores da EDPR adotam todas as medidas necessárias para garantir o estrito cumprimento de todos os regulamentos ambientais aplicáveis, bem como as Políticas da EDPR em matéria do Ambiente e Biodiversidade, normas, procedimentos e sistemas internos em matéria ambiental.

A EDPR implementou, para todos os seus parques eólicos em funcionamento, um Sistema de Gestão Ambiental (EMS), desenvolvido e certificado de acordo com a norma internacional ISO 14001:2004. Os fornecedores da EDPR conhecem e compreendem o EMS, e garantem a sua total conformidade com os procedimentos definidos. O fornecedor disponibiliza o EMS aos seus colaboradores e subempreiteiros.

Fornecedores críticos da EDPR (definidos pela metodologia da EDP) na sua sede, na Europa e Brasil, e na América do Norte que tinham sistemas ambientais: 88% dos fornecedores críticos da EDPR tinham sistemas ambientais.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 EN33 - IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS REAIS E POTENCIAIS DECORRENTES DA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS

Em 2015, a EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, que inclui a análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada utilizando a metodologia ESCHER (Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou dados de 2014.

O estudo permitiu à EDPR determinar os seguintes resultados:

300* mil toneladas de emissões GEE associadas à Cadeia de Fornecimento direta e indireta da EDPR, 5%* das quais relacionadas com fornecedores diretos.

Através deste estudo, a EDPR pretende identificar as áreas onde deve concentrar as suas atividades de melhoria, de modo a reduzir substancialmente a sua exposição ao risco e otimizar os impactos.

Nota: A análise, realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), baseou-se nos dados de aquisições de 2014. Este estudo ainda é representativo da realidade da EDPR e as empresas do setor realizam esses estudos a cada 2-3 anos. Os dados apresentados neste capítulo resultantes deste estudo estão marcados com um *.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 EN34 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM IMPACTO AMBIENTAL ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

A EDPR não tem conhecimento de qualquer queixa formal sobre questões ambientais registada em 2016 em qualquer um dos seus canais para apresentação de queixas.

4.4. Desempenho Social

4.4.1. PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO DECENTE

G4 DIVULGAÇÃO DA ABORDAGEM DE GESTÃO

1.083

colaboradores de

33

nacionalidades.

O crescimento da EDPR nos últimos anos criou um novo ambiente de trabalho no qual convivem três gerações diferentes, situação que é vital para a Empresa poder adaptar-se às novas realidades empresariais dos mercados onde opera. Oferecemos **uma proposta de valor adaptada a cada colaborador baseada no desenvolvimento, transparência e flexibilidade**, o que nos permite atrair e reter talentos, bem como assegurar o contínuo crescimento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, para podermos contar com pessoas orientadas para o trabalho em equipa, capazes de se adaptarem a um ambiente de trabalho em constante mutação.

Desenvolvimento: A EDPR está empenhada no desenvolvimento dos seus colaboradores, oferecendo-lhes uma carreira profissional atrativa, alinhando as suas capacidades e competências com as necessidades atuais e futuras da Empresa. O crescimento e o desenvolvimento do negócio do Grupo levaram a EDPR a investir em pessoas com potencial, capazes de contribuir para a criação de valor. O nosso objetivo é atrair pessoas com talento e criar também oportunidades para os atuais colaboradores através de ações de mobilidade e desenvolvimento, por acreditarmos no potencial dos nossos colaboradores. A estratégia de recursos humanos apoia várias iniciativas para lhes dar visibilidade e empregabilidade em toda a Empresa. Os pilares do desenvolvimento da EDPR são a mobilidade, a formação e os programas de desenvolvimento e a Escola de Energias Renováveis.

Transparência: Na EDPR, procuramos atrair, integrar e desenvolver os profissionais que procuram destacar-se no seu trabalho, para posicionar a Empresa como a “primeira escolha dos colaboradores” no mercado de trabalho.

Flexibilidade: Como parte da proposta de valor da EDPR, oferecemos um pacote de remunerações competitivo, alinhado com as melhores práticas do mercado. Além disso, compreendemos a importância de manter um equilíbrio entre trabalho e compromissos pessoais. Implementámos um conjunto de iniciativas para promover um ambiente de trabalho positivo, no qual os colaboradores podem avançar nas suas carreiras profissionais e dar o seu melhor. E acreditamos que o equilíbrio trabalho-vida pessoal deve ser uma responsabilidade partilhada. Procuramos constantemente melhorar o nosso programa de equilíbrio trabalho-

vida pessoal e oferecer aos nossos colaboradores os benefícios mais adequados. A fim de melhorar o desempenho da gestão de recursos humanos da Empresa, a EDP lança, a cada dois anos, um Estudo sobre o Clima Organizacional. Este estudo é uma ferramenta estratégica de Recursos Humanos e um dos canais mais amplos que temos para recolher o *feedback* dos nossos colaboradores sobre o desempenho da gestão de pessoal da Empresa.

Adicionalmente a estes três pilares, garantir a segurança e saúde e bem-estar dos nossos colaboradores é uma prioridade na EDPR. Este firme compromisso é suportado pelas nossas políticas e iniciativas de segurança e saúde, bem como por uma sólida prática histórica. A EDPR tem um objetivo de zero acidentes, declarado na nossa política de Segurança e Saúde.

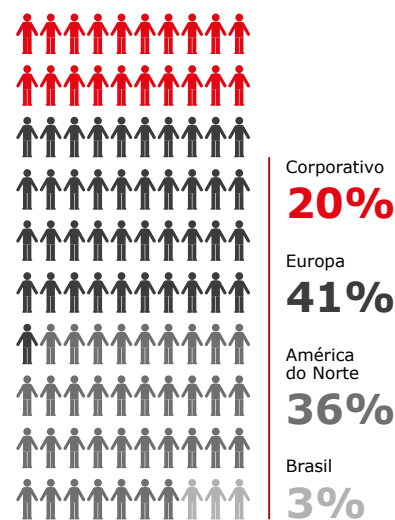
Nota: Equilíbrio trabalho-vida pessoal

- Informação adicional sobre a nossa estratégia de Recursos Humanos disponível na Secção Colaboradores.

G4 10 - MÃO-DE-OBRA TOTAL POR TIPO DE EMPREGO, TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO E POR REGIÃO

Em 2016, a EDPR tinha ao seu serviço 1.083 colaboradores. Da totalidade dos colaboradores, 20% trabalhavam na EDPR Holding, 41% na Plataforma Europeia, 36% na Plataforma norte-americana e 3% no Brasil.

Segmentação da força de trabalho	2016	% mulheres	2015	% mulheres
Total	1.083	33%	1.018	32%
Por tipo de emprego:				
Tempo integral	1.050	31%	99	30%
Tempo parcial	33	94%	22	100%
Por contrato de trabalho:				
Permanente	1.066	33%	1.001	32%
Temporário	17	24%	17	35%
Por País:				
Espanha	373	34%	359	33%
Portugal	72	10%	62	10%
França	53	38%	48	31%
Bélgica	2	0%	2	0%
Polónia	38	37%	40	30%
Roménia	32	38%	33	36%
Itália	23	35%	22	36%
R.U.	34	47%	37	43%
EUA	410	33%	373	33%
Canadá	5	0%	5	0%
Brasil	34	29%	32	25%
México	7	29%	5	20%



O número médio de subcontratados independentes durante o período foi de 806 na Europa, 1.441 na América do Norte e 98 no Brasil.

G4 LA1 - CRIAÇÃO DE EMPREGOS E TAXA DE ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA, GÉNERO E REGIÃO

Ao longo do ano, a EDPR contratou 158 colaboradores, e 93 já não trabalham na Empresa, de onde resulta uma taxa de rotatividade de 12%, ligeiramente inferior à do ano anterior.

Rotatividade de Colaboradores	Novas contratações	Partidas	Rotatividade
Total	158	93	12%
Por faixa etária:			
Menos de 30 anos	73	26	23%
Entre 30 e 39 anos	65	37	10%
Mais de 40 anos	20	30	7%
Por género:			
Feminino	49	21	10%
Masculino	109	72	12%
Por País:			
Espanha	23	10	4%
Portugal	11	2	9%
França	12	7	18%
Bélgica	0	0	0%
Polónia	4	6	13%
Roménia	3	3	9%
Itália	2	0	4%
R.U.	1	3	6%
EUA	92	58	18%
Canadá	1	0	10%
Brasil	5	2	10%
México	4	0	29%

G4 EU17 - DIAS TRABALHADOS POR EMPREITEIROS E SUBEMPREITEIROS NAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os empreiteiros envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção trabalharam 575.403 dias em 2016.

G4 EU18 - PERCENTAGEM DE EMPREITEIROS E SUBEMPREITEIROS QUE TIVERAM FORMAÇÃO EM HIGIENE E SEGURANÇA

2.345 empreiteiros envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção em 2016.

Como parte integrante da nossa estratégia de Segurança e Saúde, realizámos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco de acordo com os potenciais riscos identificados para cada posto de trabalho dentro da Empresa.

Estamos igualmente preocupados com os padrões de Segurança e Saúde dos nossos colaboradores e das empresas subcontratadas. Nesta medida, estão sujeitos a um rastreio de saúde e segurança quando se candidatam a um concurso para trabalhar para a nossa Empresa. Uma vez selecionada, a empresa tem de apresentar provas de ter dado a formação necessária aos seus colaboradores. 95% dos empreiteiros receberam formação relevante em saúde e segurança em

2016. No entanto, é obrigatório que as empresas que trabalham com a EDPR assegurem que todos os subcontratados recebem cursos de Segurança e Saúde.

G4 LA2 - BENEFÍCIOS PARA OS COLABORADORES A TEMPO INTEGRAL, QUE NÃO SÃO ATRIBUÍDOS AOS COLABORADORES TEMPORÁRIOS OU A TEMPO PARCIAL

Como empregador responsável, oferecemos empregos de qualidade que podem ser equilibrados com a vida pessoal. O pacote de benefícios oferecidos a colaboradores a tempo integral não difere do que é oferecido a colaboradores a tempo parcial, o qual, geralmente, vai além do que está acordado em acordos coletivos de trabalho. Este pacote de benefícios inclui seguro médico, seguro de vida, plano de pensões e medidas de conciliação.

A EDPR foi reconhecida com o certificado ESR (Empresa Socialmente Responsável) e classificada entre as 50 melhores empresas para trabalhar em Espanha e na Polónia.

G4 LA3 - REGRESSO AO TRABALHO E TAXAS DE RETENÇÃO APÓS LICENÇA DE MATERNIDADE/PATERNIDADE, POR GÉNERO

Licença parental	Maternidade	Paternidade	Retorno ao trabalho
Espanha	15	15	30
Portugal	1	3	4
França	1	3	4
Bélgica	0	1	1
Polónia	3	2	5
Roménia	0	2	2
Itália	0	1	1
R.U.	1	1	2
EUA	6	13	19
Canadá	0	0	0
Brasil	0	2	2
México	0	0	0
Total	27	43	70

Em 2016, 70 colaboradores gozaram de licença de maternidade ou paternidade. Todos regressaram, mas depois do regresso quatro colaboradores prolongaram a sua licença.



38
anos

idade média dos
colaboradores da EDPR.

G4 EU15 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES ELEGÍVEIS PARA SE REFORMAREM NUM PRAZO ENTRE 5 A 10 ANOS, POR TIPO E REGIÃO

Colaboradores elegíveis para se reformarem	em 10 anos	em 5 anos
Por categoria profissional:	104	44
Administradores	30	14
Especialistas	52	18
Managers	8	5
Técnicos	14	7
Por País:	104	44
Espanha	28	10
Portugal	18	8
Polónia	2	2
Itália	1	0
França	2	0
R.U.	1	0
Roménia	2	0
EUA	49	23
Brasil	1	1

Nota: Para os colaboradores elegíveis para reforma nos próximos 5 anos a referência é a reforma aos 60 anos e nos próximos 10 anos a referência é a reforma aos 57 anos.

G4 11 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES REPRESENTADOS POR ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

Colaboradores abrangidos por acordos coletivos de trabalho	2016	%
Espanha	48	13%
Portugal	72	100%
França	45	85%
Bélgica	1	50%
Polónia	0	0%
Roménia	0	0%
Itália	23	100%
R.U.	0	0%
EUA	1	0%
Canadá	0	0%
Brasil	34	100%
México	0	0%
Total	224	21%

Dos 1.083 trabalhadores da EDPR, 21% estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho.

Os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que trabalham sob uma relação de trabalho com e por conta de alguma das empresas do grupo EDPR, independentemente do tipo de contrato, grupo profissional em que estão integrados, ocupação ou emprego. No entanto, algumas questões relativas à própria organização corporativa, às leis de cada país ou mesmo a usos e costumes próprios levam a que certos grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.

- Informação adicional disponível no capítulo entre Relação com colaboradores.

G4 LA4 - PERÍODO MÍNIMO DE ANÚNCIO SOBRE MUDANÇAS NAS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO RELATORA, INCLUINDO SE ESTÁ ESPECIFICADO EM ACORDOS SINDICAIS

Por jurisprudência de cada país, a EDPR pode ter um período mínimo a cumprir para notificação formal de mudanças organizacionais nas empresas do Grupo, com impacto sobre os colaboradores. No entanto, é habitual comunicar, com antecedência, eventos significativos aos grupos afetados.

Como empregador nos E.U.A., a EDPR cumpre as determinações da Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs (notificação de reestruturação e reconversão profissional com aviso prévio em caso de encerramento e demissões).

G4 LA5 - PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL REPRESENTADA EM COMITÉS FORMAIS SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA QUE AJUDAM NO ACOMPANHAMENTO E ACONSELHAMENTO SOBRE PROGRAMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE PROFISSIONAL.

Uma parte significativa da nossa organização desempenha um papel fundamental na implementação da nossa política de saúde e segurança. A empresa criou comissões de Segurança e Saúde e que recolhem informação de diferentes níveis operacionais e envolvem os colaboradores na definição e comunicação de um plano de prevenção.

Em 2016, 4,0% dos nossos colaboradores participou em reuniões das comissões de segurança e saúde, em representação de 62% da nossa força de trabalho. Todas as regiões geográficas onde a EDPR está presente têm comissões de segurança e saúde ativas.

A EDPR não registou nenhum acidente fatal em 2015 e 2016.

Europa e EUA com indicadores de Segurança e Saúde inferiores devido a mais horas de formação e a planos de emergência para colaboradores e prestadores de serviços.

G4 LA6 - NÚMERO DE LESÕES, DOENÇAS OCUPACIONAIS, DIAS PERDIDOS, ÍNDICE DE ABSENTISMO E NÚMERO DE ÓBITOS RELACIONADOS COM O TRABALHO, POR REGIÃO

Indicadores de saúde e segurança (colaboradores da EDPR e empreiteiros) ³	2016	2015
Número de acidentes industriais	25	27
Europa	13	15
América do Norte	12	3
Brasil	0	9
Número de acidentes fatais	0	0
Europa	0	0
América do Norte	0	0
Brasil	0	0
Dias de trabalho perdidos por acidentes	1.124	881
Europa	820	735
América do Norte	304	57
Brasil	0	89
Taxa de ferimentos (IR):¹	4	5
Europa	5	5
América do Norte	3	1
Brasil	0	13
Taxa de dias de trabalho perdidos (LDR):²	170	151
Europa	309	269
América do Norte	83	24
Brasil	0	125

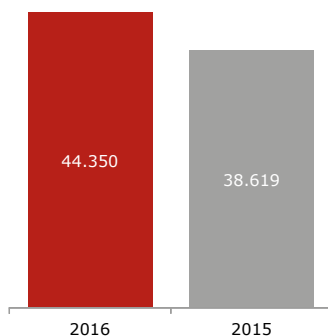
¹ Taxa de lesões calculada como [# de acidentes/Horas trabalhadas * 1.000.000]

² Taxa de dias de trabalho perdidos calculada como [# de dias de trabalho perdidos/Horas trabalhadas * 1.000.000]

³ Lesões menores, a nível de primeiros socorros, não estão incluídas e o número de dias é calculado como o número de dias de trabalho programados

Houve apenas um acidente com uma pessoa do sexo feminino, que teve lugar em Itália, com uma ausência de 10 dias.

Número de horas de formação (#)



G4 LA9 - MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR E POR CATEGORIA

Métricas de formação	2016	2015
Número de horas de formação (nº)	44.350	38.619
Investimento em formação (€M)	1.492	1.607
Número de formandos (nº)	9.024	6.459

• Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Colaboradores.

G4 LA10 - PROGRAMAS PARA A GESTÃO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA QUE SUPOREM A EMPREGABILIDADE DOS COLABORADORES E OS ASSISTAM NA GESTÃO DOS SEUS OBJETIVOS DE CARREIRA

Procuramos oferecer, à nossa força de trabalho total, oportunidades para se desenvolver profissionalmente e assumir novos papéis para alcançar os objetivos da empresa. Os colaboradores são incentivados a aproveitar as oportunidades de mobilidade funcional e geográfica.

- Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Colaboradores.

G4 LA11 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES QUE RECEBEM AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E PROGRESSÃO DE CARREIRA

Todos os colaboradores da EDPR, independentemente da sua categoria profissional, são avaliados de dois em dois anos para determinar o seu potencial de desenvolvimento, proporcionando-lhes a formação mais adequada. A EDPR elabora planos de desenvolvimento à medida para responder a necessidades específicas.

Além disso, a EDPR oferece a possibilidade a todos os colaboradores de definirem um Plano de Desenvolvimento Pessoal. Este plano, que é uma ferramenta muito eficaz, permite-nos estruturar as ações de formação para candidatos, destina-se a aumentar as suas capacidades e conhecimentos, uma vez que requer uma reflexão sobre os resultados da avaliação das suas competências e identifica os pontos fortes e as áreas onde podem melhorar, considerando o nível de desenvolvimento do colaborador, o trabalho em equipa e a estratégia organizacional.

Os Planos de Desenvolvimento Pessoal lançados em 2015 foram revistos em 2016, testemunham a nossa cultura de *feedback* e de aperfeiçoamento contínuo. Trata-se de planos voluntários, acordados entre o responsável direto e o colaborador.

O processo de avaliação de potencial é independente da avaliação de desempenho e baseia-se num modelo de avaliação de 360 graus, que considera o *feedback* do próprio, dos seus pares, subordinados e superiores.

G4 LA12 - COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO E DESAGREGAÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA PROFISSIONAL EM FUNÇÃO DO SEXO, FAIXA ETÁRIA, PERTENÇA A GRUPOS MINORITÁRIOS E OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE

- Descrição detalhada dos órgãos de governo disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, Anexo - Biografias. Informação de LA1 e LA13 na secção sobre Colaboradores.

O nosso Código de Ética contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de acordo com a cultura de diversidade da Empresa.

"A EDPR compromete-se orientar as suas políticas e procedimentos laborais no sentido de impedir a discriminação injustificada ou o tratamento diferenciado em função da origem étnica ou social, género, orientação sexual, idade, credo, estado civil, deficiência, orientação política, opinião, naturalidade ou associação sindical".

Princípios de Ação -

Código de Ética

G4 LA13 - PROPORÇÃO DE SALÁRIO BASE ENTRE HOMENS E MULHERES, POR CATEGORIA FUNCIONAL

Relação salário H/M	Salário H/M
Conselho de Administração (não executivo)	n/a
Administradores	111%
Especialistas	108%
Managers	106%
Técnicos	97%

n/a: Não existem mulheres a desempenhar essas funções.

G4 LA14 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES AVALIADOS POR PRÁTICAS LABORAIS

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Desta forma, é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR. Como parte do processo de qualificação de fornecedores, o fornecedor deverá apresentar uma declaração escrita de aceitação dos princípios estabelecidos no Código de Ética da EDPR.

Adicionalmente, o Grupo EDP e a EDPR dispõem de um Manual de Aquisições, que inclui um capítulo que orienta cada Departamento de Compras a pôr em prática os princípios da sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

100% dos fornecedores críticos da EDPR (de acordo com a metodologia definida pela EDP) estão alinhados com os critérios da Pacto Global das Nações Unidas e o Código de Ética da EDPR.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 LA15 - IMPACTOS NEGATIVOS ATUAIS E POTENCIAIS DAS PRÁTICAS LABORAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E AÇÕES TOMADAS

Em 2016, 83% dos fornecedores críticos da EDPR (de acordo com a metodologia definida pela EDP) dispunham de um Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional (OHS).

13.156 Horas de formação em OHS para Fornecedores da EDPR, envolvendo 165 empresas e 2.227 colaboradores. Adicionalmente, a EDPR realizou 1.052 auditorias a fornecedores no âmbito dos OHS.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 LA16 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM PRÁTICAS LABORAIS ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

Em 2016, a EDPR não registou qualquer incidente relacionado com práticas laborais.

A EDPR não registou qualquer incidente relacionado com práticas laborais ou discriminação.

4.4.2. DIREITOS HUMANOS

G4 DIVULGAÇÃO DA ABORDAGEM DE GESTÃO

A EDPR tornou-se signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançada em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR também possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a

Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho e o Pacto Global das Nações Unidas.

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Desta forma, é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR. Como parte do processo de qualificação de fornecedores, o fornecedor deverá apresentar uma declaração escrita de aceitação dos princípios estabelecidos no Código de Ética da EDPR.

Adicionalmente, a Política de Sustentabilidade nas Aquisições do Grupo EDP inclui uma referência à promoção do respeito pela dignidade e direitos humanos e à rejeição de qualquer forma de trabalho forçado ou trabalho infantil, assédio, discriminação, abuso ou outros tipos de violência física ou psicológica. Além disso, os fornecedores da EDPR devem conhecer e aceitar por escrito os princípios estabelecidos no Código de Ética da EDPR e nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

- Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível na Secção 5 do capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.
- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.



O Código de Ética da EDPR encontra-se disponível em www.edpr.com

G4 HR1 - NÚMERO TOTAL E PERCENTAGEM DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO SIGNIFICATIVO QUE INCLUAM CLÁUSULAS REFERENTES A DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS

A EDPR possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. O nosso Manual de Aquisições também inclui um capítulo para implementação dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.



O Processo de Ética da EDPR garante transparência e confidencialidade.

G4 HR2 - TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO DOS EMPREGADOS EM POLÍTICAS E PRÁTICAS RELACIONADAS COM OS ASPETOS DOS DIREITOS HUMANOS RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES INCLUINDO A PERCENTAGEM DE EMPREGADOS FORMADOS

Há um forte compromisso da Empresa em relação à divulgação e promoção de comportamentos em conformidade com o Código de Ética, que inclui uma secção sobre Direitos Humanos, disponível para todos os colaboradores, através de formação, questionários e discussões abertas das conclusões. Neste sentido, de março a dezembro de 2016, a EDP disponibilizou formação online sobre Ética ("Ética EDP") a todos os colaboradores da Europa, Brasil e América do Norte. Este curso teve uma grande participação, cerca de 900 colaboradores da EDPR.

G4 HR3 - NÚMERO TOTAL DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E AS MEDIDAS TOMADAS

Em 2016, a EDPR não registou casos de discriminação.

G4 HR4 - OPERAÇÕES IDENTIFICADAS EM QUE O DIREITO DE EXERCER A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA PODE CORRER RISCO SIGNIFICATIVO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA APOIAR ESSE DIREITO

Em 2015, a EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, que inclui a análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada utilizando a metodologia ESCHER (Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores. O estudo permitiu à EDPR determinar os seguintes resultados: ~ 0% * dos fornecedores diretos da EDPR identificados como tendo risco significativo de exercer a liberdade de associação e negociação coletiva.

Nota: A análise, realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), baseou-se nos dados de aquisições de 2014. Este estudo ainda é representativo da realidade da EDPR e as empresas do setor realizam esses estudos a cada 2-3 anos. Os dados apresentados neste capítulo resultantes deste estudo estão marcados com um *.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR5 - OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A ABOLIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado e obrigatório ou direitos dos povos indígenas.

No entanto, em 2015, a EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, baseado numa análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada utilizando a metodologia ESCHER (Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os seguintes resultados:

~0%* dos fornecedores diretos da EDPR identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho infantil.

Nota: A análise, realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), baseou-se nos dados de aquisições de 2014. Este estudo ainda é representativo da realidade da EDPR e as empresas do setor realizam esses estudos a cada 2-3 anos. Os dados apresentados neste capítulo resultantes deste estudo estão marcados com um *.

- Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.
- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR6 - OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A SUA ERRADICAÇÃO

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A Empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou obrigatório ou para os direitos dos povos indígenas.

No entanto, em 2015, a EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, baseado numa análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada utilizando a metodologia ESCHER (Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting), desenvolvida pela PwC.

Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os seguintes resultados:

~0%* dos fornecedores diretos da EDPR identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo.

Nota: A análise, realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), baseou-se nos dados de aquisições de 2014. Este estudo continua a ser

representativo da realidade da EDPR e as empresas do setor realizam esses estudos a cada 2-3 anos. Os dados apresentados neste capítulo resultantes deste estudo estão marcados com um *.

- Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.
- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR8 – NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E AÇÕES TOMADAS

A EDPR não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo para os direitos dos povos indígenas.

G4 HR9 - PERCENTAGEM E NÚMERO TOTAL DE OPERAÇÕES QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS OU AVALIAÇÃO DO IMPACTO

A EDPR possui centrais de energia renovável em operação em 11 países e está presente em 12 países, estando todos no âmbito das premissas e regulamentos do Código de Ética.

G4 HR10 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Desta forma, é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR. Como parte do processo de qualificação de fornecedores, o fornecedor deverá apresentar uma declaração escrita de aceitação dos princípios estabelecidos no Código de Ética da EDPR.

Adicionalmente, o Grupo EDP e a EDPR dispõem de um Manual de Aquisições, que inclui um capítulo que orienta cada Departamento de Compras a pôr em prática os princípios da sustentabilidade. Por conseguinte, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR desenvolve todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

100% dos fornecedores críticos da EDPR (tal como definidos pela metodologia corporativa formal da EDPR) estão alinhados com os critérios do Pacto Global das Nações Unidas e o Código de Ética da EDPR.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR11 - IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS ATUAIS E POTENCIAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS NA CADEIA DE FORNECEDORES E AÇÕES TOMADAS

Em 2015, a EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, com base na análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada utilizando a metodologia ESCHER (Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os seguintes resultados:

~0%* dos fornecedores diretos da EDPR identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado ou escravo, liberdade de associação.

Através deste estudo, a EDPR pretende identificar as áreas onde deve concentrar as suas atividades de melhoria, de modo a reduzir substancialmente a sua exposição ao risco e otimizar os impactos.

Nota: A análise, realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), baseou-se nos dados de aquisições de 2014. Este estudo ainda é representativo da realidade da EDPR e as empresas do setor realizam esses estudos a cada 2-3 anos. Os dados apresentados neste capítulo resultantes deste estudo estão marcados com um *.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR12 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM OS DIREITOS HUMANOS ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

Em 2016, a EDPR não registou incidentes relacionados com práticas de direitos humanos em qualquer um dos seus canais de reclamação.

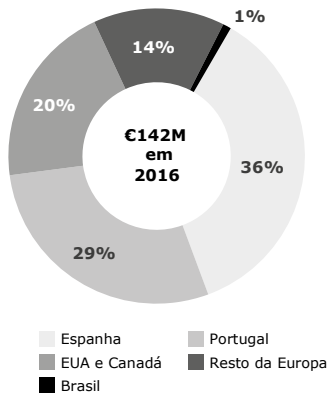
- Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

4.4.3. SOCIEDADE

G4 DIVULGAÇÃO DA ABORDAGEM DE GESTÃO

As tecnologias das energias renováveis são consideradas não só instrumentos que permitem minimizar as alterações climáticas, mas são também cada vez mais reconhecidas como investimentos que podem proporcionar vantagens económicas diretas e indiretas, pelo facto de reduzirem a dependência dos combustíveis importados (e, conseqüentemente, aumentarem as balanças comerciais), melhorarem a qualidade do ar e a sua segurança, proporcionarem acesso e segurança energéticas, impulsionarem o desenvolvimento económico, o arrendamento de terrenos e impostos, contribuindo em grande medida para o orçamento anual dos municípios onde está presente. Além disso, a EDPR destinou

Distribuição dos pagamentos de impostos do Grupo EDPR por país



1,1 milhões de euros a projetos sociais de apoio à educação e atividades relacionadas com a comunidade, sendo a contribuição fiscal total para as finanças públicas de 142 milhões de euros em 2016.

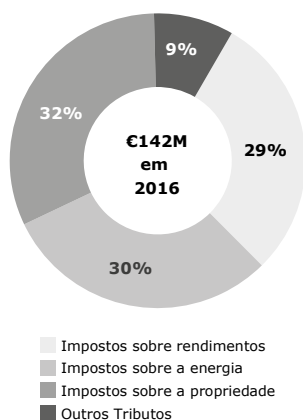
• Informação adicional disponível no capítulo sobre Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edpr.com

G4 SO1 - PERCENTAGEM DE OPERAÇÕES COM ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Estamos conscientes do impacto da nossa atividade nas comunidades dos locais onde desenvolvemos os nossos parques eólicos e da forma como podemos maximizar os benefícios potenciais para a Empresa e para os habitantes das áreas circundantes através de uma comunicação aberta com os *stakeholders*. Por conseguinte, estabelecemos uma relação de confiança e colaboração com as comunidades em que estamos inseridos desde as fases iniciais dos nossos projetos, organizando sessões de esclarecimento e mantendo um diálogo aberto com essas comunidades, para explicar os benefícios da energia eólica. Também organizamos atividades de voluntariado e desportivas para promover o desenvolvimento sustentável da sociedade. O nosso negócio gera impactos positivos indiretos adicionais nas áreas em que estamos presentes, através da contratação e aquisição local e do desenvolvimento de infraestruturas e pagamento de impostos e alugueres.

• Informação adicional disponível no capítulo sobre Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edpr.com

Distribuição dos pagamentos de impostos do Grupo EDPR por tipo de imposto



G4 SO2 - MEDIDAS COM IMPACTOS SIGNIFICATIVOS, POTENCIAIS E REAIS, NAS COMUNIDADES LOCAIS

A energia dos parques eólicos constitui um fator de desenvolvimento a longo prazo para os municípios onde estão presentes. A EDPR leva a cabo estudos para avaliar o impacto no ambiente e na comunidade antes da construção, que incluem as questões mais importantes para as áreas afetadas, tais como emissões, resíduos, alterações à utilização do solo, mudanças na paisagem, impactos a nível de saúde e segurança, atividades económicas afetadas, impacto na infraestruturas, existência de património histórico e cultural, presença de comunidades indígenas e necessidade de deslocar as populações locais.

Durante a fase de operação, estão também disponíveis mecanismos de queixa para assegurar que as sugestões ou queixas são devidamente instruídas e analisadas. Estes mecanismos permitem-nos não só solucionar as queixas como introduzir melhorias nos nossos processos. A título ilustrativo refere-se a forma como abordámos as queixas relacionadas com possíveis interferências com o sinal de TV. Instaurámos um procedimento que envolve os municípios para facilitar e acelerar a recolha destas queixas assim que surgem, a que se segue a análise exata da situação, a comunicação com o queixoso e uma resolução satisfatória e célere.

A EDPR dispõe de diferentes programas para avaliar e gerir o impacto nas comunidades e maximizar o valor partilhado dos nossos projetos.

• Informação adicional disponível no capítulo sobre Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edpr.com

G4 SO3 - NÚMERO TOTAL E PERCENTAGEM DE OPERAÇÕES AVALIADAS QUANTO A RISCOS RELACIONADOS COM CORRUPÇÃO E RISCOS SIGNIFICATIVOS IDENTIFICADOS

A EDPR analisa todos os novos mercados onde inicia operações através de uma visão geral do mercado. Este estudo avalia também o risco de corrupção.

Em 2015, a EDPR implementou uma Política Anti Suborno para aplicação em todo o Grupo EDPR. Esta Política Anticorrupção envolve uma série de novos procedimentos relativos às relações dos colaboradores da EDPR com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios.

- Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível na Secção 5 do capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

**A Política Anti Suborno
está disponível em
www.edpr.com**

G4 SO4 - COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

Há um forte compromisso da Empresa em relação à divulgação e promoção de comportamentos em conformidade com o Código de Ética, que inclui uma secção sobre Suborno e Corrupção, disponível para todos os colaboradores, através de formação, questionários e discussões abertas das conclusões. Neste sentido, de março a dezembro de 2016, a EDP disponibilizou formação online sobre Ética ("Ética EDP") a todos os colaboradores da Europa, Brasil e América do Norte. Este curso teve uma grande participação, de cerca de 900 colaboradores da EDPR.

- Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 SO5 - INCIDENTES DE CORRUPÇÃO CONFIRMADOS E MEDIDAS TOMADAS

A EDPR não tem conhecimento de quaisquer incidentes relacionados com corrupção registados em 2016.

Além disso, a Empresa possui procedimentos internos para monitorizar o cumprimento do Código de Ética, e define ações a serem tomadas em caso de incidentes.

- Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 SO6 - QUANTIA DE DINHEIRO E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE A PARTIDOS POLÍTICOS, AOS SEUS CANDIDATOS E A INSTITUIÇÕES RELACIONADAS, POR PAÍS

A EDPR não fez contribuições para partidos políticos em 2016.

G4 SO7 - NÚMERO TOTAL DE AÇÕES JUDICIAIS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE TRUST E MONOPÓLIO E SEUS RESULTADOS

A EDPR não tem conhecimento de qualquer atuação legal por concorrência desleal, práticas antitrust ou de monopólio registadas em 2016.

G4 SO8 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS POR NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E REGULACOES

Em 2016, a Empresa recebeu penalizações num total de 382.115 euros. Mais de metade do montante foi relativo a uma alteração da legislação, que criou uma sobreposição de uma área destinada a utilização pública com o layout de um dos nossos parques eólicos. O restante está principalmente relacionado com questões tributárias.

A EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, que inclui a análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais.

G4 SO9 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELATIVOS A IMPACTOS NA SOCIEDADE

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Desta forma, é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR. Como parte do processo de qualificação de fornecedores, o fornecedor deverá apresentar uma declaração escrita de aceitação dos princípios estabelecidos no Código de Ética da EDPR.

Adicionalmente, o Grupo EDP e a EDPR dispõem de um Manual de Aquisições, que inclui um capítulo que orienta cada Departamento de Compras a pôr em prática os princípios da sustentabilidade. Por conseguinte, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

100% dos fornecedores críticos da EDPR (de acordo com a metodologia definida pela EDP) estão alinhados com os critérios da Pacto Global das Nações Unidas e o Código de Ética da EDPR.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 SO10 - IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA SOCIEDADE E NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

No entanto, em 2015, a EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, baseado numa análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada utilizando a metodologia ESCHER (Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os seguintes resultados:

- Mais de 20.000* empregos associados à Cadeia de Fornecimento da EDPR
- Mais de 735* milhões de euros do valor acrescentado bruto associado à Cadeia de Fornecimento da EDPR

Através deste estudo, a EDPR pretende identificar as áreas onde deve concentrar as suas atividades de melhoria, de modo a reduzir substancialmente a sua exposição ao risco e otimizar os impactos.

Nota: A análise, realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), baseou-se nos dados de aquisições de 2014. Este estudo ainda é representativo da realidade da EDPR e as empresas do setor realizam esses estudos a cada 2-3 anos. Os dados apresentados neste capítulo resultantes deste estudo estão marcados com um *.

- Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 SO11 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM O IMPACTO NA SOCIEDADE ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

A EDPR registou 83 queixas em 2016 relacionadas com o impacto na sociedade. 59 em França devido a eventuais interferências com o sinal de televisão e 10 a ruídos. Todas foram objeto de ações corretivas de custo avaliadas em 22.276 euros.

- Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

4.4.4. RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

G4 DIVULGAÇÃO DA ABORDAGEM DE GESTÃO

O nosso negócio principal e as iniciativas relacionadas com saúde e segurança estão enfocados na geração de eletricidade e não no seu consumo final.

G4 EU25 – NÚMERO DE ACIDENTES E ÓBITOS DE PESSOAS DA COMUNIDADE, ENVOLVENDO ATIVOS DA EMPRESA, INCLUINDO DECISÕES JUDICIAIS, ACORDOS E PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES RELATIVOS A DOENÇAS

Em 2016, a EDPR não identificou acidentes ou óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa.

4.5. Princípios de Apresentação de Relatórios (G4-18, G4-20, G4-21, G4-25, G4-26, G4-27)

A EDP Renováveis (doravante designada "EDPR") publica, pelo sétimo ano consecutivo, um relatório integrado com a descrição do seu desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social. As informações são apresentadas de acordo com as diretrizes G4 da Global Reporting Initiative (GRI) para Relatórios de Sustentabilidade e fornece informações sobre os indicadores do setor elétrico diretamente relacionados com o negócio da empresa, que é a geração de energia a partir de fontes renováveis, basicamente energia eólica. Encontra-se disponível no nosso site, www.edprenovaveis.com, um índice GRI completo do presente relatório.

PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançada em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável. A EDPR tornou-se signatária desta iniciativa e comprometeu-se a implementar esses princípios e a informar a sociedade sobre o progresso alcançado. Além disso, a Empresa possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas sobre o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e do Pacto Global das Nações Unidas. O nosso Manual de Compras inclui também um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a Empresa envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

- Informação adicional sobre o Pacto Global da ONU disponível em www.unglobalcompact.org.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE

As diretrizes da GRI definem um conjunto de indicadores e recomendações para a criação de um padrão global para a divulgação de informação sobre os três pilares da sustentabilidade: desempenho económico, ambiental e social. A adesão da empresa a estas diretivas significa que concorda com o conceito e com as práticas de sustentabilidade. A totalidade do relatório, incluindo indicadores ambientais e sociais contemplados pela GRI, foi auditada pela KPMG. A ferramenta GRI define uma lista de princípios para ajudar as organizações a garantir que o conteúdo do relatório é equilibrado e preciso. A EDPR aplicou já estes princípios como base para o Relatório Anual de 2016.

- Informação adicional sobre as diretrizes GRI disponível em www.globalreporting.org.

COBERTURA DA GRI

Este relatório anual segue as diretrizes da G4 na sua opção essencial «de conformidade» e o serviço de verificação de materialidade da GRI confirmou que os conteúdos básicos gerais G4-17 a G4-27 estão corretamente localizados, quer no índice GRI, quer no texto do relatório definitivo. Além disso, os seus conteúdos foram auditados pela KPMG de acordo com a norma ISAE 3000.

RELEVÂNCIA

Este relatório inclui a informação relevante para as partes interessadas da Empresa, em função da relevância dos estudos realizados.

CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

Este relatório integra-se na estratégia da empresa de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sempre que possível.

EXATIDÃO, CLAREZA, COMPARABILIDADE E FIABILIDADE

As informações apresentadas seguem as diretrizes GRI e têm por objetivo tornar a informação comparável, rastreável, precisa e confiável.

INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS

As preocupações e os comentários recebidos dos stakeholders foram considerados durante a elaboração do relatório. Informação adicional sobre *stakeholders* disponível no capítulo sobre A empresa e *stakeholders* ou o nosso website.

EXAUSTIVIDADE E EQUILÍBRIO

Salvo disposição em contrário, este relatório abrange todas as subsidiárias da empresa e é apresentado numa perspetiva equilibrada e objetiva.

OPORTUNIDADE

As informações apresentadas neste relatório reportam ao ano fiscal de 2016. A EDPR assume o compromisso de relatar informação sobre sustentabilidade, com uma periodicidade mínima anual. Adicionalmente, a informação sobre sustentabilidade é apresentada nos relatórios de mercado.

4.6. Verificação Externa

4.6.1. RELATÓRIO DE GARANTIA DE INDEPENDÊNCIA



KPMG Asesores, S.L.
Pº. de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

**Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade
para a Direcção da EDP Renováveis, S.A.**

(Tradução livre da versão em Castelhano.
Em caso de discordância, prevalece a versão em Castelhano.)

Foi realizada uma revisão da informação não-financeira contida no Relatório e Contas da EDP Renováveis, S.A. (doravante “EDP Renováveis”) para o exercício findo a 31 de dezembro de 2016 (doravante “o Relatório”). A informação revista é limitada aos indicadores GRI descritos nas seções chamadas 03. Execução e 04. Sustentabilidade.

A Comissão Executiva da EDP Renováveis é responsável pela preparação e apresentação do Relatório em conformidade com nas Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade versão 4.0 (G4), conforme referido no ponto 4.6.2 do Relatório, e seguindo os critérios de Materiality Matters, obtenção da confirmação da Global Reporting Initiative sobre a aplicação adequada dos mesmos. A Comissão Executiva também é responsável pela informação e asserções incluídas no mesmo, incluindo a identificação das partes interessadas e das questões materiais, pela determinação dos objetivos da EDP Renováveis no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade e pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e baseado no trabalho efectuado expressar uma conclusão, com base exclusivamente nas informações para o ano 2016. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma ISAE 3000, *Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) e também de acordo com as linhas de orientação sobre trabalhos de revisão de Relatórios de Responsabilidade Corporativa do Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España (ICJCE). Estas normas requerem que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório está isento de distorções materialmente relevantes.

KPMG aplica a norma ISQC1 (*International Standard on Quality Control 1*) e em conformidade com o mesmo mantém um abrangente sistema de controle de qualidade, incluindo as políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento das exigências éticas, padrões profissionais e exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Nós temos cumprido os requisitos de independência e outros requisitos éticos do *Code of Ethics for Professional Accountants* emitidos pelo International Ethics Standards Board for Accountants, que é baseado nos princípios fundamentais de integridade, objectividade, competência e diligência profissionais, confidencialidade e comportamento profissional.

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade ha consistido em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, e na execução dos procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado:

- Consultas com a administração para ganhar uma compreensão dos processos de EDP Renováveis para determinar as questões materiais para os seus principais stakeholders.
- Verificação através de entrevistas com o pessoal relevante, tanto a nível do grupo ea nível das unidades seleccionadas de negócio, quanto à existência de uma estratégia e políticas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa para tratar de questões materiais, e sua implementação em todos os níveis.

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade, governança, ética e integridade.
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação do Relatório;
- A análise de risco, incluindo a pesquisa de mídia para identificar questões materiais durante o período coberto pelo relatório.
- Verificação da consistência das informações que responde às Conteúdos Básicos Gerais com o sistemas ou documentação internos.
- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;
- Revisão da aplicação dos requisitos estabelecidos no G4 Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative para a elaboração de relatórios, de acordo com a opção “core”.
- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Verificação que a informação financeira refletida no relatório foi auditada por terceiros independentes.

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Este relatório não tem como objectivo emitir uma opinião de auditoria.

Nossa conclusão baseia-se, e está sujeita aos aspectos indicados neste Relatório Independente de garantia de fiabilidade. Consideramos que a evidência que temos obtido proporciona uma base suficiente e adequada para nossas conclusões.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório e Contas da EDP Renováveis, S.A. para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative versão 4.0 conforme referido no ponto G4-32 do Índice GRI do Relatório.

O nosso Relatório de garantia de fiabilidade é emitido unicamente para a EDP Renováveis de acordo com os termos contratados, e, portanto, não tem outro propósito e não pode ser usado em outro contexto.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

(Assinado na versão em Castelhana)

José Luis Blasco Vázquez

14 de Março de 2017

4.6.2. ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI DE ACORDO COM A OPÇÃO CORE



Somos membros da GRI GOLD Community e a apoiamos a missão da GRI de desenvolver diretrizes de apresentação de relatórios de sustentabilidade aceites a nível mundial, através de um processo global em que participam diversos grupos de interesse. Além disso, este relatório anual segue as diretrizes da G4 na sua opção essencial «de conformidade» e o serviço de verificação de materialidade da GRI confirmou que os conteúdos básicos gerais G4-17 a G4-27 estão corretamente localizados, quer no índice GRI, quer no texto do relatório definitivo. Encontra-se disponível no nosso site um índice de conteúdo G4 GRI completo do presente relatório.

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

5 Governo Corporativo

PARTE I – Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	
A. Estrutura Acionista	141
B. Órgãos Sociais e Comissões	145
C. Organização Interna	165
D. Remunerações	184
E. Operações entre Partes Relacionadas	190
PARTE II – Avaliação do Governo Societário	195
Anexo – Qualificações Profissionais e Elementos Curriculares dos Membros do Conselho de Administração	201





**HUMANITY
AS THE NEWART**

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

5 Governo Corporativo

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. Estrutura Acionista

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

A totalidade do capital social da EDP Renováveis S.A. (doravante designada “EDP Renováveis”, “EDPR” ou “a Empresa”), desde a sua oferta pública inicial (IPO), em junho de 2008, é de EUR 4.361.540.810 e consiste em 872.308.162 ações emitidas e integralmente realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros. Todas as ações integram uma única classe e série e encontram-se admitidas à cotação na Bolsa de Lisboa.

Códigos e tickers das ações da EDP Renováveis SA:

ISIN: ES0127797019

LEI:.....529900MUFAH07Q1TAX06

Ticker Bloomberg (NYSE Euronext Lisboa):EDPR PL

Reuters RIC:EDPR.LS

O principal acionista da EDPR é a EDP – Energias de Portugal, S.A., através da EDP – Energias de Portugal, S.A. - Sucursal en España (de ora em diante designada por “EDP”), com 77,5% do capital social e direito de voto. Para além do Grupo EDP, os acionistas da EDPR incluem cerca de 65.000 investidores institucionais e privados, em mais de 23 países, predominantemente nos Estados Unidos da América e Reino Unido.

Os investidores institucionais, que representam 92% dos acionistas da Empresa (ex-Grupo EDP), são sobretudo fundos de investimento e investidores socialmente responsáveis (“SRI”) enquanto os investidores privados, sobretudo portugueses, representam os 8% remanescentes.

Para mais informações sobre a estrutura acionista da EDPR, por favor consulte o capítulo 1.3 - Organização.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

Os Estatutos da EDPR não preveem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações.

3. AÇÕES PRÓPRIAS

A EDPR não possui ações próprias.

4. MUDANÇA DE CONTROLO

A EDPR não adotou quaisquer medidas destinadas a impedir qualquer oferta pública de aquisição.

A sociedade não tomou quaisquer medidas defensivas em relação a casos de mudança de controlo na sua estrutura acionista.

A EDPR não iniciou quaisquer acordos tendentes a uma mudança no controlo da Empresa que não estejam de acordo com a prática normal de mercado. Nos casos de financiamento de determinados projetos eólicos, os credores têm o direito de aprovar mudanças de controlo no devedor, se este deixar de ser controlado, direta ou indiretamente, pela EDPR. No caso de garantias atribuídas por empresas do Grupo EDP, se a EDP, direta ou indiretamente deixar de ter a maioria do capital social da EDPR, deixará de ser obrigada a manter essas garantias ou serviços. As subsidiárias relevantes serão obrigadas a garantir o cancelamento ou substituição de todas as garantias em vigor, no prazo de sessenta (60) dias, após a alteração do evento de controlo.

No caso de acordos de serviços intra-grupo e em consonância com o Acordo Quadro assinado entre a EDP Renováveis S.A. e a EDP Energias de Portugal S.A., os contratos irão manter-se em vigor enquanto a EDP mantiver o seu capital social acima de 50% ou exercer, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto no capital social da EDP Renováveis. Mesmo que o capital social da EDP ou os seus direitos de voto sejam inferiores a 50%, o contrato é mantido enquanto mais de metade dos membros do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva da EDPR forem eleitos sob proposta da EDP.

5. REGIME DE ACORDOS ESPECIAIS

A EDPR não possui qualquer sistema de renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular daquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista ou em concertação com outros acionistas.

6. ACORDOS PARASSOCIAIS

A Empresa não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola, que regula os critérios e limites da participação acionista. Em cumprimento do Artigo 125º da Lei do Mercado de Valores espanhola, a EDPR presta informações sobre participações qualificadas e os seus direitos de voto à data de 31 de dezembro de 2016.

À data de 31 de dezembro de 2016 foram identificadas as seguintes participações qualificadas:

Acionista	Nº de ações	% capital	% dos votos
EDP – Energias de Portugal, S.A. – Sucursal en España	676.283.856	77,5%	77,5%
A EDP detém 77,5% do capital social e direitos de voto da EDPR através da EDP – Energias de Portugal, S.A. – Sucursal en España.			
MFS Investment Management	27.149.038	3,1%	3,1%
A MFS Investment Management é uma empresa americana gestora de investimentos globais. Em 24 de setembro de 2013, comunicou à Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) a sua posição qualificada indireta como instituição de investimento coletivo.			
Total de participações qualificadas	703.432.894	80,6%	80,6%

À data de 31 de dezembro de 2016, a estrutura acionista da EDPR consistia num total de participações qualificadas de 80,6%, dos quais a EDP e a MFS Investment Management detinham, respetivamente, 77,5% e 3,1% do capital da EDPR.

8. AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A tabela seguinte reflete o número de ações da EDPR detidas, direta ou indiretamente, pelos membros do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2016. As transações de ações detidas pelos membros do Conselho de Administração da EDPR são comunicadas às competentes entidades regulatórias e de supervisão (CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

Nome	Transações em 2016				Nº de ações a 31 Dez. 2016		
	Tipo	Data	Nº de ações	Preço	Diretas	Indiretas	Total
António Mexia	-	-	-	-	4.200	-	4.200
João Manso Neto	-	-	-	-	-	-	-
Nuno Alves	-	-	-	-	5.000	-	5.000
Miguel Dias Amaro	-	-	-	-	25	-	25
João Paulo Costeira	-	-	-	-	3.000	-	3.000
Gabriel Alonso	-	-	-	-	26.503	-	26.503
João Manuel de Mello Franco	-	-	-	-	380	-	380
Jorge Santos	-	-	-	-	200	-	200
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	-	-	-	-	170	670	840
António Nogueira Leite	-	-	-	-	100	-	100
Manuel Menendez Menendez	-	-	-	-	-	-	-
Gilles August	-	-	-	-	-	-	-
José Ferreira Machado	-	-	-	-	630	-	630
Acácio Piloto	-	-	-	-	300	-	300
Francisca Guedes de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-
Allan J. Katz	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Seixas da Costas	-	-	-	-	-	-	-

9. PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Empresa, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do Artigo 13º dos Estatutos ou da legislação aplicável. Neste contexto, o Conselho de Administração está investido dos seguintes poderes:

- Adquirir por qualquer título, oneroso ou lucrativo, os bens móveis e imóveis, direitos, ações e participações que convenham à Sociedade;
- Alienar e hipotecar ou onerar bens móveis e imóveis, direitos, ações e participações da Sociedade e cancelar hipotecas e outros direitos reais;
- Negociar e realizar quantos empréstimos e operações de crédito julgue convenientes;
- Celebrar e formalizar todo o tipo de atos ou contratos com entidades públicas ou com particulares;

- Interpor as ações civis e criminais e de toda a ordem que incumbam à Sociedade representando-a perante funcionários, autoridades, corporações e Tribunais governativos, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos e judiciais, Juzgados de lo Social e Salas de lo Social do Supremo Tribunal e dos Tribunais Superiores de Justiça das Comunidades Autónomas, sem limitação alguma, incluindo o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; em geral, perante a Administração Pública em todos os seus graus e hierarquias; intervir ou promover, seguir e terminar, por todos os seus trâmites e instâncias, quaisquer expedientes, juízos ou procedimentos; consentir resoluções, interpor todo o tipo de recursos, incluindo o de cassação e demais extraordinários, desistir ou confessar, transigir, comprometer a árbitros as questões litigiosas, realizar todo o tipo de notificações e requerimentos e conferir poderes a Procuradores dos Tribunais e outros mandatários, com as faculdades do caso e as usuais nos poderes gerais para pleitos e os especiais aplicáveis, e revogar estes poderes;
- Decidir a repartição de quantidades da conta de dividendos;
- Convocar as Assembleias Gerais e submeter à consideração das mesmas as propostas que julgue procedentes;
- Dirigir o andamento da Sociedade e a organização dos seus trabalhos e explorações, tomando conhecimento do curso dos negócios e operações sociais, dispondo o investimento de fundos, fazendo amortizações extraordinárias de Obrigações em circulação e realizando tudo quanto julgue conveniente ao melhor logro dos fins sociais;
- Nomear e demitir livremente os Diretores e todo o pessoal técnico e administrativo da Empresa, assinalando as suas atribuições e retribuição;
- Decidir as alterações de sede social dentro do mesmo território municipal;
- Constituir e dotar conforme o Direito, todo o tipo de pessoas jurídicas, contribuir e ceder todo o tipo de bens e direitos, assim como celebrar contratos de concentração e cooperação, associação, agrupamento e união temporária de Empresas ou negócios e de constituição de comunhões de bens, e acordar a sua modificação, transformação e extinção;
- As demais atribuições que expressamente se atribuem nestes Estatutos ou na legislação aplicável, e sem que esta enumeração tenha carácter limitativo, se não unicamente indicativo.

Em 9 de abril de 2015, a Assembleia Geral aprovou a delegação de poderes no Conselho de Administração para emitir, numa ou mais vezes, quaisquer:

- Títulos de rendimento fixo ou outros instrumentos de dívida de natureza semelhante, bem como
- Títulos de rendimento fixo ou outro tipo de valores mobiliários (warrants incluídos) convertíveis ou permutáveis em ações da EDP Renováveis, S.A., ou que reconheçam, segundo o critério do Conselho de Administração, o direito de subscrição ou aquisição de ações da EDP Renováveis, S.A., ou de outras empresas, até ao valor máximo de trezentos mil milhões de euros (300.000.000 euros) ou o seu equivalente noutra moeda.

Como parte da referida delegação, a Assembleia Geral de Acionistas delegou no Conselho de Administração os poderes de aumentar o capital social até ao valor necessário para executar os poderes supracitados. Adicionalmente foi também aprovado autorizar o Conselho de Administração a adquirir ações próprias pela Empresa ou por sociedades suas afiliadas. Esta delegação de poderes pode ser exercida pelo Conselho de Administração durante um período de cinco (5) anos a contar da data da aprovação da proposta e dentro dos limites estabelecidos por lei e pelos Estatutos.

Por outro lado, a Assembleia Geral de Acionistas pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adotada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando as restantes condições que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração poderá fazer uso, no todo ou em parte, desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da Empresa, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, do que deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral, uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

10. RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E A EMPRESA

A informação sobre quaisquer relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Empresa encontra-se disponível no título 90 do presente Relatório.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I. ASSEMBLEIA GERAL

A. COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os membros da Mesa da Assembleia Geral são o seu Presidente, o Presidente do Conselho de Administração ou um seu representante, os demais Administradores, e o Secretário do Conselho de Administração.

O Presidente da Assembleia Geral de Acionistas é José António de Melo Pinto Ribeiro, eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 8 de abril de 2014, para um mandato de três anos.

O Presidente do Conselho de Administração é António Mexia, reeleito na Assembleia Geral de Acionistas de 9 de Abril de 2015, para um mandato de três anos.

O Secretário do Conselho de Administração é Emilio García-Conde Noriega, quem é a sua vez o Secretário da Assembleia Geral de Acionistas, foi nomeado Secretário do Conselho de Administração a 4 de dezembro de 2007. O Secretário do Conselho de Administração não tem uma data de termo para as suas funções, de acordo com a Lei espanhola das Sociedades Comerciais, uma vez que não é membro do Conselho.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDPR tem à sua disposição os recursos humanos e logísticos necessários para o desempenho das suas funções. Assim, para além do Secretário da Sociedade, a EDPR contrata uma entidade especializada para recolher, processar e contabilizar os votos dos acionistas em cada Assembleia Geral de Acionistas.

B. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. RESTRIÇÕES AO DIREITO DE VOTO

Cada ação dá direito a um voto. Os Estatutos da EDPR não incluem restrições ao direito de voto.

13. DIREITOS DE VOTO

Os Estatutos da EDPR não contêm qualquer referência à percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que, com aquele, se encontrem em qualquer relação. Todos os acionistas, independentemente do número de ações que possuem, podem participar na Assembleia Geral de Acionistas, bem como nas suas deliberações, com direito de intervir e votar.

Para exercerem o seu direito de participação, a Empresa informa, na convocatória e Guia do Acionista da Assembleia Geral de Acionistas, que os acionistas devem ter as suas ações devidamente registadas, na conta de valores mobiliários, com uma antecedência de, pelo menos, cinco (5) dias antes da data da Assembleia Geral de Acionistas.

Qualquer acionista poderá enviar um representante à Assembleia Geral de Acionistas, mesmo que essa pessoa não seja acionista através da outorga de uma procuração revogável. O Conselho de Administração pode solicitar que a procuração esteja na posse da Empresa com um mínimo de 2 (dois) dias de antecedência, indicando o nome do representante.

A procuração deve ser específica para cada Assembleia Geral de Acionistas e deverá ser apresentada por escrito ou enviada por meios de comunicação à distância, por exemplo, correio postal ou correio eletrônico.

Os acionistas podem votar em pontos incluídos na ordem de trabalhos referentes a quaisquer matérias da competência dos acionistas, por correio postal ou correio eletrônico.

O voto por correspondência pode ser revogado posteriormente, através do mesmo meio utilizado, dentro do prazo estabelecido para o efeito ou participando, pessoalmente ou por representante, na Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração aprova um Guia do Acionista para a Assembleia Geral de Acionistas, detalhando os boletins de voto por correspondência, entre outros assuntos. O modelo está disponível aos acionistas em www.edprenovaveis.com

Os votos por correspondência devem ser enviados, por escrito, para o local indicado na convocatória, acompanhados da documentação indicada no Guia do Acionista. Para votar por via eletrónica, os acionistas que efetuem um pedido nesse sentido, recebem uma palavra-passe, dentro do prazo e na forma definida na convocatória para a Assembleia Geral de Acionistas.

Nos termos do Artigo 15º dos Estatutos, os votos por correspondência postal ou eletrónica devem ser recebidos na Empresa antes das vinte e quatro (24) horas do dia anterior ao previsto para a realização da Assembleia Geral em primeira convocatória.

14. DECISÕES QUE SÓ PODERÃO SER ADOTADAS POR MAIORIA QUALIFICADA

De acordo com os Estatutos da EDPR, e conforme estabelecido por lei, as Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, reúnem validamente em primeira convocatória se os acionistas, presentes ou representados por procurador, representarem pelo menos vinte cinco por cento (25%) do capital votante subscrito. A segunda convocatória será válida para a constituição da Assembleia qualquer que seja o capital presente ou representado na mesma.

Para que a aprovação da emissão de obrigações, o aumento ou a redução do capital social, a transformação, a atribuição global de ativos e passivos, a fusão ou cisão da Empresa, a transferência da sede social para o estrangeiro, a supressão de direitos de preferência de novas ações e, em geral, qualquer alteração aos Estatutos seja válida, na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária de Acionistas, terá de verificar-se: em primeira convocatória, os Acionistas presentes ou representados por procuração representam, no mínimo, cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direitos de voto e, em segunda convocatória, vinte e cinco por cento (25%) do capital subscrito com direitos de voto.

Em relação ao quórum necessário para aprovar de forma válida estes assuntos, de acordo com os Estatutos e a Lei, quando os acionistas presentes representarem mais de cinquenta por cento (50%) do capital votante, as deliberações acima mencionadas serão validamente adotadas por maioria absoluta e, no caso de os acionistas presentes representarem entre vinte cinco por cento (25%) e até cinquenta por cento (50%), com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado na Assembleia Geral de Acionistas.

A EDPR não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária e não adotou mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente, fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A. COMPOSIÇÃO

15. MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

A EDPR é uma empresa espanhola cotada na bolsa de valores regulamentada em Portugal. A organização societária da EDP Renováveis está sujeita à sua própria lei e, dentro dos limites regulamentares, às recomendações contidas no "Código de Governo das Sociedades", aprovado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em julho de 2013. Este código de governo societário pode ser consultado no site da CMVM na internet (www.cmvm.pt).

A organização e o funcionamento do modelo de governo societário da EDPR foram concebidos de forma a atingirem os mais elevados padrões de governo corporativo e códigos de ética e conduta nos negócios, tal como estabelecido pelas melhores práticas nacionais e internacionais de governo das sociedades.

A EDPR adotou a estrutura de governo atualmente em vigor em Espanha. É composta por uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a Empresa.

Conforme exigido por lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração da empresa constituiu quatro comissões. As comissões são: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Por forma a assegurar uma melhor compreensão do governo corporativo da EDPR por parte dos seus acionistas, a Empresa publica os seus Estatutos atualizados, bem como os Regulamentos das suas Comissões, em www.edprenovaveis.com.

O modelo de governo da EDP Renováveis foi concebido para garantir a separação transparente e meticulosa dos deveres e a especialização da supervisão. Os órgãos do modelo de gestão e supervisão da EDPR são os seguintes:

- Assembleia Geral de Acionistas
- Conselho de Administração
- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Controlo
- Auditor externo

A escolha deste modelo tem por objetivo adaptar, tanto quanto possível, o modelo de governo corporativo da Empresa à legislação portuguesa. O modelo de governo adotado pela EDPR procura, sendo compatível com a sua própria lei, corresponder ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

A experiência de funcionamento institucional indica que o modelo de governo aprovado pelos acionistas e adotado na EDPR é apropriado para a organização corporativa da atividade da mesma, principalmente porque proporciona transparência e um equilíbrio saudável entre as funções de gestão da Comissão Executiva, as funções de supervisão da Comissão de Auditoria e Controlo e a supervisão por parte de diferentes comissões especializadas do Conselho de Administração.

A relação institucional e funcional entre a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e os membros não executivos do Conselho de Administração tem assegurado uma harmonia interna, o que tem contribuído para o desenvolvimento dos negócios da Empresa.

16. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 29.5 dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações foi nomeada pelo Conselho de Administração para aconselhar e informar o Conselho sobre a nomeação (incluindo por cooptação), reeleição, destituição e remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos seus deveres, bem como sobre a composição das diversas Comissões do Conselho. A Comissão também informa sobre a nomeação, remuneração e demissão dos quadros diretivos. A Comissão propõe a nomeação e reeleição dos Administradores e dos membros das diferentes comissões, apresentando uma proposta com os nomes dos candidatos que a Comissão considera terem as melhores qualidades para cumprir o papel de membro do Conselho.

De acordo com as melhores práticas de governo corporativo, durante o ano de 2016 a EDPR ponderou e discutiu sobre os melhores critérios aplicáveis à seleção de novos membros dos seus órgãos sociais. Conclui-se que, entre outros, dever-se-á tomar em consideração o seguinte para este efeito: a formação académica, experiência no sector energético, integridade e independência, bem como uma ponderação da experiência e diversidade que o candidato poderá conferir ao órgão social relevante. Com base no acima exposto, o Conselho de Administração apresenta uma proposta à Assembleia Geral de Acionistas, que deve ser aprovada por maioria, por um período inicial de 3 (três) anos, podendo reeleger esses membros, uma ou mais vezes, por períodos de três (3) anos.

Nos termos dos Artigos 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, os acionistas podem agrupar as suas ações até constituírem uma cifra do capital social igual ou superior à que resulte da divisão deste último pelo número de vogais do Conselho, terão direito a designar os que, superando frações inteiras, se deduzam da correspondente proporção. Os acionistas que fizerem uso desse poder não podem intervir na nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

Caso existam lugares vagos, nos termos dos Artigos 23º dos Estatutos e 244º da Lei das Sociedades espanhola, o Conselho de Administração poderá cooptar um acionista, que ocupará o cargo até à Assembleia Geral de Acionistas seguinte, na qual será submetida a proposta para ratificação da referida cooptação. Nos termos do Artigo 248º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores deve ser aprovada por maioria absoluta dos Administradores presentes na reunião do Conselho.

17. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com os Artigos 20º e 21º dos Estatutos, o Conselho de Administração não poderá ser inferior a cinco (5), nem superior a dezassete (17). O cargo de Administrador durará três anos, podendo ser reeleitas, por uma ou mais vezes, pelo mesmo período, as pessoas que o desempenhem.

O número de membros do Conselho de Administração foi definido em 17 (dezassete) de acordo com a decisão da Assembleia Geral de Acionistas de dia 21 de junho de 2011. Os atuais membros do Conselho de Administração são:

Membro do Conselho	Cargo	Data da primeira eleição	Data da reeleição	Termo do mandato
António Mexia	Presidente	18/03/2008	09/04/2015	09/04/2018
João Manso Neto	Vice-Presidente e CEO	18/03/2008	09/04/2015	09/04/2018
Nuno Alves	Administrador	18/03/2008	09/04/2015	09/04/2018
Miguel Dias Amaro*	Administrador	05/05/2015	-	09/04/2018
Gabriel Alonso Imaz	Administrador	21/06/2011	09/04/2015	09/04/2018
João Paulo Costeira	Administrador	21/06/2011	09/04/2015	09/04/2018
João Lopes Raimundo	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
João Manuel de Mello Franco	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
Jorge Santos	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
Gilles August	Administrador	14/04/2009	09/04/2015	09/04/2018

Membro do Conselho	Cargo	Data da primeira eleição	Data da reeleição	Termo do mandato
Acácio Piloto	Administrador	26/02/2013	09/04/2015	09/04/2018
António Nogueira Leite	Administrador	26/02/2013	09/04/2015	09/04/2018
José Ferreira Machado	Administrador	26/02/2013	09/04/2015	09/04/2018
Allan J. Katz	Administrador	09/04/2015	-	09/04/2018
Francisca Guedes de Oliveira	Administrador	09/04/2015	-	09/04/2018
Francisco Seixas da Costa	Administrador	14/04/2016	-	14/04/2019

Na última Assembleia Geral de Acionistas realizada a 14 de abril de 2016, Francisco Seixas da Costa foi nomeado como Membro do Conselho de Administração para exercer um mandato de três (3) anos.

18. MEMBROS EXECUTIVOS, NÃO EXECUTIVOS E INDEPENDENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Estatutos da EDPR, que estão disponíveis para consulta no site da empresa (www.edprenovaveis.com), contêm as regras sobre a independência necessária para o exercício de funções em qualquer órgão da Empresa. A independência dos Administradores é avaliada de acordo com a lei pessoal da Empresa, a lei Espanhola.

Apesar das atuais recomendações da CMVM não especificarem o número mínimo de membros do Conselho de Administração que devem ser independentes e aconselharem apenas que se tenha em consideração critérios tais como o modelo de governo adotado, o tamanho da sociedade relevante, a estrutura acionista e o número de ações dispersas em bolsa; o Artigo 12º do Regulamento do Conselho de Administração exige que, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) dos membros do Conselho sejam independentes. O Artigo 20º, nº 2 dos Estatutos define que os membros independentes do Conselho de Administração são aqueles capazes de desempenhar as suas funções sem serem limitados por relações com a Empresa, seus acionistas com participações significativas, ou seus dirigentes e cumprir as demais exigências legais.

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos, não podem ser Administradores:

- Pessoas que sejam administradoras ou que estejam, de qualquer forma, associadas a qualquer concorrente da EDPR bem como aquelas que tenham uma relação familiar com as anteriores. Uma Empresa deve ser considerada concorrente da EDPR quando estiver, direta ou indiretamente, envolvida na produção, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou fornecimento de eletricidade ou gases combustíveis. É também considerada concorrente toda e qualquer empresa que tenha interesses opostos aos da EDPR, seja a própria concorrente ou qualquer uma das empresas do seu grupo, e os administradores, empregados, advogados, consultores, ou representantes de qualquer uma dessas empresas. As empresas pertencentes ao mesmo Grupo que a EDPR, inclusive no estrangeiro, não poderão, sob nenhuma circunstância, ser consideradas concorrentes da EDPR;
- Pessoas que se encontram em qualquer outra situação de incompatibilidade ou proibição pela Lei ou pelos Estatutos. De acordo com a lei espanhola, as pessoas que, entre outras situações, sejam i) menores de 18 (dezoito) anos, (ii) incapazes, (iii) concorrentes; (iv) condenadas por determinados crimes, ou (v) mantenham certos cargos de gestão, entre outros, estão impedidas de exercer o cargo de Administrador.

O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas.

De acordo com a lei e de acordo com as últimas alterações aos Estatutos foi decidido que os membros não-executivos do Conselho de Administração apenas podem ser representados nas reuniões daquele órgão por outros membros não-executivos. A tabela subsequente apresenta os membros executivos, não-executivos e independentes do Conselho de Administração. Os membros independentes mencionados na tabela cumprem os critérios de independência e compatibilidade exigidos por lei e pelos Estatutos.

Nome	Cargo	Independente
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo	-
João Manso Neto	Vice-Presidente Executivo e Administrador Executivo	-
Nuno Alves	Administrador Não-Executivo*	-
Miguel Dias Amaro	Administrador Executivo	-
Gabriel Alonso Imaz	Administrador Executivo	-
João Paulo Costeira	Administrador Executivo	-
João Lopes Raimundo	Administrador Não Executivo	Sim
João Manuel de Mello Franco	Administrador Não Executivo	Sim
Jorge Santos	Administrador Não Executivo	Sim
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador Não Executivo	-
Gilles August	Administrador Não Executivo	Sim
Acácio Piloto	Administrador Não Executivo	Sim
António Nogueira Leite	Administrador Não Executivo	Sim
José Ferreira Machado	Administrador Não Executivo	Sim
Allan J. Katz	Administrador Não Executivo	Sim
Francisca Guedes de Oliveira	Administrador Não Executivo	Sim
Francisco Seixas da Costa	Administrador Não Executivo	Sim

*Nuno Alves renunciou ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração, tendo sido tal renúncia reconhecida pelo Conselho de Administração na sua reunião de 14 de dezembro de 2016. Não obstante a sua renúncia, Nuno Alves mantém o seu cargo de membro não-executivo do Conselho de Administração do Conselho de Administração da EDPR.

19. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação sobre as posições detidas pelos membros do Conselho de Administração, nos últimos cinco (5) anos, as que detêm atualmente, as posições em empresas do Grupo e fora do Grupo e outras informações curriculares relevantes estão disponíveis no anexo do presente Relatório.

20. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola que regulamenta os critérios e limites de participação acionista. A 31 de dezembro de 2016, e tanto quanto a sociedade foi informada, não existem quaisquer relações familiares ou comerciais dos membros do Conselho de Administração com acionistas com participação qualificada, mas apenas relações profissionais inerentes ao facto de alguns membros do Conselho de Administração da EDPR serem simultaneamente membros de Conselhos de Administração de outras empresas no seio do Grupo EDP - Energias de Portugal S.A., e que são os seguintes:

- António Mexia;
- João Manso Neto;
- Nuno Alves;
- Manuel Menéndez Menéndez.

Ou serem colaboradores de outras empresas do Grupo EDP, e que são os seguintes:

- Miguel Dias Amaro;
- João Paulo Costeira.

21. ESTRUTURA DE GESTÃO

De acordo com a lei espanhola e a prática das empresas espanholas, a gestão diária do negócio é garantida por um *Chief Executive Officer* (CEO). Este tipo de organização é diferente do que ocorre nas empresas portuguesas em que um "Conselho de Administração Executivo" tem a atribuição de áreas de negócio e cada administrador executivo é responsável por uma área de negócio.



B. FUNCIONAMENTO

22. REGULAMENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Regulamento do Conselho de Administração da EDPR encontra-se publicamente disponível no site da Empresa, em www.edprenovaveis.com, bem como na sede da sociedade, em Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, Espanha.

23. NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com as disposições legais relevantes e os Estatutos, o Conselho de Administração da EDPR reúne-se pelo menos uma vez em cada trimestre. Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração realizou seis (6) reuniões. Foram elaboradas atas de todas as reuniões. A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões do Conselho de Administração dos seus membros em 2016:

Nome	Cargo	Assiduidade*
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo	33,33%
João Manso Neto	Vice-Presidente Executivo e CEO	100%
Nuno Alves**	Executivo	83,33%
Miguel Dias Amaro	Executivo	100%
Gabriel Alonso Imaz	Executivo	100%
João Paulo Costeira	Executivo	66,66%
João Lopes Raimundo	Não Executivo e Independente	100%
João Manuel de Mello Franco	Não Executivo e Independente	100%
Jorge Santos	Não Executivo e Independente	100%
Manuel Menéndez Menéndez	Não Executivo	66,66%
Gilles August	Não Executivo e Independente	50%
Acácio Piloto	Não Executivo e Independente	100%
António Nogueira Leite	Não Executivo e Independente	83,33%

Nome	Cargo	Assiduidade*
José Ferreira Machado	Não Executivo e Independente	83,33%
Allan J.Katz	Não Executivo e Independente	83,33%
Francisca Guedes de Oliveira	Não Executivo e Independente	83,33%
Francisco Seixas da Costa	Não Executivo e Independente	100%

*A percentagem representa as presenças físicas nas reuniões pelos membros do Conselho de Administração, exceto no caso de Francisco Seixas da Costa, o qual se juntou ao Conselho de Administração a 14 de abril de 2016, e em que a percentagem expressa é calculada em relação às reuniões realizadas desde então.

**Nuno Alves renunciou ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração, tendo sido tal renúncia reconhecida pelo Conselho de Administração na sua reunião de 14 de dezembro de 2016. Não obstante a sua renúncia, Nuno Alves mantém o seu cargo de membro não-executivo do Conselho de Administração do Conselho de Administração da EDPR.

24. ÓRGÃO COMPETENTE PARA AVALIAR O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável pela avaliação do desempenho dos Administradores Executivos. De acordo com o Artigo 249 bis da Lei espanhola de Sociedades de Capital, o Conselho de Administração supervisiona o funcionamento eficaz das suas comissões e o desempenho dos órgãos delegados e administradores nomeados.

25. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Os critérios de avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontram-se descritos nos pontos 70, 71 e 72 do presente Relatório.

26. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da EDPR estão totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não existindo restrições para a execução desta função em simultâneo com outras posições. As posições detidas, em simultâneo, em outras empresas dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes realizadas por membros do Conselho de Administração durante o exercício encontram-se enumeradas no Anexo deste Relatório.

C. COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. COMISSÕES NO SEIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 10º dos Estatutos Sociais, o Conselho de Administração da Empresa pode ter órgãos delegados. O Conselho de Administração criou quatro Comissões:

- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Controlo
- Comissão de Nomeações e Remunerações
- Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

Com exceção da Comissão Executiva, todas as Comissões são compostas por membros independentes do Conselho de Administração. Os regulamentos das comissões do Conselho de Administração estão disponíveis para consulta no site da Empresa em www.edprenovaveis.com

28. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

De acordo com o Artigo 27º dos Estatutos, a Comissão Executiva é constituída por um mínimo de quatro (4) e um máximo de sete (7) Administradores.

A sua estrutura, a nomeação dos seus membros e a extensão dos poderes que lhes são delegados têm de ser aprovados por uma maioria qualificada de dois terços (2/3) dos membros do Conselho de Administração.

Na sua reunião de 14 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia de Nuno Alves ao cargo de membro da Comissão Executiva e, conseqüentemente, o Conselho de Administração definiu o número de membros da Comissão Executiva em quatro (4), para além do Secretário. À data de 31 de dezembro de 2016, os membros desta Comissão são:

- João Manso Neto, Presidente e CEO
- Miguel Dias Amaro
- Gabriel Alonso Imaz
- João Paulo Costeira

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão Executiva.

29. COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO EXECUTIVA

FUNCIONAMENTO

Adicionalmente aos Estatutos, esta Comissão rege-se também pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterado pela última vez a 2 de novembro de 2016. Ambos os regulamentos estão disponíveis para consulta no site www.edprenovaveis.com

De forma a adotar as melhores práticas de governo corporativo e com o objetivo de promover a transparência na gestão da Empresa, na última alteração aos regulamentos desta comissão foi incluída na lista de matérias indelegáveis do Conselho de Administração uma clarificação na definição de matérias que deverão ser consideradas estratégicas com base em critérios económicos, de risco ou tendo em conta características especiais das mesmas.

A Comissão Executiva deve reunir pelo menos uma vez por mês, e sempre que o seu Presidente considere necessário. O Presidente tem ainda a prerrogativa de suspender ou adiar as reuniões que entender. A Comissão Executiva reunirá também sempre que, pelo menos, dois (2) dos seus membros o solicitarem.

O Presidente da Comissão Executiva, que é também o Vice-presidente do Conselho de Administração, envia ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo e aos restantes membros do Conselho de administração a convocatória para as reuniões da Comissão Executiva e as atas de tais reuniões.

As reuniões da Comissão Executiva são consideradas válidas se metade mais um dos seus membros estiverem presentes. As decisões serão adotadas por maioria. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

Os Administradores Executivos devem facultar todo e qualquer esclarecimento que lhes seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos sociais da Empresa.

A composição da Comissão Executiva é descrita no ponto anterior.

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração que sejam delegáveis nos termos da lei e dos Estatutos, com as seguintes exceções:

- A eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- A nomeação de Administradores por cooptação;
- O pedido de convocatória ou a convocatória de Assembleias Gerais e a elaboração da ordem de trabalhos e de propostas de deliberações;
- A elaboração e formulação das Contas Anuais e do Relatório de Gestão a submeter à Assembleia Geral;
- A alteração da sede social;
- A redação e aprovação de projetos de fusão, cisão ou transformação da Empresa;
- A supervisão do funcionamento eficaz do Conselho de Administração, das suas comissões e do desempenho de órgãos delegados e administradores nomeados;
- Definição das políticas e estratégias gerais da sociedade. Serão sempre submetidas à aprovação previa do Conselho de Administração ou, em casos de urgência justificada, à sua ratificação, as seguintes operações consideradas individualmente:
 - Aquisições ou venda de bens, direitos ou participações sociais que tenham um valor económico superior a setenta e cinco milhões de euros (75.000.000 euros) e não estejam previstas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
 - Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou partes relevantes de estabelecimentos, bem como a extensão ou a redução da sua atividade;
 - Outros negócios ou operações, inclusive investimentos de expansão, que tenham relevância estratégica significativa ou que tenham um valor económico superior a setenta e cinco milhões de euros (75.000.000 euros) e não estejam previstos no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, ou
 - Estabelecimento ou cessação de parcerias ou associações estratégicas ou outras formas de cooperação durável.
- A autorização ou renúncia das obrigações decorrentes do dever de lealdade;
- A sua própria organização e funcionamento;
- Preparação de todos os relatórios que por lei deverão ser elaborados pelo órgão de administração, desde que a aprovação da transação referida no relatório não possa ser delegada;
- A nomeação ou destituição do *Chief Executive Officer*, gestão de topo dependente diretamente do Conselho de Administração ou qualquer dos seus membros, bem como as condições gerais dos seus contratos, incluindo a remuneração;
- As decisões relativas à remuneração dos administradores ao abrigo dos Estatutos e da política de remunerações aprovada pela assembleia geral;
- A política relativa às ações próprias;
- As competências que a Assembleia Geral pode ter delegado no Conselho de Administração, salvo nos casos expressamente autorizados pela primeira para os subdelegar.

ATIVIDADE EM 2016

Em 2016, a Comissão Executiva realizou 50 reuniões. A principal atividade da Comissão Executiva é a gestão diária da Empresa.

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

COMPOSIÇÃO

De acordo com o Artigo 28º dos Estatutos e os Artigos 8º e 9º do Regulamento da Comissão, a Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de cinco (5) Administradores.

Segundo o Artigo 28, nº 5 dos Estatutos, o mandato do Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo tem a duração de três (3) anos, após os quais pode ser reeleito para um segundo mandato de três (3) anos. Jorge dos Santos foi eleito

em 8 de abril 2014 para o cargo de Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo, no seguimento de um parecer apresentado pela Comissão de Nomeações e Remuneração.

A Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por três (3) membros independentes e um Secretário. A 31 de dezembro de 2016, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são:

- Jorge Santos, Presidente
- João Manuel de Mello Franco
- João Lopes Raimundo

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo.

COMPETÊNCIAS

As competências da Comissão de Auditoria e Controlo são as seguintes:

- Informar nas Assembleias Gerais, por intermédio do seu Presidente, sobre as questões relacionadas com as suas competências;
- Propor ao Conselho de Administração, para submetimento à Assembleia Geral, a nomeação dos Auditores de Contas da Sociedade assim como as condições da sua contratação, alcance do seu trabalho – nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de auditoria, “*audit related*” e “*non-audit*” –, avaliação anual da sua atividade e revogação e renovação dos seus cargos;
- Supervisionar o processo de informação financeira e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos e, bem assim, avaliar os aludidos sistemas e propor os respetivos ajustamentos adequados às necessidades da Sociedade;
- Supervisionar as atividades de auditoria interna e de “*compliance*”;
- Estabelecer um relacionamento permanente com os Auditores de Contas, designadamente zelando para que sejam asseguradas as condições, incluindo de independência, adequadas à prestação dos serviços por aqueles, atuando como o interlocutor da Sociedade em quaisquer matérias relacionadas com o processo de auditoria de contas, assim como recebendo e mantendo informação sobre quaisquer questões em matéria de auditoria de contas;
- Realizar um relatório anual sobre a sua ação supervisora, incluindo eventuais constrangimentos deparados, e emitir parecer sobre o relatório de gestão, sobre as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração;
- Receber as comunicações sobre irregularidades em matéria financeira e contabilística apresentadas por colaboradores, acionistas da Sociedade ou entidade que tenha um interesse juridicamente tutelado relacionado com a atividade social da Sociedade;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que colaborem com qualquer um dos membros da Comissão no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos mesmos considerar a importância dos assuntos que lhes sejam encomendados e a situação económica da Sociedade;
- Realizar relatórios a pedido do Conselho e das suas Comissões;
- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos Estatutos.

FUNIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, esta Comissão rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterado a 4 de maio de 2010, disponível para consulta no site da Empresa em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário. A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As decisões serão adotadas por maioria. Ao Presidente cabe o voto de qualidade, em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2016

Em 2016, as atividades da Comissão de Auditoria e Controlo incluíram as seguintes:

- Acompanhamento do encerramento de contas trimestrais, do primeiro semestre do ano e do final do exercício, para conhecer aprofundadamente a preparação e divulgação da informação financeira, auditoria interna, controlo interno e atividades de gestão de risco;
- Análise das normas pertinentes a que a comissão está sujeita em Portugal e Espanha;
- Informação sobre as regras de nomeação do auditor externo e a sua independência;
- Avaliação do trabalho do auditor externo, especialmente em relação ao âmbito do trabalho em 2016 e aprovação de todos os serviços "relacionados com a auditoria" e "não relacionados com a auditoria" e análise da remuneração do auditor externo;
- Supervisão da qualidade e integridade da informação financeira nas demonstrações financeiras e participação na reunião da Comissão Executiva em que esses documentos foram analisados e discutidos;
- Elaboração de um parecer sobre os relatórios e contas anuais individuais e consolidadas, com uma periodicidade trimestral, semestral e anual;
- Controlo do Plano de Ação de Auditoria Interna para 2016 e pré-aprovação do Plano de Auditoria Interna para 2017;
- Supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna;
- Avaliação sobre a estrutura de governo da Empresa;
- Informação sobre denúncia de irregularidades;
- Informação sobre contingências que tenham impacto no Grupo;
- Informação sobre a proposta de aplicação de resultados para o exercício findo a 31 de dezembro e distribuição de dividendos;
- Relatório trimestral e anual das suas atividades.

A Comissão de Auditoria e Controlo não encontrou qualquer restrição às suas atividades de controlo e supervisão.

As informações sobre as reuniões realizadas por esta Comissão e a participação dos seus membros durante o ano de 2016 encontram-se descritas no ponto 35.

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

COMPOSIÇÃO

Nos termos do Artigo 29º dos Estatutos e dos Artigos 8º e 9º do seu Regulamento, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) Administradores. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente, cabendo-lhe a presidência da Comissão.

De acordo com a Recomendação 52 do Código Unificado de Bom Governo espanhol ("Código Unificado de Buen Gobierno" da CNMV, de 18 de fevereiro de 2015), aprovado pela administração da CNMV na sua reunião de 18 de fevereiro de 2015, a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser constituída, na sua totalidade por Administradores não-executivos, sendo a sua maioria independente. Em cumprimento desta recomendação, e na medida do que é compatível com a Recomendação referida no ponto II.3.1 do Código de Governo das Sociedades português (tal como em Espanha esta Comissão deve ser composta exclusivamente de administradores), a Comissão de Nomeações e Remunerações é inteiramente composta por administradores não-executivos e membros independentes do Conselho de Administração.

Nos termos da proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações, na reunião do Conselho de Administração de 14 de abril de 2016 foi aprovado o alargamento desta Comissão de três (3) para quatro (4) membros e nomear o novo administrador Francisco Seixas da Costa como membro desta Comissão.

Considerando esta nova nomeação, com data de 31 de dezembro de 2016, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por quatro (4) membros independentes, mais o Secretário.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações atualmente são:

- João Manuel de Mello Franco, Presidente
- António Nogueira Leite
- Acácio Jaime Liberado Mota Piloto
- Francisco Seixas da Costa

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Nenhum dos elementos da Comissão tem qualquer relação familiar com os outros membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins até ao 3º grau, inclusive.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

COMPETÊNCIAS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza informativa e consultiva, e os seus relatórios e recomendações não têm carácter vinculativo.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações do Conselho e dos seus membros, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo. Por outro lado, a Comissão de Nomeações e Remunerações deve informar o Conselho de Administração sobre a política geral de remunerações e incentivos para os mesmos e para os quadros de topo. Estas funções abrangem o seguinte:

- Definir os princípios e critérios em relação à composição do Conselho de Administração, à seleção e à nomeação dos seus membros;
- Propor nomeações e reeleições de Administradores quando as mesmas devam realizar-se por cooptação ou, em qualquer caso, ser submetidas pelo Conselho à Assembleia Geral;
- Propor os membros das distintas Comissões ao Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho, dentro do que estabelecem os Estatutos, o sistema, a distribuição e a quantia das retribuições dos Administradores. Também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições dos contratos dos Administradores;
- Propor ao Conselho, dentro do que estabelecem os Estatutos, o sistema, a distribuição e a quantia das retribuições dos Administradores. Também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições dos contratos dos Administradores;
- Informar e, se assim for o caso, propor ao Conselho de Administração a nomeação e/ou o demissão de altos dirigentes, assim como as condições dos seus contratos e, em geral, a definição das políticas de contratação e retribuição de altos dirigentes;
- Rever e informar sobre os planos de incentivos, complementos de pensões e programas de retribuição;
- Refletir no sistema de governo adotado pela EDPR de forma a identificar aspetos que possam ser melhorados no mesmo;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos ou pelo próprio Conselho de Administração.

FUNCIONAMENTO

Para além dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente considerar necessário. A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões. As decisões serão adotadas por maioria. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2016

Em 2016, as atividades da Comissão de Nomeações e Remunerações foram as seguintes:

- Apresentação da proposta a Conselho de Administração da apresentar a ratificação da Assembleia Geral de Acionistas da cooptação de Miguel Dias Amaro, aprovada pelo Conselho de Administração na sua reunião de 9 de maio de 2015;
- Apresentação da proposta com os nomes dos candidatos para eleição dos novos membros do Conselho de Administração para o lugar em aberto, para ser submetida ao Conselho e aprovada pela Assembleia Geral;
- Avaliação do desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva;
- Preparação da atualização e consequente aprovação do Modelo de Avaliação e Remunerações de Desempenho para o período de 2014-2016, bem como uma análise preliminar do Modelo de Avaliação e Remunerações de Desempenho para o período de 2017-2019;
- Elaboração da Política de Remuneração a apresentar ao Conselho de Administração e a ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas;
- Relatório Anual de atividades do ano de 2015;
- Proposta ao Conselho de Administração de aumento em um (1) membro a Comissão de Nomeações e Remunerações e consequentemente propor os nomes dos candidatos para ocupar a nova vaga;
- Propor ao Conselho de Administração a nomeação do Compliance Officer da EDPR;
- Seguindo as melhores práticas de governo corporativo:
 - Propor ao Conselho de Administração que a Comissão Executiva seja composta por quatro (4) membros, encarregues da gestão do dia-a-dia da Empresa;
 - Propor ao Conselho de Administração que a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas seja composta exclusivamente por membros independentes, e consequentemente propondo os nomes dos candidatos que farão parte da Comissão com base nesta medida;
 - Propor a implementação de um plano relativo aos critérios aplicáveis à identificação de novos candidatos para integrar os órgãos sociais, conforme descrito na secção 16 deste relatório;
- Reflexão no sistema de governo corporativo adotado pela EDPR.

COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

COMPOSIÇÃO

Nos termos do Artigo 30º dos Estatutos, o Conselho de Administração pode estabelecer outras comissões, como é o caso da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta Comissão é constituída por um mínimo de três (3) elementos, a maioria dos quais independente. Atualmente, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é composta por três (3) membros não independentes mais o Secretário.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são considerados independentes sempre que possam desempenhar as suas funções sem quaisquer constrangimentos que sejam fruto do seu relacionamento com a EDPR, os seus acionistas maioritários ou os seus Administradores e, onde apropriado possam cumprir os outros requisitos constantes da legislação aplicável.

Na reunião do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2016, de acordo com as melhoras práticas e a política de rotação de membros de comissões e a entrada de novos membros, o Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia de Nuno Alves da sua posição como membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e de acordo com a proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações, Acácio Piloto foi nomeado como novo membro desta Comissão para preencher a vaga. Nesta data, os membros efetivos desta Comissão são os seguintes:

- José Ferreira Machado, Presidente
- Acácio Jaime Liberado Mota Piloto
- Francisca Guedes de Oliveira

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

COMPETÊNCIAS

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão que emana do Conselho de Administração e cujas competências, sem prejuízo de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, incluem:

- Informar periodicamente o Conselho de Administração da Empresa sobre as relações comerciais e legais entre a EDPR ou entidades relacionadas e a EDP ou entidades relacionadas;
- Quando se aprovarem os resultados anuais da Sociedade, apresentar um relatório sobre o cumprimento das relações comerciais e legais a estabelecer entre o Grupo EDP e o Grupo EDP Renováveis, assim como sobre as operações entre Entidades Relacionadas efetuadas dentro do exercício social correspondente;
- Ratificar, nos prazos que correspondam e de acordo com as necessidades de cada caso concreto, a realização de operações entre a EDP e/ou as suas Entidades Relacionadas com a EDP Renováveis e/ou as suas Entidades Relacionadas sempre e quando o valor da operação seja superior a 5.000.000 € ou represente 0,3% das receitas anuais consolidadas do Grupo EDP Renováveis do exercício imediatamente anterior;
- Ratificar qualquer alteração do Acordo Quadro formalizado pela EDP e a EDP Renováveis, datado de 7 de Maio de 2008;
- Apresentar as recomendações, ao Conselho de Administração da Sociedade ou à Comissão Executiva, relacionadas com as operações entre a EDP Renováveis e as suas Entidades Relacionadas com a EDP e as suas Entidades Relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação que seja necessária para a prossecução das suas competências;
- Ratificar, nos prazos que corresponde, conforme cada caso concreto, as transações entre Acionistas Qualificados diferentes da EDP com entidades do Grupo EDP Renováveis cujo montante anual acumulado seja superior a 1.000.000 euros;
- Ratificar, nos prazos que corresponde, conforme as necessidades de cada caso concreto, as transações do Administradores, "Colaboradores Chave" e/ou seus Familiares com entidades do Grupo EDP Renováveis cujo montante anual acumulado seja superior a 75.000 euros.

No caso de a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou jurídicas entre a EDP ou suas entidades relacionadas e a EDP Renováveis e suas entidades relacionadas, bem como com outros acionistas titulares de participações qualificadas ("acionistas qualificados") para além da EDP, administradores, "colaboradores-chave" e/ou membros da sua família, tais relações devem ser aprovadas por dois terços dos membros do Conselho de Administração, desde que metade dos membros propostos por entidades diferentes da EDP, incluindo administradores independentes, votem favoravelmente, exceto quando a maioria dos membros expressa a sua aprovação antes de a questão ser submetida à aprovação da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os termos dos pontos acima referidos não são aplicáveis às transações entre a EDP ou entidades relacionadas e a EDPR ou entidades relacionadas quando realizadas sob condições normalizadas, e são aplicáveis de forma igual a diferentes entidades relacionadas com a EDP e à própria EDPR, mesmo em condições de preços normalizados.

FUNCIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos Sociais, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008, e alterado a 28 de fevereiro de 2012. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com

A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As decisões serão adotadas por maioria. Ao Presidente cabe o voto de qualidade, em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2016

Em 2016, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas procedeu à revisão, aprovação e proposta ao Conselho de Administração da aprovação de todos os acordos e contratos entre partes relacionadas submetidos à sua consideração.

O Capítulo E – I, ponto 90, do presente Relatório inclui uma descrição dos aspetos fundamentais dos acordos e contratos entre partes relacionadas.

III. FISCALIZAÇÃO

A. COMPOSIÇÃO

30. MODELO ADOTADO PARA O CONSELHO DE SUPERVISÃO

O modelo de governo adotado pela EDPR, sendo compatível com a sua própria lei e a legislação espanhola, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

31. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A composição da Comissão de Auditoria e Controlo está refletida no ponto 29. O mandato e as datas da primeira nomeação dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo são as seguintes:

Membro	Cargo	Data da primeira eleição
Jorge Santos	Presidente	03/05/2011
João Manuel de Mello Franco	Vocal	04/06/2008
João Lopes Raimundo	Vocal	11/04/2011

32. INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A informação relativa à independência dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se disponível no gráfico apresentado no ponto 18 do presente Relatório. Conforme mencionado no primeiro parágrafo do ponto 18, a

independência dos membros do Conselho de Administração e das suas Comissões é avaliada de acordo com a personalidade jurídica da Empresa e a legislação espanhola.

33. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E CURRICULARES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

As qualificações profissionais de cada um dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo e outras informações curriculares importantes encontram-se disponíveis no Anexo do presente relatório.

B. FUNCIONAMENTO

34. REGULAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

O Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se publicamente disponível no site da Empresa, em www.edprenovaveis.com, e na sede da Empresa, em Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, em Espanha.

35 NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Em 2016, a Comissão de Auditoria e Controlo realizou dezasseis (16) reuniões, sete (7) das quais formais e nove (9) informais.

De 4 a 6 de abril de 2016, o CFO da EDPR Miguel Dias Amaro e o vogal da Comissão de Auditoria e Controlo João de Mello Franco, visitaram a EDPR NA em Houston onde reuniram com o CEO da EDPR NA Gabriel Alonso e o CFO da EDPR NA Bernardo Goarmon e as equipas locais para analisar a atividade da Empresa durante os anos de 2015 e 2016 e as perspetivas da evolução do mercado energético durante os próximos anos.

A Comissão de Auditoria e Controlo também participou nas reuniões organizadas pelo Conselho Geral e de Supervisão da EDP e participou em setembro na Reunião Anual de Comissões de Auditoria e Controlo do Grupo EDP.

A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões da Comissão de Auditoria e Controlo dos membros: Em 2016, nenhum dos membros delegou o seu direito de voto em outro membro.

Membro	Cargo	Assiduidade
Jorge Santos	Presidente	100%
João Manuel de Mello Franco	Vogal	100%
João Lopes Raimundo	Vogal	83,33%

36. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Os membros da Comissão de Auditoria e Controlo estiveram totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não apresentando quaisquer restrições para a execução desta função, em simultâneo com as posições ocupadas em outras empresas. As posições ocupadas em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros desta Comissão no decurso do exercício encontram-se mencionadas no Anexo deste Relatório.

C. COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO

Na EDP Renováveis, existe uma política de pré-aprovação pela Comissão de Auditoria e Controlo de quaisquer serviços não associados à auditoria que sejam entregues ao Auditor Externo, em conformidade com a recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades português. Esta política foi rigorosamente cumprida em 2016.

Os serviços para além dos serviços de auditoria, prestados pelo Auditor Externo e por entidades participadas ou incorporadas na mesma rede de alianças do Auditor Externo, foram previamente aprovados pela Comissão de Auditoria e Controlo, em conformidade com o Artigo 8.2, b) do seu Regulamento e mediante análise de cada serviço específico, em que foram considerados os seguintes aspetos: (i) impacto inexistente na independência do Auditor Externo e não utilização de qualquer salvaguarda, e (ii) posição do Auditor Externo na prestação de tais serviços, nomeadamente a experiência do Auditor Externo e o seu conhecimento da Empresa.

Além disso, embora a contratação de serviços diversos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo seja admissível, esta é sempre considerada uma exceção. Em 2016, esses serviços chegaram apenas a cerca de 2,9% do valor total dos serviços prestados à Empresa.

38. OUTRAS FUNÇÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Para além das competências expressamente delegadas à Comissão de Auditoria e Controlo conforme o Artigo 8º do seu Regulamento, e a fim de salvaguardar a independência do Auditor Externo, merecem destaque as seguintes atribuições da Comissão de Auditoria e Controlo exercidas durante o exercício de 2016:

- Nomeação e contratação do Auditor Externo e responsabilidade pela definição da sua remuneração, bem como pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar ao Auditor Externo e sua supervisão direta e exclusiva;
- Avaliação das qualificações, independência e desempenho do Auditor Externo e obtenção anual direta por parte do Auditor Externo, de informação escrita sobre todas as relações existentes entre a Empresa e os Auditores ou associados, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso; de facto, a Comissão de Auditoria, para avaliar a independência, obteve informação do Auditor Externo sobre a respetiva independência à luz do RD 1/2011 de 1 de Julho 2011;
- Revisão do relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu site. O presente Relatório cobre as matérias abrangidas pelo RD 1/2011 de 1 de Julho de 2011, incluindo o sistema de controlo de qualidade interno da empresa de auditoria e os procedimentos de controlo de qualidade realizados por autoridades competentes;
- Definição da política de contratação da Empresa para o caso de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os Auditores Externos;
- Análise com os Auditores Externos do âmbito, planeamento e recursos a serem utilizados nos seus serviços;
- Responsabilidade pela resolução de quaisquer diferendos entre a Comissão Executiva e os Auditores Externos relativos à informação financeira;
- Contratos firmados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados que foram analisados pela Comissão de Auditoria e Controlo. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos que exigem parecer prévio da Comissão.

Neste contexto, importa destacar que a independência do Auditor Externo foi salvaguardada pela execução da política da Empresa sobre pré-aprovação dos serviços a serem contratados a Auditores Externos (ou qualquer entidade participada ou incorporada na mesma rede dos Auditores Externos), o que resulta da aplicação das regras emitidas pela União Europeia nesta matéria. De acordo com esta política, a Comissão de Auditoria e Controlo procede à pré-aprovação global da proposta de prestação de serviços apresentada pelos Auditores Externos e à pré-aprovação específica de outros serviços que venham a ser prestados pelos Auditores Externos, em especial, serviços de consultoria fiscal e outros serviços de "auditoria e relacionados com auditoria".

IV-V. REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E EXTERNOS

39-41.

De acordo com a lei espanhola, o Auditor Externo ("auditor de cuentas") é nomeado pela Assembleia Geral de Acionistas e corresponde à figura do Revisor Oficial de Contas descrita na Lei Portuguesa. Consequentemente, a informação relativa aos pontos 39 a 41 encontra-se disponível no capítulo V do presente Relatório, pontos 42 a 47.

42. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

O Auditor Externo é, desde 2007, a KPMG Auditores S.L., uma empresa espanhola, cujo sócio responsável pela auditoria das contas da EDPR é, atualmente e desde janeiro de 2014, Estibaliz Bilbao. A KPMG Auditores S.L. está registada no registo oficial de auditores espanhol com o número S0702 e possui o número de identificação fiscal B-78510153.

43. NÚMERO DE ANOS DO AUDITOR EXTERNO NAS FUNÇÕES

A KPMG Auditores S.L., responsável pela auditoria das contas da EDPR, tem exercido estas funções nos últimos nove anos consecutivos a partir da data em que a EDPR passou a ser uma entidade de interesse público.

44. POLÍTICA DE ROTAÇÃO

De acordo com a Recomendação IV.3 do Código de Governo das Sociedades de 2013 da CMVM, as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos, sendo a duração máxima de nove anos. Por outro lado, de acordo com a lei pessoal da EDPR - a lei espanhola -, alterada em outubro de 2015, a duração máxima para uma empresa de auditoria é de 10 anos, a partir da data em que a empresa é declarada como uma "Empresa de Interesse Público".

No caso da EDPR, esta data é 2008, ou seja, a data em que foi lançada a oferta pública inicial (IPO). Em 31 de dezembro de 2016, a KPMG Auditores S.L. atingiu o seu nono (9º) ano consecutivo como Auditor Externo da EDPR a partir da data em que esta é Entidade de Interesse Público.

A Sociedade está em conformidade com a Recomendação IV.3 do Código de Governo das Sociedades português e a sua lei pessoal.

45. AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável pela avaliação do Auditor Externo de acordo com as competências que lhe estão cometidas pelo seu Regulamento. A avaliação por parte da Comissão de Auditoria e Controlo é efetuada uma vez por ano. A Comissão de Auditoria e Controlo atua como representante da empresa para os assuntos relevantes com o auditor externo e permanece em constante contacto ao longo do ano para assegurar as condições, incluindo de independência, adequadas aos serviços a serem prestados, bem como recebendo e mantendo informação relativa a quaisquer outras questões relacionadas com as contas. Em 2016, de acordo com as competências da Comissão de Auditoria e Controlo e com a Recomendação II.2.2, esta Comissão foi a entidade primeira e direta e o órgão corporativo responsável pelo contato permanente com o Auditor Externo sobre assuntos que podem representar um risco para a sua independência e quaisquer outros assuntos relacionados com a auditoria das contas. É também esta Comissão que recebe e guarda informações sobre quaisquer outras questões previstas na legislação relativas a auditorias e a normas de auditoria em vigor, a qualquer momento. O Auditor Externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.

46. SERVIÇOS DISTINTOS DOS DE AUDITORIA REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO

De acordo com as normas descritas no ponto 29 do presente Relatório, existe na EDPR uma política de pré-aprovação, por parte da Comissão de Auditoria e Controlo, para a seleção de serviços distintos dos de auditoria, em conformidade com o Artigo 8.2, b) do Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo.

Em 2016 os serviços não relacionados com auditoria prestados pelo Auditor Externo às Unidades de Negócio da EDPR consistiram sobretudo na realização de relatórios de procedimentos de acordo com o estabelecido nos respetivos contratos.

A KPMG foi contratada para realizar os serviços acima mencionados tendo em conta o seu conhecimento aprofundado das atividades do Grupo e matérias relacionadas com fiscalidade. A contratação destes serviços não colocou em risco a independência do Auditor Externo e foi aprovada previamente pela Comissão de Auditoria e Controlo.

47. REMUNERAÇÃO ANUAL DO AUDITOR EXTERNO EM 2016

Tipo de Serviços (€)	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos	Outros países	Total	%
Auditoria e revisão de contas	221.347	584.070	125.635	1.023.002	809.546	2.763.700	90,4%
Outros serviços de auditoria	4.000	199.430	-	6.776	10.240	200.057	6,6%
Sub-total serviços de auditoria	225.347	783.500	125.635	1.029.778	773.886	2.938.146	97,0%
Serviços de consultoria fiscal	-	-	-	-	-	-	0,0%
Outros serviços adicionais	10.900	41.418	-	-	35.291	87.609	2,9%
Sub-total de outros serviços	10.900	41.418	-	-	35.291	87.609	2,9%
Total	236.247	804.529	125.635	1.029.778	855.178	3.051.366	100%

C. Organização Interna

I. ESTATUTOS

48. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

A alteração dos Estatutos é da responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas, que tem o poder de decidir sobre essa questão. De acordo com o Artigo 17º dos Estatutos ("Constituição da Assembleia Geral, Aprovação de Resoluções"), para que qualquer alteração necessária aos Estatutos seja validamente aprovada, a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária tem de cumprir os seguintes requisitos:

- Que, em primeira convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representem pelo menos cinquenta por cento (50%) do capital de voto subscrito.
- Que, em segunda convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representem pelo menos vinte cinco por cento (25%) do capital de voto subscrito.

Caso os acionistas presentes representem mais de cinquenta por cento (50%) do capital de voto subscrito, as resoluções referidas no presente parágrafo só serão adotadas de forma válida quando seja atingida a maioria absoluta. Caso os acionistas presentes representem entre vinte cinco por cento (25%) e até cinquenta por cento (50%), as resoluções referidas só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado em Assembleia Geral de Acionistas.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

WHISTLEBLOWING

A EDPR realizou sempre a sua atividade implementando, de forma consistente, medidas que assegurem o bom governo das suas empresas, incluindo a prevenção de práticas incorretas, particularmente nas áreas de contabilidade e finanças.

A EDPR coloca à disposição dos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite comunicar direta e confidencialmente, à Comissão de Auditoria e Controlo, qualquer prática presumivelmente ilícita ou qualquer alegada irregularidade contabilística e/ou financeira na sua empresa, em conformidade com as disposições do Regulamento nº 4/2013.

Com este canal para comunicação de práticas financeiras e contabilísticas irregulares, a EDPR tem como objetivo:

- Garantir condições que permitam aos trabalhadores comunicar livremente quaisquer dúvidas que possam ter nestas áreas, à Comissão de Auditoria e Controlo.
- Facilitar a deteção precoce de situações irregulares que, se praticadas, podem causar sérios danos ao Grupo EDPR, seus colaboradores, clientes e acionistas.

O contacto com a Comissão de Auditoria e Controlo da Empresa só é possível por correio eletrónico e correio postal, e o acesso à informação recebida é restrito.

Qualquer denúncia dirigida à Comissão de Auditoria e Controlo será mantida estritamente confidencial e a origem da denúncia permanecerá anónima, desde que tal informação não comprometa a sua investigação. A Empresa assegura ao

colaborador que este não sofrerá qualquer ação de retaliação ou disciplinar em virtude do exercício do seu direito a denunciar irregularidades, fornecer informações ou ajudar numa investigação.

O Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2016, não houve qualquer comunicação sobre irregularidades na EDPR.

CANAL ÉTICA E CÓDIGO DE ÉTICA

A EDPR rege-se por um Código de Ética publicado na intranet e no seu sítio na Internet, que inclui princípios como transparência, honestidade, integridade, não-discriminação, igualdade de oportunidades e sustentabilidade.

O Código de Ética foi amplamente divulgado entre os colaboradores do Grupo, através de mecanismos de comunicação interna, entrega individual, entrega a novos colaboradores e publicação na intranet. Em fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou uma versão atualizada do Código de Ética.

Há um forte compromisso da Empresa em relação à divulgação e promoção de comportamentos em conformidade com o Código de Ética, estando diversas ações disponíveis para todos os colaboradores, como formação, questionários e discussões abertas das conclusões. Nesta medida, no período de março a de dezembro de 2016, a EDP ofereceu um curso online de formação em ética ("Ética EDP") disponível a todos os trabalhadores da plataforma Europa/Brasil e América do Norte. Este curso atingiu uma participação significativa de cerca de 900 trabalhadores da EDPR.

Há também um Canal de Ética e um Regulamento de Ética para articular as reivindicações específicas sobre o Código de Ética e resolver dúvidas sobre todos os assuntos relacionados com o Código de Ética.

Quaisquer participações sobre possíveis violações do Código de Ética são enviadas ao Provedor de Ética, que realiza uma primeira análise, encaminhando o seu parecer para o Comité de Ética da EDPR, que procede à receção, registo, processo e elaboração de um relatório para o Conselho de Administração.

Em 2016, foi realizada uma (1) comunicação ao Provedor de Ética através do Canal de Ética, a qual será proposta durante o próximo Comité da Ética que seja rejeitada por não ser considerada como uma questão relacionada com o Código de Ética. Esta questão foi apresentada à área responsável para ser analisada e para serem tomadas as devidas medidas.

O Código de Ética está disponível no nosso *site* www.edprenovaveis.com

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

A fim de assegurar o cumprimento das normas do Regulamento Anticorrupção em todos os locais onde a EDPR mantém operações, a Empresa concebeu uma Política de Anticorrupção aplicável a todo o Grupo EDPR, que foi aprovada pelo Conselho de Administração a 19 de dezembro de 2014. Esta Política de Anticorrupção envolve uma série de novos procedimentos relativos às relações dos colaboradores da EDPR com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios. Em 2015, esta Política foi implementada através da introdução de alguns sistemas de aprovação nos canais corporativos dos colaboradores, a fim de assegurar a transparência e evitar quaisquer práticas comerciais corruptas, e comunicada a todos os colaboradores da EDPR. Após a conclusão dessa implementação, foram organizadas sessões de formação para uma parte dos nossos colaboradores, e disponibilizadas na intranet, para assegurar o conhecimento e compreensão adequados da Política.

A Política de Anticorrupção está disponível no nosso *site* www.edprenovaveis.com

III. CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS

50. AUDITORIA INTERNA

O Departamento de Auditoria Interna da EDPR é composto por sete (7) membros. A função do Departamento de Auditoria Interna da EDPR é o de desenvolver uma avaliação independente das atividades do Grupo e da sua situação de controlo interno, por forma a elaborar recomendações de melhoria dos mecanismos de controlo interno sobre os sistemas e processos de gestão de acordo com os objetivos do Grupo.

Adicionalmente, a EDPR possui um Modelo de Responsabilidades e um Manual de SCIRF (Sistema de Controlo Interno sobre Relato Financeiro), no qual são indicados os indivíduos, órgãos de gestão e comissões responsáveis pela implementação e gestão do sistema de controlo interno.

O Modelo de Responsabilidades inclui as funções e principais atividades na gestão e manutenção do sistema a todos os níveis da organização, incluindo atividades de monitorização relacionadas com o ciclo anual, a implementação de controlos e a documentação de provas e atividades de supervisão.

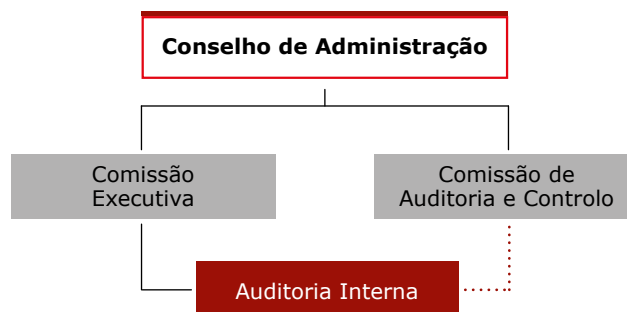
O Manual de SCIRF inclui os princípios gerais do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro, bem como a metodologia utilizada, os procedimentos para assegurar a eficácia do controlo interno e desenho de modelos, documentação, avaliação e reporte.

Em linha com os princípios gerais do modelo adotado pela EDPR para a gestão do SCIRF, a ferramenta integrada para controlo interno COSO de 2013 (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a responsabilidade de supervisão do Sistema de Controlo Interno cabe ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria e Controlo. O CEO é responsável, perante o Conselho de Administração e deverá assegurar o correto funcionamento e eficácia do SCIRF, promovendo o seu desenho, implementação e manutenção. A Comissão Executiva deve apoiar o CEO nesta tarefa, orientando o desenvolvimento de níveis de controlo da entidade e o controlo na sua área de responsabilidade, apoiando-se, quando necessário, em outros níveis da organização. Simultaneamente, a gestão de topo é responsável pela avaliação de quaisquer deficiências e pela implementação de oportunidades de melhoria adequadas.

Para cumprir estas responsabilidades, a área de Auditoria Interna da EDPR proporciona apoio e aconselhamento à gestão e desenvolvimento do SCIRF.

51. AUDITORIA INTERNA

A função de Auditoria Interna no Grupo EDPR é uma função corporativa desenvolvida pelo Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Presidente da Comissão Executiva e ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo.



52. GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos empresariais da EDPR (*Enterprise Risk Management*) é um modelo de gestão transversal e integrado que assegura a minimização dos efeitos do risco no capital e resultados da EDPR, bem como a implementação das melhores práticas de governação corporativa e transparência. Este processo alinha a exposição ao risco da EDPR com o perfil de risco desejado da Empresa.

O processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, órgão de fiscalização independente composto por administradores não-executivos.

Os riscos de mercado, de contraparte, operacionais, de negócio e estratégicos são identificados e avaliados e, em função da avaliação, são definidas e implementadas Políticas de Risco em toda a empresa. Estas políticas têm como objetivo mitigar riscos sem comprometer potenciais oportunidades, otimizando a rentabilidade face ao risco de exposição.

Em 2016, a EDPR procedeu à definição do enquadramento de risco empresarial e de gestão do grupo e reavaliou o risco operacional da sociedade, executando uma análise de abordagem ascendente em todos os departamentos, de acordo com a Política de Risco Operacional da EDPR.

53. MAPA DE RISCO

A Gestão de Risco na EDPR está focada em cobrir todos os riscos da empresa. De modo a ter uma visão holística dos riscos, estes estão agrupados em Categorias de Risco, os quais são Mercado, Contraparte, Operacionais, Negócio e Estratégico. A definição das Categorias de Risco na EDPR é a seguinte:

1. Risco de mercado – Refere-se ao risco para a EDPR resultante de oscilações nos preços de mercado. Devido à relação entre produção de energia elétrica e preço da eletricidade, o risco de produção é considerado risco de mercado. Em particular, considera-se risco de mercado alterações nos preços da eletricidade, risco de produção, alterações nas taxas de juros, taxas cambiais e outros preços de *commodities*.

2. Risco de contraparte (crédito e operacional) - Risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros. Se as operações com a contraparte tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento causaria uma perda económica direta. Mesmo no caso de cumprimento, a contraparte pode não cumprir as suas obrigações contratuais (prazo, qualidade, etc.), o que implica custos adicionais devido à sua substituição ou atrasos na execução do contrato.

3. Risco operativo (que não da contraparte) - Define-se como o risco de perda resultante de inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de acontecimentos externos (que não da contraparte), tais como um aumento nas taxas de quebra de funcionamento de equipamento, aumento de níveis de operação e manutenção ou desastres naturais.

4. Risco de negócio - Perda potencial nos resultados financeiros da Empresa devido a alterações no volume de negócios ou margens. Essas perdas podem resultar sobretudo de aumentos no preço de equipamento ou de alterações no ambiente regulatório. As alterações nos preços da eletricidade e na produção são consideradas um risco de mercado.

5. Risco estratégico - Refere-se a riscos resultantes da situação macroeconómica, política, social, ou ambiental nos locais onde a EDPR está presente, bem como os resultantes de uma alteração no panorama concorrencial, ruturas tecnológicas, de alterações nos mercados energéticos ou de decisões de governo (critérios de decisão de investimento ou questões associadas à reputação ou governo corporativo).

Em cada Categoria de Risco, os riscos estão classificados em Grupos de Risco.

1. Risco de Mercado

1. i) Risco de preço da eletricidade

A EDPR enfrenta um risco limitado no que diz respeito aos preços da eletricidade, já que a sua estratégia assenta na presença em países ou regiões com boa visibilidade sobre as receitas a longo prazo. Na maioria dos países em que a Empresa tem operações, os preços são fixados no quadro de mecanismos de regulação específicos. Nos países sem tarifas regulamentadas, são negociados acordos de compra e venda de energia com diferentes compradores para eliminar riscos de variações no preço da eletricidade, de Certificados Verdes ou Créditos de Energias Renováveis (REC).

Apesar da estratégia da EDPR para eliminar o risco de variações no preço de mercado, a EDPR possui ainda alguns centros electroprodutores com exposição comercial.

Na Europa, a EDPR opera em países onde o preço de venda é definido por um regime regulado de tarifas (Portugal, França e Itália) ou em mercados onde, para além do preço da eletricidade vendida, a EDPR recebe também um prémio de produção predefinido pelas autoridades de regulação ou um certificado verde, cujo preço é fixado no mercado regulado (Espanha, Bélgica, Polónia e Roménia). A EDPR está também a desenvolver atividades de investimento no Reino Unido, onde o atual sistema de incentivos é baseado em certificados verdes, mas irá mudar para tarifa *feed-in*.

Em países com uma bonificação regulada predefinida ou com um esquema de certificados verdes, a EDPR está exposta à flutuação dos preços da energia elétrica. Considerando os contratos de aquisição de energia (PPA) atualmente em vigor, a EDPR está exposta ao risco de variação do preço da energia elétrica na Roménia, na Polónia e, parcialmente, em Espanha. Adicionalmente, nestes países europeus com um esquema de certificados verdes (Roménia e Polónia), a EDPR está exposta a flutuações no preço dos certificados verdes.

O mercado americano não proporciona um sistema regulamentado para o preço da eletricidade. No entanto, a geração de energias renováveis é incentivada através de créditos fiscais de produção (PTC) e de programas estatais denominados *Renewable Portfolio Standards* (RPS) que permitem receber créditos de energia renovável (REC) por cada MWh de geração de energia renovável. Os preços REC são muito voláteis e dependem do equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado.

A maior parte da capacidade da EDPR nos EUA possui preços predefinidos, determinados por contratos conjuntos (eletricidade + REC) de longo prazo com as *utilities* locais, em conformidade com a política da Empresa para evitar o risco de volatilidade no preço da eletricidade. Apesar de possuir contratos de longo prazo, alguns centros electroprodutores da EDPR nos EUA não têm PPA e enfrentam riscos a nível do preço de eletricidade e REC. Adicionalmente, alguns centros electroprodutores com PPA não vendem a sua energia onde esta é produzida e, portanto, estão expostos ao risco de base (diferença de preço entre o local onde a energia é produzida e onde é vendida).

Em Ontário (no Canadá), o preço de venda é definido por uma tarifa *feed-in* de longo prazo, pelo que não há exposição ao risco de variação nos preços de eletricidade.

Nas operações no Brasil, o preço de venda é fixado em leilão público, traduzindo-se depois em contratos de longo prazo. A exposição aos preços do mercado de energia elétrica é quase nula, com alguma exposição apenas quando a produção é superior ou inferior à produção contratada.

De acordo com a abordagem global da EDPR para minimizar a exposição aos preços do mercado de eletricidade, a Empresa avalia permanentemente a existência de desvios aos limites predefinidos (medidos através do EBITDA em risco, rendimentos líquidos em risco e exposição total aos preços de mercado).

A EDPR pretende eliminar o risco dos certificados verdes e dos preços REC através da assinatura de pacotes de PPA com compradores privados, que incluem a venda da eletricidade e o Certificado Verde ou REC. Em alguns casos, o comprador pode estar interessado em contratar apenas o certificado verde ou o REC, pelo que é assinado um Contrato de Compra de Certificado Verde (*Green Certificate Purchase Agreement* - GCPA) ou um Contrato de Compra de REC (*REC Purchase Agreement* - RECPA). Em 2016, a EDPR assinou novos CAE de longo prazo em dólares para 540 MW.

Nessas regiões onde ainda existe exposição aos preços de mercado, a EDPR utiliza diversos instrumentos financeiros de cobertura de risco para minimizar a exposição à flutuação dos preços da eletricidade. Em alguns casos, devido à falta

de liquidez de derivados financeiros, pode não ser possível efetuar a cobertura com sucesso de toda a exposição aos preços de mercado após considerar todos os CAEs existentes.

Em 2016, a EDPR cobriu financeiramente praticamente toda a exposição aos preços de mercado na Polónia, Roménia, Espanha e Estados Unidos. Estas coberturas de risco protegeram os resultados da EDPR de baixos preços de eletricidade, nomeadamente em Espanha durante o primeiro semestre do ano e nos Estados Unidos.

Como mencionado, alguns centros electroprodutores nos E.U.A. têm exposição ao risco dos preços dos REC e/ou risco de base (diferença no preço da eletricidade entre diferentes locais). A EDPR efetua a cobertura financeira de REC através de contratos *forward* (*swaps*) e de base através de direitos financeiros de transmissão.

1. ii) Risco de produção de energia

O montante de eletricidade produzida pelas centrais electroprodutoras renováveis da EDPR depende de condições climáticas, que poderão variar consoante a localização, de estação para estação e de ano para ano. A variação no montante de eletricidade que é produzida afeta os resultados e a eficiência da EDPR.

Não só a localização da produção eólica ou solar é relevante, mas também o é o perfil da produção. O vento geralmente sopra mais à noite do que de dia, quando os preços da energia são mais baixos, e vice-versa em relação ao solar. O perfil de produção afetará o desconto ou prémio do preço de uma central eólica ou solar em relação a um centro electroprodutor de "carga de base".

Finalmente, a interrupção de operação (*curtailment*) poderá afetar a produção dos centros electroprodutores. O *curtailment* ocorre quando a produção de uma central é suspensa pelo ORT (Operador da Rede de Transporte) por razões alheias à Empresa. Exemplos de casos de *curtailment* são os melhoramentos nas linhas de transporte ou congestão excecional (altos níveis de produção de eletricidade para a capacidade de transporte disponível).

A EDPR mitiga a volatilidade do recurso eólico e solar através da diversificação geográfica da sua base de ativos em países e regiões diferentes.

A EDPR reconhece a correlação entre diferentes centros electroprodutores na sua carteira permitindo esta diversificação geográfica e podendo assim a EDPR compensar parcialmente as variações de produção em cada região e manter o total da eletricidade gerada relativamente estável. No presente momento, a EDPR está presente em 12 países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido (sem produção), Itália, Estados Unidos, Canadá, Brasil e México.

A EDPR analisou ainda a utilização potencial de produtos financeiros para cobrir o risco de vento e poderá utilizar no futuro tal produto para mitigar o risco em casos específicos.

O risco de perfil e risco de *curtailment* são geridos ex-ante. Para cada novo investimento, a EDPR calcula o efeito que o perfil de produção e o efeito do *curtailment* terão na produção da central. O perfil de produção e o risco de *curtailment* dos centros electroprodutores da EDPR são observados constantemente pelo departamento de risco da EDPR para detetar futuras alterações.

1. iii) Riscos relacionados com o mercado financeiro

A EDPR financia os seus centros electroprodutores através de *project finance* ou dívida corporativa. Em ambos os casos, uma taxa de juro variável implicaria flutuações significativas no pagamento de juros.

Por outro lado, devido à presença da EDPR em vários países, as receitas são denominadas em moedas diferentes. Consequentemente, as flutuações nas taxas de câmbio podem ter um efeito adverso significativo nos resultados financeiros ou no valor do investimento externo.

1. iii) a) Risco de taxas de juros

Dadas as políticas adotadas pelo Grupo EDPR, a exposição atual à taxa de juros variável não é significativa e os fluxos de caixa financeiros são substancialmente independentes da flutuação das taxas de juros.

O objetivo das políticas de gestão de risco de taxa de juro é reduzir a exposição do fluxo de caixa da dívida de longo prazo às flutuações do mercado, principalmente com a contratação de dívidas de longo prazo com uma taxa fixa.

- Quando a dívida de longo prazo é emitida com taxas flutuantes, a EDPR contrata instrumentos financeiros derivados, *swaps* de taxa variável para taxa fixa.
- A EDPR dispõe de uma carteira de derivados de taxas de juro com maturidades até 13 anos. São realizadas periodicamente análises de sensibilidade ao justo valor dos instrumentos financeiros com flutuações nas taxas de juro.

Uma vez que a maior parte das taxas de juro são fixas, a principal exposição às taxas de juro surge aquando do refinanciamento. Para a proteger contra este risco, a EDPR pretende ter um perfil de reembolso equilibrado para a sua dívida ao nível da Empresa emitida com juros fixos, assim diversificando o risco de mau *timing* quando ocorre uma transação de refinanciamento.

O calendário de reapreciação da dívida é continuamente monitorizado em conjunto com as taxas de juros, a fim de detetar a melhor ocasião para efetuar o refinanciamento da dívida.

Tendo em conta a política de gestão de risco e os limites de exposição aprovados, a Área Global de Risco apoia a equipa financeira em decisões de cobertura de taxa de juro e a equipa financeira apresenta a estratégia financeira apropriada para cada projeto/localização para a aprovação da Comissão Executiva.

1. iii) b) Risco cambial

A EDPR opera a nível internacional e está exposta ao risco cambial resultante dos investimentos nas suas subsidiárias no estrangeiro. A exposição cambial no que diz respeito a centros electroprodutores em funcionamento refere-se às seguintes moedas: dólar americano, leu romeno, zloty polonês, real brasileiro, libra esterlina e dólar canadiano.

A EDPR protege o risco de flutuações cambiais através do financiamento na mesma moeda das receitas do projeto. Quando não há possibilidade de financiamento local, a EDPR protege os *cashflows* da dívida através de *swaps* de taxas de juro entre moedas.

A EDPR protege também o montante líquido do seu investimento (investimento líquido de dívida assumida localmente) em moeda estrangeira através de *swaps* cruzados de divisas e taxas de juro (*cross currency interest rate swaps*).

Finalmente, a EDPR também contrata *forwards* cambiais para cobrir o risco em operações específicas, principalmente nos pagamentos aos fornecedores que podem ser denominados em moedas diferentes.

Os esforços de cobertura de risco da EDPR minimizam a volatilidade das taxas de câmbio mas não eliminam totalmente o risco devido aos elevados custos associados ao *hedging* cambial em determinadas situações.

1. iii) c) Risco de inflação

Em alguns projetos, a remuneração regulamentada está associada à inflação. Adicionalmente, os custos de O&M são considerados como estando ligados à inflação na maior parte dos casos.

A exposição à inflação das receitas pode ser protegida com a exposição às taxas de juro. A EDPR analisa regularmente a exposição à inflação e a sua relação com as taxas de juro, para ajustar o nível da cobertura nas estruturas de "*project finance*".

Exposição à inflação em custos de O&M é gerida no momento das decisões de investimento, através da realização de análises de sensibilidade.

1. iii) d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a EDPR não cumprir as suas obrigações financeiras. O risco de liquidez está principalmente associado às grandes oscilações de mercado nos preços da eletricidade, taxas de juro ou cambiais, que poderá alterar a geração esperada de fluxos de caixa.

A EDPR monitoriza o risco de liquidez de curto prazo (exigências em termos de margens, etc) e de longo prazo (fontes de financiamento), para atingir os objetivos estratégicos previamente definidos (EBITDA, rácio da dívida e outros).

A estratégia da EDPR para a gestão do risco de liquidez consiste em garantir que a sua liquidez é suficiente para o cumprimento atempado das suas obrigações, tanto em condições normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis e sem correr o risco de prejudicar a reputação da Empresa.

São utilizadas diferentes fontes de financiamento como investidores em capital próprio, organizações multilaterais, *project finance*, rotação da dívida e de ativos, para garantir a liquidez de longo prazo dos projetos de financiamento e de fundo de maneio planeados.

1. iv) Risco de preço de *commodities* (que não eletricidade)

Nos projetos em que existe um número de anos significativo entre a decisão de investimento e o início da construção, a EDPR pode estar exposta ao preço dos materiais utilizados no fabrico de turbinas eólicas, fundações e interligações através da fórmula de revisão de preços incluída nos contratos com fornecedores.

Para gerir este risco, a EDPR pode proteger alguma da exposição nos mercados OTC/futuros de *commodities*, considerando os riscos e custo de cobertura.

2. Risco de contraparte

O risco de crédito de contraparte é o risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros. Pode ocorrer uma perda económica direta se a operação tiver um valor positivo no momento do incumprimento (risco de crédito de contraparte) ou custos de substituição devido à mudança de contraparte (risco operacional de contraparte).

2. i) Risco de crédito de contraparte

Se as operações ou carteira de operações com a contraparte tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento causaria uma perda económica.

Para controlar o risco de crédito da EDPR, são estabelecidos limites de perda esperada e perda inesperada conforme definidos nos standards de Basileia, que são reavaliados mensalmente. Se esses limites forem ultrapassados por qualquer contraparte ou pela empresa como um todo, são implementadas medidas de atenuação a fim de permanecer dentro do limite preestabelecido.

Adicionalmente, os limites de perda esperada são estabelecidos para cada contraparte individual ou grupos de sociedades (sociedade-mãe e subsidiárias).

2. ii) Risco operacional de contraparte

Se as operações ou carteira de operações com a contraparte não tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento teria impacto nas operações. Apesar de não existir perda direta no momento do incumprimento, a substituição da contraparte pode implicar custos para a EDPR devido a possíveis atrasos, maior valor de um contrato com uma nova contraparte (custos de substituição), etc.

Os fornecedores na área de construção e O&M são contrapartes a que a EDPR está exposta do ponto de vista operacional.

Para minimizar a probabilidade de incorrer em custos derivados da potencial substituição de contrapartes, a política da EDPR sobre risco operacional de contraparte é gerida por uma análise da capacidade técnica, competitividade, qualidade de crédito e custo de substituição da contraparte.

3. Risco operacional

3. i) Risco de desenvolvimento

Os centros electroprodutores renováveis estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estadual, regional e local no que diz respeito ao seu desenvolvimento, construção, licenciamento, ligação à rede elétrica e operação de centrais de geração elétrica. A regulamentação aplicável incide nomeadamente sobre a aquisição, arrendamento e utilização de terras; as licenças de construção, transporte e distribuição; as licenças ambientais e paisagísticas; e o congestionamento das redes de distribuição e transmissão de energia.

Apesar do nível de exigência variar em função dos países, a EDPR reconhece uma tendência de alinhamento legislativo de concentração de normas mais restritivas e riscos de desenvolvimento a nível de autorização (ambiental e urbana) e interconexão (ligação elétrica do centro electroprodutor à rede nacional).

Neste contexto, a experiência da EDPR em diferentes países revela-se útil para antecipar e lidar com situações semelhantes em outros países.

Durante a fase de desenvolvimento e desenho, a EDPR concentra-se na otimização dos seus projetos. Ao dominar as variáveis, tais como a escolha de locais, projeto, etc., o objetivo é o de tornar os projetos mais resistentes aos riscos associados ao licenciamento.

Adicionalmente, a EDPR reduz os riscos de desenvolvimento com recurso a opcionalidade, pelo facto de conduzir as suas atividades em 12 países diferentes (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá, Brasil e México), com uma carteira de projetos em várias fases de maturidade. A EDPR tem uma grande carteira de projetos que proporcionam um "amortecedor" para superar possíveis atrasos no desenvolvimento de projetos prioritários, garantindo os objetivos de crescimento e conseguindo compensar atrasos no licenciamento em algumas regiões.

3. ii) Risco de execução

Durante a construção das fundações, interconexão e subestação de um centro electroprodutor, e a instalação do equipamento, diferentes ocorrências (mau tempo, acidentes, etc.) podem implicar custos adicionais ou atrasos na data de operação comercial do centro electroprodutor:

- O atraso implica um adiamento dos fluxos de caixa, afetando a rentabilidade do investimento.
- Quando um centro electroprodutor tem um CAE, um atraso na data de operação comercial pode implicar o pagamento de *liquidated damages* (penalidades), com a consequente perda de receitas e impacto nos resultados financeiros anuais.

Durante a fase de conceção, as equipas de engenharia da EDPR supervisionam os trabalhos de engenharia e o método de instalação. A construção é subcontratada a empresas de construção tecnicamente fiáveis.

Em ambos os casos, é realizada uma avaliação crítica para avaliar a fiabilidade dos planos de construção e instalação. Adicionalmente, poderá ser necessário solicitar garantias à contraparte, de acordo com a Política de Risco de Contraparte da EDPR.

3. iii) Risco operacional

Danos a ativos físicos

Os centros electroprodutores renováveis em construção e operação estão expostos a intempéries, desastres naturais, etc. Estes riscos dependem da localização.

Todos os centros electroprodutores estão seguros contra danos materiais durante as fases de construção e operação. Durante a operação, qualquer intempérie, desastre natural ou acidente será parcialmente seguro contra a perda de receitas.

Risco de desempenho de equipamentos (Custos de O&M)

A produção de centros electroprodutores renováveis depende da disponibilidade operacional do equipamento.

A EDPR mitiga esse risco dispondo de uma carteira de fornecedores o que minimiza risco de tecnologia, evitando exposição a um único fabricante.

A EDPR também contrata fornecedores através de contratos de manutenção a médio termo, ao abrigo dos quais é prestado todo o espectro de tais serviços de manutenção. Estes contratos são celebrados durante os primeiros anos de operação para assegurar o alinhamento com o fornecedor na minimização do risco tecnológico.

Finalmente, para centros electroprodutores mais antigos, a EDPR criou um programa de Operação e Manutenção (O&M) com um programa adequado de manutenção preventiva e calendarizada. A EDPR externaliza as atividades de O&M não fundamentais dos seus centros electroprodutores, enquanto as atividades primárias e de valor acrescentado continuam a ser controladas pela EDPR.

3. iv) Tecnologias da Informação

O risco de TI (Tecnologias de Informação) pode ocorrer na rede técnica (rede informática para operação de centros electroprodutores) ou rede de escritório (rede informática de serviços corporativos: *Enterprise Resource Planning*, contabilidade...).

A EDPR mitiga este risco, criando redundâncias de servidores e centros de controlo de centros electroprodutores renováveis. A redundância é criada num local diferente para antecipar potenciais desastres naturais, etc.

3. v) Processos judiciais (conformidade)

A EDPR enfrenta potenciais processos judiciais de terceiros e fraudes dos seus colaboradores.

A EDPR procura conformação estrita com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e tem zero tolerância à fraude. A EDPR revê periodicamente a sua conformidade com todos os regulamentos que afetam a sua atividade (ambiente, fiscalidade...).

3. vi) Colaboradores

A EDPR identifica dois fatores de risco principais no âmbito dos colaboradores: volume de negócios e saúde e segurança.

- Rotatividade: Custo de substituição de um colaborador. Um nível de rotatividade elevado implica custos de substituição diretos e indiretos decorrentes da perda de conhecimentos.
- Saúde e segurança: Há a probabilidade de uma pessoa ser afetada ou vítima de efeitos adversos para a sua saúde se estiver exposta a um perigo.

A EDPR mitiga a rotação de empregados através da reavaliação e referenciação constantes dos esquemas remuneratórios nas diferentes áreas geográficas. Adicionalmente, a EDPR oferece flexibilidade aos seus colaboradores para melhorar o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal. Em 2016, a EDPR foi considerada em Espanha e na Polónia como um "Great Place to Work".

O objetivo da EDPR é chegar aos zero acidentes laborais através da formação constante sobre questões de saúde e segurança e certificar as suas instalações de acordo com a norma OHSAS 18001.

3. vii) Processos

Os processos internos estão sujeitos a erros humanos potenciais que podem afetar negativamente os seus resultados.

O Departamento de Auditoria Interna revê regularmente os processos internos e recomenda o estabelecimento de novos controlos ou melhorias na implementação dos procedimentos existentes.

4. Risco de negócio

4. i) Risco regulatório (renováveis)

O desenvolvimento e rentabilidade dos projetos de produção de energias renováveis estão sujeitos a uma série de políticas e quadros de regulamentação diversos. As diferentes jurisdições em que se processam os negócios da EDPR apresentam vários tipos de incentivos de apoio à energia gerada a partir de fontes renováveis.

Os esquemas remuneratórios têm-se tornado menos competitivos em alguns países devido à crise financeira e não é possível garantir que o apoio atual será mantido em todas as regiões geográficas da EDPR ou que os futuros projetos de energias renováveis irão beneficiar das atuais medidas de apoio. A regulamentação que promove a energia verde foi revista, ou a sua revisão está em curso, em alguns dos países onde a EDPR está presente.

Nos EUA, a produção de energia renovável a partir de fonte eólica foi incentivado através de créditos fiscais de produção (*Production Tax Credits* - PTC) a nível federal, para todos os projetos que iniciem a sua construção até 2019. O nível de incentivos irá sendo atenuado progressivamente. Adicionalmente, há também um incentivo para a produção de energia eólica e solar através de programas estatais RPS que permitem receber créditos de energia renovável (*Renewable Energy Credit* - REC) por cada MWh de produção de energia renovável.

A EDPR gere a sua exposição aos riscos regulatórios, tanto através da diversificação, marcando presença em vários países, como pela sua participação como membro ativo em várias associações ligadas à energia eólica e solar.

O risco associado à regulamentação em cada um dos países onde a EDPR está presente é continuamente monitorizado, considerando tanto a regulamentação em vigor como os potenciais projetos de leis, o feedback das associações, a evolução da capacidade instalada para geração de energia renovável e outros aspetos relevantes. A EDPR desenvolveu internamente uma avaliação quantitativa de risco regulatório, que serve como indicador de mudanças nos regimes de apoio. Esta medida é atualizada anualmente em todas as áreas geográficas da EDPR.

O risco regulatório também é considerado ex-ante, no momento do investimento, através de análises de sensibilidade realizadas para avaliar o seu impacto na rentabilidade do projeto em diferentes cenários.

4. ii) Risco de mercado relativamente ao equipamento

Risco de Preço do Equipamento

O preço do equipamento é afetado não só pelas flutuações de mercado dos materiais utilizados, mas também pela procura do equipamento.

Para cada novo projeto, a EDPR protege-se face ao risco de procura que pode aumentar o preço das turbinas.

Risco do fornecimento do Equipamento

A procura de novos centros electroprodutores pode ser superior à oferta de equipamento pelos fabricantes. Atualmente, a exigência de componentes locais em algumas regiões (por ex., Brasil) pode originar esta situação de défice.

A EDPR enfrenta um risco limitado no que toca à falta de disponibilidade e a um eventual aumento dos preços do equipamento graças aos acordos-quadro estabelecidos com os seus principais fornecedores. A Empresa utiliza um conjunto diversificado de fornecedores, a fim de diversificar este risco de fornecimento de equipamento.

Em áreas geográficas com necessidades específicas de componentes locais, a EDPR não inicia um projeto sem antes assegurar o fornecimento de turbinas eólicas.

5. Risco de estratégia

5. i) Risco de país

O risco país é definido como a probabilidade de ocorrência de uma perda financeira num dado país devido a acontecimentos macroeconómicos, políticos ou desastres naturais. A EDPR definiu uma Política de Risco de país que avalia o risco de cada país através de uma classificação interna com base em dados disponíveis publicamente. Esta

classificação interna é comparada com avaliações externas de entidades de renome. Cada fator de risco que afeta o risco desse país é avaliado de forma independente para decidir sobre potenciais ações que minimizem o risco:

- Risco macroeconómico: Riscos originados pela evolução económica do país, afetando os resultados económicos ou a duração dos investimentos
- Risco político: Todas as possíveis ações ou fatores que representem perigo para o negócio da Empresa e que derivam de qualquer autoridade política, organismo governamental ou grupo social no país de acolhimento
- Risco de desastres naturais: Fenómenos naturais (sismicidade, condições meteorológicas) que podem ter um impacto negativo nos negócios.

Antes de aprovar um projeto numa nova localização geográfica, a EDPR analisa o risco do novo país e compara-o ao portfólio existente. Poderão ser tomadas medidas de redução dos riscos quando o risco está acima de um determinado limite.

5. ii) Panorama concorrencial

Na atividade das energias renováveis, a dimensão pode ser uma vantagem ou desvantagem em determinadas situações. Por exemplo, no desenvolvimento de centros electroprodutores renováveis, as pequenas empresas geralmente são mais competitivas do que as grandes empresas. Por outro lado, quando se participa em processos de concurso para parques eólicos offshore, a dimensão do investimento beneficia mais as grandes empresas.

Além disso, as consequências de uma alteração no panorama concorrencial devido às fusões e aquisições também pode ser um risco.

Para mitigar os riscos, a EDPR tem um conhecimento claro sobre as suas vantagens competitivas e tenta alavancá-las. Quando a EDPR não tem qualquer vantagem face aos seus concorrentes, considera alternativas para se tornar competitiva. Por exemplo, para parques eólicos *offshore*, a EDPR estabeleceu parcerias com grandes empresas com experiência prévia em grandes projetos de produção de eletricidade a fim de se tornar um consórcio mais competitivo.

5. iii) Perturbações tecnológicas

A maioria das energias renováveis são tecnologias recentes, que estão sempre a evoluir e a melhorar a eficiência. Como tal, algumas tecnologias que, no início, eram dispendiosas, tornaram-se competitivas em relativamente pouco tempo.

O crescimento da EDPR está concentrado nas energias renováveis mais competitivas, as quais são a eólica, *onshore* e *offshore* e a solar fotovoltaica, mas participa também em projetos inovadores, tais como no domínio da energia eólica offshore flutuante.

5. iv) Alterações meteorológicas

Estimativas futuras de produção eólica e solar são baseados numa análise de medições históricas por mais de 20 anos, e são consideradas representativas do futuro. As alterações meteorológicas inesperadas no futuro poderão no entanto levar a produção mais reduzida do que aquela que seria induzida de dados históricos.

Quando se encontra a avaliar um novo investimento, a EDPR considera potenciais alterações na produção estimada, não obstante, o tamanho do potencial desvio no caso de as alterações meteorológicas relevantes serem incertas.

5. v) Critério das decisões de investimento

Nem todos os projetos têm o mesmo perfil de risco. Este dependerá da exposição aos valores da remuneração, risco de construção, etc.

De modo a tomar decisões corretas, a EDPR utiliza métricas ajustadas ao risco (*Risk Adjusted Metrics*) para decisões de investimento, que têm em conta os diferentes riscos inerentes a cada projeto.

5. vi) Planeamento energético

Os pressupostos da evolução futura dos mercados de energia afetam a rentabilidade dos investimentos no período após a remuneração fixa (tarifas ou reguladas ou CAEs). A estrutura dos mercados de eletricidade na maior parte das geografias onde a EDPR está presente (onde a eletricidade é vendida num sistema de *marginal setting price*) não foram desenhadas para conceber uma grande parcela de produção de eletricidade de fontes renováveis com preço marginal zero. Assim, o aumento de produção de energias renováveis poderá levar a preços mais baixos na *pool price* no médio prazo se não forem levadas a cabo reformas nos mercados de eletricidade.

Na decisão de investimento, a EDPR executa análise de sensibilidade para cenários de stress nos preços da pool sem remuneração fixa para averiguar a robustez da rentabilidade do investimento, para um determinado período.

5. vii) Organização e governação societária

Os sistemas de governação corporativa deverão assegurar que uma empresa é gerida no interesse dos seus acionistas.

Em particular, a EDPR é uma organização focada especialmente na transparência, onde o órgão de administração (Conselho de Administração) se encontra segregada de deveres de supervisão e controlo (Comissão de Controlo e de Auditoria). Os membros da Comissão de Auditoria são convidados a participar na Comissão Geral de Risco da EDPR.

5. viii) Risco de reputação

As empresas estão expostas à opinião pública e, atualmente, as redes sociais são um meio rápido para expressar determinadas opiniões. Uma má reputação poderá eventualmente prejudicar os resultados financeiros de uma empresa, a curto e longo prazo.

A sustentabilidade faz parte da essência da EDPR. A EDPR não só está empenhada em construir um futuro melhor para as nossas crianças, como também em fazê-lo bem, de uma forma ética e sustentável, limitando assim o risco de reputação.

54. FUNÇÕES DE RISCO E FERRAMENTA DE ATUAÇÃO

Uma empresa gere o risco de duas maneiras diferentes: por um lado abordando um risco de cada vez e numa base compartimentada, ou por outro abordando todos os riscos de uma só vez, com base num enquadramento coordenado e estratégico. A última alternativa é chamada *Enterprise Risk Management* e é a abordagem utilizada pela EDPR a este respeito.

A gestão de risco na EDPR é apoiada por três funções organizacionais distintas, cada uma com um papel diferente: Estratégia (Identificação de Riscos), Gestão (Gestão de Risco) e Controlo (Controlador de Risco).

Funções de gestão do risco	Descrição
Estratégia - Estratégia geral e política de risco	<ul style="list-style-type: none"> O Departamento de Risco Global elabora propostas suportadas analiticamente para questões estratégicas gerais. Responsável por propor diretrizes e políticas para gestão do risco dentro da Empresa.
Gestão - Gestão do risco e decisões de negócio relacionadas com o risco	<ul style="list-style-type: none"> Implementar políticas definidas pelo Departamento de Risco Global Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pelas posições de tomada de riscos e mitigação de riscos relacionadas
Controlo - Controlo do Risco	<ul style="list-style-type: none"> Responsável pelo acompanhamento dos resultados de decisões de risco e do alinhamento das operações com a política geral aprovada pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Risco é o fórum onde as diferentes funções na área do risco discutem as políticas a implementar e controlam a exposição ao risco da empresa. A Comissão de Risco da EDPR integra e coordena todas as funções na área do risco e assegura a ligação entre a apetência corporativa pelo risco, a estratégia definida e as operações da empresa.

A EDPR estabeleceu três reuniões diferentes da Comissão de Risco para separar as discussões sobre a execução de estratégias de mitigação das discussões de definição de novas políticas:

- Comité de Risco Restrito: Realizado mensalmente, centra-se principalmente no risco de desenvolvimento e no risco de mercado de variações no preço da eletricidade (mercado, fundamentos, perfil, GC e RECs). É o fórum onde é discutida a evolução dos projetos em desenvolvimento e construção e a execução de estratégias de mitigação para reduzir a exposição aos preços de mercado. Controla também os limites das políticas de risco definidas relativamente ao risco de contraparte, risco operacional e risco geográfico.
- Comité de Risco Financeiro: Realizado trimestralmente, destina-se a rever os principais riscos financeiros e discutir a execução de estratégias de mitigação. O risco cambial, o risco de taxa de juro e o risco de crédito de contrapartes financeiras são os riscos mais importantes revistos por esta comissão.
- Comité de Risco: Realizado trimestralmente, é o fórum onde são discutidas as novas análises e onde são propostas as políticas recém-definidas a fim de serem apresentadas à Comissão Executiva para aprovação, sendo também revista a posição de risco global da EDPR. Adicionalmente, é revista toda a posição de risco da EDPR, em conjunto com EBITDA@Risk e Net Income@Risk.

55. PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA EMPRESA RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Com o objetivo não só de controlar os riscos, mas também de os gerir ex-ante, a EDPR criou políticas globais de risco, exequíveis a nível global. Essas políticas são propostas e discutidas no Comité de Risco e aprovadas pela Comissão Executiva.

Todos os meses é verificada a conformidade com as políticas globais de risco na Comissão de Risco restrita.

Durante 2016, a EDPR redefiniu o enquadramento de *Enterprise Risk Management* para a empresa, enquadrando todas as políticas de risco/procedimentos em cada Categoria de Risco:

- Risco de Mercado: política de cobertura de preço de energia, procedimento de participação FTR; procedimento de *Active Scheduling* nos Estados Unidos;
- Risco de Contraparte: Política de Risco de Contraparte;
- Risco Operacional: Política de Risco Operacional;
- Risco Estratégico: Política de Risco de País.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO SOBRE O RELATO FINANCEIRO

A EDPR dispõe de um Sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro (SCIRF), atualizado e monitorizado em conformidade com as normas internacionais de Controlo Interno.

Este sistema cobre os principais aspetos da ferramenta COSO: manutenção de um ambiente de controlo para a preparação de informação financeira qualificada, avaliação dos riscos de reporte financeiro, existência de atividades de controlo para mitigar os riscos de erro, informação e comunicação e mecanismos de avaliação.

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO ÂMBITO

O Manual SCIRF inclui a atualização anual do seu âmbito por forma a identificar as empresas, áreas e processos que devem ser incluídos no âmbito do SCIRF, de acordo com critérios de materialidade e risco, incluindo risco de erro ou fraude.

A análise de risco incluída no processo de definição do âmbito do SCIRF inclui diferentes tipos de risco (operacional, económico, financeiro, tecnológico ou jurídico) e objetivos de controlo de relato financeiro (existência e ocorrência,

integralidade, medição, apresentação, divulgação, comparabilidade e direitos e obrigações em termos de seu potencial impacto sobre as demonstrações financeiras).

Os resultados do âmbito atualizado com a metodologia descrita são comunicados em todos os níveis da organização envolvidos no SCIRF e supervisionados pela Comissão de Auditoria e Controlo.

ATIVIDADES DE CONTROLO

Em processos e controlos SCIRF documentados, são estabelecidos os mecanismos de captura de informação (incluindo a identificação do âmbito de consolidação) e são especificadas as etapas e as verificações realizadas para a preparação da informação financeira que fará parte das demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos para análise e aprovação da informação financeira são fornecidos pelas áreas de Planeamento e Controlo, e Administração, Consolidação e Fiscalidade. A informação financeira é acompanhada pela Comissão de Auditoria e Controlo, no âmbito das suas competências, antes da formulação das contas pelo Conselho de Administração.

O SCIRF inclui atividades de controlo relacionadas com estes processos, consubstanciadas no Controlo de Nível da Entidade, Controlo de Processos e Controlo Informático Geral. Estes processos incluem atividades de revisão e aprovação da informação financeira utilizada nos processos de elaboração de contas individuais, preparação de contas consolidadas, e processamento de demonstrações financeiras consolidadas.

A EDPR dispõe da descrição dos Perfis de Competência para os Cargos a serem realizados no exercício de cada posição, que inclui a descrição das principais responsabilidades. Estes Perfis incluem a descrição dos cargos-chave das pessoas envolvidas na preparação de informação financeira. Estas descrições incluem as responsabilidades na preparação de informação financeira e de conformidade com os procedimentos de controlo interno.

A documentação dos processos projetados e dos controlos associados incluem, entre outros, a realização de atividades de encerramento para completar listas de verificação de encerramento mensal por entidade, fixando prazos para o encerramento, a identificação da relevância das operações, para que possam ser analisadas no nível apropriado, a análise da informação financeira, a existência de limitações nos sistemas para evitar registos errados ou a intervenção de pessoas não autorizadas, a análise de desvios ao orçamento, a análise das Comissões de factos relevantes e significativos que poderiam causar um impacto significativo sobre as contas, ou a atribuição de responsabilidades para o cálculo dos montantes a serem provisionados, para que tal seja realizado por pessoal autorizado com as competências adequadas.

Para além dos processos mencionados, também estão documentados os principais processos de transação resultantes do âmbito. A descrição das atividades e controlos é efetuada com o objetivo de assegurar o registo, avaliação, apresentação adequada e divulgação de transações em relatórios financeiros.

As atividades de controlo do SCIRF da EDPR também incluem as que estão relacionadas com sistemas e tecnologias da informação (Controlo Geral de Computadores), seguindo uma referência internacional, a ferramenta COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*). Entende-se a importância desta área quando se sabe que os sistemas de informação são as ferramentas com as quais as informações financeiras são preparadas, sendo, portanto, relevantes para operações com eles realizadas.

Estas atividades de controlo incluem as atividades relacionadas com o controlo de acesso às aplicações e sistemas, separação de funções, gestão de manutenção corretiva e preventiva, novos projetos de implementação, administração e gestão dos sistemas, instalações e operações (back-ups, incidentes de segurança), seu acompanhamento adequado, e planeamento. Estas atividades são desenvolvidas tendo em conta os requisitos de controlo e supervisão.

Entre as atividades de atualização do âmbito do SCIRF, inclui-se uma análise periódica da existência de prestadores de serviços que executam atividades relevantes em relação aos processos de preparação de informação financeira.

SUPERVISÃO SCIRF

A Comissão de Auditoria e Controlo supervisiona o SCIRF no âmbito do exercício das suas atividades, através do acompanhamento e supervisão dos mecanismos desenvolvidos para a implementação, evolução e avaliação do SCIRF,

e os resultados da análise do âmbito e a extensão da situação em termos de cobertura. Neste contexto, o Departamento de Auditoria Interna assiste a Comissão de Auditoria e Controlo.

A EDPR tem um Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Presidente da Comissão Executiva. A Comissão de Auditoria e Controlo supervisiona o Departamento de Auditoria Interna, conforme estabelece a *Basic Internal Audit Act* ("Lei Básica de Auditoria Interna").

As principais funções do Departamento de Auditoria Interna são definidos na Lei Básica de Auditoria Interna, que inclui, entre outras, as atividades de avaliação de sistemas de controlo interno, incluindo o sistema de controlo interno sobre os relatórios financeiros.

Os planos de trabalho anuais do Departamento de Auditoria Interna obtêm o parecer da Comissão de Auditoria e Controlo. O Departamento de Auditoria Interna reporta à Comissão de Auditoria e Controlo o estado e a execução dos trabalhos de auditoria.

Entre essas atividades, a Auditoria Interna apoia a Comissão de Auditoria e Controlo no acompanhamento da implementação e manutenção do SCIRF e apresenta um relatório sobre os resultados da avaliação, as ações de melhoria identificadas, e a sua evolução.

A entidade dispõe de planos de ação para as ações de melhoria identificadas nos processos de avaliação do SCIRF, que são acompanhadas e supervisionadas pelo Departamento de Auditoria Interna, considerando o seu impacto sobre a informação financeira.

Também no ano de 2016, tal como em anos anteriores, foi efetuado um processo de auto certificação por parte dos responsáveis dos vários processos relativamente à atualização da documentação adequada sobre controlos do SCIRF e processos na sua área de responsabilidade e implementação de controlos com produção de documentação correspondente.

AVALIAÇÃO SCIRF

Para além das atividades de monitorização e avaliação descritas no parágrafo anterior, caso o auditor identifique insuficiências de controlo interno no âmbito do seu trabalho de auditoria financeira, devem comunicar essas circunstâncias à Comissão de Auditoria e Controlo, que monitoriza regularmente os resultados dos trabalhos de auditoria.

Adicionalmente, em 2016 o Grupo EDPR optou pela auditoria externa do SCIRF. Como resultado da sua avaliação, o auditor externo emitiu um relatório com um parecer favorável sobre o SCIRF do Grupo EDPR, de acordo com a ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements 3000*).

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A EDPR procura tornar acessível aos seus acionistas, investidores e stakeholders toda a informação relevante sobre a Empresa e o seu ambiente de negócio, de forma regular. A promoção de informação transparente, consistente, rigorosa, facilmente acessível e de alta qualidade, tem um papel fundamental para criar a perceção exata da estratégia da empresa, da sua situação financeira, contas de ativos, projeções futuras, riscos e eventos significativos.

Deste modo, a EDPR procura fornecer aos investidores informação precisa que os possa apoiar na tomada de decisões informadas, claras e completas relativamente aos investimentos a efetuar.

O Departamento de Relações com Investidores foi criado para assegurar o contacto direto e permanente com todos os agentes e stakeholders relacionados com o mercado e garantir o princípio de igualdade entre os acionistas nas comunicações dirigidas a estes e evitar assimetrias no acesso à informação.

O Departamento de Relações com Investidores da EDPR atua como intermediário entre a EDPR e os seus acionistas atuais e potenciais, os analistas financeiros que acompanham a sua atividade e todos os investidores e restantes membros da comunidade financeira. O principal objetivo do departamento é o de garantir o princípio de igualdade entre

os acionistas, evitando assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores e diminuindo o desvio entre a percepção do mercado e a estratégia e o valor intrínseco da Empresa. Este departamento é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação da EDPR, e pela manutenção de uma adequada relação institucional a nível da informação com os mercados financeiros, com a bolsa de valores na qual as ações da EDPR foram admitidas à negociação e com as entidades de regulação e supervisão (a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e a CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

A EDPR tem plena consciência da importância de disponibilizar informação transparente, detalhada e comunicada atempadamente ao mercado. Consequentemente, publica informação confidencial com possível impacto sobre preço, antes da abertura ou após o fecho da Bolsa de Valores de Lisboa, através do sistema de informação da CMVM e, simultaneamente, a mesma informação é disponibilizada na área de investidores do nosso site e através da lista de divulgação do Departamento de Relações com Investidores. Em 2016, a EDPR fez 30 comunicados de imprensa, incluindo as apresentações dos resultados trimestrais, semestrais e anuais e os folhetos elaborados pelo Departamento de Relações com Investidores. Além disso, o Departamento de Relações com Investidores elaborou também os ficheiros de dados relevantes e as apresentações intercalares, que estão disponíveis na secção de investidores do sítio da internet.

No momento do anúncio de novos resultados financeiros, a EDPR promove uma conferência telefónica e um *webcast*, em que a Administração da Empresa comunica ao mercado informação atualizada sobre as atividades da EDPR. Em cada um desses eventos, os acionistas, investidores e analistas têm a oportunidade de apresentar as suas questões diretamente e discutir os resultados da EDPR, bem como as perspetivas da Empresa.

O Departamento de Relações com Investidores é coordenado por Rui Antunes e está localizado na sede da Empresa em Madrid, Espanha. A estrutura do departamento e os seus contactos são os seguintes:

Contatos do Departamento de Relações com Investidores:

Rui Antunes, Diretor de Planeamento e Controlo, Relações com Investidores e Sustentabilidade

Calle Serrano Galvache, 56

Centro Empresarial Parque Norte

Edifício Olmo – 7º

28033 – Madrid – Espanha

Website: www.edprenovaveis.com/investors

E-mail: ir@edpr.com

Telefone: +34 902 830 700 / Fax: +34 914 238 428

Em 2016, a EDPR promoveu e participou em diversos eventos, nomeadamente roadshows, conferências, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conferências telefónicas. Ao longo do ano, a equipa de gestão da EDPR e a equipa de Relações com Investidores assistiram a 16 conferências com corretores, e realizaram 29 roadshows e reverse roadshows, conferências telefónicas e encontros, totalizando mais de 380 encontros com investidores institucionais, em 15 das maiores capitais financeiras, na Europa e EUA.

O Departamento de Relações com Investidores da EDPR esteve em contacto permanente com os agentes do mercado de capitais, nomeadamente, analistas financeiros que avaliam a Empresa. Em 2016, a Empresa teve conhecimento de que os analistas de investimento produziram mais de 150 relatórios de avaliação do negócio e do desempenho da EDPR.

No final de 2016, tanto quanto a EDPR tem conhecimento, 24 instituições elaboraram relatórios de investigação, acompanhando ativamente a atividade da empresa. A 31 de dezembro de 2016, o preço-alvo médio dos analistas era de 7,3 euros por ação, tendo a maioria dos analistas recomendado as ações da EDPR para compra: 14 Compra, 8 Neutral e 2 Venda.

Empresa	Analista	Preço-alvo	Data	Recomendação
Axia	Maria Almaça	8,30 EUR	24-Ago-16	<i>Buy</i>
Bank of America Merrill Lynch	Pinaki Das	8,00 EUR	03-Mai-16	<i>Buy</i>
BBVA	Daniel Ortea	7,25 EUR	15-Dez-16	<i>Outperform</i>
Berenberg	Lawson Steele	6,60 EUR	10-Fev-16	<i>Hold</i>
BPI	Gonzalo Sanchez-Bordoña	7,80 EUR	21-Nov-16	<i>Buy</i>
Bryan, Garnier & Co	Xavier Caroen	7,50 EUR	06-Abr-16	<i>Neutral</i>
Caixa BI	Helena Barbosa	7,70 EUR	26-Jul-16	<i>Buy</i>
Citigroup	Akhil Bhattar	6,50 EUR	12-Dez-16	<i>Neutral</i>
Deutsche Bank	Virginia Sanz de Madrid	7,60 EUR	14-Dez-16	<i>Buy</i>
Exane BNP	Manuel Palomo	6,20 EUR	03-Nov-16	<i>Underperform</i>
Fidentis	Daniel Rodríguez	5,78 EUR	18-Dez-14	<i>Hold</i>
Goldman Sachs	Manuel Losa	6,80 EUR	30-Nov-16	<i>Neutral</i>
Grupo CIMD	António Seladas	6,30 EUR	26-Jul-16	<i>Reduce</i>
Haitong	Jorge Guimarães	8,20 EUR	27-Jul-16	<i>Buy</i>
HSBC	Pablo Cuadrado	7,70 EUR	27-Mai-16	<i>Buy</i>
JP Morgan	Javier Garrido	6,70 EUR	20-Dez-16	<i>Overweight</i>
Kepler Cheuvreux	Jose Porta	8,30 EUR	27-Jul-16	<i>Buy</i>
Macquarie	Jose Ruiz	5,90 EUR	14-Dez-16	<i>Neutral</i>
Morgan Stanley	Carolina Does	8,00 EUR	4-Nov-16	<i>Overweight</i>
Natixis	Philippe Ourpatian	6,90 EUR	27-Jul-16	<i>Neutral</i>
Sabadell	Felipe Echevarría	8,20 EUR	10-Out-16	<i>Buy</i>
Santander	Bosco Mugiro	7,80 EUR	26-Mai-16	<i>Buy</i>
Société Générale	Jorge Alonso	7,00 EUR	4-Nov-16	<i>Hold</i>
UBS	Hugo Liebaert	9,00 EUR	18-Out-16	<i>Buy</i>

57. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

O representante da EDPR para as relações com o mercado é Rui Antunes, Diretor de Planeamento e Controlo, Relações com Investidores e Sustentabilidade.

58. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Em 2016, a EDPR esteve presente em diversos eventos com analistas e investidores, como o Dia do Investidor do Grupo EDP, roadshows, apresentações, reuniões e conferências telefónicas, para comunicar o plano de negócios da EDPR, a sua estratégia e o seu desempenho operacional e financeiro.

Durante o ano, o Departamento de Relações com Investidores recebeu mais de 550 pedidos de informação e interagiu 380 vezes com investidores institucionais. Em média, os pedidos de informação foram respondidos em menos de 24 horas, com pedidos complexos a serem respondidos no prazo de uma semana. A 31 de dezembro de 2016, não havia qualquer pedido de informação pendente.

V. SÍTIO DE INTERNET – INFORMAÇÃO ONLINE

59-65.

A EDPR considera que a informação online é uma ferramenta da maior importância na disseminação de informação, pelo que atualiza o seu site na internet com todos os documentos relevantes. Além das informações exigidas pelos regulamentos da CMVM e da CNMV, a página da EDPR também disponibiliza atualizações financeiras e operacionais sobre as atividades da EDPR, garantindo a todos um acesso fácil à informação.

Site da EDPR: www.edprenovaveis.com

Informação:	Ligação:
Informação sobre a Empresa	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/companys-name www.edprenovaveis.com/our-company/who-we-are
Estatutos corporativos e regulamentos de órgãos/comissões	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance
Membros dos órgãos sociais	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/directors
Representante das relações com o mercado, Direção de Relações com Investidores	www.edprenovaveis.com/investors/contact-ir-team
Meios de acesso	www.edprenovaveis.com/our-company/contacts/contact-us
Demonstrações financeiras	www.edprenovaveis.com/investors/reports-and-results
Agenda de eventos corporativos	www.edprenovaveis.com/investors/calendar
Informação sobre a Assembleia Geral de Acionistas	www.edprenovaveis.com/investors/shareholders-meeting-2

D. Remunerações

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente no seio do Conselho de Administração, com carácter informativo e consultivo. As suas recomendações e relatórios não são vinculativos.

Como tal, a Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações dos membros do Conselho, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável por propor ao Conselho de Administração a determinação da remuneração dos membros da Gestão Executiva da Empresa; a Declaração sobre a Política de Remunerações; a avaliação e cumprimentos dos KPI (*Key Performance Indicators*); a remuneração anual e plurianual variável, se aplicável, e também propõe a remuneração dos Administradores Não Executivos e dos membros das Comissões do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das referidas propostas, exceto a Declaração sobre a Política de Remunerações.

A Declaração sobre a Política de Remunerações é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas como uma proposta independente. De acordo com os Estatutos, a remuneração dos Administradores está sujeita a um valor máximo, que só pode ser modificado por acordo dos acionistas.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A composição da Comissão de Nomeações e Remunerações é referida no ponto 29 do presente Relatório.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não contratou quaisquer serviços de consultoria externos em 2016.

68. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

O Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações possui conhecimentos e experiência em Política de Remunerações como membro da Comissão de Remunerações de uma empresa portuguesa cotada em bolsa, conforme mencionado na sua nota biográfica, disponível no Anexo ao presente Relatório, juntamente com as biografias de todos os outros membros da Comissão de Nomeações e Remunerações.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Nos termos do artigo 26º n.º 1 dos Estatutos, os Administradores terão direito a uma remuneração que consiste em: (i) quantidade fixa que será determinada anualmente pela Assembleia Geral para o conjunto do Conselho e (ii) ajudas de custo pela assistência a reuniões do Conselho.

O referido artigo estabelece ainda que os Administradores podem ser remunerados através da entrega de ações da Sociedade, direitos de opção sobre ações, ou mediante sistemas retributivos referenciados ao valor das ações. A aplicação de tais sistemas de retribuição requererá em todo o caso uma resolução da Assembleia Geral de Acionistas conforme aos termos e condições exigidas pelas disposições legais vigentes.

O valor total das remunerações pagas aos Administradores, nas condições previstas nos parágrafos anteriores, não poderá exceder o montante determinado para o efeito pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração máxima anual do conjunto do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral é de 2.500.000 euros por ano.

Nos termos do Artigo 26º, n.º 4 dos Estatutos Sociais, Os direitos e deveres que advenham do Conselho de Administração serão compatíveis com quaisquer direitos e obrigações, fixas ou variáveis, que possam corresponder aos Administradores por aquelas outras relações laborais ou profissionais que, em seu caso, desempenhem na Sociedade. As retribuições variáveis que derivem dos correspondentes contratos ou de qualquer outro tipo, incluída a sua presença num órgão de administração, receberão um montante cujo limite máximo anual se fixará na Assembleia Geral de Acionistas.

A remuneração anual máxima aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas para a remuneração variável dos Administradores executivos é de 1.000.000 euros por ano.

A EDPR, em linha com as práticas de governo corporativo do Grupo EDP, assinou um Acordo de Serviços de Administração Executiva com a EDP, nos termos do qual a Empresa suporta o custo de tais serviços para alguns membros do Conselho de Administração, na medida em que os seus serviços são dedicados à EDPR.

Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas enquanto Administradores ou pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo. Os membros que pertencem a duas comissões diferentes não acumulam duas remunerações. Nestes casos, a remuneração a receber é a que corresponde ao valor mais elevado.

A EDPR não atribuiu qualquer remuneração em ações ou planos de opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração.

Nenhum Administrador estabeleceu qualquer contrato com a empresa ou terceiros para o efeito de reduzir o risco inerente à variabilidade da remuneração estabelecida pela empresa.

Não há também na EDPR quaisquer compensações pela exoneração ou saída do cargo de nenhum Administrador.

A política de remuneração dos Administradores da Empresa é submetida anualmente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

70. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A política de remunerações aplicável para 2014-2016, conforme proposta pela Comissão de Nomeações e Remunerações, e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas a 8 de abril de 2014 (política de remuneração), define uma estrutura com uma remuneração fixa para todos os membros do Conselho de Administração e uma remuneração variável, com uma componente anual e uma componente plurianual, para os membros da Comissão Executiva.

A Política de Remunerações, incluindo pequenas alterações aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, a 14 de abril de 2016, manteve-se inalterada em 2016. No ponto seguinte, encontra-se uma nota sobre os KPI (*Key Performance Indicators*) mencionados na Política de Remuneração para as componentes variáveis anuais e plurianuais.

71. COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO

A componente variável anual e plurianual da remuneração aplica-se aos membros da Comissão Executiva.

A remuneração variável anual poderá variar entre 0% e 68% da remuneração fixa anual e a remuneração variável Plurianual entre de 0% a 120% da remuneração fixa anual.

Para os membros da Comissão Executiva, que também são Administradores, haverá uma avaliação qualitativa por parte do CEO sobre o desempenho anual. Essa avaliação terá um peso de 20% no cálculo final da remuneração variável anual e 32% na remuneração variável plurianual. Os restantes 80% serão calculados com base nos pesos indicados no parágrafo seguinte para a remuneração variável anual e 68% para a variável plurianual.

Os principais indicadores de desempenho (KPI) utilizados para determinar o valor da componente variável anual e plurianual relativa a cada ano estão alinhados com os fundamentos estratégicos da Empresa: crescimento, controlo do risco e eficiência. Estes indicadores são os mesmos para todos os membros da Comissão Executiva, embora tenham objetivos específicos para as plataformas no caso dos COOs (Diretores de Operações). Para o ano de 2016, e para alinhar os indicadores com os objetivos da Empresa foram aplicadas algumas alterações menores a alguns "KPIs". Os indicadores são os seguintes:

Grupo-Alvo	Indicadores de Desempenho	CEO/CFO/Administradores Não-Executivos			COOs*		
		Peso 2016	Grupo	Plataforma	Peso 2016	Grupo	Plataforma
Crescimento	Incremento de MW (EBITDA+ENEOP)	10%	30%	70%	10%	30%	70%
Estratégia de Auto-financiamento	Rotação de Ativos + Tax Equity	10%	100%	0%	7,5%	100%	0%
Risco-Retorno	RCI Cash %	8%	50%	50%	8%	50%	50%
	RTA vs. Pares Eólicos & PSI 20	15%	100%	0%	15%	100%	0%
	EBITDA (em €)	15%	50%	50%	12%	50%	50%
	Resultado Líquido (excl. Minoritários)	12,5%	100%	0%	12%	100%	0%
Eficiência	Disponibilidade Técnica	6%	40%	60%	6%	40%	60%
	Custos Operac./EBITDA	0%	0%	0%	6%	0%	100%
	MW Médios (em € mil)	6%	50%	50%	6%	50%	50%
Indicadores Adicionais	Investimento /MW (em € mil)	6%	50%	50%	6%	50%	50%
	Sustentabilidade	7,5%	100%	0%	7,5%	100%	0%
	Satisfação dos Colaboradores	5%	100%	0%	5%	100%	0%
	Apreciação da Comissão de Remunerações	5%	100%	0%	5%	100%	0%
		100,0%			100,0%		

* Para os COOs relativamente a estes indicadores o anual e multi-anual são ambos calculados utilizando a concretização do Grupo, que tem um peso de 100%.

De acordo com a Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a remuneração variável máxima (anual e plurianual) só é aplicável se todos os indicadores-chave acima referidos forem cumpridos, e apenas se a avaliação de desempenho for igual ou superior a 110%.

72. REMUNERAÇÃO PLURIANUAL

A Política de Remuneração inclui o diferimento por um período de três anos da remuneração variável multi-anual, sendo o pagamento relevante condicionado à ausência de qualquer ação dolosa, conhecida após a avaliação e que coloque em risco o desempenho sustentável da empresa, em linha com as práticas de governo da CMVM.

73. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em ações e não mantém ações da Empresa a que os Administradores Executivos tiveram acesso.

74. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM OPÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em opções.

75. PRÉMIOS ANUAIS E BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Os principais fatores e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais encontram-se descritos nos pontos 71 e 72. Adicionalmente, os *Officers*, à exceção do CEO, recebem os seguintes benefícios não monetários: automóvel da empresa e seguro de saúde. Em 2016, os benefícios não monetários corresponderam a 117.159 euros.

Os membros Não Executivos do Conselho de Administração não recebem quaisquer benefícios não-monetários relevantes a título de remuneração.

76. PLANO DE POUPANÇA REFORMA

O plano de poupança reforma para os membros da Comissão Executiva, que também são Administradores, atua como um complemento de reforma que varia entre 3% a 6% do seu salário anual. A percentagem é definida de acordo com o plano de poupança reforma aplicável no seu país de origem. O plano de poupança reforma foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas a 14 de abril de 2016 (a Política de Remuneração incluía o Plano de Reforma).

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração paga pela EDPR aos membros do Conselho de Administração no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 foi a seguinte:

Remuneração	Fixa (€)	Anual (€)	Multi-anual (€)	Total (€)
Administradores Executivos				
João Manso Neto*	0	0	0	0
João Paulo Costeira**	61.804,00	0	0	61.804,00
Miguel Amaro**	61.804,00	0	0	61.804,00
Gabriel Alonso**	0	0	0	0
Administradores Não-Executivos				
António Mexia*	0	0	0	0
Nuno Alves*	0	0	0	0
João Lopes Raimundo	60.000,00	0	0	60.000,00
António Nogueira Leite	55.000,00	0	0	55.000,00
João Manuel de Mello Franco	60.000,00	0	0	60.000,00
Jorge Henriques dos Santos	80.000,00	0	0	80.000,00
Gilles August	45.000,00	0	0	45.000,00
Manuel Menéndez Menéndez	45.000,00	0	0	45.000,00
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	55.000,00	0	0	55.000,00
José A. Ferreira Machado	60.000,00	0	0	60.000,00
Francisca Guedes de Oliveira	55.000,00	0	0	55.000,00
Allan J.Katz	45.000,00	0	0	45.000,00
Francisco Seixas da Costa***	39.263,89	0	0	39.264,89
Total	722.871,89	0	0	722.871,89

*António Mexia, João Manso Neto e Nuno Alves não receberam nenhuma remuneração da EDPR. A EDPR e a EDP assinaram um Acordo de Serviços de Administração Executiva pelo qual a EDPR paga à EDP um fee pelos serviços prestados por estes Administradores.

**Gabriel Alonso e João Paulo Costeira, como Dirigentes e membros da Comissão Executiva, recebem a sua remuneração como Administradores tal e como se descreve na tabela anterior e como colaboradores do Grupo EDPR, como descrito na tabela seguinte.

***No caso de Francisco Seixas da Costa, os valores correspondem ao período de 2016 desde sua nomeação.

Segundo o Acordo de Serviços de Administração Executiva assinado com a EDP, a EDPR deve pagar à EDP, os serviços prestados pelos Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos. O montante devido ao abrigo do referido Acordo de serviços de administração prestados pela EDP em 2016 é de 1.332.017,60 euros, dos quais 1.087.017 euros correspondem aos serviços de gestão prestados pelos Administradores Executivos e 60.000 euros pelos serviços prestados pelos Administradores Não Executivos. O Plano de Poupança Reforma dos membros da Comissão Executiva, excluindo os *Officers*, funciona como complemento efetivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respetivo vencimento anual.

Os Administradores Não Executivos podem optar por uma remuneração fixa ou pelo pagamento pela presença nas reuniões, num valor equivalente à remuneração fixa proposta para os Administradores, tendo em conta as respetivas funções.

78. REMUNERAÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO

O total de remunerações dos *Officers*, ex-CEO, foi o seguinte:

Remuneração	Fixa	Variável Anual	Variável Multi-annual	Total
João Paulo Costeira	€ 228.196	€ 95.000	-	€ 323.196
Miguel Amaro	€ 228.196	€ 90.000	-	€ 318.196
Gabriel Alonso	US\$ 366.544,62	US\$ 116.550	-	US\$ 483.094,62

Todos os montantes são em euros, exceto os de Gabriel Alonso, que são em dólares.

79. REMUNERAÇÃO PAGA SOB FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS

Na EDPR, não há pagamento de remunerações sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios, pelo que não há justificação dos referidos prémios ou participação nos lucros.

80. INDEMNIZAÇÕES A ADMINISTRADORES CESSANTES

Na EDPR não há lugar ao pagamento de indemnizações devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. REMUNERAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Membro	Cargo	Remuneração (€)*
Jorge Santos	Presidente	80.000
João Manuel de Mello Franco	Vogal	60.000
João Lopes Raimundo	Vogal	60.000

* Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa, calculada com base nas funções desempenhadas enquanto Administradores ou pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e/ou na Comissão de Auditoria e Controlo.

82. REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Em 2016, a remuneração do Presidente da Assembleia Geral de Acionistas da EDPR foi de 15.000 euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83-84.

A EDPR não possui acordos com implicações a nível da remuneração.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

85-88.

A EDPR não possui quaisquer planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

E. Operações entre Partes Relacionadas

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. MECANISMOS DE CONTROLO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A fim de supervisionar as transações entre as empresas do Grupo e os seus acionistas qualificados, o Conselho de Administração constituiu a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, um órgão permanente, com funções delegadas. As atribuições da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são descritas no ponto 29 do Relatório. A Comissão de Auditoria e Controlo também supervisiona as operações com acionistas qualificados quando solicitado pelo Conselho de Administração da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas segundo o Artigo 8.2, i) do seu Regulamento. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas ser membro da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

90. TRANSAÇÕES SUJEITAS A CONTROLO EM 2016

Em 2016, a EDPR não assinou qualquer contrato com os membros dos seus órgãos sociais ou com detentores de participações qualificadas, excluindo a EDP, conforme mencionado abaixo.

Os contratos assinados entre a EDPR e partes relacionadas foram analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas de acordo com as suas competências, como mencionado no ponto anterior, e concluídos de acordo com as condições de mercado.

O valor total dos fornecimentos e serviços em 2016 incorrido ou cobrado pelo Grupo EDP foi de 18,64 milhões de euros, o que corresponde a 6,1% do valor total de Fornecimentos e Serviços do ano (304,74 milhões de euros).

Os contratos mais significativos em vigor em 2016 são os seguintes:

ACORDO-QUADRO

A 7 de maio de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo-Quadro que entrou em vigor aquando da admissão à negociação desta última. O Acordo-Quadro visava definir os princípios e as regras a que deviam obedecer as relações comerciais e jurídicas existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que viessem a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que nem a EDP nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDPR e as suas subsidiárias, poderão desenvolver atividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDPR. A EDPR terá exclusividade mundial, à exceção do Brasil, onde deverá desenvolver as suas atividades através de uma *joint venture* com a EDP Energias do Brasil S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou atividades relacionadas com energia eólica, solar, das ondas e/ou das marés e outras tecnologias de geração de energias renováveis que podem vir a ser desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias, em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a coprodução e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

O acordo prevê também que a EDPR está obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento das suas obrigações legais, bem como a obrigação de a EDPR preparar as contas consolidadas do Grupo EDP. O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP mantiver, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus Administradores.

ACORDO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

A 4 de novembro de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo de Serviços de Administração Executiva, renovado a 4 de maio de 2011 e que entrou em vigor a 18 de março de 2011, tendo sido renovado a 10 de maio de 2012.

Através deste contrato, a EDP proporciona serviços de gestão à EDP Renováveis, incluindo os assuntos relacionados com a gestão diária da Empresa. No âmbito deste Acordo, a EDP nomeia quatro elementos da EDP para integrarem a administração da EDPR: i) dois Administradores Executivos, que são membros da Comissão Executiva da EDPR, incluindo o CEO, e ii) dois Administradores Não Executivos, pelos quais a EDPR paga à EDP um montante definido pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral de Acionistas. No âmbito deste Acordo, a EDPR deve pagar o montante de 1.132.017,60 euros relativo aos serviços de administração prestados em 2016.

ACORDOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Os acordos de financiamento mais significativos entre as empresas do Grupo EDP e as empresas do Grupo EDPR foram estabelecidos ao abrigo do referido Acordo-Quadro, e atualmente incluem o seguinte:

ACORDOS DE EMPRÉSTIMO

A EDPR e a EDPR Servicios Financieros SA (como mutuário) possui acordos de financiamento com a EDP Finance BV e EDP Servicios Financieros España (como credor), empresa detida a 100% pela EDP Energias de Portugal S.A. Tais acordos de financiamento podem ser estabelecidos tanto em euros como em dólares, até uma maturidade a 10 anos e são remunerados a taxas normais de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2016, os acordos de empréstimo ascendiam 1.472.783.052 dólares norte-americanos e a 1.209.000.000 euros.

CONTRATO DE CONTA-CORRENTE

A EDP Servicios Financieros España SLU ("EDPR SFE") e a EDPR Servicios Financieros SA ("EDPR SF") celebraram um acordo através do qual a EDP Servicios Financieros España administra as contas de caixa da EDPR. O contrato regula ainda uma conta-corrente entre ambas as empresas, remunerada com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2016, existiam duas conta-correntes diferentes com o seguinte balanço e contrapartes:

- Em dólares americanos, a EDPR SF com a EDP SFE para um montante total de EUR 205.910.661 a favor da EDPR SF;
- Em euros, a EDPR SF com a EDP SFE para um montante total de EUR 10.867.725 a favor da EDPR SF.

Os acordos em vigor são válidos por um ano a partir da data de assinatura, sendo automaticamente renováveis por períodos iguais.

CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Foi celebrado um contrato de contragarantia através do qual a EDP ou a EDP Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha (adiante conjuntamente designadas por "Garante" ou "EDP Sucursal") se obriga a prestar garantias acionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDPR, da EDP Renewables Europe, SLU (doravante abreviadamente designada "EDPR EU") e da EDP Renewables North America LLC (doravante designada "EDPR NA"), nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP.

A EDPR é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR NA. As subsidiárias da EDPR obrigam-se a indemnizar o Garante por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). Contudo, podem ter sido estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos. À data de 31 de dezembro de 2016, os acordos de contraparte ascendiam a 14.001.170 euros e 165.060.000 dólares norte-americanos.

O Acordo de contragarantia assinado, segundo o qual a EDP Energias do Brasil, SA, ou a EDPR em nome da EDPR Brasil, se comprometiam a proporcionar garantias corporativas ou a pedir a emissão de tais garantias, segundo os termos e

condições solicitados pelas subsidiárias já não se encontra em vigor e as garantias prestadas ficarão em vigor até à sua data de termo. À data de 31 de dezembro de 2016, estes contratos de contragarantia ascendiam a um total de BRL 342.225.047.

SWAPS CRUZADOS DE DIVISAS E TAXAS DE JURO

Devido ao investimento líquido na EDPR NA, EDPR Canada, EDPR Brasil e nas empresas polacas, as contas da EDPR estiveram expostas ao risco cambial. Com o objetivo de cobrir este risco cambial, a EDPR negociou um swap cruzado de divisas e taxas de juro (CIRS). À data de 31 de dezembro de 2016, os montantes totais do CIRS por geografia e moeda são os seguintes:

- Em dólares americanos e euros, com a EDP Sucursal por um montante total de USD 2.619.281.096;
- Em dólares canadianos e euros, com a EDP Energias de Portugal, S.A. em montante de CAD 27.550.000,00 (NDF);
- Em reais e euros, com a EDP Energias de Portugal S.A. por um montante total de BRL 118.000.000 (NDF);
- Em zlotis polacos e euros, com a EDP Energias de Portugal S.A. por um montante total de PLN 835.212.469.

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – TAXA DE CÂMBIO

Várias entidades do Grupo EDPR celebraram diversos contratos de cobertura de risco com a EDP – Energias de Portugal, S.A. diversos acordos para cobertura de risco, com o objetivo de gerir a exposição às transações relacionadas com os pagamentos dos investimentos de curto prazo realizados nas subsidiárias na Polónia, fixando a taxa de câmbio PLN/EUR e EUR/PLN de acordo com os preços no mercado de futuros à data de cada contrato. À data de 31 de dezembro de 2016, a quantidade total de derivados "Forward" (FWD) e "Non Deliverable Forwards" (NDF) por área geográfica e divisa é a seguinte:

- Operações na Polónia, em euros zlotys, no montante total de PLN 206.379.992 (FWD);
- Operações na Polónia, em zlotis polacos e euros, no montante total de EUR 454.443 (FWD).

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – COMMODITIES

A EDP e a EDP EU estabeleceram acordos de cobertura para 2016 para um volume total de 3.663.080 MWh (posição de venda) e 131.280 MWh (posição de compra) a preços do mercado de forwards à data de execução relativa às vendas de energia previstas no mercado espanhol.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A 4 de junho de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria. Através deste contrato, e mediante solicitação da EDPR, a EDP (ou a EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulamentação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. No primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base num estudo de mercado, foi de 8%. Em 2016, o custo estimado dos serviços prestados foi de 5.486.410,27 euros. Este valor engloba a totalidade dos custos dos serviços fornecidos à EDPR, à EDPR EU e à EDPR NA.

O contrato tem a duração de um (1) ano, e é automaticamente renovável por iguais períodos de tempo.

ACORDO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A 13 de maio de 2008, a EDP Inovação S.A. (doravante designada EDP Inovação), uma empresa do Grupo EDP, e a EDPR celebraram um acordo com o objetivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projetos na área das energias renováveis (doravante designado Acordo de I&D).

O Acordo de I&D tem por objetivo evitar os conflitos de interesses e promover a troca de conhecimentos entre as empresas, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras empresas do Grupo EDP, exceto a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em empresas que desenvolvam determinados projetos de energias renováveis descritos no Acordo de I&D.

O Acordo de I&D confere à EDP Inovação o direito exclusivo sobre os projetos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDPR opte por desenvolvê-los.

Em 2016, a remuneração correspondente a este acordo é de 734.115,29 euros.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital de ambas as empresas ou enquanto puder nomear a maioria dos membros dos respetivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

ACORDO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL S.A. E A EDP VALOR - GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS S.A.

A 1 de Janeiro de 2003, a EDPR - Promoção e Operação S.A. e a EDP Valor - Gestão Integrada de Recursos S.A. (adiante designada EDP Valor), empresa do Grupo EDP, assinou um contrato de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objeto a prestação à EDPR - Promoção e Operação S.A., por parte da EDP Valor, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O montante a pagar à EDP Valor pela EDPR Promoção e Operação S.A. e suas subsidiárias pelos serviços prestados em 2016 ascendia a 935.530 euros. O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos a contar da data da sua assinatura a 1 de janeiro de 2008 e renovado tacitamente por períodos iguais de um (1). Cada parte poderá renunciar ao contrato com aviso prévio mínimo de um (1) ano.

ACORDO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL S.A. E A EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

A 1 de janeiro de 2010, a EDPR e a EDP assinaram um contrato de gestão de serviços de tecnologias de informação.

O contrato tem por objeto o fornecimento pela EDP à EDPR dos serviços de gestão de tecnologias de informação descritos no seu articulado e respetivos anexos.

O montante pago pelos serviços prestados em 2016 totalizou 670.244,98 euros.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) mês.

ACORDO DE CONSULTORIA ENTRE A EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. E A EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDP Renováveis Brasil S.A. (adiante designada EDPR Brasil) dos serviços de consultoria descritos no contrato e seus anexos pela EDP - Energias do Brasil S.A. (adiante designada EDP Brasil). Através deste acordo, e mediante solicitação pela EDPR Brasil, a EDP Brasil deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O montante pago pela EDP Brasil pelos serviços prestados em 2016 totalizou 134.746,00 reais.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

91. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO ÓRGÃO DE SUPERVISÃO PARA AVALIAÇÃO DAS OFERTAS DE NEGÓCIOS

Os contratos mais significativos celebrados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados são analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, de acordo com as suas competências, como mencionado no capítulo 89 do presente Relatório, e pela Comissão de Auditoria e Controlo quando solicitado.

De acordo com o Artigo 9º. nº 1 g) do Regulamento da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, a comissão analisa e supervisiona, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as operações entre acionistas titulares de participações qualificadas de outros titulares que não a EDP com entidades do Grupo EDPR, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos cujo parecer prévio da Comissão foi solicitado. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas ser o Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. INDICAÇÃO DO LOCAL ONDE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE RELAÇÕES DE NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS, ESTÃO DISPONÍVEIS, EM CONFORMIDADE COM IAS 24 OU, ALTERNATIVAMENTE, CÓPIA DESSES DADOS.

As informações sobre as relações de negócios com partes relacionadas estão disponíveis na Nota 37 das Demonstrações Financeiras.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. DETALHES SOBRE O CÓDIGO DE GOVERNO DA SOCIEDADE ADOTADO

De acordo com o Artigo 2º do Regulamento nº 4/2013 da CMVM, a EDPR informa que o presente Relatório foi elaborado de acordo com as Recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM, publicado em julho de 2013. O Código de Governo das Sociedades da CMVM e os seus regulamentos estão disponíveis no site da CMVM, em www.cmvm.pt

2 ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DA SOCIEDADE ADOTADO

Na tabela seguinte identificam-se as recomendações da CMVM previstas no código, especificando-se se as mesmas foram ou não adotadas integralmente pela EDPR, e o capítulo do presente Relatório onde as mesmas são descritas em maior detalhe.

Em 2016, a EDPR continuou o seu trabalho de consolidação relativamente aos princípios e práticas de governo da Empresa. O elevado nível de conformidade com as melhores práticas de boa governação por parte da EDPR foi, mais uma vez, reconhecido por uma iniciativa da Deloitte, empresa de serviços financeiros baseada no Reino Unido, que reconhece o melhor desempenho em termos de relações com investidores entre as empresas cotadas no mercado regulamentado da Euronext Lisbon: a gala anual dos prémios IRG. Os critérios de atribuição destes prémios incluem o conhecimento do negócio e da indústria, a implementação das melhores práticas, demonstração de capacidades de comunicação e visão estratégica e a contribuição para o desempenho geral do mercado.

Mais uma vez, EDPR foi premiada no Investor Relations & Governance Awards (IRG Awards) que teve lugar no dia 5 de Julho, em Lisboa, e reconhecida como tendo publicado o melhor relatório anual do sector não financeiro pela excelência na exatidão, transparência, exaustividade e clareza.

Adicionalmente, a fim de cumprir a Recomendação II.2.5 do Código de Governo das Sociedades português, e de acordo com os resultados da reflexão realizada pela Comissão de Auditoria e Controlo, o modelo de governo adotado tem garantido um desempenho eficaz em articulação com os órgãos sociais da EDPR e tem-se revelado adequado para a estrutura de governo da Sociedade, sem quaisquer restrições relativamente ao desempenho do seu sistema de “pesos e contrapesos” adotado para justificar as alterações efetuadas nas práticas de governo da EDPR.

Na tabela seguinte, pode ser encontrada a explicação para as recomendações da CMVM que a EDPR não adotou ou considera não aplicáveis, a sua justificação e outras observações relevantes, bem como referência ao capítulo do presente Relatório onde se encontram.

Neste contexto, a EDPR declara ter adotado integralmente as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes do “Código de Governo das Sociedades”, salvo no que diz respeito motivos às exceções abaixo enunciadas.

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
I.	VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE
I.1.	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.
	Adotada
	Capítulo B - I, b), pontos 12 e 13
I.2.	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.
	Adotada
	Capítulo B - I, b), Ponto 14

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
I.3.	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.
Adotada	
Capítulo B - I, b) Ponto 14	
I.4.	Os estatutos das Sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia-geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.
Não aplicável	
Capítulo A - I, Ponto 5	
I.5.	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.
Adotada	
Capítulo A - I, Pontos 2 e 4	
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO	
II.1.1.	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.
Adotada	
Capítulo B - II, Pontos 21, 28 e 29	
II.1.2.	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar as suas competências no que diz respeito a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade, ii) definir a estrutura de negócio do Grupo, e iii) tomar decisões consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco e características especiais.
Adotada	
Capítulo B - II, Ponto 29	
II.1.3.	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhe estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deve ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da Sociedade.
Não aplicável	
(O modelo de governo adotado pela EDPR, compatível com a sua própria lei, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.)	
II.1.4.	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem como das diversas comissões existentes;
Adotada	b) Refletir sobre a estrutura do sistema e as práticas de governo adotadas, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar com vista à sua melhoria.
Capítulo B - II, C), Pontos 27, 28 e 29	
II.1.5.	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.
Adotada	
Capítulo B - III, C), III - Pontos 52, 53, 54 e 55	
II.1.6.	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.
Adotada	
Capítulo B - II, Pontos 18 e 29	

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
II.1.7.	<p>Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. E quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade com que esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>Adotada e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>
Capítulo B - II, Ponto 18	
II.1.8.	<p>Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p> <p>Adotada</p>
Capítulo B - II, C) - Ponto 29	
II.1.9.	<p>O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as</p> <p>Adotada Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>
Capítulo B - II, C) - Ponto 29	
II.1.10.	<p>Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação do trabalho dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p> <p>Não aplicável</p> <p>(O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas)</p>
Capítulo B - II, A) - Ponto 18	
II.2	FISCALIZAÇÃO
II.2.1.	<p>Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.</p> <p>Adotada</p>
Capítulo B - II - Ponto 18; Capítulo B - II, C) - Ponto 29; e Capítulo B - III, A) - Ponto 32	
II.2.2.	<p>O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p> <p>Adotada</p>
Capítulo B - C), Ponto 29; e Capítulo B - V, Ponto 45	
II.2.3.	<p>O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p> <p>Adotada</p>
Capítulo B - II, Ponto 29; Capítulo B - III, C) - Ponto 38; e Capítulo B - III - V, Ponto 45	
II.2.4.	<p>O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os</p> <p>Adotada ajustamentos que se mostrem necessários.</p>
Capítulo B - II, Ponto 29; e Capítulo B - III, C) - III, Pontos 50 e 51	

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
II.2.5.	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem decidir sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.
Adotada	
Capítulo B - II, Ponto 29	
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES	
II.3.1.	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do Conselho de Administração e incluir no mínimo um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remunerações.
Adotada	
Capítulo D - II - Pontos 29, 67 e 68	
II.3.2.	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.
Adotada	
Capítulo D - II - Ponto 67	
II.3.3.	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o Artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho deve também incluir o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.
Adotada	
Capítulo D - III - Ponto 69	
II.3.4.	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.
Não aplicável	
Capítulo V - III, Pontos 73 e 85	
II.3.5.	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefício de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 76	
III. REMUNERAÇÕES	
III.1.	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.
Adotada	
Capítulo D - III, Pontos 69, 70, 71 e 72	
III.2.	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 69 e Capítulo D - IV, Ponto 77	
III.3.	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.
Adotada	
Capítulo D - III, Pontos 71 e 72	

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
III.4.	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 72	
III.5.	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 69	
III.6.	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.
Não aplicável	
Capítulo D - III, Ponto 73	
III.7.	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.
Não aplicável	
Capítulo D - III, Ponto 74	
III.8.	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.
Adotada	
Capítulo D - III, Pontos 69 e 72	
IV.	AUDITORIA
IV.1.	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.
Adotada	
Capítulo B - III - V, Ponto 45	
IV.2.	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.
Adotada	
Capítulo B - III, V, Pontos 37 e 46	
IV.3.	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência e as vantagens e os custos da sua substituição.
Adotada	
Capítulo B - III - V, Ponto 44	
V.	CONFLITOS DE INTERESSES E OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS
V.1.	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.
Adotada	
Capítulo B - C), Ponto 90	
V.2.	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.
Adotada	
Capítulo B - C), Pontos 89 e 91	

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
VI.	INFORMAÇÃO
VI.1.	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, o acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.
Adotada	
Capítulo B – C) – V, Pontos 59-65	
VI.2.	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.
Adotada	
Capítulo B - C) – IV, Ponto 56	

ANEXO

Qualificações Profissionais e Elementos Curriculares dos Membros do Conselho de Administração



António Mexia
Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração Executivo e CEO da EDP Energias de Portugal SA
- Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España e Representante da EDP Finance BV
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Energias do Brasil SA
- Membro do Conselho de Administração da Fundação EDP

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português (BCP)
- Presidente do Conselho de Administração da Union de l'Industrie Electrique - EURELECTRIC

Outros cargos anteriores:

- Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e da Comunicação do 16º Governo Constitucional de Portugal
- Presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE)
- Presidente Executivo da Galp Energia
- Presidente do Conselho de Administração da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia
- Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal)
- Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo
- Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Genebra (Suíça)

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pela Universidade de Genebra (Suíça)
- Pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica



João Manso Neto
Data de nascimento: 1958

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (CEO) da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Renewables Europe SLU, EDP Renováveis Brasil SA e EDP Renováveis Servicios Financieros SA
- Administrador Executivo da EDP Energias de Portugal SA
- Administrador EDP Energía Gás SL
- Membro do Conselho de Administração da EDP Energia Ibérica SA, Hidroeléctrica del Cantábrico SA e Naturgás Energia Grupo SA
- Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España e Representante da EDP Finance BV
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Gás.com Comércio de Gás Natural SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL)
- Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS SA
- Membro do Conselho de Administração da MIBGAS

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal SA
- Presidente da EDP Gestão da Produção de Energia SA
- CEO e Vice-Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- Vice-Presidente da Naturgás Energia Grupo SA
- Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL)
- Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS SA

Outros cargos anteriores:

- Responsável pela Divisão de Crédito Internacional e Diretor Geral responsável pelas áreas financeira e de retalho sul no Banco Português do Atlântico

- Diretor Geral de Gestão Financeira, Diretor Geral de grandes empresas institucionais, Diretor Geral do Tesouro, membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e Vice-Presidente do Banco BIG Gdansk, na Polónia, no Banco Comercial Português
- Membro do Conselho do Banco Português de Negócios
- Diretor Geral e Membro do Conselho da EDP Produção

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia
- Pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa
- Formação profissional na Associação Americana de Bancos (1982), componente letiva do Mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Programa Avançado de Gestão para Banqueiros Estrangeiros na Wharton School, em Filadélfia



NUNO ALVES

Data de nascimento: 1958

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro do Conselho de Administração Executivo e CFO da EDP – Energias de Portugal, SA
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Imobiliária e Participações SA, Energia RE SA, Savida Medicina Apoiada SA, SCS Serviços Complementares de Saúde SA
- Membro do Conselho de Administração da EDP Energias do Brasil SA e membro do Conselho de Administração da Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- Representante permanente e membro da Comissão Executiva da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España
- Gerente da EDP IS – Investimentos e Serviços, SU Lda
- Representante das relações com o mercado e CMVM da EDP Energias de Portugal SA

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração (CFO) da EDP - Energias de Portugal SA
- Representante da EDP Finance BV

Outros cargos anteriores:

- Em 1988, ingressou no Departamento de Planeamento e Estratégia do Millennium BCP
- Diretor Associado da Divisão de Investimentos Financeiros do Banco Millennium BCP
- Diretor de Relações com Investidores do Grupo Millennium BCP
- Diretor Coordenador da Rede de Retalho do Millennium BCP
- Responsável pela Divisão de Mercados de Capitais do Millennium BCP Investimento
- Co-Responsável pela Divisão de Banca de Investimento do Millennium BCP
- Presidente e CEO da CISF Dealer, a área de corretagem do Millennium BCP Investimento
- Diretor Geral do Millennium BCP
- Vogal da Comissão Executiva do Millennium BCP Investimento, responsável pela Tesouraria e Mercado de Capitais do Grupo BCP

Formação académica:

- Licenciatura em Arquitetura Naval e Engenharia Marítima
- Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade do Michigan



GABRIEL ALONSO

Data de nascimento: 1973

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração, membro da Comissão Executiva e COO para a América do Norte da EDP Renováveis SA
- CEO da Renewables North America LLC
- CEO e Administrador único das subsidiárias da EDPR NA
- CEO e Administrador das entidades canadianas
- Presidente da Vientos de Coahuila, SA de CV

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da American Wind Energy Association (AWEA)

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- (nenhum)

Outros cargos anteriores:

- Ingressou na EDP no início de 2007 como Diretor Geral para a América do Norte
- CDO e COO da EDPR NA

Formação académica:

- Licenciatura em Direito e Mestrado em Economia pela Universidade de Deusto, em Espanha
- Programa de Gestão Avançada na Booth School of Business da Universidade de Chicago



JOÃO PAULO COSTEIRA
Data de nascimento: 1965

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração, membro da Comissão Executiva e COO para a Europa e Brasil da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Renewables Italia SRL, EDP Renewables France Holding SA, EDP Renewables SGPS SA, EDP Renewables South Africa Ltd, EDP Renováveis Portugal SA, EDPR PT Promoção e Operação SA, ENEOP 2 SA, Greenwind SA e South Africa Wind & Solar Power SLU
- Administrador da EDP Renewables Europe SL, EDP Renewables Polska SP zoo, EDP Renewables Romania SRL, EDP Renewables UK Ltd, EDP Renováveis Brasil SA e EDP Renováveis Servicios Financieros SL

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- (nenhum)

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- (nenhum)

Outros cargos anteriores:

- Diretor Comercial da Portgás
- Diretor Geral da Lisboagás (Gás Natural de Lisboa LDC), Diretor Geral da Transgás Indústria (mercado liberalizado a clientes grossistas) e Diretor Geral da Lusitaniagás (Gás Natural LDC) no Grupo Galpenergia (empresa pública portuguesa de combustíveis e gás)
- Membro da Equipa de Gestão da GalpEmpresas e Galpgás
- Membro do Conselho Executivo para a Distribuição de Gás Natural e Marketing (Portugal e Espanha)

Formação académica:

- Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Mestrado em Administração de Empresas pela IEP/ESADE (Porto e Barcelona)
- Programa de Desenvolvimento para Executivos na École des HEC da Université de Lausanne
- Programa de Desenvolvimento de Liderança Estratégica no INSEAD (Fontainebleau)
- Programa de Gestão Avançada do IESE (Barcelona)



MIGUEL DIAS AMARO
Data de nascimento: 1967

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (CFO) da EDP Renováveis SA
- Membro do Conselho de Administração da EDP Renewables Canada Ltd, EDP Renováveis Servicios Financieros SL, EDP Renewables Polska SP ZOO, EDP Renewables UK Ltd, EDP Renewables SGPS SA, EDP Renováveis Portugal SA, EDP Renewables Europe SL e EDPR PT – Promoção e Operação, SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- (nenhum)

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Administrador, CFO e COO da Distribuição da EDP – Energias do Brasil

Outros cargos anteriores:

- Analista financeiro - Retalho e sectores da celulose e papel na Espírito Santo Dealer
- Adjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
- Analista financeiro sénior no sector das telecomunicações na Espírito Santo BM
- Adjunto do CEO na Portugal Telecom
- Diretor da Auditoria Interna na Portugal Telecom

Formação académica:

- Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa
- Licenciatura em engenharia mecânica pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)
- Bacharelato em engenharia mecânica pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)



JOÃO LOPES RAIMUNDO
Data de nascimento: 1960

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Auditoria e Controlo da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração Executivo da Montepio Holding SA
- Membro do Conselho de Administração Executivo da Caixa Económica Montepio Geral
- Presidente do Montepio Investimento SA

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS SA
- Diretor Geral da Divisão de Investment Banking do Millennium BCP
- CEO e membro do Conselho de Administração do Millennium BCP Capital SA
- Presidente do Conselho de Administração do BCP Holdings Inc. (EUA)
- Diretor Geral do Banco Comercial Português
- Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS SA
- Membro da Comissão de Investimentos do Fundo Revitalizar Norte, FCR (gerido pela Explorer Investments, SCR SA), Fundo Revitalizar Centro, FCR (gerido pela Oxy Capital, SCR, SA) e Fundo Revitalizar Sul, FCR (gerido pela Capital Criativo, SCR SA)
- Membro do Conselho de Administração Executivo da Montepio Recuperação de Crédito ACE

Outros cargos anteriores:

- Auditor sénior da BDO Binder-Dijker Otte Co.
- Diretor do Banco Manufactures Hanover (Portugal) SA
- Membro dos Conselhos de Administração da TOTTAFactor SA (Grupo Banco Totta & Açores) e Valores Ibéricos, SGPS SA. Em 1993, Administrador na Nacional Factoring, da CISF Imóveis e CISF Equipamentos
- Diretor da CISF - Banco de Investimento
- Membro dos Conselhos de Administração da Leasing Atlântico, Comercial Leasing, Factoring Atlântico, Nacional Leasing e Nacional Factoring
- Administrador do BCP Leasing, BCP Factoring e Leasefactor SGPS
- Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (Luxemburgo)
- Presidente da Comissão Executiva do Banque BCP (França)
- Membro do Conselho de Administração do Banque Privée BCP (Suíça)
- Diretor Geral da Divisão de Banking Division do BCP
- Membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP de Investimento SA
- Diretor Geral do Banco Comercial Português SA
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Millennium Angola
- Vice-Presidente e CEO do Millennium BCP Bank AN (EUA)

Formação académica:

- Licenciatura em Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- Mestrado em Administração de Empresas pelo INSEAD



JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO

Data de nascimento: 1946

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Auditoria e Controlo da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da Villas Boas ACP - Corretores de Seguros Lda
- Membro do Conselho de Administração da ACP-Mediação de Seguros, SA

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal SAD
- Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom SGPS SA
- Presidente da Comissão de Auditoria, membro da Comissão de Governo Corporativa, Membro da Comissão de Avaliação e Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS SA

Outros cargos anteriores:

- Membro do Conselho de Administração da Tecnologia das Comunicações, Lda
- Presidente do Conselho de Administração da Telefones de Lisboa e Porto SA
- Presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom
- Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO da Lisnave (Estaleiros Navais) SA
- CEO e Presidente do Conselho de Administração da Soponata
- Administrador e Membro da Comissão de Auditoria da International Shipowners Reinsurance Co SA
- Vice-Presidente da José de Mello Imobiliária SGPS SA

Formação académica:

- Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa
- Diploma em Gestão Estratégica e Administração de Empresas
- Bolseiro da Junta de Energia Nuclear



JORGE SANTOS

Data de nascimento: 1951

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Administrador da "Fundação Económicas"
- Professor Catedrático no ISEG, Universidade de Lisboa
- Membro do Conselho Diretivo da Fundação do Centro Cultural de Belém
- Coordenador do Programa de Mestrado em Economia no ISEG

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Presidente do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IDEFE

Outros cargos anteriores:

- Coordenador da Comissão de Avaliação do Quadro Comunitário de Apoio II
- Membro da Comissão para a elaboração da Avaliação Ex-ante do Quadro Comunitário de Apoio III. De 1998 a 2000
- Presidente do Grupo de Investigação sobre "Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia (UECE)"
- Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa
- Coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão
- Mestrado em Economia pela Universidade de Bristol
- Doutoramento em Economia pela University of Kent
- Doutoramento em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa



MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ

Data de nascimento: 1960

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica del Cantábrico SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- CEO da Liberbank SA

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Presidente e CEO da Liberbank SA
- Presidente do Banco de Castilla-La Mancha
- Presidente da Cajastur
- Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- Presidente da Naturgás Energía Grupo SA
- Membro do Conselho de Administração da EDP Renewables Europe SLU
- Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagas SA
- Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro (CECA)
- Membro do Conselho de Administração da UNESA

Outros cargos anteriores:

- Professor Universitário no Departamento de Administração de Empresas e Contabilidade da Universidade de Oviedo

Formação académica:

- Licenciatura em Economia e Administração de Empresas pela Universidade de Oviedo
- Doutoramento em Ciências Económicas pela Universidade de Oviedo



GILLES AUGUST

Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho da Fondation Chirac
- Advogado e fundador da August Debouzy Law Firm
- Docente na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers)

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Advogado e fundador da August Debouzy Law Firm

Outros cargos anteriores:

- Advogado no escritório da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey em Washington
- Associado e, mais tarde, partner da sociedade de advogados Baudel, Salés, Vincent & Georges, em Paris
- Sócio na Salés Vincent Georges
- Cavaleiro da Legião de Honra e Oficial da Ordem Nacional do Mérito

Formação académica:

- Mestrado em Direito pela Georgetown University Law Center, em Washington DC (1986)
- Pós-graduação em Direito Empresarial pela Universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984)
- Mestrado em Direito Privado pela mesma Universidade (1981)
- Licenciatura em Economia pela École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales (ESSEC)



ACÁCIO PILOTO

Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Risco da Caixa Económica Montepio Geral

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria da INAPA IPG SA
- Diretor Geral do Millennium BCP responsável pela Divisão de Asset Management
- CEO da Millennium Gestão de Activos SGFIM
- Presidente do Millennium SICAV
- Presidente do BII Internacional

Outros cargos anteriores:

- Divisão Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor
- Divisão Internacional e Tesouraria do Banco Comercial Português
- Responsável pela International Corporate Banking
- Diretor da Divisão de Tesouraria e Mercado de Capitais do CISF - Banco de Investimento (BCP Banco de Investimento)
- Subsidiária do grupo responsável por Asset Management, a AF- Investimentos, sendo nomeado para a sua Comissão Executiva e atuando como Presidente e Membro da Comissão Executiva das seguintes empresas do grupo: AF Investimentos, Fundos Mobiliários; AF Investimentos, Fundos Imobiliários; BPA Gestão de Patrimónios; BCP Investimentos Internacional; AF Investimentos Internacional e Prime International
- Membro da Comissão Executiva do BCP - Banco de Investimento, responsável pela área de Investment Banking
- Responsável pelas áreas de Tesouraria e Mercado de Capitais do BCP - Banco de Investimento

Formação académica:

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Entre 1984 e 1985, frequentou a Fundação Hanns Seidel, em Munique, como bolseiro, tendo obtido uma Pós-Graduação em Direito Económico pela Universidade Ludwig Maximilian
- Pós-Graduação em Direito Comunitário da Concorrência pelo Max Planck Institut
- Estágio na Divisão Internacional do Bayerische Hypoteken und Wechsel Bank
- Formação profissional com diversos cursos, principalmente na área de banca e gestão financeira, nomeadamente na International Banking School (Dublin, 1989), o Seminário de Gestão de Ativos e Passivos (Merrill Lynch International) e o Programa Executivo do INSEAD (Fontainebleau)



ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE

Data de nascimento: 1962

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da HipogesIberia-Advisory, SA
- Administrador da Sagasta, STC, SA
- Membro do Conselho Consultivo na Incus Capital Advisors
- Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade
- Presidente do Conselho da Fórum Oceano

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Grupo Caixa Geral de Depósitos (maior grupo bancário português)
- Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos SA
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimento SA, Caixa Capital SCR SGPS SA, Caixa Leasing e Factoring SA, Partang SGPS SA

- Grupo José de Mello (um dos principais grupos privados portugueses):
- Diretor da José de Mello Investimentos e Diretor Geral da José de Mello SGPS SA
- Diretor da Companhia União Fabril CUF SGPS SA, Quimigal SA (2002-2006), CUF - Químicos Industriais SA, ADP SA - CUF - Aduos, SEC SA, Brisa SA, Efacec Capital SGPS SA, Comitur SGPS SA, Comitur Imobiliária SA, José de Mello Saúde SGPS SA
- Presidente do Conselho de Administração da OPEX SA (2003 -2011)
- Membro do Conselho Consultivo do IGCP, agência nacional de dívida pública portuguesa (2002-2011)

Outros cargos anteriores:

- Diretor da Soporcel SA (1997-1999)
- Diretor da Papercel SGPS SA (1998-1999)
- Diretor da MC Corretagem SA (1998-1999)
- Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Lisboa (1998-1999)
- Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e Governador Suplente (FMI, BERD, BEI, WB)
- Membro da Comissão Económica e Financeira da União Europeia

Formação académica:

- Licenciatura pela Universidade Católica Portuguesa, 1983
- Mestrado em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign
- Doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign



JOSÉ FERREIRA MACHADO

Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Presidente da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Vice-reitor e Reitor da Faculty of Business and Management da Regent's University London

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Professor de Economia, Professor Associado, Professor Assistente e Assistente na Nova SBE
- Professor Assistente Convidado na Universidade de Illinois em Urbana Champaign
- Consultor na GANEC
- Colunista de opinião no jornal O Sol
- Reitor da Nova School of Business and Economics (Nova SBE) da Universidade Nova de Lisboa

Outros cargos anteriores:

- Reitor Associado na Nova SBE
- Consultor do Departamento de Investigação do Banco de Portugal
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão de Crédito Público

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa
- Agregação em Estatística e Econometria pela Universidade Nova de Lisboa
- Doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign



ALLAN J. KATZ

Data de nascimento: 1947

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Presidente da American Public Square
- Presidente da Comissão Executiva do Academic and Corporate Board no ISCTE Business School, em Lisboa
- Membro do Conselho do International Relation Council de Kansas City
- Administrador na WW1 Commission Diplomatic Advisory Board
- Distinguished Professor, University of Missouri, Kansas City
- Fundador da Katz, Jacobs and Associates, LLC (KJA)
- Orador e moderador frequente em desenvolvimentos na Europa e sobre política americana

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Embaixador dos Estados Unidos da América na República Portuguesa

Outros cargos anteriores:

- Diretor Nacional do grupo de práticas de Política Pública na empresa Akerman Senterfitt
- Adjunto do Comissário de Seguros e Adjunto do Tesoureiro de Estado para o Estado da Florida
- Consultor legislativo dos Congressistas Bill Gunter e David Obey

- Consultor jurídico da Commission on Administrative Review da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos
- Membro do Conselho da Florida Municipal Energy Association
- Presidente do Brogan Museum of Art & Science em Tallahassee, Florida
- Membro do Conselho do Junior Museum of Natural History em Tallahassee, Florida
- Primeiro Presidente da State Neurological Injury Compensation Association
- Membro do State Taxation and Budget Commission
- Comissário da Cidade de Tallahassee

Formação académica:

- BA da UMKC, em 1969
- JD do Washington College of Law da American University em Washington DC, em 1974



FRANCISCA GUEDES DE OLIVEIRA

Data de nascimento: 1973

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Reitora Associada da Católica Porto Business School (responsabilidade da Faculty Management)
- Reitora Associada para os Master Programmes da Católica Porto Business School

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Coordenadora do programa MSc na Business Economics da Católica Porto Business School
- Coordenadora de seminários em economia Master of Public Administration da School na Católica Porto Business School
- Coordenadora do Doutoramento em Economia na Universidade Católica de Moçambique

Outros cargos anteriores:

- Professora Assistente da Católica Porto Business School
- Investigadora do Instituto Nacional de Estatística

Formação académica:

- Doutoramento em Economia da Nova School of Business and Economics
- Licenciatura em Economia da Nova School of Business and Economics
- Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia



FRANCISCO SEIXAS DA COSTA

Data de nascimento: 1948

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho Consultivo da School of Economics, Universidade de Coimbra
- Membro do Conselho Consultivo da Janus – Journal of International Relations
- Membro do Conselho Geral da FCSH, Universidade Nova de Lisboa
- Presidente do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian, Delegação em Paris
- Administrador independente não executivo do Conselho de Administração da Jeronimo Martins SGPS SA
- Membro da Comissão do Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa da Jeronimo Martins SGPS SA
- Membro do Conselho Estratégico, Mota-Engil SGPS SA
- Administrador independente e não executivo, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e membro da Comissão de Auditoria da Mota-Engil Africa SA
- Professor universitário, Universidade Autónoma, Lisboa, Portugal

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Embaixador não residente em França e no Mónaco
- Representante permanente da UNESCO, Paris
- Administrador executivo do North-South Centre, Conselho da Europa
- Presidente do Conselho Geral da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Outros cargos anteriores:

- Diplomata de carreira, Ministério Português dos Negócios Estrangeiros. Embaixadas em Oslo, Luanda e Londres
- Diretor, Departamento de Planeamento e Programação, Instituto para a Cooperação Económica, Secretaria de Estado para o Desenvolvimento e Cooperação, Lisboa
- Negociador chefe de Portugal da Convenção de Lomé IV

- Subdiretor Geral para os Assuntos Europeus, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa
- Secretário de Estado para os Assuntos Europeus (1995/2001), Governo de Portugal, Lisboa
- Chefe da delegação ministerial de Portugal no Conselho da Europa, na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na União da Europa Ocidental (UEO), no Acordo Schengen e na Organização Mundial de Comércio (OMC) (desde 1996)
- Negociador chefe de Portugal no Tratado de Amesterdão da UE
- Presidente do Comité de Ministros do Tratado Schengen
- Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Único Europeu. Negociador chefe de Portugal para o Tratado de Nice da UE
- Representante permanente das Nações Unidas, Nova Iorque, vice-presidente da ECOSOC, presidente do Comité Económico e Financeiro da Assembleia Geral, vice-presidente da Assembleia Geral
- Representante permanente da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Viena, presidente do Conselho Permanente da OSCE
- Embaixador no Brasil, Brasília

Formação académica:

- Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

Secretário do Conselho de Administração



EMILIO GARCÍA-CONDE NORIEGA

Data de nascimento: 1955

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Secretário-Geral e Assessor Jurídico da EDP Renováveis SA
- Membro e/ou Secretário de vários Conselhos de Administração das subsidiárias da EDPR na Europa
- Compliance Officer da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- (nenhum)

Principais cargos nos últimos cinco anos:

- Conselheiro Geral da Hidrocontábrico e Membro da Comissão de Gestão
- Secretário-Geral e Assessor Jurídico da EDP Renováveis SA
- Membro e/ou Secretário de alguns Conselhos de Administração de subsidiárias da EDPR na Europa

Outros cargos anteriores:

- Assessor Jurídico da Central Elétrica Soto de Ribera (consórcio formado pela Electra de Viesgo, Iberdrola e Hidrocontábrico)
- Conselheiro Geral da Central Elétrica Soto de Ribera
- Diretor de Recursos Humanos e Administração do consórcio
- Assessor Jurídico da Hidrocontábrico

Formação académica:

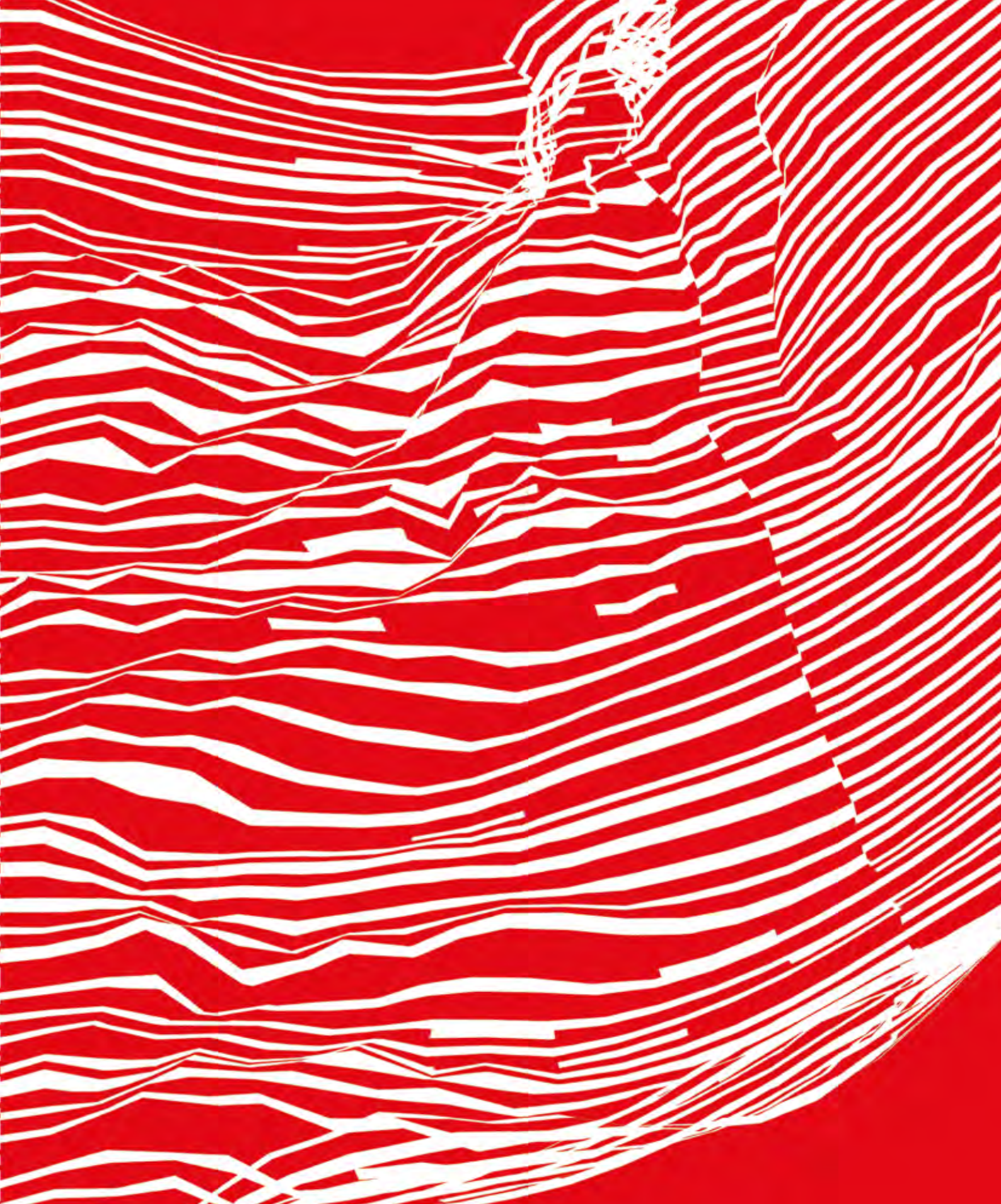
- Licenciatura em Direito pela Universidade de Oviedo

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

6 Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016

Demonstração dos Resultados Consolidados	215
Demonstração Consolidada do Rendimento Integral	216
Demonstração da Posição Financeira Consolidada	217
Demonstração de alterações nos capitais próprios Consolidados	218
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	219
Notas às Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas	220
Declaração de Conformidade com o SCIRF	306
Relatório de Auditoria ao SCIRF	307
Declaração de Conformidade com a Informação Financeira Consolidada	309
Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras Consolidadas	310





TECHNOLOGY
AS THE NEWART

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

Demonstração dos resultados consolidados
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhares de Euros	Notas	2016	2015
Volume de negócios	6	1.453.214	1.349.605
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	7	197.544	197.442
		1.650.758	1.547.047
Outros proveitos	8	53.752	161.560
Fornecimentos e serviços externos	9	-304.740	-292.728
Custos com pessoal e benefícios aos empregados	10	-93.894	-84.268
Outros custos	11	-134.925	-189.316
		-479.807	-404.752
		1.170.951	1.142.295
Provisões do período		-4.705	172
Amortizações e imparidades do período	12	-602.287	-564.629
		563.959	577.838
Proveitos financeiros	13	54.242	61.476
Custos financeiros	13	-404.335	-346.959
Equivalências patrimoniais em <i>joint ventures</i> e associadas	18	-185	-1.517
Resultado antes de impostos		213.681	290.838
Impostos sobre lucros	14	-37.569	-45.347
Resultado líquido do período		176.112	245.491
Atribuível a:			
Accionistas da EDP Renováveis	27	56.328	166.614
Interesses não controláveis	28	119.784	78.877
Resultado líquido do período		176.112	245.491
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	26	0,06	0,19

Demonstração consolidada do rendimento integral
 para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhares de Euros	2016		2015	
	Accionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis	Accionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis
Resultado líquido do período	56.328	119.784	166.614	78.877
Itens que não serão reclassificados para resultados				
Ganhos/(perdas) actuariais	-3	-	-	-
Efeito fiscal dos ganhos/(perdas) actuariais	-	-	-	-
	-3	-	-	-
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados				
			-	-
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	1.786	145	399	32
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-23.406	3.010	14.891	1.230
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	8.108	-708	-4.152	-469
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) de activos não correntes detidos para venda, líquida de imposto	-	-	201	-
Variações do rendimento integral de <i>joint ventures</i> e associadas, líquidas de imposto	1.143	-	-9.404	-
Reclassificação para resultados associada à transacção da ENEOP	-	-	11.954	-
Diferenças cambiais de consolidação	4.707	42.730	21.054	16.415
	-7.662	45.177	34.943	17.208
Outro rendimento integral do período, líquido de efeito fiscal	-7.665	45.177	34.943	17.208
Total do rendimento integral do período	48.663	164.961	201.557	96.085

Demonstração da posição financeira consolidada
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhares de Euros	Notas	2016	2015
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	13.437.427	12.612.452
Activos intangíveis	16	210.189	172.128
Goodwill	17	1.385.493	1.362.017
Investimentos em <i>joint ventures</i> e associadas	18	340.120	333.800
Activos financeiros disponíveis para venda		8.186	6.257
Activos por impostos diferidos	19	75.840	47.088
Devedores e outros activos de actividades comerciais	21	83.536	39.573
Outros devedores e outros activos	22	59.845	75.655
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	29	28.974	65.299
Total dos Activos Não Correntes		15.629.610	14.714.269
Inventários	20	23.903	22.762
Devedores e outros activos de actividades comerciais	21	280.539	259.958
Outros devedores e outros activos	22	102.491	66.033
Impostos a receber	23	77.635	118.658
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	29	17.072	8.054
Caixa e equivalentes de caixa	24	603.219	436.732
Activos detidos para venda	25	-	109.691
Total dos Activos Correntes		1.104.859	1.021.888
Total do Activo		16.734.469	15.736.157
Capitais Próprios			
Capital social	26	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de acções	26	552.035	552.035
Reservas	27	-19.652	-36.938
Outras reservas e resultados acumulados	27	1.174.710	927.748
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		56.328	166.614
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		6.124.962	5.971.000
Interesses não controláveis	28	1.448.052	863.109
Total dos Capitais Próprios		7.573.014	6.834.109
Passivo			
Dívida financeira de médio/longo prazo	29	3.292.591	3.832.413
Provisões	30	269.531	120.514
Passivos por impostos diferidos	19	365.086	316.497
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	31	2.339.425	1.956.217
Credores e outros passivos de actividades comerciais	32	463.908	466.296
Outros credores e outros passivos	33	1.154.437	712.505
Total dos Passivos Não Correntes		7.884.978	7.404.442
Dívida financeira de curto prazo	29	113.478	387.857
Provisões	30	5.531	919
Credores e outros passivos de actividades comerciais	32	810.131	787.357
Outros credores e outros passivos	33	258.891	201.782
Impostos a pagar	34	88.446	64.285
Passivos detidos para venda	25	-	55.406
Total dos Passivos Correntes		1.276.477	1.497.606
Total do Passivo		9.161.455	8.902.048
Total dos Capitais Próprios e Passivo		16.734.469	15.736.157

Demonstração de alterações nos capitais próprios consolidados para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhares de Euros	Total dos Capitais Próprios	Capital Social	Prémios de Emissão	Reservas e Resultados acumulados	Diferenças cambiais	Reserva de cobertura	Reserva de Justo valor	Capital próprio atribuível aos accionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	6.330.759	4.361.541	552.035	932.326	-25.793	-41.066	2.603	5.781.646	549.113
Rendimento integral:									
- Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	431	-	-	-	-	-	399	399	32
- Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	11.500	-	-	-	-	10.739	-	10.739	761
- Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) de activos não correntes líquida de imposto	201	-	-	-	-	201	-	201	-
- Variação do rendimento integral de associadas, líquida de imposto	-9.404	-	-	-	-12.498	3.094	-	-9.404	-
- Reclassificação para resultados associada à transacção da ENEOP	11.954	-	-	-	-	11.954	-	11.954	-
Variações na diferença cambial da consolidação	37.469	-	-	-	21.054	-	-	21.054	16.415
- Resultado líquido do período	245.491	-	-	166.614	-	-	-	166.614	78.877
Total do rendimento integral do período	297.642	-	-	166.614	8.556	25.988	399	201.557	96.085
Pagamento de dividendos	-34.892	-	-	-34.892	-	-	-	-34.892	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-43.184	-	-	-	-	-	-	-	-43.184
Aquisição das subsidiárias da EDPR Espanha sem alteração de controlo	-25.722	-	-	46.484	-	-5.806	1.344	42.022	-67.744
Alienação das subsidiárias da EDPR North America sem perda de controlo	330.183	-	-	-10.558	-7.493	-1.472	-	-19.523	349.706
Alienação das subsidiárias da EDPR Brasil sem perda de controlo	61.280	-	-	10.096	4.704	-	-	14.800	46.480
Outras variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-81.957	-	-	-15.708	1.098	-	-	-14.610	-67.347
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	6.834.109	4.361.541	552.035	1.094.362	-18.928	-22.356	4.346	5.971.000	863.109
Rendimento integral:									
- Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	1.931	-	-	-	-	-	1.786	1.786	145
- Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-12.996	-	-	-	-	-15.298	-	-15.298	2.302
- Variação do rendimento integral de associadas, líquida de imposto	1.143	-	-	-	-	1.143	-	1.143	-
- Ganhos/(perdas) actuariais líquidos de impostos	-3	-	-	-3	-	-	-	-3	-
Variações na diferença cambial da consolidação	47.437	-	-	-	4.707	-	-	4.707	42.730
- Resultado líquido do período	176.112	-	-	56.328	-	-	-	56.328	119.784
Total do rendimento integral do período	213.624	-	-	56.325	4.707	-14.155	1.786	48.663	164.961
Pagamento de dividendos	-43.615	-	-	-43.615	-	-	-	-43.615	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-42.563	-	-	-	-	-	-	-	-42.563
Aquisição das subsidiárias da EDPR Espanha sem alteração de controlo	-1.368	-	-	1.327	-	-	-	1.327	-2.695
Alienação das subsidiárias da EDPR North America sem perda de controlo	262.848	-	-	15.140	9.658	-1.338	-	23.460	239.388
Alienação das subsidiárias da EDPR Europe sem perda de controlo	414.927	-	-	130.412	1.728	4.424	-	136.564	278.363
Outras variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-91.031	-	-	-24.747	-	-	-	-24.747	-66.284
Outros	26.086	-	-	1.834	10.476	-	-	12.310	13.773
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	7.573.014	4.361.541	552.035	1.231.038	7.641	-33.425	6.132	6.124.962	1.448.052

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhares de Euros	2016	2015
Actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.432.454	1.308.708
Pagamentos a fornecedores	-416.125	-340.271
Pagamentos ao pessoal	-92.245	-79.981
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à actividade operacional	10.302	-131.311
Fluxo gerado pelas operações	934.386	757.145
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-65.697	-55.704
Fluxos das actividades operacionais	868.689	701.441
Actividades de investimento		
Recebimentos:		
Variação de caixa por variação no perímetro de consolidação (*)	2.166	98.507
Activos fixos tangíveis e intangíveis	2.412	9.106
Juros e proveitos similares	9.847	11.021
Dividendos	6.313	13.481
Empréstimos a partes relacionadas	41.460	183.079
Outros recebimentos de actividades de investimento	30.144	4.765
	92.342	319.959
Pagamentos:		
Aquisição de activos / subsidiárias	-52.751	-159.318
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-1.019.167	-876.386
Empréstimos a partes relacionadas	-45.160	-30.171
Outros pagamentos de actividades de investimento	-5.199	-537
	-1.122.277	-1.066.412
Fluxo das actividades de investimento	-1.029.935	-746.453
Actividades de financiamento		
Venda de activos / subsidiárias sem perda de controlo (**)	697.881	394.851
Recebimentos/ (pagamentos) de empréstimos	-449.089	-45.353
Juros e custos similares	-239.897	-215.894
Subsídios governamentais recebidos	-	-
Dividendos pagos	-84.727	-78.076
Recebimentos / (pagamentos) de parcerias institucionais na actividade eólica nos EUA	451.788	68.474
Outros fluxos de actividades de financiamento	-67.239	-13.151
Fluxo das Actividades de Financiamento	308.717	110.851
Variação de Caixa e seus equivalentes	147.471	65.839
Efeito das diferenças de câmbio	19.016	2.270
Caixa e seus equivalentes no início do período	436.732	368.623
Caixa e seus equivalentes no fim do período (***)	603.219	436.732

(*) Refere-se à aquisição da empresa Parco Eólico Banzi S.r.l. (ver nota 42).

(**) Inclui (i) 318.549 milhares de Euros relativos à alienação pela EDPR Europe de 49% da sua participação em diversas empresas europeias; (ii) 278.662 milhares de Euros relativos à alienação pela EDPR NA de 49% da sua participação em diversas empresas americanas e (iii) 100.670 milhares de Euros relativos à alienação pela EDPR Polska de 49% da sua participação em diversas empresas polacas (ver nota 5)

(***) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na nota 24 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras anuais consolidadas
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

01. Actividade económica do grupo EDP Renováveis	221
02. Políticas contabilísticas	228
03. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	240
04. Políticas de gestão do risco financeiro	242
05. Perímetro de consolidação	246
06. Volume de negócios	254
07. Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	254
08. Outros proveitos	254
09. Fornecimentos e serviços externos	254
10. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	255
11. Outros custos	255
12. Amortizações e imparidades	256
13. Proveitos e custos financeiros	256
14. Impostos sobre lucros	257
15. Activos fixos tangíveis	259
16. Activos intangíveis	261
17. Goodwill	262
18. Investimentos financeiros em Joint Ventures e Associadas	263
19. Activos e passivos por impostos diferidos	266
20. Inventários	268
21. Devedores e outros activos de actividades comerciais	268
22. Outros devedores e outros activos	268
23. Impostos a receber	269
24. Caixa e equivalentes de caixa	269
25. Activos e passivos detidos para venda	269
26. Capital e prémios de emissão	270
27. Outro rendimento integral, reservas e resultados acumulados	271
28. Interesses não controláveis	272
29. Dívida Financeira	273
30. Provisões	275
31. Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	275
32. Credores e outros passivos de actividades comerciais	276
33. Outros credores e outros passivos	276
34. Impostos a pagar	277
35. Instrumentos financeiros derivados	278
36. Compromissos	280
37. Partes relacionadas	281
38. Justo valor de activos e passivos financeiros	284
39. Eventos relevantes e subsequentes	286
40. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	287
41. Matérias Ambientais	289
42. Concentração de actividades empresariais	289
43. Relato financeiro por segmentos	290
44. Honorários de auditoria e outros	290
45. Explicação adicional relativa à tradução	291
ANEXO 1	292
ANEXO 2	302

01. Actividade económica do grupo EDP Renováveis

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis" ou "EDPR") foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objectivo social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de centrais de produção de energia eléctrica, utilizando fontes de energia renovável, em especial a energia eólica. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social era detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na NYSE Euronext Lisboa. Em 18 de Dezembro de 2015, a EDP S.A. - Sucursal en España adquiriu à Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. as acções que esta detinha, pelo que, em Dezembro de 2015 a EDP Energias de Portugal, S.A detém directamente através da sua sucursal espanhola uma participação qualificada de 77,5% do capital social e dos direitos de voto da EDPR. Como resultado desta aquisição a HC já não detém qualquer participação na EDPR (ver nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2016 a EDP Renováveis detém 100% do capital social das seguintes empresas: EDP Renewables Europe, S.L. (EDPR EU), EDP Renewables North America, L.L.C. (EDPR NA), EDP Renewables Canada, Ltd. (EDPR Canadá), South Africa Wind & Solar Power, S.L.U., EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L. e EDP Renováveis Brasil, S.A. (EDPR BR) e indirectamente 100% do capital social da S.C. Ialomita Power S.r.l., EDPR RO PV, S.r.l. (ambas fazendo parte da EDPR Roménia), EDPR Servicios de Mexico, S. de R.L. de C.V. e Greenwind S.A.

A empresa pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Avenida 24 de Julho, 12, Lisboa.

Em Dezembro de 2011, a China Three Gorges Corporation (CTG) assinou um contrato para adquirir 780.633.782 acções ordinárias da EDP à Parpública - Participações Públicas SGPS, S.A., representativas de 21,35% do capital social e direitos de voto da EDP Energias de Portugal, S.A., a accionista maioritária da empresa. Esta operação foi concluída em Maio de 2012.

Os termos do acordo celebrado através do qual a CTG se tornou accionista do Grupo EDP determinam que a CTG irá realizar investimentos minoritários no montante de 2.000 milhões de Euros em projectos de produção de energia renovável em operação e prontos para construir (incluindo co-financiamento de CAPEX).

No âmbito do acordo acima mencionado, ocorreram as seguintes operações:

- Em Junho de 2013, a EDPR completou a venda de 49% da participação financeira na EDPR Portugal à CTG através da CITIC CWEI Renewables, S.C.A.
- Em Maio de 2015, a EDPR concluiu a venda de 49% das seguintes subsidiárias da EDPR Brasil à CTG através da CWEI Brasil participações LTDA.: Elebrás Projetos S.A., Central Nacional de Energia Eólica S.A., Central Eólica Baixa do Feijão I S.A., Central Eólica Baixa do Feijão II S.A., Central Eólica Baixa do Feijão III S.A., Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A., Central Eólica Jau S.A. e Central Eólica Aventura S.A.
- Em Outubro de 2016, a EDPR concluiu a venda de 49% da participação financeira na EDP Renewables Polska SP. Zo.o. à CTG através da ACE Poland S.Á.R.L. com consequente diminuição na participação financeira nas suas subsidiárias e a venda de 49% de participação financeira na EDP Renewables Itália S.r.l. à CTG através da ACE Italy S.Á.R.L. com consequente diminuição na participação financeira nas suas subsidiárias (ver nota 5).

Neste contexto, a EDPR celebrou novos acordos com a CTG no início de 2017 e, por conseguinte, sem impactos em 2016 (ver nota 39).

A actividade da EDPR EU é desenvolvida através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Reino Unido. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, S.A. (parques eólicos em Portugal), EDP Renewables España, S.L. (parques eólicos em Espanha), EDP Renewables France (parques eólicos em França), EDP Renewables Belgium (parques eólicos na Bélgica), EDP Renewables Polska, SP. ZO.O. (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, S.R.L. (parques eólicos na Roménia), EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália), EDPR UK Limited (projectos de desenvolvimento offshore) e EDPR RO PV, SLR (parques solares fotovoltaicos na Roménia).

As principais actividades da EDPR NA consistem no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América e prestação de serviços de gestão para a EDPR Canada.

As principais actividades da EDPR Canada consistem no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos no Canadá.

A EDP Renováveis Brasil tem como objectivo agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis no Brasil.

O Grupo EDP Renováveis, através das suas subsidiárias tem uma capacidade instalada como segue:

Capacidade instalada MW	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Estados Unidos da América	4.631	4.203
Espanha	2.194	2.194
Portugal	1.251	1.247
Roménia	521	521
Polónia	418	468
França	388	364
Brasil	204	84
Bélgica	71	71
Itália	144	100
Canadá	30	30
México	(*) 200	-
	10.052	9.282

(*) Refere-se ao parque eólico mexicano Eólica de Coahuila S.A. de C.V. que é consolidado através do método de equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e será integralmente consolidado assim que entrar em operação, que se espera que venha a ocorrer no primeiro trimestre de 2017.

Adicionalmente, o Grupo EDP Renováveis através das suas empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial tem uma capacidade instalada, atribuída à EDPR, como segue:

Capacidade instalada MW	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Estados Unidos da América	179	179
Espanha	177	177
	356	356

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover o crescimento das energias renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o *Production Tax Credit* (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do "1992 Energy Policy Act". Adicionalmente, diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de *Renewable Portfolio Standards* (RPS), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é semelhante à Directiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

O programa *American Recovery and Reinvestment Act* para o ano de 2009 previu diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente (i) a extensão de três anos do *Production Tax Credit* - PTC até 2012 e (ii) uma opção para eleger 30% do *Investment Tax Credit* (ITC) que possa substituir o PTC ao longo do período da extensão. Este ITC permitiu que as empresas recebessem 30% do montante investido nos projectos (*cash grant*) que entraram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010. Em Dezembro de 2010, o *Tax Relief, Unemployment, Insurance and Reauthorization, and Job Creation Act* de 2010 foi aprovado e inclui um período de 1 ano de extensão dos ITC, que permitiu às empresas do sector receber 30% do montante investido em projectos com início de construção até Dezembro de 2011 desde que iniciassem a sua operação até Dezembro de 2012.

A 1 de Janeiro de 2013, o Congresso dos Estados Unidos da América aprovou a lei *The American Taxpayer Relief Act* que continha a extensão do PTC para a energia eólica, incluindo a possibilidade de um crédito fiscal de incentivo ao investimento de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou ainda a data limite de 31 de Dezembro de 2013 para o termo destes incentivos, alterou os critérios de elegibilidade (os projectos seriam elegíveis caso estivessem em construção até ao final da data limite) e incluiu um bónus de depreciação para os novos equipamentos em serviço que permite a depreciação de uma maior percentagem do custo do projecto (menos 50% do ITC) no ano em que ele é colocado em serviço. Este bónus para a depreciação foi de 100% em 2011 e 50% em 2012.

A 16 de Dezembro de 2014, o Congresso dos Estados Unidos da América, aprovou a lei *Tax Increase Prevention Act* of 2014 que contemplava a extensão do PTC para a energia eólica, incluindo a possibilidade de *Investment Tax Credit* de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou ainda a data limite de 31 de Dezembro de 2014 para o termo destes incentivos, e manteve os critérios de elegibilidade (os projectos seriam elegíveis caso estivessem em construção até ao final de 2014).

Em 15 de Dezembro de 2015, o Congresso dos EUA aprovou a Lei *Consolidated Appropriations Act of 2016*, que incluiu uma extensão do PTC para a energia eólica, bem como a possibilidade de um crédito fiscal de investimento de 30% em vez do PTC. As empresas têm agora até o final de 2016 para iniciar a construção de novos parques eólicos para se qualificar para 10 anos de créditos fiscais de produção ao nível máximo. O Congresso introduziu a eliminação progressiva para projectos que começam a sua construção depois de 2016 e antes de 2020. Estes projectos ainda vão beneficiar de créditos fiscais de produção, mas em níveis mais reduzidos. Os níveis são de 80% para os projectos com início de construção em 2017; 60% em 2018; e 40% em 2019. As empresas cujos projectos que começam a sua construção antes de 2020 podem optar por reivindicar créditos fiscais de 30% do valor do investimento em vez de créditos fiscais de produção, sujeitos a uma eliminação progressiva. A eliminação progressiva reduz o valor do crédito fiscal ao investimento de 30% para 24% em 2017; 18% em 2018; e 12% em 2019. Nem a produção de créditos fiscais, nem os créditos fiscais ao investimento são permitidos para projectos eólicos que iniciam a sua construção em 2020 ou posteriormente.

A Lei *Consolidated Appropriations Act of 2016* acima referida, estendeu o ITC para projectos de energia solar. Os projectos de energia solar que estão em construção até o final de 2019 poderão obter o ITC em 30%. O crédito fiscal é reduzido para 26% para os projectos com início de construção em 2020; e em 22% para os projectos com início de construção em 2021. O crédito fiscal cai para um nível permanente de 10% para projectos que comecem a sua construção em 2022 ou posteriormente, ou que comecem a sua construção antes de 2022, mas que entrarão em exploração em 2024 ou mais tarde. Os projectos devem entrar em exploração no final de 2023 para obterem um crédito fiscal acima de 10%.

Em 9 de Fevereiro de 2016, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos manteve a implementação do Plano de Energia Limpa (PEL) anunciado pela Agência de Protecção Ambiental (APA) dos EUA a 3 de Agosto de 2015, uma regra para reduzir a poluição de carbono das centrais eléctricas existentes, que está pendente de revisão judicial. No final de 2016, o processo de revisão judicial está a decorrer no Tribunal de Recursos de Washington DC.

Adicionalmente, em 5 de Maio de 2016, a Receita Federal dos Estados Unidos (*US Internal Revenue Service*) emitiu orientações que os parques eólicos têm quatro anos desde o início da sua construção até serem colocados em serviço para se qualificarem para o "Production Tax Credit" (PTC). Como resultado, os projectos que começam a sua construção antes do final do ano de 2019 e são colocados em serviço antes do final de 2023 serão elegíveis para o PTC. A decisão do IRS inclui também uma disposição que permite aos promotores garantir o PTC se 5% dos componentes de capital de um projecto, em valor dólar, estiverem pagos ou incorridos (*safe harbored*), num determinado ano e a construção estiver concluída num prazo de 4 anos. Assim, se o promotor salvaguardar 5% do Capex do projecto em 2016 para um determinado projecto, o mesmo beneficiará de 100% do PTC se a construção estiver concluída até ao final de 2020.

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

Em 12 de Julho de 2013, o Conselho Espanhol de Ministros aprovou a reforma do mercado de energia, cujo objectivo é acabar com o défice tarifário espanhol. A reforma foi posteriormente implementada por uma nova Lei do Sector Energético, um Decreto-Lei, oito Decretos Reais e três portarias.

Como parte da Reforma do Sistema Energético, o RD-L 9/2013 foi aprovado em Julho de 2013. O objectivo deste Real Decreto-Lei foi adoptar uma série de medidas para garantir a sustentabilidade do sistema eléctrico, afectando principalmente os sectores de transporte, de distribuição e da energia renovável. Antes do Real Decreto-Lei 9/2013, os produtores de energia renovável beneficiavam de um regime tarifário regulado em que a electricidade renovável poderia ser vendida a uma tarifa regulada ou ao preço do mercado grossista espanhol acrescido de um prémio variável.

De acordo com o quadro regulatório de 2013, as instalações de energia renovável estão autorizadas a vender a electricidade que geram para o mercado grossista espanhol e, durante as suas respectivas vidas regulatórias, receberem do sistema eléctrico espanhol pagamentos adicionais por MW instalado, através da *"Comisión Nacional de Mercados Y la Competencia"* (CNMC). Este sistema regulatório destina-se a permitir que cada parque eólico alcance uma taxa de retorno antes de impostos (fixada em 7,398% até o final de 2019) ao longo da sua vida útil regulatória. Este "retorno razoável" foi determinado tendo como referência o rendimento das Obrigações do Governo espanhol a 10 anos, acrescido de um spread de 300 pontos base.

Relativamente ao sector eólico, o Decreto-Lei 413/2014 confirmou que os parques eólicos em operação em 2003 (ou antes) não receberiam qualquer incentivo adicional, enquanto o incentivo para os restantes parques eólicos seria calculado de modo a alcançar 7.398% de retorno antes de impostos. Mais de 1.300 tipos de instalações de energia renováveis possíveis ("instalações padrão") estão incluídas no Decreto-Lei, sendo que 23 correspondem a parques eólicos de mais de 5 MW classificados por ano de entrada em operação (de 1994 a 2016).

Em Outubro de 2015, o Governo aprovou o Real Decreto 947/2015 e uma portaria cujo objectivo é permitir a instalação de nova capacidade de energia renovável através de leilões competitivos.

A 14 de Janeiro de 2016 foi realizado o primeiro leilão de capacidade para as energias renováveis. O leilão foi projectado para que o regime de remuneração fosse semelhante ao que se aplica às instalações actuais (RD 413/2014). No âmbito deste enquadramento, os participantes do concurso foram convidados a licitar sobre o parâmetro "investimento inicial" (CAPEX), que, em seguida, ao ser considerado na fórmula definida pelo RD 413/2014, determina o "RINV" (prémio de investimento) que acabará por ser atribuído.

Os promotores licitaram para construir 500 MW de energia eólica e 200 MW de centrais de biomassa. O leilão foi muito competitivo, a procura foi cerca de 5 vezes superior à oferta, no caso da energia eólica *onshore*. Ao Grupo EDPR foram atribuídos 93 MW de energia eólica.

Em 2016 o governo espanhol anunciou que iria realizar um novo leilão de capacidade de energia renovável nos primeiros meses de 2017, após submeter ao CNMC uma proposta de pacote legislativo para articular o processo.

Embora as regras de leilão estejam em conformidade com as anteriores, existem algumas diferenças. Por exemplo, o leilão será tecnologicamente neutro, o que significa que projectos baseados em diferentes tecnologias de energia renovável, como energia eólica, solar e de biomassa, poderão competir pelos contratos. O leilão incluirá também mecanismos de controlo e garantias para assegurar a execução e conclusão dos projectos vencedores. Os projectos deverão estar concluídos até Dezembro de 2019, de modo a contribuir para o cumprimento da meta espanhola 2020 (20% da sua energia proveniente de fontes renováveis).

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à produção de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro (Decreto-Lei 33-A/2005), estabelece a remuneração da tarifa aplicável à energia produzida através de recursos renováveis.

O Governo Português publicou a 28 de Fevereiro de 2013, o Decreto-Lei 35/2013 que mantém a estabilidade legal dos actuais contratos (Decreto-Lei 33-A/2005) e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Contudo, o DL concedeu a possibilidade de aderir a alterações voluntárias na remuneração da tarifa existente. Com efeito, os produtores de energia eólica poderão alargar o regime de apoio (geralmente de 5 a 7 anos) em troca de pagamentos antecipados ou de descontos nas tarifas existentes. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh (valores actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante) em troca de pagamentos anuais de 2013 a 2020.

O Ministério do Ambiente e Energia, publicou em 24 de Junho, o Decreto-Lei 94/2014, o qual permite o aumento da capacidade instalada dos parques eólicos até 20%. A produção adicional gerada a partir do aumento da capacidade terá uma remuneração fixa de 60 Euros/MWh, enquanto a restante produção continua a ser remunerada com a tarifa anterior.

Enquadramento regulatório das actividades em França

O sector eléctrico em França está regulamentado essencialmente pelo Acto 2000-108 (alterado pelos Actos 2004-803 e 2006-1537) (*Act 2000*), aprovado em Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia.

O Acto 2000 permite que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas foram inicialmente estabelecidas em 2001 e posteriormente alteradas em 2006 (pela Ordem de 10 de Julho). As tarifas de 2006 são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do PPA, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações construídas em 2006 (a tarifa é revista anualmente, baseada em parte no índice de inflação); (ii) entre o 11º e 15º ano do PPA, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos (estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação); (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade, pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade em mercado, recebendo assim o preço de mercado. A tarifa de 2006 foi revogada em 2008 devido à violação de formalidades na sua aprovação, mas foi posteriormente re-publicada em Dezembro de 2008 com o mesmo conteúdo.

Em Março de 2012, a legalidade da Ordem Ministerial que estabeleceu as tarifas reguladas para projectos eólicos foi questionada perante o Conselho de Estado Francês (*Conseil d'État*) tendo por base o incumprimento da notificação obrigatória à Comissão Europeia sobre auxílios estatais. Depois de anos de litígio, o Conselho de Estado Francês decidiu, em Maio de 2014, cancelar a tarifa eólica francesa. Pouco tempo depois, o Governo Francês aprovou e divulgou um novo decreto de tarifas (*Arrêté du 17 Juin 2014*) que foi previamente aprovado pela União Europeia. Este novo decreto inclui os mesmos parâmetros que o decreto anterior e entrou em vigor com efeitos retroactivos. Assim, não irá alterar ou colocar em causa qualquer contrato de aquisição de energia assinado ao abrigo da Ordem Ministerial de 2008.

Em Julho de 2015 o *Energy Transition bill*, cujo objectivo é construir uma estratégia energética a longo prazo, foi finalmente aprovado. Em 66 artigos visa cortar as emissões de GEE em França em 40% entre 1990 e 2030 (e dividi-los por quatro até 2050), reduzir o consumo de energia do país para metade em 2050, diminuir a percentagem de combustíveis fósseis na produção de energia, limitar a produção total de energia nuclear a 63.2 GW e criar uma quota de energias renováveis até 32% do *mix* energético.

A 15 de Abril de 2016, o Conselho de Estado Francês publicou uma decisão ordenando ao governo a devolução dos juros que a tarifa regulada gerou entre 2008 e 2014. Esta decisão baseia-se no facto do Governo francês não ter notificado a Ordem Ministerial da Comissão Europeia sobre a aprovação desta tarifa.

Em Dezembro de 2016, foi lançado um regime de Contrato por Diferença (CfD) que substituiu o regime de tarifa regulada, para os parques eólicos que solicitaram um PPA em 2016. De acordo com o decreto, o preço de exercício seria igual ao valor da tarifa regulada (condições, indexação e ajustamento semelhantes após o ano 10), acrescido de uma comissão de gestão para equilibrar os custos de compensação (2,8 € / MWh). O preço de referência do mercado será o preço médio de produção ponderado da *pool*, utilizando um perfil de produção representativo da indústria eólica em França. A liquidação seria feita numa base mensal.

O governo francês divulgou também uma proposta de decreto para os CfDs de 2017 para parques eólicos abaixo de 6 turbinas eólicas. De acordo com a proposta, o mandato do Cdf será alargado para 20 anos (em vez de 15 anos), sendo o preço de exercício 72 € MWh (acrescido da comissão de gestão). A proposta de decreto inclui também uma limitação da quantidade de energia a ser remunerada ao preço de exercício CfD. Os parques eólicos maiores receberão CfDs através de concursos.

Adicionalmente, a 24 de abril de 2016, o Governo francês promulgou a chamada *Programmation pluriannuelle des Investissements* (PPI) cujo objectivo é estabelecer metas de capacidade de diferentes energias renováveis por tecnologia, a fim de alcançar os objectivos da *Loi de Transition Énergétique*. A PPI define objectivos de capacidade para as energias renováveis a curto prazo (2018) e a médio prazo (2023) e inclui também um calendário provisório dos próximos leilões de energia renovável a serem lançados entre 2017 e 2019.

Enquadramento regulatório das actividades na Polónia

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está principalmente contida na Lei da Energia aprovada em Abril de 1997, a qual foi alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia).

A Lei da Energia introduz um regime de apoio às instalações de energia renovável. A lei criou um sistema de compra obrigatória de Certificados Verdes (CVs) para as empresas comercializadoras de electricidade a consumidores finais, com quotas obrigatórias. Estas são obrigadas a: a) obter CVs e a submetê-los ao regulador de energia, ou b) a pagar uma taxa de substituição calculada de acordo com a Lei da Energia. Se os fornecedores não cumprirem com a sua obrigação (apresentação de CVs ou pagamento da taxa de substituição), devem pagar uma multa correspondente a 130% da taxa de substituição desse ano.

Nos termos da legislação actual, as quotas são aplicadas da seguinte forma (com as alterações introduzidas pelo decreto ministerial de 18 de Outubro de 2012): 2016:15,0%, 2017:16,0%, 2018:17,0%, 2019:18,0%, 2020:19,0% e 2021:20,0%.

Contudo, o regime de CVs foi alterado em 2015. Em Fevereiro de 2015 uma nova Lei das Renováveis foi aprovada introduzindo um sistema de apoio diferente para novas infra-estruturas. Nos termos da lei, o actual sistema de Certificados Verdes (CV) será substituído por um regime de leilão de concessão de "Contratos por Diferença". A lei assegura que o actual regime de CVs será mantido (com alguns ajustamentos) para parques em operação. Estes terão, no entanto, a possibilidade de escolher entre permanecer ao abrigo do regime de CV ou alterar para o novo regime de leilões específicos para activos operacionais.

Em meados de Dezembro de 2015, como resultado das alterações no Parlamento (as eleições na Polónia em 25 de Outubro foram ganhas pelo Partido Lei e Justiça de direita - PiS), o novo governo adiou a implementação dos concursos.

A 19 de Fevereiro de 2016 o partido PiS MPs propôs um projecto lei sobre investimentos em projectos eólicos, nomeadamente no que respeita à localização, construção e exploração de parques eólicos, chamado *Wind Turbine Investment Act*. Depois de um longo processo de aprovação em que o sector das energias renováveis conseguiu introduzir algumas alterações ao projecto inicial, a lei foi finalmente aprovada. As principais medidas da nova lei incluem restrições de distância mínima para outros parques eólicos e o aumento da carga fiscal sobre os imóveis.

Por outro lado, e na sequência do atraso da implementação do Capítulo 4 da Lei RES, o governo propôs ao Parlamento polaco uma alteração mais abrangente sobre a lei RES no início de Maio de 2016. Essas alterações foram finalmente aprovadas e publicadas no final de Junho. Embora mantendo as bases do novo sistema de leilões, estas novas alterações trouxeram algumas mudanças (nomeadamente, a introdução de *technology baskets* para futuros leilões e melhorias no tratamento de tecnologias de biomassa, biogás e de combustão).

Em Outubro de 2016, o Governo Polaco publicou a Portaria especificando o montante e o valor da energia a ser leiloada em 2016. A energia eólica não estava incluída (excepto instalações abaixo de 1 MW). O leilão foi realizado a 30 de Dezembro de 2016.

Em 23 de Novembro de 2016, o Governo Polaco divulgou uma proposta de portaria especificando a quantidade e o valor da energia planeada para ser leiloada em 2017. A proposta destaca que as energias renováveis de base (biomassa e biogás) permaneçam importantes para o governo, uma vez que serão alocados em cerca de 50% do total do orçamento do leilão de 2017. A nova proposta propõe o orçamento a ser atribuído ao lote em que o novo parque eólico *onshore* poderia competir. Este montante pode ascender a 150MW. É bastante provável que as eólicas e fotovoltaicas irão competir pelo mesmo orçamento.

Enquadramento regulatório das actividades na Bélgica

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica está condicionado à divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) (Lei da Electricidade). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com excepção das centrais offshore) e eficiência energética. A legislação regional relevante é respetivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à Organização do Mercado Eléctrico.

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes (CV). Cada região tem o seu sistema CV, embora todas sejam similares (com diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de CVs).

Na Valónia, os Certificados Verdes têm um preço mínimo de 65 € e a sanção por incumprimento está fixada em 100 € por cada CV em falta. A partir de 1 de Janeiro de 2015, o número de CVs alocados a cada tecnologia é calculado de acordo com uma nova metodologia tendo em consideração (i) o montante líquido de energia produzida (ii) o nível da redução das emissões CO₂ (iii) o desempenho do coeficiente económico que varia conforme a tecnologia.

A quota de energias renováveis na Valónia foi fixada em 30,4% em 2016 e aumentará para 37,9% em 2020.

Enquadramento regulatório das actividades na Roménia

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia foi inicialmente incluído na Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes (CV) com quotas obrigatórias para os comercializadores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. Desde então, a autoridade reguladora estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes de energia renováveis que os comercializadores são obrigados a cumprir. A Lei 220/2008 de Novembro introduziu algumas alterações ao sistema de CV. Em particular, permitia aos produtores de energia eólica receber 2CV/MWh até 2015. A partir de 2016, os produtores receberiam apenas 1 CV por cada MWh durante 15 anos.

A lei também garantia que o valor comercial do CV deveria ter um mínimo de 27€ e um máximo de 55€, ambos indexados à taxa de inflação da Roménia.

A Lei 220/2008 sobre energias renováveis foi alterada pela Ordem de Emergência 88/2011. Um aspecto fundamental desta alteração foi a necessidade de realizar uma "análise da sobrecompensação", anualmente. A entidade reguladora da energia na Roménia (ANRE) ficou encarregue de supervisionar os benefícios obtidos pelos produtores e elaborar relatórios anuais sobre esta matéria. Caso seja detectada uma sobrecompensação, a ANRE tem de propor a redução do período de aplicação do regime de apoio ou do número de certificados verdes inicialmente atribuídos à tecnologia. Esta redução seria aplicada apenas a novas centrais.

A Lei 123/2012 de 19 de Julho de 2012 sobre Electricidade e Gás Natural elimina a necessidade de contratos bilaterais não negociados publicamente como meio de venda de electricidade. Desta forma, o comércio de electricidade deve ser efectuado num mercado centralizado.

O Parlamento Romeno passou em 17 de Dezembro de 2013, a lei para aprovação da Portaria Governamental de Emergência 57/2013 (a Portaria), que trouxe várias alterações, sendo estas:

- O adiamento dos Certificados Verdes para os parques em operação. O adiamento só será aplicável aos produtores de energia renovável credenciados pela ANRE antes de 2013. Os produtores de energia eólica recebem 2 CVs/MWh até 2017 (inclusive), dos quais a atribuição de 1 CV será adiada para negociação no período de 1 de Julho de 2013 a 31 de Março de 2017. A atribuição de 2 CVs (de 6 CVs) a produtores solares será adiada para negociação no período entre 1 de Julho de 2013 e 31 de Março de 2017. Os CVs adiados irão ser gradualmente recuperados até 31 de Dezembro de 2020 (começando em 1 de Abril de 2017, para energia solar e em 1 Janeiro de 2018 para energia eólica);
- Os parques eólicos credenciados depois desta data irão receber 1,5 CV/MWh até 2017 e 0,75 CV/MWh a partir de 2018. Todos estes CVs serão imediatamente negociáveis;
- As Centrais Solares irão receber apenas 3 CVs de 1 de Janeiro de 2014 em diante.

A 24 de Março de 2014, o Presidente da Roménia ratificou a EGO 57/2013 com as seguintes alterações: (i) redução da validade dos certificados verdes de 16 meses para 12 meses; e (ii) a obrigatoriedade da Agência Nacional de Regulação do Sector da Energia (ANRE) comunicar anualmente qual será a quota de CV para o próximo ano.

O Governo romeno aprovou a proposta de portaria que fixou uma quota de 8,3% para 2017. O valor aprovado está de acordo com o valor proposto pela ANRE a 30 de Junho.

Em Outubro de 2016, o Ministério da Energia publicou para consulta uma proposta de alteração à actual lei RES, visando melhorar potencialmente a oferta excessiva de CVs e a sustentabilidade do sistema. Inclui, entre outras alterações, uma prorrogação do regime de CVs até 2031, uma supressão da indexação dos parâmetros dos CVs e a extensão da recuperação dos CVs para a energia eólica de 2018 a 2025. Relativamente aos projectos PV, a proposta de alteração apresenta o alargamento dos CVs até o final de 2024, fixando a recuperação de 2025 a 2030.

Enquadramento regulatório das actividades em Itália

Em 6 de Julho de 2012, o Governo aprovou a nova regulação sobre energias renováveis através do Decreto de Energias Renováveis (DM FER) introduzindo um regime de tarifas reguladas (afastando-se assim do anterior sistema de certificados verdes). Os principais aspectos da nova regulação estabelecida pelo DM FER são os seguintes: (i) os parques eólicos com mais de 5 MW serão remunerados através de um regime de tarifas reguladas definido por licitadores; (ii) a capacidade de licitação a ser estabelecida pela capacidade de trajectória das diferentes tecnologias; (iii) a tarifa de referência para 2013 é de 127 €/MWh para energia eólica terrestre (*onshore*) e as ofertas dos licitadores consistirão em descontos sobre uma tarifa de referência (em %); (iv) a tarifa de referência diminuirá 2% ao ano e (v) as tarifas serão concedidas por 20 anos.

Desde a implementação do sistema de leilões, foram realizados 3 leilões-invertidos. O último foi realizado em 2016 e concedeu 869,8 MW de contratos de aquisição. Foram concedidos 20 anos de PPA à EDP Renováveis SA para seis parques eólicos totalizando 127 MW de energia eólica.

Enquadramento regulatório das actividades no Brasil

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9.074 de 7 de Julho de 1995, que define a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10.438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10.762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10.848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5.025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10.438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a Eletrobras, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

Após o final do programa PROINFA, os produtores de energia renovável obtêm a sua remuneração mediante participação em leilões onde o único critério é o preço. Os vencedores dos leilões obtêm contratos de aquisição de energia ao preço oferecido. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

Em 13 de Novembro de 2015, teve lugar o último Leilão de Reserva (A-3). Como resultado, através deste leilão, o governo brasileiro contratou 1.664 MW de capacidade: energia eólica (548 MW) e energia solar PV (1.1 GW) num contrato de longo prazo de 20 anos. O leilão procurou exclusivamente projectos eólicos e solares, com data de início de fornecimento de energia a 1 de Novembro de 2018. O preço máximo da energia eólica foi de BRL 213/MWh. A EDPR através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil, S.A. garantiu neste leilão um Contrato de Compra de Energia de 20 anos para vender electricidade no mercado regulado. A energia será produzida por um parque eólico de 140 MW a ser implementado no Estado Brasileiro da Baía com entrada em funcionamento em 2018. O preço inicial do contrato de longo-prazo foi fixado em R\$199,37/MWh, indexado à taxa de inflação brasileira.

02. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das entidades consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas de 2016 e 2015 foram preparadas para apresentar de uma forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os exercícios acima referidos.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 27 de Fevereiro de 2017. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS EU requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

O balanço consolidado, a demonstração de resultados consolidada, a demonstração de alterações nos capitais próprios consolidados, a demonstração de fluxos de caixa consolidada e o respectivo anexo para 2016 incluem valores comparativos para 2015 que faziam parte das demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pelos accionistas em assembleia geral realizada em 14 de Abril de 2016.

b) Bases de consolidação

Entidades onde o Grupo exerce controlo

Os investimentos em subsidiárias onde o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Presume-se a existência de controlo quando o Grupo está exposto, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

Entidades onde o Grupo exerce controlo conjuntamente com outros parceiros

O Grupo classifica um acordo como acordo conjunto quando a partilha de controlo é estabelecida contratualmente. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo está exposto, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus direitos de voto. O controlo conjunto existe apenas quando exige que exista consentimento unânime entre as partes na tomada de decisões sobre as actividades relevantes.

Após determinar a existência de controlo conjunto, os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operação conjunta ou *joint venture*.

Uma operação conjunta é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, denominadas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com esse acordo, pelo que os activos e passivos subjacentes (e os respectivos custos e proveitos) são reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS aplicáveis.

Uma *joint venture* é uma operação por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como *joint ventures*, têm direitos sobre os activos líquidos (*net assets*) pelo que estas participações financeiras são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos das *joint ventures*, contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o seu valor contabilístico, este é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome dessa entidade.

Entidades onde o Grupo exerce influência significativa

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo da participada ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das entidades associadas, contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o seu valor contabilístico, este é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome dessa entidade.

Concentração de actividades empresariais

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de actividades empresariais.

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Ao avaliar a existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são actualmente exercíveis.

Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o *goodwill* na data da aquisição como:

- O justo valor dos activos transferidos; acrescido dos
- Interesses não controláveis reconhecidos na aquisição; acrescidos do

- Justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efectuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos activos adquiridos e passivos assumidos.

Caso o goodwill apurado seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício.

Os activos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de actividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos activos líquidos adquiridos. Os activos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor provisório. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes provisórios apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após este período, os ajustamentos à mensuração inicial são realizados apenas para a correcção de erros.

Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o *goodwill* representa o excesso entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional dos activos e passivos identificáveis e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo, a compra a baixo preço é registada imediatamente em resultados.

Os custos de transacção, com excepção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, em que o Grupo incorreu no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

Contabilização de aquisições de interesses não controláveis

Desde 1 de Janeiro de 2010, as aquisições de interesses são contabilizadas como transacções com accionistas logo nenhum *goodwill* é reconhecido em resultado de tais transacções. Os ajustamentos aos interesses não controláveis são efectuados com base num montante proporcional dos activos líquidos da subsidiária.

Anteriormente, o *goodwill* era reconhecido aquando da aquisição dos interesses não controláveis numa empresa subsidiária, que representava a diferença entre o valor de aquisição do investimento adicional e o valor contabilístico da participação nos activos líquidos dos adquiridos na data da transacção.

Investimentos em operações no estrangeiro

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo *goodwill* e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

As diferenças de câmbio são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados, como parte do ganho ou da perda na alienação.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respectivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida do rendimento integral e apresentados nas reservas de conversão cambial nos capitais próprios.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Transacções sob controlo comum

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Consequentemente, na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos consolidados do Grupo das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos recebidos e o valor pago é registado nos capitais próprios.

Opções de venda de interesses não controláveis

O Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda (written put options) concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação detida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de goodwill.

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais. Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses não controláveis, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

Concentração de actividades empresariais efectuada por fases

No caso de uma concentração de actividades empresariais alcançada por fases, o excesso do total (i) da contraprestação transferida, (ii) do valor de interesses não controláveis reconhecidos na adquirida e (iii) do justo valor da participação anteriormente detida no negócio adquirido; sobre o valor líquido dos activos identificáveis e dos passivos assumidos, é reconhecido como *goodwill*.

Se aplicável, a diferença negativa do total da contraprestação transferida, do montante de interesses não controláveis reconhecidos na adquirida, do justo valor da participação anteriormente detida no negócio adquirido; e da valorização dos activos líquidos adquiridos, é reconhecido na demonstração dos resultados. O Grupo reconhece a diferença entre o justo valor da participação anteriormente detida na empresa adquirida e o valor contabilístico no resultado consolidado, de acordo com a sua classificação prévia. Adicionalmente, o Grupo reclassifica os valores diferidos na demonstração do rendimento integral, relativos à participação anteriormente detida, para a demonstração dos resultados ou para reservas consolidadas, de acordo com sua natureza.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. Estas diferenças de câmbio decorrentes da conversão são reconhecidos na demonstração de resultados.

Os activos e passivos não-monetários expressos em moeda estrangeira registados ao custo histórico são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, se disponível, ou a cotações indicadas por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado, as quais são confrontadas em cada data de reporte, com cotações de mercado disponíveis em plataformas de informação financeira.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação de cobertura, a relação está identificada e formalmente documentada;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e as suas variações são contabilizadas como descrito em seguida.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos exercícios em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios nessa data, mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de activos líquidos (*net investment*)

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas decorrentes da não cobrabilidade de empréstimos e contas a receber à data da demonstração da posição financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados e podem ser revertidas se a estimativa das perdas diminuir em períodos subsequentes.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não se encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em acções encontram-se classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no exercício em que elas ocorrem.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor. No entanto, as respectivas variações são reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes instrumentos de capital são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificações entre categorias

O Grupo não efectua reclassificações de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data da demonstração da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, incluindo qualquer imparidade que resulte num impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Quando existe evidência de imparidade é determinado o valor recuperável dos activos financeiros, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade envolve julgamento, sendo que o Grupo considera, entre outros factores, a volatilidade do preço e a actual situação económica. Assim, no que respeita a títulos cotados, é considerada como continuada a desvalorização na cotação por um período superior a 24 meses e como significativa a desvalorização do título acima de 40%.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data da demonstração da posição financeira deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

g) Custos com empréstimos

Os custos com empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no exercício, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. No caso de projectos em fase de desenvolvimento os custos são capitalizados somente quando a sua construção esteja concluída. Se, devido a alterações na regulamentação ou outras circunstâncias, os custos capitalizados são desreconhecidos dos activos fixos tangíveis, os mesmos são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica "outros custos". Substituições ou renovações de itens completos, são reconhecidos como aumentos no valor dos activos fixos tangíveis, e os itens substituídos ou renovados são desreconhecidos e registados na rubrica "outros custos".

O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o activo em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 40
Equipamento básico:	
- Activos renováveis	30
- Outro equipamento básico	4 a 12
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo e utensílios	2 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 10

No final de Dezembro de 2016, o Grupo EDPR procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica de 25 para 30 anos (ver nota 3).

i) Activos intangíveis

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Aquisição e desenvolvimento de software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do exercício em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

Certificados Verdes

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia existe uma nova categoria de Certificados Verdes (CVs), que apesar de serem concedidos, a sua venda está restrita até 2017 (solar) e 2018 (eólica). Estes CVs diferidos são reconhecidos como activos intangíveis quando gerados pelo seu justo valor de mercado. Estes CVs irão ser compensados à medida que forem recebidos.

Contratos de aquisição de energia

Os Contratos de Aquisição de Energia (CAE) são contabilizados como activos intangíveis e amortizados pelo método linha recta, de acordo com a duração do contrato.

j) Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Activos não-correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos ou passivos relacionados que incluam, pelo menos, um activo não corrente) são classificados como detidos para venda nos casos em que o montante contabilístico seja recuperado, sobretudo através da sua venda, os activos ou grupos de activos que estão imediatamente disponíveis para venda e a sua venda seja altamente provável.

O Grupo classifica ainda como activos não correntes detidos para venda, os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos exclusivamente para sua revenda subsequente, que estão imediatamente disponíveis para venda e a sua venda seja altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

k) Imparidade de activos não financeiros

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto depois de imposto que reflecta a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O *goodwill* gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer *goodwill* alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao *goodwill* não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há alguma indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

l) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da sua transacção e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos exercícios a que dizem respeito.

m) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

n) Classificação dos activos e passivos como correntes e não correntes

O Grupo classifica os activos e passivos na demonstração da posição financeira como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são detidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data da demonstração da posição financeira ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data da demonstração da posição financeira.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são detidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data da demonstração da posição financeira ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data da demonstração da posição financeira, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data da demonstração da posição financeira e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Os pressupostos considerados para 2016 são:

	Europa	América do Norte	América do Sul
Custo médio por MW (Euros)			
Eólico (Estruturas de aço)	25.873	26.715	28.954
Eólico (Estruturas de betão)	33.954	-	29.915
Valor residual por MW (Euros)			
Eólico (Estruturas de aço)	35.603	33.942	46.338
Eólico (Estruturas de betão)	19.787	-	17.421
Taxa de desconto			
Euro	[0,00% - 1,77%]	-	-
PLN	[1,51% - 3,57%]	-	-
USD	-	[0,72% - 2,94%]	-
CAD	-	[0,72% - 2,94%]	-
RON	[0,65% - 3,87%]	-	-
BRL	-	-	[11,91% - 12,47%]
Taxa de inflação			
Zona Euro	[1,01% - 2,35%]	-	-
Polónia	[1,45% - 2,40%]	-	-
Roménia	[2,30% - 2,70%]	-	-
EUA	-	[2,00% - 2,30%]	-
Canadá	-	[2,00% - 2,30%]	-
Brasil	-	-	[4,20% - 5,64%]
Vida útil (número de anos)	30	30	30

Os pressupostos considerados para 2015 foram:

	Europa	América do Norte	América do Sul
Custo médio por MW (Euros)			
Eólico (Estruturas de aço)	14.000	21.618	16.304
Eólico (Estruturas de betão)	14.000	-	16.304
Valor residual por MW (Euros)			
Eólico (Estruturas de aço)	41.000	29.724	30.305
Eólico (Estruturas de betão)	41.000	-	30.305
Taxa de desconto			
Euro	[1,90% - 2,50%]	-	-
PLN	[3,00% - 4,00%]	-	-
USD	-	[3,85% - 5,00%]	-
CAD	-	[3,35% - 4,25%]	-
RON	[4,50% - 5,65%]	-	-
BRL	-	-	12,75%
Taxa de inflação			
Zona Euro	[1,75% - 1,85%]	-	-
Polónia	0,90%	-	-
Roménia	[1,75% - 1,85%]	-	-
EUA	-	2,50%	-
Canadá	-	2,25%	-
Brasil	-	-	5,4%
Vida útil (número de anos)	25	25	25

Devido à redefinição da vida útil dos activos das energias renováveis de 25 para 30 anos (ver nota 2 h e 3), o número de anos de capitalização da provisão para desmantelamento e descomissionamento foi alterado para 30 anos com efeitos a Dezembro de 2016.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. Neste sentido, o departamento técnico da EDPR efectuou uma análise profunda considerando a realidade dos parques da EDPR. Esta análise levou a concluir que o custo médio por megawatt e o valor residual dos activos das energias renováveis tinham de ser atualizados, de acordo com os valores acima divulgados, com efeitos a Dezembro de 2016.

A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

Passivos fiscais

Os passivos decorrentes do pagamento de impostos ou taxas relativos a uma actividade do Grupo são reconhecidos à medida que a actividade que desencadeou o pagamento é realizada, de acordo com a legislação que regulamenta esses impostos ou taxas. Contudo, no caso de impostos ou taxas com direito a reembolso do montante já pago proporcionalmente ao período de tempo em que não há actividade ou em que o activo que desencadeou o pagamento já não seja detido, os passivos são reconhecidos de forma proporcional.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de energia são reconhecidos no exercício em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os Certificados Verdes (CVs) diferidos são reconhecidos como proveitos ao justo valor de mercado.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, unwinding com passivos a valor descontado e written put options sobre interesses não controláveis, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, as variações de justo valor relativa a instrumentos financeiros e especialização do juro associado aos passivos relativos às parcerias com investidores institucionais.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data da demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de *goodwill*. Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data da demonstração da posição financeira e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias até ao limite de quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas maioritários, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

t) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data da demonstração da posição financeira, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa, e também os depósitos cativos relativos a parcerias institucionais nos EUA, que visam fazer face a despesas com os custos de construção dos projectos eólicos, nos próximos doze meses.

O Grupo classifica como caixa e equivalentes de caixa o saldo das contas correntes com o Grupo, formalizados no âmbito dos acordos cash-pooling.

u) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo exercício em que as despesas são reconhecidas.

v) Matérias ambientais

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no exercício a que respeitam.

w) Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais de produção (PTC), créditos fiscais ao investimento (ITC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante adiantamentos de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do período em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável aloável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em "Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA" e subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período contratual. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e créditos fiscais ao investimento (ITC), é registado como proveito de parcerias institucionais numa base pro rata pelos 25 anos de vida útil dos projectos subjacentes (ver nota 7). Os créditos fiscais à produção (PTC) entregues são registados à medida que são gerados. Este passivo é acrescido de juro calculado tendo por base o montante em dívida e a taxa interna de retorno acordada.

Após a *flip date*, o investidor institucional mantém interesses não controláveis residuais pela duração da sua parceria na estrutura. Este interesse não controlável tem direito a dividendos que oscilam entre 2,5% e 6% e percentagens de alocação de proveitos que oscilam entre 5% e 17%. A EDPR NA detém uma opção de compra sobre as participações residuais dos investidores institucionais ao preço de mercado durante um período definido após a *flip date*. O passivo relativo ao interesse residual é acrescido numa base linear desde a *funding date* até à *flip date*.

03. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS prevêem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efectuadas em anos subsequentes, serão reconhecidas prospectivamente.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Mensuração ao valor justo da retribuição contingente (*contingent consideration*)

A retribuição contingente, proveniente de uma concentração de actividades empresariais ou da venda de uma participação financeira minoritária sem perda de controlo, é mensurada ao justo valor na data de aquisição, como parte da concentração de actividades empresariais ou na data da venda no caso de uma alienação de uma participação financeira minoritária. A retribuição contingente é subsequentemente remensurada ao justo valor na data do balanço. O justo valor é baseado em fluxos de caixa descontados. Os principais pressupostos consideram a probabilidade de atingir cada objectivo e o factor de desconto e correspondem às melhores estimativas da gestão em cada data do balanço. Alterações nos pressupostos utilizados poderiam ter impactos significativos nos valores de retribuição contingente activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Redefinição da vida útil dos activos afectos à produção

De acordo com a IAS 8, as estimativas devem ser revistas quando estiverem disponíveis novas informações, que indiquem uma alteração nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram inicialmente criadas. Podemos constatar que uma extensão da vida útil dos activos de energias renováveis é uma tendência da indústria. Durante 2016, e perante este facto, o Conselho de Administração da EDPR decidiu realizar uma revisão profunda da vida útil dos seus activos de energias renováveis a fim de determinar qual o prazo de depreciação mais adequado a considerar nas suas demonstrações financeiras locais e IFRS. A análise realizada abrange aspectos técnicos (por meio de terceiros independentes e de análises técnicas internas), financeiros, económicos e outros factores, tais como restrições contratuais ou regulatórias. Com base nestes resultados, a EDPR aprovou, no final de Dezembro de 2016, a revisão da estimativa actual prolongando a vida útil dos seus activos de energias renováveis até 30 anos, levando, consequentemente, a uma alteração prospectiva nas amortizações do período. Embora a vida útil possa ter algum nível de variação discreta de activos, dependendo das particularidades específicas do local, considera-se razoável e correcto o uso do critério de 30 anos para todos os parques.

Imparidade de activos não financeiros

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Numa base anual, o Grupo revê os pressupostos utilizados na avaliação da existência de imparidade no *goodwill* resultante da aquisição de participações no capital de subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações em indicadores macroeconómicos e pressupostos de negócio utilizados pela gestão. O investimento financeiro em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do *goodwill* é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, consequentemente, os resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

O departamento técnico da EDPR realizou uma análise profunda considerando a realidade dos parques da EDPR. Esta análise levou a concluir que o custo médio por megawatt e o valor residual dos activos de energias renováveis tinham de ser atualizados, com efeitos a Dezembro de 2016 (ver nota 2 o). Adicionalmente, devido à alteração da vida útil dos activos de energias renováveis de 25 para 30 anos (ver nota 2 h), o número de anos de capitalização da provisão para desmantelamento e descomissionamento foi alterado para 30 anos com efeitos a Dezembro de 2016.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

Certificados Verdes

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia relativas aos Certificados Verdes (CVs), o Grupo assumiu os seguintes pressupostos:

(i) Para estimar o preço dos CVs, o modelo é baseado na regulamentação actual, incluindo as actualizações publicadas nos últimos meses, e estimativas da capacidade instalada de energia renovável a ser adicionada nos próximos anos;

(ii) Para estimar o preço a aplicar, o modelo de CVs determina se existirá excesso ou défice dos mesmos;

"De modo a determinar se existirá excesso ou défice de CVs, nós comparamos a procura com a oferta de CVs. A procura de CVs é calculada multiplicando o consumo bruto de electricidade pela quota de electricidade renovável. O crescimento da procura de electricidade é determinado com base nas estimativas mais recentes, incluindo as da ANRE." A EDPR fez análises de sensibilidade para as quotas e assumiu um cenário conservador que considera as últimas alterações regulatórias.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade.

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder no investimento.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nas demonstrações financeiras consolidadas.

04. Políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP Renováveis. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é efectuada pelos Departamentos Financeiro e de Risco Global da EDPR e as propostas de gestão de risco são analisadas e discutidas trimestralmente no Comité de Risco Financeiro da EDP Renováveis. A estratégia previamente acordada é partilhada com o Departamento Financeiro da EDP Energias de Portugal, S.A. para verificação da conformidade com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP/EDPR é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, conseqüentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura com características de exposição simétricas às do item coberto. A efectividade destas coberturas é reavaliada e monitorizada ao longo da sua vida útil.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objectivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política geral da EDP Renováveis é financiar cada projecto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projecto.

Actualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante do investimento na EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras geografias a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco, Leu Romeno, Libra Esterlina e Dólar Canadiano).

Para cobrir o risco originado com o investimento líquido na EDPR NA, a EDP Renováveis celebrou um CIRS em USD/EUR com a EDP Sucursal, e utiliza ainda dívida financeira expressa em USD. Seguindo a mesma estratégia adoptada para cobrir o risco do investimento nos EUA, a EDP Renováveis celebrou igualmente dois CIRS em BRL/EUR e dois em PLN/EUR para cobrir o risco do investimento no Brasil e na Polónia. (ver nota 35).

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Uma alteração de 10% na taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, iria originar um acréscimo/(redução) nos resultados e/ou capitais próprios antes de impostos do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

Milhares de Euros	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	10.822	-13.227	-	-
	10.822	-13.227	-	-

	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	-359	439	-	-
	-359	439	-	-

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais do Grupo são substancialmente independentes das flutuações das taxas de juro de mercado.

A estratégia de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, são contratados instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para a cobertura do risco de taxa de juro. Estes instrumentos financeiros cobrem os fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com maturidade até 10 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro ou fluxos de caixa futuros.

Cerca de 90% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa, incluindo as operações cobertas por instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é da responsabilidade do Departamento Financeiro do Grupo EDP e EDPR, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDPR e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 50 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e capital próprio (antes de impostos) como se segue:

Milhares de Euros	Resultados		31 Dez 2016	
	+ 50 BPS	- 50 BPS	+ 50 BPS	- 50 BPS
Derivados de cobertura dos fluxos de Caixa	-	-	8.334	-8.668
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.119	1.119	-	-
	-1.119	1.119	8.334	-8.668

Milhares de Euros	Resultados		31 Dez 2015	
	+ 50 BPS	- 50 BPS	+ 50 BPS	- 50 BPS
Derivados de cobertura dos fluxos de Caixa	-	-	15.668	-16.388
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-594	594	-	-
	-594	594	15.668	-16.388

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras

A exposição ao risco de contraparte do Grupo EDP Renováveis em transacções financeiras e não-financeiras é administrado por uma análise da capacidade técnica, competitividade e da probabilidade de incumprimento da contraparte. A EDP Renováveis definiu uma política de risco de contraparte inspirado em Basileia III que está implementada em todos os departamentos e geografias. O Grupo EDP Renováveis está exposto ao risco de contraparte nas transacções de instrumentos financeiros derivados e nas vendas de energia (electricidade, CV e RECs).

As contrapartes em derivados e operações financeiras são restritas a instituições de crédito de alta qualidade ou do Grupo EDP.

As contrapartes mais relevantes em operações financeiras e instrumentos financeiros derivados são empresas do Grupo EDP. A generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados é contratada ao abrigo do *ISDA Master Agreements* e a qualidade do crédito das contrapartes é analisada sendo exigidas garantias quando necessário.

No processo de venda da energia (energia elétrica, CVs e CERs produzidos), a exposição decorre de contas a receber de clientes mas também dos valores de mercado dos contratos de longo prazo:

- No caso específico da venda de energia do Grupo EDPR EU, os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMIE e MEFF no caso do mercado Espanhol). O risco de crédito não é significativo devido ao prazo médio de recebimentos limitado para saldos de clientes e a qualidade dos seus devedores. O risco adicional de contraparte vem dos países que estabeleceram incentivos renováveis, o que usualmente é tratado como um risco regulatório.
- No caso específico do Grupo EDPR NA, os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos. Tal como acontece na Europa, o risco de crédito não é significativo devido ao prazo médio de recebimentos e à qualidade dos seus devedores.

Contudo, a exposição ao valor de mercado dos contratos de longo prazo pode ser significativa. Esta exposição é gerida por uma avaliação detalhada da contraparte antes de assinar qualquer contrato de longo-prazo e por uma exigência de garantias quando necessário.

Relativamente a contas a receber e outros devedores, líquido de perdas por imparidade reconhecidas, o Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

A exposição máxima ao risco de crédito do cliente por tipo de contraparte está detalhada como se segue:

Milhares de Euros	Dez 2016	Dez 2015
Sector empresarial e particulares		
Empresas comercializadoras	35.289	51.131
B2B	-	-
B2C	-	-
Outros	2.395	8.308
Total Sector empresarial e particulares	37.684	59.439
Sector Publico	51.644	28.926
Total Sector publico e Sector empresarial/particulares	89.328	88.365

Os clientes, por Mercado geográfico e para o Grupo EDPR, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Dez 2016			
	Europa	America do Norte	Brasil	Total
Sector empresarial e particulares	30.772	3.223	3.689	37.684
Sector Publico	40.675	6.833	4.136	51.644
Total	71.447	10.056	7.825	89.328

Milhares de Euros	Dez 2015			
	Europa	America do Norte	Brasil	Total
Sector empresarial e particulares	55.904	1.262	2.273	59.439
Sector Publico	25.902	2.978	46	28.926
Total	81.806	4.240	2.319	88.365

A dívida de clientes vencida e sem imparidade, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2016	Dez 2015
Divida vencida e sem imparidade:		
Menos de 3 meses	3.943	18.535
Mais de 3 meses	3.033	3.188
Imparidade de clientes	-	-1.342
Divida não vencida e sem imparidade	82.352	67.984
Total	89.328	88.365

A antiguidade de clientes com divida vencida mas sem imparidade pode variar significativamente dependendo do tipo de cliente (sector empresarial e particular ou sector publico). O Grupo EDPR reconhece perdas por imparidade com base numa análise económica caso a caso, de acordo com as características dos clientes.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações contratadas através da manutenção de linhas de crédito suficientes e através do acesso ao financiamento do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal accionista, bem como directamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas actividades.

Gestão dos riscos de preço de mercado

A 31 de Dezembro de 2016 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços spot acrescido de um prémio pré-definido (regulado). Nos restantes países, os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas excepto para a Roménia e Polónia, onde a maioria das centrais eólicas tem contratos de preço fixo ou com limites mínimos.

Para a reduzida quantidade de energia vendida com risco de preço de mercado (electricidade, Certificados Verdes e CERs geradas, este risco de mercado é gerido através da contratação de swap de energia. A EDPR EU e a EDPR NA contrataram swaps de energia que se qualificam para efeitos de contabilidade de cobertura (cobertura de fluxos de caixa) relacionados com vendas de energia para os anos de 2017 a 2020 (ver nota 35). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir volumes de energia produzida reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda em mercado.

Gestão de capital

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capitais próprios de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira, do passivo por investimentos institucionais (*institucional equity liabilities*), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido de caixa e equivalentes de caixa.

05. Perímetro de consolidação

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

Empresas adquiridas:

- A EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 15% do capital social da EDP Renewables Romania, S.r.l.;
- A EDP Renovables España, S.L. adquiriu 15% do capital social da Eólica La Brújula, S.A.;
- A Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A. (AERTA) adquiriu 23,6% das acções próprias detidas por terceiros, com uma perda subsequente de 10,3% das participações financeiras indirectas detidas na empresa consolidada pelo método de equivalência patrimonial Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, SA (AERE), após uma reestruturação societária das empresas;
- A EDP Renewables, SGPS, S.A., adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas:
 - Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.
 - Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.
 - Parque Eólico do Planalto, S.A.
 - Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.
 - Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.

Esta transacção foi enquadrada, para efeitos de consolidação, como uma aquisição de activos fora do âmbito da IFRS 3 – Combinações de actividades empresariais, devido à natureza dessa transacção, ao tipo de activos adquiridos e à fase inicial de conclusão dos projectos;

- A EDP Renewables UK Ltd, adquiriu 33,36% do capital social da Moray Offshore Renewables Ltd à Repsol Nuevas Energías S.A. (Repsol);
- A EDPR Renewables Polska, SP ZO.O adquiriu 35% do capital social da Molen Wind II e 100% do capital social da Miramit Investments SP.Z O.O. e Tylon Investments S.A (cujo nome foi alterado para EDP Renewables Polska sp z o.o.);
- A EDPR France Holding, S.A.S adquiriu 100% do capital social da Parc Éolien Champagne Berrichonne, S.A.R.L.;

- A EDP Renováveis Brasil, S.A. adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas:
 - Central Eólica Babilônia I S.A.
 - Central Eólica Babilônia II S.A.
 - Central Eólica Babilônia III S.A.
 - Central Eólica Babilônia IV S.A.
 - Central Eólica Babilônia V S.A.

Esta transacção foi enquadrada, para efeitos de consolidação, como uma aquisição de activos fora do âmbito da IFRS 3 – Combinações de actividades empresariais, devido à natureza dessa transacção, ao tipo de activos adquiridos e à fase inicial de conclusão dos projectos.

- A EDP Renewables Italia, S.r.l. adquiriu 100% do capital social da Parco Eólico Banzi S.r.l. Esta transacção foi enquadrada, para efeitos de consolidação, como uma aquisição de activos fora do âmbito da IFRS 3 – Combinações de actividades empresariais (ver nota 42).
- A EDP Renewables Italia Holding, S.r.l. adquiriu:
 - (i) 100% do capital social das seguintes empresas:
 - Conza Energía S.r.l.
 - VRG Wind 149, S.r.l.
 - VRG Wind 127, S.r.l.
 - T Power S.P.A.
 - Lucus Power S.r.l.
 - (ii) 75% do capital social das seguintes empresas:
 - Tivano S.r.l.
 - San Mauro S.r.l.
 - AW 2 S.r.l.
 - (iii) 51% do capital social das seguintes empresas:
 - Sarve S.r.l.

Os accionistas de interesses não controláveis detêm opções de venda sobre a participação financeira que possuem na Tivano S.r.l., na San Mauro S.r.l. e na AW 2 S.r.l. pelo que estas empresas são consolidadas a 100% (ver nota 36).

Estas transacções foram enquadradas, para efeitos de consolidação, como uma aquisição de activos fora do âmbito da IFRS 3 – Combinações de actividades empresariais, devido à natureza dessa transacção, ao tipo de activos adquiridos e à fase inicial de conclusão dos projectos;

O impacto total das aquisições acima referidas, nas rubricas Accionistas da EDPR e nos interesses não controláveis representa um decréscimo de 23.199 milhares de Euros e 9.840 milhares de Euros, respectivamente.

Alienação de interesses não-controláveis:

- No primeiro trimestre de 2016, a EDP Renewables North America LLC., concluiu a operação de venda à Axiom Nove Acquisition Co LLC por 278.671 milhares de Euros, equivalentes a 307.034 milhares de Dólares Americanos (correspondendo a um preço de venda de 307.500 de Dólares Americanos deduzido de 466 milhares de Dólares Americanos de custos de transacção), de:

(i) 49% da sua participação financeira nas seguintes empresas:

- Waverly Wind Farm, LLC;
- Arbuckle Mountain Wind Farm, LLC;
- Rising Tree Wind Farm III, LLC;
- 2015 Vento XIV, LLC;
- 2015 Vento XIII, LLC;
- EDPR Wind Ventures XIV, LLC;
- EDPR Wind Ventures XIII, LLC

(ii) 24% da sua participação financeira nas seguintes empresas:

- Cloud County Wind Farm, LLC;
- Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC;
- Arlington Wind Power Project LLC;
- 2008 Vento III, LLC;
- Horizon Wind Ventures IC, LLC

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, que gerou um ganho total de 23.460 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a respectiva política contabilística adoptada.

- No segundo trimestre de 2016, a EDP Renewables Europe, S.L concluiu a operação de venda à Vortex Energy Investments II S.à r.l. por 272.880 milhares de Euros, equivalente a 550.000 milhares de Euros deduzidos de empréstimos no montante total de 272.740 milhares de Euros e 4.380 de custos de transacção, de 49% da sua participação financeira na EDPR Participaciones S.L.U, com uma redução subsequente das participações financeiras nas seguintes empresas:

Espanha

- Bon Vent de Vilalba, S.L.U.
- Bon Vent de l'Ebre, S.L.U.
- Eólica Don Quijote, S.L.U.
- Eólica Dulcinea, S.L.U.
- Eólica de Radona, S.L.U.
- Eólica del Alfoz, S.L.U.
- Eólica La Navica, S.L.U.

Bélgica

- Green Wind, S.A.

França

- Parc Éolien de Dammarie, S.A.S.
- Parc Éolien d'Escardes, S.A.S.
- Parc Éolien de Francourville, S.A.S.
- Parc Éolien de Montagne Fayel, S.A.S.
- Parc Eolien de Preuseville, S.A.S.

Portugal

- Eólica do Cachopo, S.A.
- Eólica do Velão, S.A.
- Eólica do Castelo, S.A.
- Eólica da Lajeira, S.A.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, que gerou um ganho total de 105.186 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a respectiva política contabilística adoptada.

- No quarto trimestre de 2016, a EDP Renewables Europe, S.L. concluiu a operação de venda à ACE Italy S.r.l. (Grupo CTG) por 45.666 milhares de Euros, equivalentes a 135.168 milhares de Euros deduzidos de empréstimos no montante de 89.162 milhares de Euros e 340 milhares de Euros de custos de transacção, de 49% da sua participação financeira na EDPR Italia S.r.l., com uma redução subsequente das participações financeiras nas seguintes empresas:

- Villa Castelli Wind S.r.l.
- Pietragalla Eolico S.r.l.
- Parco Eólico Banzi S.r.l.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, que gerou um ganho total de 16.596 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a respectiva política contabilística adoptada.

- No quarto trimestre de 2016, a EDP Renewables Polska sp z o.o. concluiu a operação de venda à ACE Poland S.A.R.L. (Grupo CTG Group) por 100.670 milhares de Euros, equivalentes a 226.349 milhares de Euros deduzidos de empréstimos no montante total de 124.778 milhares de Euros e 901 milhares de Euros de custos de transacção, de 49% da sua participação financeira na EDP Renewables Polska Holdco S.A., com uma redução subsequente das participações financeiras nas seguintes empresas:

- Relax Wind Park III, Sp. Z o.o.
- Relax Wind Park I, Sp. Z o.o.
- Elektrownia Wiatrowa Kresy I, Sp. Z o.o.
- Molen Wind II, Sp. Z o.o.
- Korsze Wind Farm, Sp. Z o.o.
- Radziejów Wind Farm, Sp. Z o.o.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, que gerou um ganho total de 14.783 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a respectiva política contabilística adoptada.

Empresas alienadas e liquidadas

- A EDP Renewables UK Ltd. vendeu 49% da Inch Cape Offshore Ltd. pelo montante total de 15.802 milhares de Euros. O impacto desta venda na Demonstração de Resultados das demonstrações financeiras consolidadas constitui um ganho de 2.324 milhares de Euros;
- A EDP Renewables Polska, SP ZO.O vendeu 60% da empresa polaca J&Z Wind Farms, SP. Z o.o. pelo montante total de 12.891 milhares de Euros. O impacto desta venda representa um decréscimo nos interesses não controláveis no montante de 4.344 milhares de Euros e o impacto na Demonstração de Resultados das demonstrações financeiras consolidadas constitui um ganho de 6.958 milhares de Euros (ver nota 8);
- A EDP Renewables South Africa Proprietary Ltd vendeu 43% da empresa sul africana Modderfontein Wind Energy Project Proprietary Ltd sem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.
- A EDP Renovables España, S.L. liquidou a Cultivos Energéticos de Castilla S.A.;
- A EDP Renewables Europe, S.L. liquidou a EDPR RO Trading, S.r.l.;
- A EDP Renewables North America LLC liquidou a Verde Wind Power LLC, a Pioneer Prairie Wind Farm II LLC e a Pioneer Prairie Interconnection LLC.

Empresas constituídas:

- EDPR Participaciones S.L.U.;
- Parc Éolien de Flavin S.A.S.;
- Parc Éolien de Citernes S.A.S.;
- Parc Éolien de Prouville S.A.S. ;
- Parc Éolien de Louvières S.A.S. ;
- Redbed Plains Wind Farm LLC.;
- EDP Renewables Vento IV Holding LLC.;
- Moray Offshore Renewable Power Limited;
- Moray Offshore Windfarm (West) Limited;
- 2016 Vento XV LLC ;

- 2016 Vento XVI LLC;
- EDPR Wind Venture XV LLC;
- EDPR Wind Venture XVI LLC;
- Headwaters Wind Farm II LLC*;
- Moran Wind Farm LLC*;
- Spruce Ridge Wind Farm LLC*;
- Meadow Lake Wind Farm VI LLC*;
- Meadow Lake Wind Farm VII LLC*;
- Paulding Wind Farm V LLC*;
- Waverly Wind Farm II LLC*;
- Reloj del Sol Wind Farm LLC*;
- Blue Marmot I LLC*;
- Blue Marmot II LLC*;
- Blue Marmot III LLC*;
- Blue Marmot IV LLC*;
- Blue Marmot V LLC*;
- Blue Marmot VI LLC*;
- Blue Marmot VII LLC*;
- Blue Marmot VIII LLC*;
- Blue Marmot IX LLC*;
- Blue Marmot X LLC*;
- Blue Marmot XI LLC*;
- Horse Mountain Wind Farm LLC*;
- Riverstart Solar Park LLC*;
- Riverstart Solar Park II LLC*;
- Hidalgo Wind Farm II LLC*;
- Big River Wind Power Project LLC*;
- Rolling Upland Wind Farm LLC*;
- Horizon Wind Freeport Windpower I LLC*.

* A EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2016 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional

Outras alterações:

- A EDPR Renewables Italia, S.r.l. aumentou a sua participação financeira na empresa Re Plus, S.r.l. para 100% através da diluição da participação financeira do outro accionista da empresa, devido a uma redução de capital e subsequente aumento de capital integralmente subscrito pela EDPR. O impacto desta transacção representa uma diminuição nos interesses não controláveis e um aumento no capital próprio atribuível aos accionistas da EDP Renováveis no montante de 621 milhares de Euros, respectivamente.
- A EDPR International Investments B.V. (antiga Tarcan B.V.) diluiu a sua participação financeira na Eólica de Coahuila, S.A. de C.V. para 51% do capital social, devido a um aumento de capital integralmente subscrito pela Energía Bal, S.A. de C.V e por outras empresas do mesmo Grupo. O impacto desta transacção nas Demonstrações Financeiras Consolidadas não é significativo.
- A EDP Renewables România, S.r.l. foi fusionada na S.C. Ialomita Power S.r.l.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

Empresas adquiridas:

- Em Setembro de 2015, os membros do consórcio ENEOP chegaram a um acordo em relação à divisão de activos do consórcio que tinha sido criado para um contrato de energia eólica lançado pelo Governo Português em 2005-2006. Nos termos deste acordo, o Grupo EDPR passou a deter o controlo exclusivo do seguinte portfólio de parques eólicos:
 - Eólica do Alto da Lagoa, S.A.
 - Eólica das Serras das Beiras, S.A.
 - Eólica do Cachopo, S.A.
 - Eólica do Castelo, S.A.
 - Eólica da Coutada, S.A.
 - Eólica do Espigão, S.A.
 - Eólica da Lajeira, S.A.
 - Eólica do Alto do Mourisco, S.A.
 - Eólica dos Altos dos Salgueiros-Guilhado, S.A.
 - Eólica do Alto da Teixosa, S.A.
 - Eólica da Terra do Mato, S.A.
 - Eólica do Velão, S.A.

Esta transacção foi tratada como uma combinação de actividades empresariais por etapas tendo gerado um ganho provisório na reavaliação do investimento anteriormente detido no montante de 124.750 milhares de Euros, que foi reconhecido na rubrica Outros proveitos (ver nota 43 e 8).

- A EDP Renovables España, S.L. adquiriu 2% do capital social da Acampo Arias, S.L., 24% do capital social da Compañía Eólica, Campo de Borja, S.A., 5% do capital social da D.E. Rabosera, S.A., 20% do capital social da Molino de Caragüeyes, S.L., 5% do capital social da Parque Eólico La Sotonera, S.L., 16% do capital social da Eólica Alfoz, S.L., 40 % do capital social da Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L., 40% do capital social da Parques de Generación Eólica, S.L., 32 % do capital social da Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A. e 40% do capital social da Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L. com ganho subsequente de 100% da participação financeira: Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A., Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A., Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L., Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L. and Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.;
- A EDP Renováveis, S.A. celebrou um acordo para adquirir 45% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. à EDP Energias do Brasil S.A. Posteriormente a este acordo, a EDP Renováveis Brasil, S.A realizou um aumento de capital exclusivamente subscrito pela EDP Renováveis, S.A., diluindo a participação da EDP Energias do Brasil S.A. de 45% para 29%.
- A EDPR Yield, S.A.U. adquiriu 100% do capital social da EDPR Yield Spain Services, S.L.U.
- A EDP Renováveis Brasil, S.A. adquiriu 100% do capital social da Central Eólica Aventura II, S.A.;
- A EDP Renewables, SGPS, S.A. adquiriu 19.40% do capital social da WindPlus, S.A. e 100% do capital social da Stirlingpower, Unipessoal Lda.
- A EDP Renewables Polska, Sp. z o.o. adquiriu 100% do capital social da Brent Investments, S.A.

O impacto total das aquisições acima referidas, no capital próprio atribuível aos accionistas da EDP Renováveis e nos interesses não controláveis ascendeu a 30.960 milhares de Euros e -97.321 milhares de Euros, respectivamente.

Alienação de interesses não controláveis:

- A EDP Renovables España, S.L. vendeu 6% da sua participação financeira à Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U. por 18 milhares de Euros;
- No segundo trimestre de 2015, a EDP Renewables North America LLC. concluiu a venda à Fiera Axiom LLC, por 292.558 milhares de Euros, equivalentes a 324.716 milhares de Dólares Americanos (correspondendo a um preço de venda de 348.000 milhares de Dólares Americanos deduzido de 6.009 milhares de Dólares Americanos de custos de transacção e 17.275 milhares de Dólares Americanos de distribuições de capital):

(i) 49% das suas participações nas seguintes empresas:

- Blue Canyon Windpower V, LLC;
- Paulding Wind Farm II LLC;
- Headwaters Wind Farm LLC;
- Rising Tree Wind Farm LLC;
- Rising Tree Wind Farm II;
- 2009 Vento V, LLC;
- 2011 Vento IX, LLC;
- 2014 Vento XI, LLC;
- 2014 Vento XII, LLC;
- Horizon Wind Ventures III, LLC;
- Horizon Wind Ventures IX, LLC;
- EDPR Wind Ventures XI, LLC;
- EDPR Wind Ventures XII, LLC.

(ii) 25% das suas participações nas seguintes empresas:

- Cloud County Wind Farm, LLC;
- Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC;
- Arlington Wind Power Project LLC;
- 2008 Vento III, LLC;
- Horizon Wind Ventures IC, LLC

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença negativa entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante total de 19.096 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

- No segundo trimestre de 2015, a EDP Renewables North America LLC. vendeu à DIF Infra 3 US LLC 49% da sua participação financeira, por 25,281 milhares de Euros, equivalentes a 28.060 milhares de Dólares Americanos (correspondendo a um preço de venda de 30.000 milhares de Dólares Americanos deduzido de 1.940 milhares de Dólares Americanos de custos de transacção) nas seguintes empresas:

- EDPR Solar Ventures I;
- 2014 Sol I, LLC;
- Lone Valley Solar Park I LLC;
- Lone Valley Solar Park II LLC

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença negativa entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante total de 427 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

- No segundo trimestre de 2015, a EDP Renováveis Brasil, S.A. vendeu à Cwei Brasil Participações Lda (CWEI Brasil) 49% da sua participação financeira num conjunto de activos de parques eólicos, por 66.962 milhares de Euros, equivalentes a 247.664 milhares de Reais Brasileiros (correspondendo a um preço de venda de 249.613 milhares de Reais Brasileiros deduzido de 1.949 milhares de Reais Brasileiros de custos de transacção) nas seguintes empresas:

- Central Eólica Aventura I, S.A.;
- Central Nacional de Energia Eólica, S.A.;
- Elebras Projetos Ltda;
- Central Eólica Feijao I, S.A.;
- Central Eólica Feijao II, S.A.;
- Central Eólica Feijao III, S.A.;
- Central Eólica Feijao IV, S.A.;
- Central Eólica Jau, S.A

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante total de 14.800 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

Empresas liquidadas:

- A EDPR Renovables España, S.L. liquidou a Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A. e a Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.;

Empresas constituídas:

- Vientos de Coahuila, S.A. de C.V.;
- TACA Wind, S.r.l.;
- EDPR Yield France Services, S.A.S;
- EDPR Yield Portugal Services, Unip. Lda.
- EDPR PT - Parques Eólicos, S.A.
- EDPR Servicios de Mexico, S. de R.L. de C.V.;
- 2015 Vento XIII, LLC;
- 2015 Vento XIV, LLC *;
- EDPR Wind Ventures XIII, LLC;
- EDPR Wind Ventures XIV, LLC;
- EDPR Vento I Holding, LLC;
- EDPR WF, LLC
- Nation Rise Wind Farm GP Inc.*;
- Nation Rise Wind Farm LP;
- South Branch Wind Farm II GP Inc.*;
- South Branch Wind Farm II LP *;
- EDP Renewables Sharp Hills Project LP;

* A EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2015 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo EDPR em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estão apresentadas no Anexo I.

06. Volume de negócios

A rubrica de Volume de negócios é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Vendas por negócio e geografia		
Electricidade na Europa	908.819	826.699
Electricidade na América do Norte	507.607	498.018
Electricidade no Brasil	34.424	21.379
	1.450.850	1.346.096
Outros	1.897	315
	1.452.747	1.346.411
Prestação de serviços	1.745	3.421
Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis		
Custo das matérias-primas e consumíveis	-6.341	2.881
Variação dos inventários	5.063	-3.108
	-1.278	-227
Total Volume de Negócios	1.453.214	1.349.605

O detalhe do volume de negócios por segmento é apresentado no relato por segmentos (ver nota 43).

07. Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA

Os proveitos decorrentes de parceiros institucionais em parques eólicos nos EUA no montante de 197.544 milhares de Euros (31 Dezembro de 2015: 197.442 milhares de Euros) incluem o reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC), benefícios fiscais associados ao investimento (ITC) e outros benefícios fiscais relacionados essencialmente com a aceleração das taxas de depreciação dos projectos Sol I, Blue Canyon I e Vento I ao XVI (ver nota 31).

08. Outros proveitos

A rubrica de Outros proveitos é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Ganhos em concentrações de actividades empresariais	3.890	124.750
Amortização do proveito diferido relativo a contratos de aquisição de energia	4.915	9.961
Contratos e indemnizações de seguradoras	19.740	11.905
Outros proveitos	25.207	14.944
	53.752	161.560

Os ganhos em concentrações de actividade empresariais incluem o proveito resultante da aquisição da empresa italiana Parco Eolico Banzi S.r.l. no montante de 3.040 milhares de Euros (ver nota 42). Esta rubrica incluía em 2015 o ganho resultante da incorporação da carteira de parques eólicos da ENEOP.

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados em aproximadamente 190.400 milhares de USD e registados como passivo não corrente (ver nota 32). Este passivo é amortizado pelo período de duração dos contratos por contrapartida de Outros proveitos. A 31 de Dezembro de 2016, a amortização do período foi de 4.915 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 9.961 milhares de Euros).

Os Outros proveitos incluem o ganho gerado na alienação da empresa polaca J&Z Wind Farms, SP. Z o.o, no montante de 6.958 milhares de Euros (ver nota 5 e 25).

09. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é analisada como segue

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Rendas e alugueres	54.819	47.021
Conservação e reparação	177.730	169.457
Trabalhos especializados:		
- Serviços de informática, jurídicos e de consultoria	14.808	19.612
- Serviços partilhados	9.331	7.292
- Outros serviços	11.217	12.248
Outros fornecimentos e serviços externos	36.835	37.098
	304.740	292.728

10. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de Custos com o pessoal e benefícios aos empregados é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Custos com o pessoal		
Remuneração dos órgãos sociais	723	689
Remunerações	72.571	66.641
Encargos com remunerações	11.893	10.979
Remuneração variável dos colaboradores	15.974	15.336
Outros custos	1.706	2.045
Trabalhos para a própria empresa	-18.963	-20.770
	83.904	74.920
Benefícios aos empregados		
Custos com planos de pensões	3.676	3.301
Custos com plano médico e outros benefícios	6.314	4.560
Outros	-	1.487
	9.990	9.348
	93.894	84.268

A 31 de Dezembro de 2016 e a 31 de Dezembro de 2015, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (3.628 milhares de Euros e 3.284 milhares de Euros, respectivamente) e a planos de benefício definido (48 milhares de Euros e 17 milhares de Euros, respectivamente).

O número médio de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por cargos de direcção e categoria profissional, é apresentado como segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Órgãos sociais		
	17	17
	17	17
Directores / Chefias superiores	89	81
Quadros médios	591	561
Profissionais altamente qualificados e qualificados	278	260
Outros empregados	97	75
	1.055	977
	1.072	994

11. Outros custos

A rubrica de Outros custos é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Impostos	77.382	79.207
Perdas em activos fixos tangíveis	5.696	72.248
Outros custos e perdas	51.847	37.861
	134.925	189.316

A rubrica Impostos, a 31 de Dezembro de 2016, inclui o montante de 26.020 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 28.365 milhares de Euros) relativos à taxa de 7% aplicável sobre os direitos de geração de electricidade em Espanha, incidindo sobre todos os parques eólicos em operação.

Em 2016, o Grupo EDPR procedeu ao abate de activos fixos tangíveis em curso, que se referem a: (i) 825 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR North America (41.423 milhares de Euros em 2015), que foram considerados economicamente inviáveis nas actuais condições de mercado; (ii) 2.368 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR Europe, na sequência da sua reduzida probabilidade de desenvolvimento futuro (20.638 milhares de Euros em 2015); e (iii) 2.236 milhares de Euros, devido aos custos incrementais relativos aos danos ocorridos na torre de medição do parque eólico offshore detido pela Moray Offshore Renewables Limited, uma subsidiária da EDPR UK Limited (5.395 milhares de Euros em 2015) (ver nota 15).

12. Amortizações e imparidades

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	727	795
Equipamento básico	608.581	551.560
Outros	8.638	11.136
Imparidade	3.387	21.542
	621.333	585.033
Activos intangíveis		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	3.162	2.263
Imparidade	-	-
	3.162	2.263
Imparidade do Goodwill		
	-	170
	624.495	587.466
Amortização de proveitos diferidos (Subsídios governamentais)	-22.208	-22.837
	602.287	564.629

Não existem imparidades significativas em 2016. Em 2015, o Grupo EDPR registou uma perda por imparidade em activos fixos tangíveis de 26.491 milhares de Euros em resultado dos testes de imparidade realizados aos parques eólicos e certificados verdes na Roménia (ver nota 15 e 16).

13. Proveitos e custos financeiros

A rubrica de Proveitos e custos financeiros é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	7.899	26.795
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	110	475
Justo valor	30.729	20.154
Diferenças de câmbio favoráveis	12.941	13.946
Outros proveitos financeiros	2.563	106
	54.242	61.476
Custos financeiros		
Juros suportados	189.499	194.277
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	56.067	42.965
Justo valor	31.702	17.716
Diferenças cambiais desfavoráveis	13.745	14.150
Trabalhos para a própria empresa	-23.013	-22.986
Efeito financeiro do desconto (<i>unwinding</i>)	95.433	83.421
Outros custos financeiros	40.902	17.416
	404.335	346.959
Resultados financeiros	-350.093	-285.483

Os Instrumentos financeiros derivados incluem liquidações de juros resultantes do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 35 e 37).

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 2g), os custos de empréstimos (juros) capitalizados em activos fixos tangíveis em curso, a 31 de Dezembro de 2016, ascendiam a 23.013 milhares de Euros (em 31 de Dezembro de 2015 ascendiam a 22.986 milhares de Euros) (ver nota 15) estando incluídos na rubrica de Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variam de acordo com os respectivos empréstimos, entre 0,42% e 9,75% (31 de Dezembro de 2015: 0,57% e 14,14%).

A rubrica de juros suportados diz respeito aos juros de empréstimos com taxas contratadas e de mercado.

Os custos referentes ao *unwinding* referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento e desactivação de parques eólicos no valor de 4.610 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 4.006 milhares de Euros) (ver nota 30) e ao retorno financeiro implícito nas parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 90.337 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 78.953 milhares de Euros) (ver nota 31).

14. Impostos sobre lucros

Principais características dos sistemas fiscais dos países em que o Grupo EDP Renováveis opera

As taxas nominais de imposto sobre o rendimento aplicáveis nos países em que o Grupo EDP Renováveis opera são as seguintes:

País	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Europa:		
Bélgica	33,99%	33,99%
França	33,33% - 34,43%	33,33% - 34,43%
Itália	27,5% - 32,3%	27,5% - 32,3%
Polónia	19%	19%
Portugal	21% - 29,5%	21% - 29,5%
Roménia	16%	16%
Espanha	25%	28%
Reino Unido	20%	20% - 21%
América:		
Brasil	34%	34%
Canadá	26,50%	26,50%
México	30%	30%
Estados Unidos da América	38,2%	38,2%

A EDP Renováveis S.A. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal aplicável. No entanto, a empresa e a maioria das suas subsidiárias espanholas em Espanha são tributadas de acordo com o regime de consolidação fiscal aplicável, nos termos da lei espanhola. A EDP - Energias de Portugal, S.A. - Sucursal en España (Sucursal) é a empresa dominante deste Grupo que inclui outras subsidiárias que não se encontram dentro da indústria das energias renováveis.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os períodos fiscais podem ser sujeitos a revisão por diversas administrações fiscais durante um número limitado de anos. Os prazos de prescrição variam de país para país, como é apresentado de seguida: EUA, Bélgica e França: 3 anos; Espanha, Reino Unido, Itália e Portugal: 4 anos ou, no caso de Portugal, se as perdas/ganhos fiscais tiverem sido usados, o número de anos que essas perdas/ganhos fiscais possam ser reportadas; Brasil, Roménia, Polónia, Itália e México: 5 anos; e Canadá: 10 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em cada ano são também sujeitos a revisão e reavaliação das administrações fiscais. Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes, do seguinte modo: 5 anos na Polónia, 7 anos na Roménia; 10 no México; 12 em Portugal (que reduziu para 5 anos a partir de 2017); 20 nos EUA e Canadá; e indefinidamente em Espanha, França, Itália, Bélgica, Brasil e Reino Unido. Além disso, no Reino Unido e em França as perdas fiscais de um determinado período podem ser utilizadas na base tributável apurada no ano fiscal anterior, e nos EUA e Canadá para os 2 e 3 anos anteriores, respectivamente. Contudo, as deduções de prejuízos fiscais em Portugal, Espanha, Brasil, França, Itália e Polónia podem ser limitadas a uma percentagem do lucro tributável de cada período.

As empresas do Grupo EDP Renováveis podem, de acordo com a legislação, beneficiar de determinados benefícios fiscais ou incentivos, em condições específicas, nomeadamente Benefícios Fiscais à Produção nos EUA, que são a forma dominante de remuneração da energia eólica nesse país, e representam uma fonte de receita extraordinária por unidade de electricidade (\$23/MWh em 2016 e 2015), ao longo dos primeiros 10 anos de vida útil do activo.

A política de preços de transferência do Grupo EDP Renováveis encontra-se de acordo com as regras, directrizes e as melhores práticas internacionais aplicáveis nas diversas geografias onde o Grupo opera, no estrito cumprimento da letra e do espírito da Lei.

Alterações legislativas com relevância para o Grupo EDP Renováveis em 2016

Taxa de imposto sobre o rendimento das sociedades

- A taxa nominal de imposto sobre o rendimento das sociedades aplicável em Espanha (em particular, no chamado "Território Comum") reduziu de 28% para 25%, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016, ao abrigo da Lei 27/2014, de 27 de Novembro de 2014.
- Em 2016, as taxas nominais de imposto sobre o rendimento (IRES) aplicáveis em 2017 em Itália, França e Reino Unido reduziram, como segue:
 - Em Itália, de 27,5% para 24%, de acordo com a Lei do Orçamento de 2016, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2017;
 - Em França, o Governo anunciou em 2016 que, antes de 2020, a taxa de imposto sobre o rendimento seria progressivamente reduzida de 33,33% para 28% para todas as empresas, com início em 2017 para as pequenas e médias empresas e expandindo de forma gradual para as grandes empresas numa segunda fase;
 - No Reino Unido, o Governo anunciou no Summer Budget 2015 a legislação que fixa a principal taxa de imposto sobre o rendimento (para todos os lucros, excepto os de "ring fence") em 19% para os exercícios a iniciar a 1 de Abril de 2017 e em 18% para os exercícios a iniciar a 1 de Abril de 2020. No Orçamento de 2016, o Governo anunciou uma redução adicional para 17% para os exercícios a iniciar a 1 de Abril de 2020.

Prejuízos fiscais reportáveis

- Em Espanha, o Real Decreto-Lei nº 3/2016, de 2 de Dezembro de 2016, introduziu restrições à utilização de prejuízos fiscais reportáveis para as empresas com um volume de negócios igual ou superior a 20.000 milhares de Euros, nos 12 meses anteriores ao início do exercício fiscal relevante, como segue:
 - Empresas com um volume de negócios igual ou superior a 20.000 milhares de Euros e inferior a 60.000 milhares de Euros: a utilização de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 50% da base tributável;
 - Empresas com um volume de negócios igual ou superior a 60.000 milhares de Euros: a utilização de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 25% da base tributável.
- Em Portugal, a Lei do Orçamento do Estado para 2016 (Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março de 2016) reduziu o período de reporte dos prejuízos fiscais de 12 para 5 anos, para os prejuízos fiscais apurados em exercícios fiscais a iniciar em ou após 1 de Janeiro de 2017.

Provisão para impostos sobre os lucros

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Imposto corrente	-49.928	-51.423
Imposto diferido	12.359	6.076
Impostos sobre lucros	-37.569	-45.347

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Resultado antes de impostos	213.681	290.838
Imposto do período	-37.569	-45.347
Taxa efectiva de imposto	17,58%	15,59%

A diferença entre o imposto teórico e efectivo decorre da aplicação das disposições previstas na lei, na determinação da base tributável, conforme se demonstra de seguida.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Resultado antes de impostos	213.681	290.838
Taxa nominal de imposto (*)	25,00%	28,00%
Imposto teórico	-53.420	-81.435
Reavaliações contabilísticas, amortizações, depreciações e provisões	9.241	-3.207
Prejuízos e créditos fiscais	7.434	-2.887
Investimentos financeiros em associadas	2.453	1.884
Diferenças entre as mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-2.406	35.294
Efeitos de taxa de imposto em jurisdições estrangeiras	-18.963	-14.957
Benefícios fiscais	4.559	6.799
Outros	13.533	13.162
Imposto efectivo, conforme demonstração dos resultados consolidados	-37.569	36.088

(*) Taxa nominal de imposto sobre o rendimento em vigor em Espanha

A rubrica Reavaliações fiscais, amortizações, depreciações e provisões inclui essencialmente o efeito líquido de reavaliação fiscal de determinados activos elegíveis detidos em Portugal pela EDPR, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro, o que levou a um aumento da sua base fiscal de 70.477 milhares de Euros. Em consequência, o Grupo EDPR reconheceu activos por impostos diferidos no valor de 19.481 milhares de Euros que serão recuperados através da dedução fiscal da reserva de reavaliação inerente, a amortizar em 8 anos a partir de 2018. A reserva de reavaliação fiscal foi tributada em 2016 a uma taxa fixa de 14 % (a pagar em 3 tranches iguais com maturidade a 20 de Dezembro de 2016, 15 de Dezembro de 2017 e 15 de Dezembro de 2018 - ver nota 33), que foi reconhecida no imposto corrente no montante total de 9.677 milhares de Euros. Consequentemente, o efeito líquido desta reavaliação no resultado líquido do período é de aproximadamente 9.808 milhares de Euros.

15. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Valor bruto		
Terrenos e recursos naturais	31.519	31.135
Edifícios e outras construções	20.445	18.650
Equipamento básico:		
- Produção renovável	17.073.075	15.235.392
- Outro equipamento básico	6.700	6.695
Outros	112.969	100.754
Activos fixos tangíveis em curso	917.652	1.243.106
	18.162.360	16.635.732
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade		
Depreciações do período	-617.946	-563.491
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	-4.012.314	-3.368.734
Imparidade do período	-3.387	-21.542
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-91.286	-69.513
	-4.724.933	-4.023.280
Valor líquido contabilístico	13.437.427	12.612.452

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis, durante 2016, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Adições	Alienações /Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Variações perímetro /outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto							
Terrenos e recursos naturais	31.135	563	-583	-	404	-	31.519
Edifícios e outras construções	18.650	1.090	-	27	678	-	20.445
Equipamento básico	15.242.087	174.107	-4.263	1.310.300	318.923	38.621	17.079.775
Outros	100.754	8.891	-334	1.813	1.845	-	112.969
Activos fixos tangíveis em curso	1.243.106	978.323	-4.773	-1.312.140	14.687	-1.551	917.652
	16.635.732	1.162.974	-9.953	-	336.537	37.070	18.162.360

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Dotação do período	Perdas por imparidade /reversões	Alienações /Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Variações perímetro /outros	Saldo em 31 Dez
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Edifícios e outras construções	11.156	727	-	-	-	329	-	12.212
Equipamento básico	3.938.575	608.581	3.387	-1.837	-	78.565	2.035	4.629.306
Outros	73.549	8.638	-	-237	-	1.541	-76	83.415
	4.023.280	617.946	3.387	-2.074	-	80.435	1.959	4.724.933

Conforme explicado na nota 3, o Conselho de Administração tomou a decisão de estender a vida útil dos activos renováveis de 25 para 30 anos no final de Dezembro de 2016. Uma vez que esta decisão ocorreu no final de 2016, não tem impactos significativos na amortização dos activos renováveis do corrente exercício.

A rubrica de equipamento básico inclui o valor bruto dos parques eólicos que se encontram em operação.

As adições incluem a alocação do custo de aquisição das seguintes empresas, devido à natureza da transacção, do tipo de activos adquiridos e à percentagem inicial de acabamento dos projectos (ver nota 5):

- empresas italianas Conza Energía, Sarve, VRG Wind 149, VRG Vento 127, T Power S.P.A, Tivano, San Mauro, AW 2 e Lucus Power no montante de 11.292 milhares de Euros;
- empresas portuguesas Serra do Oeste, Torrinheiras, Planalto, Pinhal Oeste e Cabeço Norte, no montante de 8.963 milhares de Euros;
- empresas brasileiras Babilônia I, Babilônia II, Babilônia III, Babilônia IV e Babilônia V, no montante de 8.292 milhares de Euros;
- empresa francesa Champagne Berrichone, no montante de 1.012 milhares de Euros;

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração, referem-se essencialmente a parques eólicos do Grupo EDP Renováveis que entraram em exploração nos EUA, Brazil, Polónia e França.

A rubrica alienações/abates inclui o montante de 3.193 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso maioritariamente na Polónia e nos Estados Unidos da América e um abate adicional de 2.236 milhares de Euros devido aos danos ocorridos no ano anterior na torre de medição do parque eólico *offshore* detido pela Moray (ver nota 11).

A rubrica Variações de perímetro/Outros inclui o impacto da consolidação do novo parque eólico italiano Banzi no Grupo EDPR no montante de 38.767 milhares de Euros (ver nota 42).

A empresa subscreveu um programa global de seguros para cobrir riscos relativos a activos fixos tangíveis. A cobertura proporcionada por estas apólices é considerada como suficiente.

Os empréstimos contratados como *project finance* são garantidos pelas acções dos parques eólicos correspondentes e, em última instância, pelos activos fixos dos parques eólicos com os quais o financiamento está relacionado (ver nota 29). Adicionalmente, a construção de determinados activos foi parcialmente financiada por garantias recebidas de diferentes Instituições Governamentais.

Os movimentos em Activos fixos tangíveis em 2015 é analisado como se segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Adições	Alienações /Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Variações perímetro /outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto							
Terrenos e recursos naturais	32.977	447	-3.493	74	1.077	53	31.135
Edifícios e outras construções	17.257	802	-60	-	651	-	18.650
Equipamento básico	12.760.510	441.100	-4.026	619.659	693.611	731.233	15.242.087
Outros	88.046	5.554	-51	2.441	4.764	-	100.754
Activos fixos tangíveis em curso	1.259.732	703.279	-72.795	-692.064	45.763	-809	1.243.106
	14.158.522	1.151.182	-80.425	-69.890	745.866	730.477	16.635.732

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Dotação do período	Perdas por imparidade e /reversões	Alienações /Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Variações perímetro /outros	Saldo em 31 Dez
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Edifícios e outras construções	9.755	795	-	-60	-	666	-	11.156
Equipamento básico	3.076.925	551.560	21.542	-1.737	-6.780	158.861	138.204	3.938.575
Outros	58.866	11.136	-	-48	-3	3.598	-	73.549
	3.145.546	563.491	21.542	-1.845	-6.783	163.125	138.204	4.023.280

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos e centrais solares fotovoltaicas que se encontram em exploração.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração, referem-se essencialmente à entrada em operação de parques eólicos e centrais fotovoltaicas do Grupo EDP Renováveis na Polónia, Itália, França, Estados Unidos da América, Espanha e Roménia. Adicionalmente, a rubrica Transferências contém ainda a reclassificação dos activos do parque eólico polaco J&Z para activos detidos para venda (ver nota 25) no montante de 63.151 milhares de Euros.

As perdas por imparidade/reversões estão relacionadas com parques eólicos na Roménia. As reversões de imparidade estão relacionadas com um parque eólico em França (ver nota 12).

A rubrica alienações/abates inclui o montante de 68.134 milhares de Euros desagregados essencialmente em: (i) 41.423 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR North America; (ii) 20.638 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR Europe; e (iii) 5.395 milhares de Euros, devido aos danos ocorridos na torre de medição do parque eólico offshore detido pela Moray Offshore Renewables Limited (ver nota 11).

A rubrica Variações de perímetro/Outros inclui o impacto da consolidação de novos parques eólicos no grupo EDPR como resultado do contrato de consórcio da ENEOP com um impacto de 594.492 milhares de Euros. Adicionalmente, o efeito da reavaliação destes activos da ENEOP que ascendem a 249.671 milhares de Euros está incluído na rubrica aquisições/aumentos (ver nota 42).

Os activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são analisados como se segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Grupo EDPR EU	331.216	439.333
Grupo EDPR NA	537.540	698.693
Outros	48.896	105.080
	917.652	1.243.106

Os activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estão essencialmente relacionados com parques eólicos e centrais fotovoltaicas em fase de construção e desenvolvimento na EDPR EU e EDPR NA.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 23.013 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2016 (31 de Dezembro de 2015: 22.986 milhares de Euros) (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 18.963 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2016 (31 de Dezembro de 2015: 20.770 milhares de Euros) (ver nota 10).

O Grupo EDP Renováveis tem compromissos de locações e de compra tal como divulgado na nota 36 - Compromissos.

16. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Valor Bruto		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	221.995	190.068
Activos intangíveis em curso	34.638	24.785
	256.633	214.853
Amortizações acumuladas		
Amortizações do período	-3.162	-2.263
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	-43.282	-40.462
Perdas por imparidade	-	-
	-46.444	-42.725
Valor Líquido	210.189	172.128

A rubrica propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis inclui maioritariamente:

- Licenças de geração de energia eólica no valor de 114.803 milhares de Euros no Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2015: 100.987 milhares de Euros) e em empresas portuguesas no valor de 30.205 milhares de Euros (o mesmo valor que em Dezembro de 2015); e
- Certificados verdes diferidos na Roménia no valor de 73.123 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 55.990 milhares de Euros) (Ver nota 2 i)).

O movimento na rubrica activos intangíveis durante 2016 é analisado como se segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Adições	Alienações /Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Variações perímetro /outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	190.068	20.102	-19	-	3.696	8.148	221.995
Activos intangíveis em curso	24.785	13.735	-	-	455	-4.337	34.638
	214.853	33.837	-19	-	4.151	3.811	256.633
Amortização acumulada							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	42.725	3.162	-	-	557	-	46.444
	42.725	3.162	-	-	557	-	46.444

As adições incluem o reconhecimento de direitos diferidos nos certificados verdes na Roménia no montante de 17.504 milhares de Euros e o impacto da consolidação de novos parques eólicos no Grupo EDPR relativos à aquisição das empresas portuguesas Serra do Oeste, Torrinheiras, Planalto, Pinhal Oeste e Cabeço Norte no montante de 6.781 milhares de Euros (ver nota 5).

Os movimentos na rubrica de activos intangíveis durante 2015 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Adições	Alienações /Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Variações perímetro /outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	145.482	18.432	-	456	9.598	16.100	190.068
Activos intangíveis em curso	8.622	5.910	-	-498	-864	11.615	24.785
	154.104	24.342	-	-42	8.734	27.715	214.853

	Saldo em 01 jan	Dotação do período	Perdas por imparidade	Alienações / Abates	Diferenças cambiais	Variações perímetro / outros	Saldo em 31 Dez
Amortização acumulada							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	36.400	2.263	-	-	1.063	2.999	42.725
	36.400	2.263	-	-	1.063	2.999	42.725

As adições incluem o reconhecimento dos direitos diferidos nos certificados verdes na Roménia no montante de 19.239 milhares de Euros.

A rubrica variações de perímetro/Outros inclui o impacto da consolidação de novos parques eólicos no grupo EDPR como resultado do contrato de consórcio da ENEOP com um impacto de 22.436 milhares de Euros (ver nota 43).

17. Goodwill

No Grupo, a decomposição do Goodwill, resultante da diferença entre o valor de aquisição dos investimentos e a parte correspondente do justo valor dos activos líquidos adquiridos, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Goodwill registado no Grupo EDPR EU:	636.153	636.288
- Grupo EDPR Espanha	490.385	490.385
- Grupo EDPR França	61.460	61.460
- Grupo EDPR Portugal	43.712	43.712
- Outros	40.596	40.731
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	748.187	724.813
Outros	1.153	916
	1.385.493	1.362.017

Os movimentos em Goodwill, por subgrupo, durante 2016 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Aumentos	Reduções	Imparidade	Diferenças cambiais	Variações perímetro / outros	Saldo em 31 Dez
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR Espanha	490.385	-	-	-	-	-	490.385
- Grupo EDPR França	61.460	-	-	-	-	-	61.460
- Grupo EDPR Portugal	43.712	-	-	-	-	-	43.712
- Outros	40.731	131	-	-	-266	-	40.596
Grupo EDPR NA	724.813	-	-	-	23.374	-	748.187
Outros	916	-	-	-	237	-	1.153
	1.362.017	131	-	-	23.345	-	1.385.493

Os movimentos em Goodwill, por subgrupo, durante 2015 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 jan	Aumentos	Reduções	Imparidade	Diferenças cambiais	Variações perímetro / outros	Saldo em 31 Dez
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR Espanha	492.385	-	-2.000	-	-	-	490.385
- Grupo EDPR França	61.460	-	-	-	-	-	61.460
- Grupo EDPR Portugal	42.915	797	-	-	-	-	43.712
- Outros	38.351	2.499	-	-	-119	-	40.731
Grupo EDPR NA	651.264	-	-	-	73.549	-	724.813
Outros	1.341	51	-	-170	-306	-	916
	1.287.716	3.347	-2.000	-170	73.124	-	1.362.017

Não existem movimentos significativos em 2016 excepto os relacionados com diferenças cambiais. No decorrer de 2015, o Grupo EDPR EU apresenta essencialmente uma redução no goodwill no montante de 2.000 milhares de Euros e um aumento no montante de 2.499 milhares de Euros que estão relacionados principalmente com a revisão do preço contingente dos contratos de aquisição de três projectos na EDPR Espanha e de vários projectos na EDPR Polónia, respectivamente.

Estes contratos foram assinados antes de 1 de Janeiro de 2010, data da adopção da IFRS 3 Revista, tendo sido contabilizadas como se encontra descrito na política contabilística 2 b.

Testes de Imparidade do Goodwill - Grupo EDPR

O goodwill do Grupo EDPR é testado quanto à sua imparidade anualmente, com base no mês de Setembro. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor de uso dos activos. O goodwill é alocado a cada um dos países onde o Grupo EDPR exerce a sua actividade, pelo que o grupo EDPR agrega todos os fluxos de caixa das unidades geradoras de caixa (UGC) em cada país para calcular o valor recuperável do goodwill alocado.

Para efectuar esta análise, foi utilizado o método de Fluxos de Caixa Descontados (DFC). Este método é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e distribuídos pelos accionistas, sem pôr em causa a continuidade da actividade.

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efectuada de acordo com os fluxos de caixa gerados por cada negócio, descontados a taxas apropriadas.

O período de projecção dos fluxos de caixa futuros usado é a vida útil dos parques eólicos (30 anos) o qual é consistente com o método de depreciação actual. Os fluxos de caixa também consideraram os contratos *off-take* de longo prazo e estimativas de preços de energia de longo prazo, sempre que o activo tenha exposição ao mercado.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade são apresentados como segue:

- Produção de energia: os *net capacity factors* usados em cada UGC utilizam estudos de vento que entram em linha de conta com a previsibilidade do vento no médio e longo prazo, e os mecanismos regulatórios existentes em quase todas as geografias que determinam a produção de energia sempre que as condições climáticas o permitem, bem como a prioridade de despacho da energia produzida;

- Remuneração da energia: foram consideradas as remunerações reguladas ou contratadas quando disponíveis, para as UGC que estejam abrangidas por tarifas reguladas ou que tenham contratos de venda assinados da sua produção durante toda ou parte da sua vida útil: quando esta informação não está disponível, foram utilizadas as curvas de preços de mercado de longo prazo projectadas pela empresa com base na sua experiência, modelos internos e com base em fontes de informação externa;

- Nova capacidade: os testes de imparidade basearam-se na melhor informação disponível relativamente aos parques eólicos que se estima que venham a ser construídos nos próximos anos, ajustados da probabilidade de sucesso, das expectativas de crescimento baseados nos objectivos do plano de negócios, do crescimento histórico e das projecções de crescimento do mercado. Os testes consideraram os preços contratados e esperados para compra das turbinas aos vários fornecedores;

- Custos operacionais: foram utilizados os contratos para arrendamento de terrenos e para os contratos de manutenção em vigor; os outros custos operacionais foram projectados de forma consistente com a experiência da empresa e modelos internos de análise;

- Valor residual – é utilizada uma percentagem de 15% do valor do investimento inicial em cada parque eólico, considerando a inflação;

- Taxa de desconto: as taxas de desconto são utilizadas após imposto e reflectem a melhor estimativa do Grupo EDPR dos riscos específicos associados a cada UGC apresentando os seguintes intervalos:

	2016	2015
Europa	3,3%-5,6%	3,8% - 6,0%
América do Norte	4,7%-6,7%	4,5% - 6,6%
Brasil	10,4%-12,8%	9,6% - 11,7%

Os testes de imparidades foram realizados tendo em consideração as alterações regulatórias de cada país, conforme referido na nota 1.

A EDPR realizou as seguintes análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efectuados na Europa, América do Norte e Brasil, nomeadamente às seguintes variáveis chave:

- Redução dos preços de mercado de 5% utilizados no cenário base. Esta análise de sensibilidade realizada de forma independente para este pressuposto, não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada país.

- Aumento de 100 pontos base na taxa de desconto utilizada no cenário base. Esta análise de sensibilidade realizada de forma independente para este pressuposto, não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada país.

18. Investimentos financeiros em Joint Ventures e Associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Investimentos em associadas		
Investimentos em <i>joint ventures</i>	304.918	298.017
Investimentos em associadas	35.202	35.783
Valor contabilístico	340.120	333.800

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, o *goodwill* gerado na aquisição de *joint ventures* e associadas é apresentado nesta rubrica.

A movimentação dos investimentos financeiros em joint ventures e associadas é analisada como segue:

Milhares de Euros	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	333.800	369.791
Aquisições/entradas	4.655	9.553
Alienações	225	-
Resultados de joint ventures e associadas	-185	-1.517
Dividendos	-6.781	-11.540
Diferenças cambiais	7.263	22.959
Reservas de cobertura de <i>joint ventures</i> e associadas	1.143	3.094
Variações no método de consolidação	-	-44.107
Transferências para activos detidos para venda	-	-14.433
Saldo em 31 de Dezembro	340.120	333.800

A tabela seguinte resume a informação financeira das joint ventures incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2016:

Milhares de Euros	Flat rock Wind-power	Flat rock Wind-power II	Compañía Eólica Aragonesa	Eólica de Coahuila	Outros
Informação financeira das <i>joint ventures</i>					
Activos não correntes	291.444	117.915	127.057	302.602	57.319
Activos correntes (incluindo caixa e equivalentes de caixa)	2.129	795	5.186	40.449	9.621
Caixa e equivalentes de caixa	1.043	413	3.787	12.019	5.390
Total Capital Próprio	289.096	116.973	104.595	8.737	22.286
Dívida financeira de longo prazo	-	-	-	239.071	13.600
Passivos não correntes	4.084	1.534	24.645	262.480	15.656
Dívida financeira de curto prazo	-	-	-	-	26.203
Passivos correntes	393	203	3.003	71.834	28.998
Volume de negócios	9.763	3.681	13.505	205	6.743
Amortizações dos activos fixos tangíveis e intangíveis	-19.051	-7.361	-11.051	-	-2.512
Outros custos financeiros	-214	-64	-142	-306	-845
Impostos sobre os lucros	-	-	2.328	102	-368
Resultado líquido do período	-22.893	-7.917	-1.938	203	1.100
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR					
Activos líquidos	158.413	58.487	57.425	14.438	16.155
Goodwill	-	-	39.558	-	2.667
Dividendos pagos	2.615	-	3.452	-	-

A tabela seguinte resume a informação financeira das joint ventures incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2015:

Milhares de Euros	Flat rock Wind-power	Flat rock Wind-power II	Compañía Eólica Aragonesa	Outros
Informação financeira das <i>joint ventures</i>				
Activos não correntes	301.415	121.644	130.283	73.399
Activos correntes (incluindo caixa e equivalentes de caixa)	4.631	393	6.038	9.742
Caixa e equivalentes de caixa	2.557	104	4.965	7.553
Total Capital Próprio	301.530	120.202	105.421	20.337
Dívida financeira de longo prazo	-	-	-	13.600
Passivos não correntes	3.737	1.420	27.653	16.380
Dívida financeira de curto prazo	-	-	-	29.590
Passivos correntes	779	415	3.247	46.424
Volume de negócios	25.791	5.437	17.835	4.238
Amortizações dos activos fixos tangíveis e intangíveis	-21.479	-7.339	-10.306	-3.433
Outros custos financeiros	-213	-64	-159	-1.100
Impostos sobre os lucros	-	-	-95	399
Resultado líquido do período	-8.834	-6.116	379	-991
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Activos líquidos	150.765	60.101	61.846	25.305
Goodwill	-	-	39.558	2.667
Dividendos pagos	5.293	747	5.000	246

A tabela seguinte resume a informação financeira das associadas incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2016:

Milhares de Euros	Pq. Eólico Belmonte	Les Eoliennes en Mer de Dieppe – le Treport	Pq. Eólico Sierra del Madero	Outros
Informação financeira das associadas				
Activos não correntes	21.231	21.857	52.429	89.165
Activos correntes	2.517	8.472	8.683	19.581
Capital Próprio	4.590	12.745	24.006	47.625
Passivos não correntes	15.105	13.825	2.455	55.871
Passivos correntes	4.053	3.759	34.651	5.250
Volume de negócios	3.592	-	8.401	8.475
Resultado líquido do período	96	-678	475	-2.749
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Activos líquidos	3.099	5.480	10.082	16.541
Goodwill	1.726	-	-	6.479
Dividendos pagos	-	-	-	714

A tabela seguinte resume a informação financeira das associadas incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2015:

Milhares de Euros	Pq. Eólico Belmonte	Les Eoliennes en Mer de Dieppe – le Treport	Pq. Eólico Sierra del Madero	Outros
Informação financeira das associadas				
Activos não correntes	21.936	13.577	53.199	80.619
Activos correntes	1.187	6.211	6.874	17.586
Capital Próprio	4.494	13.423	23.531	52.321
Passivos não correntes	4.544	-	1.883	28.464
Passivos correntes	14.085	6.365	34.659	17.420
Volume de negócios	3.933	-	10.146	8.215
Resultado líquido do período	275	-625	1.623	-13.042
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Activos líquidos	3.070	5.772	9.883	17.058
Goodwill	1.726	-	-	6.479
Dividendos pagos	-	-	-	254

Durante o exercício de 2016, as *joint ventures* e empresas associadas significativas apresentam a seguinte reconciliação de justo valor dos activos líquidos proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDP:

Milhares de Euros	Capitais próprios	% Eq. patrim.	Ajustamentos de justo valor	Goodwill	Outros	Activos líquidos
Flat Rock Windpower	289.096	50,00%	-	-	13.866	158.413
Flat Rock Windpower II LLC	116.973	50,00%	-	-	-	58.487
Compañía Eólica Aragonesa	104.595	50,00%	5.128	-	-	57.425
Eólica de Coahuila	8.737	51,00%	9.982	-	-	14.438
Parque Eólico Belmonte	4.590	29,90%	-	1.726	-	3.099
Les Eoliennes en Mer de Dieppe	12.745	43,00%	-	-	-	5.480
Parque Eólico Sierra del Madero	24.006	42,00%	-	-	-	10.082

Durante o exercício de 2015, as *joint ventures* e empresas associadas significativas apresentam a seguinte reconciliação de justo valor dos activos líquidos proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDP:

Milhares de Euros	Capitais próprios	% Eq. patrim.	Ajustamentos de justo valor	Goodwill	Outros	Activos líquidos
Flat Rock Windpower	301.530	50,00%	-	-	-	150.765
Flat Rock Windpower II LLC	120.202	50,00%	-	-	-	60.101
Compañía Eólica Aragonesa	105.421	50,00%	9.136	-	-	61.846
Parque Eólico Belmonte	4.494	29,90%	-	1.726	-	3.070
Les Eoliennes en Mer de Dieppe	13.423	43,00%	-	-	-	5.772
Parque Eólico Sierra del Madero	23.531	42,00%	-	-	-	9.883

Não existem garantias operacionais prestadas pelas *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo pelo método de equivalência patrimonial, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

Os compromissos relativos a dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vincendas de locações financeiras, os outros compromissos de longo prazo e outros passivos relativos a aquisições e a rendas vincendas de locações operacionais das *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo pelo método de equivalência patrimonial, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são divulgados como segue:

Milhares de Euros	Total	Capital em dívida por maturidade			
		Menos De 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	2016 Mais de 5 anos
Dívida financeira de curto e longo prazo (incluindo juros vincendos)	186.897	9.355	28.277	24.640	124.625
Rendas vincendas de locações operacionais	18.079	1.375	2.796	2.490	11.418
Obrigações de compra	4.104	2.854	1.250	-	-
	209.080	13.584	32.323	27.130	136.043

Milhares de Euros	Total	Capital em dívida por maturidade			
		Menos De 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	2015 Mais de 5 anos
Dívida financeira de curto e longo prazo (incluindo juros vincendos)	21.673	14.745	5.166	1.762	-
Rendas vincendas de locações operacionais	19.666	1.356	2.755	2.814	12.741
Obrigações de compra	7.975	5.058	2.587	330	-
	49.314	21.159	10.508	4.906	12.741

O aumento significativo dos compromissos de endividamento financeiro a curto e longo prazo relativamente a 2015 refere-se principalmente à empresa Eólica de Coahuila S.A. de C.V., que em 2016 obteve um *Project Finance* de instituições financeiras no montante de 210.333 milhares de Euros, com referência a 31 de Dezembro de 2016, sendo que 51% desse montante foi atribuído à EDPR.

19. Activos e passivos por impostos diferidos

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de Euros	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dez 2016	31 Dez 2015	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Prejuízos fiscais reportáveis	997.084	975.700	-	-
Provisões	22.761	22.506	13.821	10.700
Instrumentos financeiros derivados	12.799	10.469	1.697	6.081
Activos fixos tangíveis	65.295	48.391	490.778	480.097
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	456.065	432.064
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	456.618	430.304
Encargos financeiros não dedutíveis	31.229	32.562	-	-
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-1.053.819	-1.042.947	-1.053.819	-1.042.947
Outros	491	407	-74	198
	75.840	47.088	365.086	316.497

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica dos activos fixos tangíveis inclui 19.481 milhares de Euros de activos por impostos diferidos reconhecidos na reserva de reavaliação fiscal decorrentes da reavaliação de determinados activos elegíveis detidos pelas empresas da EDPR em Portugal, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro (ver nota 14).

A rubrica activos e passivos por impostos diferidos refere-se essencialmente à Europa e aos Estados Unidos da América, tal como segue:

Milhares de Euros	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dez 2016	31 Dez 2015	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Europa:				
Prejuízos fiscais reportáveis	53.842	42.978	-	-
Provisões	18.571	18.812	13.821	10.700
Instrumentos financeiros derivados	8.644	10.331	1.132	2.572
Activos fixos tangíveis	60.313	43.545	54.621	53.865
Encargos financeiros não dedutíveis	31.229	32.562	-	-
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	274.257	274.644
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-102.766	-101.872	-102.766	-101.872
Outros	491	408	89	199
	70.324	46.764	241.154	240.108
Estados Unidos da América:				
Prejuízos fiscais reportáveis	939.286	928.626	-	-
Provisões	3.925	3.531	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-	-	565	3.508
Activos fixos tangíveis	4.982	4.846	433.564	422.776
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	178.003	154.204
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	455.931	429.628
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-947.773	-936.813	-947.773	-936.813
	420	190	120.290	73.303

Os movimentos dos activos e passivos por impostos diferidos líquidos durante o período são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dez 2016	31 Dez 2015	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Saldo em 1 de Janeiro	47.088	46.488	316.497	270.392
Dotação a resultados	30.136	19.607	17.777	13.531
Dotação a reservas	1.230	-1.753	26.918	-9.187
Diferenças cambiais e outras variações	-2.613	-17.254	3.894	41.761
Saldo em 31 de Dezembro	75.840	47.088	365.086	316.497

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Data limite de reporte:		
2016	-	322
2017	2.294	2.763
2018	7.102	15.146
2019	15.457	17.337
2020	19.151	13.953
2021	70.278	41.338
2022 to 2036	2.393.335	2.340.390
Sem prazo	277.654	285.208
	2.785.271	2.716.457

20. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Adiantamentos por conta de compras	1.333	2.832
Produtos acabados e intermédios	5.816	4.611
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	16.754	15.319
	23.903	22.762

21. Devedores e outros activos de actividades comerciais

A rubrica de Devedores e outros activos de actividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não Corrente		
Cientes	29.854	4.407
Custos diferidos	10.092	10.632
Outros devedores e operações diversas	43.590	24.534
	83.536	39.573
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente		
Cientes	231.981	218.477
Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	3.295	4.988
Serviços prestados	8.349	8.158
Adiantamentos a fornecedores	4.485	2.893
Outros devedores e operações diversas	32.429	26.784
	280.539	261.300
Perdas por imparidade	-	-1.342
	364.075	299.531

A rubrica clientes - não corrente, deve-se essencialmente à constituição do saldo a cobrar pelo ajuste dos limites da *pool* na EDPR EU em Espanha, resultante da publicação do Real Decreto Ley 413/2014 e da Ordem IET/1045/2014 (ver nota 1). A variação significativa em relação a 2015 é explicada pela evolução dos preços da *pool* do sector energético no mercado espanhol, uma vez que a média dos preços da *pool* durante 2016 está abaixo da banda de preços publicada pelo Governo espanhol.

A composição dos Clientes por mercado geográfico e a análise do risco de crédito são divulgadas na Nota 4 - Gestão de risco de crédito da contraparte.

Em 2016, o movimento de Perdas por imparidade de Clientes para o Grupo é analisado como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação do período	Reversão de perdas por imparidade	Utilização	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Sector empresarial e particulares	1.342	-	-	-1.342	-	-
	1.342	-	-	-1.342	-	-

Não existem movimentos em 2015.

22. Outros devedores e outros activos

A rubrica Outros devedores e outros activos é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Outros devedores e outros activos - Não Corrente		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	24.275	1.036
Instrumentos financeiros derivados	28.920	29.480
Outros devedores e outras operações diversas	6.650	45.139
	59.845	75.655
Outros devedores e outros activos - Corrente		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	36.226	28.609
Instrumentos financeiros derivados	26.146	25.792
Outros devedores e outras operações diversas	40.119	11.632
	102.491	66.033
	162.336	141.688

A 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Empréstimos concedidos a partes relacionadas - não Corrente inclui essencialmente 23.526 milhares de Euros de empréstimos concedidos à empresa mexicana consolidada pelo método de equivalência patrimonial Eolica de Coahuila, S.A. de C.V. (31 de Dezembro de 2015: 8.504 milhares de Euros em empréstimos correntes) relativos a um novo contrato de empréstimo subordinado a um *project finance*, também assinado pela empresa, com uma instituição financeira.

Os empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente incluem essencialmente empréstimos concedidos às seguintes empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial: (i) 12.754 milhares de Euros de empréstimos concedidos ao Parque Eólico Sierra del Madero, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (ii) 13.115 milhares de Euros relacionados com os projectos *offshore* em França (sem saldos a 31 de Dezembro de 2015) e (iii) 3.426 milhares de Euros relativos à empresa espanhola AERE, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

Adicionalmente, os Devedores diversos - Não corrente incluíam em 2015 adiantamentos no montante de 33.750 milhares de Euros relativos à aquisição do projecto italiano Banzi, cuja transacção foi concluída em 2016 (ver nota 5 e 42). A 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Devedores diversos - Corrente inclui 24.961 milhares de Euros, relacionados com a estimativa de imposto sobre o rendimento devido pela EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (-11.545 milhares de Euros a 31 de Dezembro de 2015 na rubrica Outros credores - ver nota 33).

23. Impostos a receber

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Imposto sobre o rendimento	26.572	20.631
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	46.329	95.796
Outros impostos	4.734	2.231
	77.635	118.658

24. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Caixa	-	3
Depósitos Bancários		
Depósitos à ordem	264.985	189.665
Depósitos a prazo	21.970	70.815
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais	120.921	38.048
	407.876	298.528
Outras aplicações de tesouraria	195.343	138.201
	603.219	436.732

Os depósitos a prazo incluem investimentos financeiros temporários para alocar excedentes de caixa.

A rubrica depósitos cativos em relação a parcerias institucionais corresponde aos fundos caucionados necessários para pagar os custos remanescentes de construção de projectos eólicos em parcerias institucionais (ver nota 32), de acordo com a política contabilística 2 w). Os acordos governamentais destas parcerias institucionais e os acordos de garantias específicos definem o gasto apropriado destes fundos.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Outras aplicações de tesouraria" inclui o saldo da conta corrente com a EDP Servicios Financieros España S.A. no montante de 195.343 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 138.201 milhares de euros) de acordo com os termos e condições do contrato assinado entre as partes a 1 de Junho de 2015.

25. Activos e passivos detidos para venda

Os critérios para classificação dos activos e passivos como detidos para venda e operações descontinuadas, tal como a sua apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDPR, são apresentadas nas políticas contabilísticas - nota 2 j).

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Activos do negócio de geração de electricidade - J&Z	-	69.527
Activos do negócio de geração de electricidade - Inch Cape	-	40.164
Activos detidos para venda	-	109.691
Passivos do negócio de geração de electricidade - J&Z	-	-55.406
Passivos detidos para venda	-	-55.406

Em Outubro de 2015, a gestão comprometeu-se com um plano para realizar uma venda cruzada (*cross sale*) de dois parques eólicos na Polónia. A EDPR pretendia adquirir os restantes 35% da Molen Wind II, S.P. ZO.O e vender 60% da J&Z Wind Farms SP, ZO.O. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2015, os activos e passivos relacionados com a J&Z Wind Farms SP, ZO.O foram apresentados como activos e passivos detidos para venda. A conclusão desta transacção ocorreu em Março de 2016 com um preço de venda de 12.891 milhares de Euros. Na data da transacção, a J&Z não possuía caixa e equivalentes de caixa. O impacto total da venda da empresa J&Z Wind Farms SP. ZO.O no resultado consolidado das demonstrações financeiras consolidadas ascende a 6.958 milhares de Euros.

Por outro lado, durante 2015, a EDPR celebrou um contrato com a Repsol Nuevas Energías S.A., através do qual, nos termos dos contratos, a EDPR aceitou comprar à Repsol uma participação de 33% no projecto *offshore* Moray, e em vender à Repsol uma participação de 49% no projecto *offshore* da Inch Cape Offshore Limited. A conclusão desta transacção ocorreu em Janeiro de 2016 com um preço de venda de 15.802 milhares de Euros. O impacto total da operação de venda da empresa Inch Cape Offshore Limited no resultado consolidado das demonstrações financeiras consolidadas ascende a um ganho de 2.324 milhares de Euros.

26. Capital e prémios de emissão

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social da EDP Renováveis é representado por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. As acções estão sob a forma de acções ao portador, sendo que a empresa tem o direito de solicitar o acesso aos dados sobre as suas acções e todos os seus titulares encontram-se identificados nos registos escriturais. Todas as acções têm os mesmos direitos de voto e de participação nos resultados e são livremente transmissíveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	Nº de acções	% capital	% direitos de voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	676.283.856	77,53%	77,53%
Outros (*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	872.308.162	100,00%	100,00%

(*) Acções cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa

Em 18 de Dezembro de 2015, a EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal") adquiriu à Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., o seu bloco de acções, pelo que, em Dezembro de 2015 a EDP detém directamente, através da sua sucursal espanhola, uma participação qualificada de 77,5% do capital social e dos direitos de voto da EDPR. Como resultado desta aquisição, a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. não detém actualmente qualquer participação na EDPR.

O Capital Social e os Prémios de Emissão são analisados como se segue:

Euros	Capital social	Prémios de Emissão
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	4.361.540.810	552.034.743
Movimentos durante o período	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	4.361.540.810	552.034.743

Os prémios de emissão podem ser distribuídos livremente.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDPR são analisados como segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários (em milhares de Euros)	56.328	166.614
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários	56.328	166.614
Nº médio ponderado de acções durante o período	872.308.162	872.308.162
Nº médio ponderado de acções diluídas durante o período	872.308.162	872.308.162
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0.06	0.19
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0.06	0.19
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0.06	0.19
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0.06	0.19

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer acções próprias com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

O número médio de acções foi determinado da seguinte forma:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Acções emitidas no início do período	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de acções durante o período	-	-
Número médio de acções realizadas	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções durante o período	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções diluídas durante o período	872.308.162	872.308.162

27. Outro rendimento integral, reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Outro rendimento integral:		
Reservas de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-33.425	-22.356
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	6.132	4.346
Diferença cambial de consolidação	7.641	-18.928
	-19.652	-36.938
Outras reservas e resultados acumulados:		
Resultados acumulados e outras reservas	1.054.239	810.436
Pagamentos adicionais de capital	60.666	60.666
Reserva legal	59.805	56.646
	1.174.710	927.748
	1.155.058	890.810

Pagamentos adicionais de capital

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto está excluída do âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na ausência de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR adoptou uma política contabilística para as referidas transacções, considerada apropriada. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo) nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPR. A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido em capitais próprios.

Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas, se não existirem outras reservas disponíveis, e para aumentar o capital social.

Distribuição de Resultados (Empresa Mãe)

A proposta de aplicação de resultados do período de 2016 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual é a seguinte:

	Euros
Base distribuível:	45.516.908,82
Resultado líquido do período de 2016	19.015.007,22
Resultados transitados de anos anteriores	26.501.901,60

	Euros
Distribuição:	45.516.908,82
Reserva legal	1.901.500,72
Dividendos	43.615.408,10

A proposta de aplicação de resultados do período de 2015 da EDP Renováveis, S.A. apresentada na Assembleia Geral Anual foi a seguinte:

	Euros
Base distribuível:	46.775.094,26
Resultado líquido do período de 2015	31.596.861,64
Resultados transitados de anos anteriores	15.178.232,62

	Euros
Distribuição:	46.775.094,26
Reserva legal	3.159.686,16
Dividendos	43.615.408,10

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

A reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na proporção em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data da demonstração da posição financeira líquidas de imparidade, referentes a activos financeiros disponíveis para venda.

Milhares de Euros	
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	2.603
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	1.743
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.346
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	1.786
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	6.132

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas expressas na sua moeda funcional para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros Moeda		Taxas de câmbio 31 de Dezembro de 2016		Taxas de câmbio 31 de Dezembro de 2015	
		Câmbio fecho	Câmbio médio	Câmbio fecho	Câmbio médio
Dólar Americano	USD	1.054	1.107	1.089	1.110
Zloty Polaco	PLN	4.410	4.363	4.264	4.184
Real Brasileiro	BRL	3.431	3.858	4.312	3.699
Leu Romeno	RON	4.539	4.491	4.524	4.446
Libra Esterlina	GBP	0.856	0.819	0.734	0.726
Dólar Canadiano	CAD	1.419	1.466	1.512	1.419

28. Interesses não controláveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Interesses não controláveis de resultados	119.784	78.877
Interesses não controláveis de capital e de reservas	1.328.268	784.232
	1.448.052	863.109

A rubrica de Interesses não controláveis, por subgrupo, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Grupo EDPR NA	905.142	614.350
Grupo EDPR EU	485.577	208.211
Grupo EDPR BR	57.333	40.548
	1.448.052	863.109

O movimento registado nos interesses não controláveis do Grupo EDP Renováveis refere-se essencialmente a:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Saldo em 1 de Janeiro	863.109	549.113
Distribuição de dividendos	-42.563	-43.184
Resultado líquido do período	119.784	78.877
Diferença cambial de consolidação	42.730	16.415
Alienações e compras sem alterações de controlo	517.179	306.529
Aumentos/ (Diminuições) do capital social	-63.659	-45.439
Outras alterações	11.472	798
Saldo em 31 de Dezembro	1.448.052	863.109

29. Dívida Financeira

A dívida financeira Corrente e Não corrente é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Dívida financeira - Não corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo EDPR EU	542.145	812.231
- Grupo EDPR BR	120.409	97.533
- Grupo EDPR NA	23.722	25.453
Empréstimos recebidos de entidades do Grupo EDP:		
- EDP Renováveis, S.A.	424.441	410.952
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	2.181.754	2.485.106
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	120	1.138
Total Dívida Financeira – Não Corrente	3.292.591	3.832.413
Depósitos Colaterais – Não corrente (*)		
Depósitos colaterais - <i>Project Finance</i> e outros	-28.974	-65.299
Total Depósitos Colaterais – Não corrente	-28.974	-65.299

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Dívida financeira - Corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo EDPR EU	78.165	123.238
- Grupo EDPR BR	13.243	7.511
- Grupo EDPR NA	7.777	3.978
Empréstimos recebidos de entidades do Grupo EDP:		
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	10.868	241.000
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	1.315	8.905
Juros a pagar	2.110	3.225
Total Dívida Financeira – Corrente	113.478	387.857
Depósitos colaterais - Corrente (*)		
Depósitos Colaterais - <i>Project Finance</i> e Outros	-17.072	-8.054
Total Depósitos Colaterais - Corrente	-17.072	-8.054

Total Dívida Financeira – Corrente e Não Corrente	3.406.069	4.220.270
Total Dívida Financeira líquida de colaterais – Corrente e Não corrente	3.360.023	4.146.917

(*) Os Depósitos Colaterais correspondem essencialmente a montantes detidos em contas bancárias para cumprir com obrigações em contratos de *project finance* nos quais participam determinadas subsidiárias da EDP Renováveis.

A dívida financeira - Não corrente da EDP Renováveis refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV no valor de 1.397.195 milhares de Euros e pela EDP Servicios Financieros España S.A. no valor de 1.209.000 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 1.687.058 milhares de Euros e 1.209.000 milhares de Euros, respectivamente). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 2 anos e meio e vencem juros à taxa fixa.

O principal evento do período refere-se a operações de financiamento e refinanciamento. Considerando o perfil da dívida externa do Grupo EDPR e as condições favoráveis de mercado das taxas de juro, o Grupo EDPR iniciou diversos processos de negociação com diferentes contrapartes, com o objectivo de melhorar o custo médio da dívida, ajustando o perfil do serviço de dívida à previsão actualizada de fluxo de caixa da empresa. As principais transacções realizadas durante o ano analisam-se como segue:

- (i) Em Espanha, o grupo procedeu ao reembolso de 5 empréstimos bancários em regime de *project finance*, em Espanha, num total de 53.621 milhares de Euros, tendo sido substituídos por financiamento corporativo;
- (ii) Na Polónia, um *project finance* foi reembolsado no valor de 77.396 milhares de Euros, tendo sido refinanciado com um novo *project finance* assinado com outro banco por 54.418 milhares de Euros;
- (iii) Na Roménia, foram reembolsados 8 empréstimos em regime de *project finance*, relativos a parques solares no valor total de 145.806 milhares de Euros, tendo sido substituídos por financiamento corporativo; e
- (iv) Em Portugal, 8 empréstimos em regime de *project finance* foram reembolsados no valor de 8.822 milhares de Euros.

Em 31 de Dezembro de 2016, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos por tipo de empréstimos e por moeda são analisados como segue:

Milhares de Euros	2017	2018	2019	2020	2021	Anos seguintes	Total
Empréstimos bancários							
Euro	80.275	46.221	49.616	50.315	49.771	160.615	436.813
Real brasileiro	13.243	13.243	13.039	12.425	8.747	72.955	133.652
Outros	7.777	20.332	21.954	23.444	25.800	117.799	217.106
	101.295	79.796	84.609	86.184	84.318	351.369	787.571
Empréstimos recebidos de empresas do grupo EDP							
Euro	10.868	362.900	362.900	483.200	-	-	1.219.868
Dólar americano	-	1.397.195	-	-	-	-	1.397.195
	10.868	1.760.095	362.900	483.200	-	-	2.617.063
Outros empréstimos							
Euro	1.315	70	50	-	-	-	1.435
	1.315	70	50	-	-	-	1.435
	113.478	1.839.961	447.559	569.384	84.318	351.369	3.406.069

Em 31 de Dezembro de 2015, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos por tipo de empréstimos e por moeda são analisados como segue:

Milhares de Euros	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Empréstimos bancários							
Euro	109.760	65.153	65.968	65.055	66.506	333.022	705.464
Real brasileiro	3.902	3.902	3.902	3.902	3.902	916	20.426
Outros	23.804	26.914	29.081	30.790	30.473	205.731	346.793
	137.466	95.969	98.951	99.747	100.881	539.669	1.072.683
Empréstimos recebidos de empresas do grupo EDP							
Euro	241.000	121.300	241.600	362.900	483.200	-	1.450.000
Dólar americano	486	-	1.352.791	334.267	-	-	1.687.544
	241.486	121.300	1.594.391	697.167	483.200	-	3.137.544
Outros empréstimos							
Euro	8.905	1.138	-	-	-	-	10.043
	8.905	1.138	-	-	-	-	10.043
	387.857	218.407	1.693.342	796.914	584.081	539.669	4.220.270

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de *project finance*, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2016, estes financiamentos ascendiam a 689.803 milhares de Euros (31 Dezembro 2015: 1.030.764 milhares de Euros), já incluídos na dívida consolidada do Grupo.

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como se segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016		31 Dez 2015	
	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado
Dívida financeira – Não corrente	3.292.591	3.326.757	3.832.413	3.885.968
Dívida financeira – Corrente	113.478	113.478	387.857	387.857
	3.406.069	3.440.235	4.220.270	4.273.825

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro em vigor à data da demonstração da posição financeira. O valor de mercado da dívida a taxa variável considera-se que não é substancialmente diferente do valor contabilístico na medida em que estes empréstimos vencem juros a taxas indexadas à Euribor. O valor contabilístico da dívida financeira de curto prazo (corrente) e empréstimos é considerado, como o valor de mercado.

30. Provisões

A rubrica de Provisões é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	268.191	117.228
Provisão para outros riscos e encargos	6.275	1.542
- Provisões para outros riscos e encargos de longo-prazo	744	623
- Provisões para outros riscos e encargos de curto-prazo	5.531	919
Benefícios aos Empregados	596	2.663
	275.062	121.433

A rubrica provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos que serão incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e solares e com a reposição dos locais e terrenos ao seu estado original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui essencialmente 104.274 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2015: 60.393 milhares de Euros), 162.413 milhares de Euros para parques eólicos na Europa (31 de Dezembro de 2015: 56.351 milhares de Euros) e 1.504 milhares de Euros para parques eólicos no Brasil (31 de Dezembro de 2015: 484 milhares de Euros). Os montantes aumentaram substancialmente em relação ao ano anterior devido ao efeito líquido: i) da extensão da vida útil dos activos renováveis de 25 para 30 anos (ver nota 2 h e 3) sendo, portanto, a taxa de capitalização (número de anos) das provisões para desmantelamento e descomissionamento passou a 30 anos ii) revisão dos custos a serem incorridos acima referidos, de acordo com uma análise aprofundada efectuada pelo departamento técnico da EDPR; e iii) da actualização das taxas de desconto (ver nota 2 o).

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas na posição financeira consolidada cobrem adequadamente as responsabilidades estimadas descritas nesta nota, pelo que não se espera que das mesmas advenham passivos adicionais aos registados.

O movimento da provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Saldo no início do período	117.228	96.676
Montante capitalizado no período	142.595	3.960
Alterações no perímetro	48	7.361
Efeito financeiro do desconto (<i>Unwinding</i>) (ver nota 13)	4.610	4.006
Outras variações e diferenças cambiais	3.710	5.225
Saldo no final do período	268.191	117.228

O movimento da provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Saldo no início do período	1.542	2.026
Dotação do período	5.067	20
Reversões do período	-362	-192
Outras variações e diferenças cambiais	28	-312
Saldo no final do período	6.275	1.542

31. Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Proveitos diferidos relacionados com os benefícios previstos	819.199	791.444
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.520.226	1.164.773
	2.339.425	1.956.217

Os movimentos na rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Saldo no início do período	1.956.217	1.801.963
Recebimentos obtidos de investidores institucionais	628.381	249.274
Pagamentos relativos a custos de transacção diferidos	-4.541	-7.457
Pagamentos realizados a investidores institucionais	-172.052	-173.343
Outros proveitos (ver nota 7)	-197.544	-197.442
Efeito financeiro do desconto (<i>Unwinding</i>) (ver nota 13)	90.337	78.953
Diferenças cambiais	79.411	206.537
Benefícios pré-pagos	1.388	3.407
Transacções cuja <i>flip date</i> foi atingida	-	-5.675
Outros	-42.172	-
Saldo no final do período	2.339.425	1.956.217

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a EDPR NA e distribuem os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, maioritariamente aos investidores.

Durante 2016, o Grupo EDPR, através da subsidiária EDPR NA, assegurou e recebeu 310.334 milhares de Euros de financiamento relacionados com parcerias com os investidores institucionais Bank of America Merrill Lynch e Bank of New York Mellon, em troca de uma participação financeira no portfólio Vento XV, e 102.791 milhares de Euros de financiamento relacionados com parcerias com o investidor internacional MUFG e com outro investidor institucional, em troca de uma participação financeira no portfólio Vento XVI. Adicionalmente, o Grupo recebeu um montante de 215.256 milhares de Euros de financiamento relacionados com uma parceria com uma subsidiária da Google Inc., contratada em 2015, em troca de uma participação no portfólio Vento XIV.

Durante 2015, o Grupo EDPR contratou 210.141 milhares de Euros de financiamento através de parcerias com o investidor institucional MUFG Union Bank N.A. e com outro investidor institucional, em troca de uma participação financeira no portfólio Vento XIII. Adicionalmente, o Grupo recebeu um montante de 39.133 milhares de Euros, correspondente à última tranche de financiamento da parceria com o investidor institucional MUFG Union Bank N.A. contratada em 2014 em troca de uma participação no portfólio Vento XII.

32. Credores e outros passivos de actividades comerciais

A rubrica Credores e outros passivos de actividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Não Corrente		
Subsídios governamentais / participações para investimentos em activos fixos tangíveis	426.535	435.753
Contratos de venda de energia - EDPR NA	19.857	24.223
Outros credores e operações diversas	17.516	6.320
	463.908	466.296
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente		
Fornecedores	83.173	79.886
Fornecedores de imobilizado	665.806	645.752
Outros credores e operações diversas	61.152	61.719
	810.131	787.357
	1.274.039	1.253.653

Os subsídios governamentais para investimentos em activos fixos tangíveis estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo EDPR NA nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidas pelo Governo dos Estados Unidos da América.

No momento da aquisição da EDPR North America, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do Purchase Price Allocation, foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de USD, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica contratos de venda de energia - EDPR NA, que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos (ver nota 8).

33. Outros credores e outros passivos

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Outros credores e outros passivos - Não Corrente		
Valores a pagar de <i>success fees</i> por aquisição de subsidiárias	9.813	10.764
Suprimentos de interesses não controláveis	553.988	180.679
Instrumentos financeiros derivados	580.729	521.004
Outros credores e operações diversas	9.907	58
	1.154.437	712.505
Outros credores e outros passivos - Corrente		
Valores a pagar de <i>success fees</i> por aquisição de subsidiárias	7.069	1.350
Instrumentos financeiros derivados	190.438	158.157
Suprimentos de interesses não controláveis	56.099	28.277
Outros credores e operações diversas	5.285	13.998
	258.891	201.782
	1.413.328	914.287

A rubrica valores a pagar de *success fees* por aquisição de subsidiárias - não corrente corresponde ao preço contingente a pagar de diversos projectos, maioritariamente na Polónia.

A rubrica de instrumentos financeiros derivados – não corrente e corrente inclui 510.006 e 158.041 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2015: 449.706 E 139.247 milhares de Euros, respectivamente), relativos a um instrumento de cobertura em USD e EUR com a EDP Sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em USD (ver nota 35).

A rubrica suprimentos de interesses não controláveis - corrente e não corrente inclui essencialmente:

i) suprimentos concedidos pela Vortex Energy Investments II na sequência da venda, em 2016, de 49% da participação na EDPR Participaciones S.L. e subsidiárias (ver nota 5), num total de 245.981 milhares de Euros, incluindo juros corridos (sem saldos a 31 de Dezembro de 2015), vencendo juros a uma taxa fixa compreendida entre 3,3% e 7,55%;

ii) suprimentos concedidos pela CTG na sequência da venda, em 2016, de 49% da participação na EDP Renewables Polska HoldCo, S.A. e subsidiárias (ver nota 5), num total de 120.390 milhares de Euros, incluindo juros corridos (sem saldos a 31 de Dezembro de 2015), vencendo juros a uma taxa fixa compreendida entre 1,7% e 7,23%;

iii) suprimentos concedidos pela CTG na sequência da venda, em 2016, de 49% da participação na EDP Renewables Italia, S.r.l. e subsidiárias (ver nota 5), num total de 83.618 milhares de Euros, incluindo juros corridos (sem saldos a 31 de Dezembro de 2015), vencendo juros à taxa fixa de 4,5%.

iv) suprimentos concedidos pela CTG na sequência da venda, em 2013, de 49% da participação na EDP Renováveis Portugal, S.A., num total de 71.501 milhares de Euros, incluindo juros corridos (31 de Dezembro de 2015: 81.314 milhares de Euros). A data de vencimento deste suprimento é Dezembro de 2022, vencendo juros a uma taxa fixa de 5,5%.

v) suprimentos concedidos pela Vortex Energy Investments I na sequência da venda, em 2014, de 49% da participação na EDPR France e subsidiárias num total de 66.264 milhares de Euros, incluindo juros corridos (31 de Dezembro de 2015: 76.990 milhares de Euros), vencendo juros a uma taxa fixa compreendida entre 3,1% e 7,18%.

A 31 de Dezembro de 2016 a rubrica Outros credores e operações diversas - não corrente inclui 3.225 milhares de euros a pagar em 2018, relativos ao efeito fiscal de reavaliação de activos em Portugal, nos termos do Decreto-lei 66/2016 (ver nota 14). Adicionalmente, esta rubrica inclui também o passivo relacionado com as opções de venda sobre a participação que os outros accionistas detêm nas empresas italianas Tivano S.r.l., San Mauro S.r.l. e AW 2 S.r.l. no valor de 2.299 milhares de Euros (ver nota 5 e 36).

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica Outros credores e operações diversas - corrente incluía 11.545 milhares de Euros relacionados com a estimativa de imposto sobre o rendimento em dívida da EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (ver nota 22 para o imposto sobre o rendimento em dívida pela EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha a 31 de Dezembro de 2016).

O detalhe do prazo médio de pagamentos é o seguinte:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
DIAS		
Prazo médio de pagamentos	52	70
Rácio de operações pagas	61	72
Rácio de operações pendentes	20	64
MILHARES DE EUROS		
Total pagamentos efectuados	123.520	106.480
Total pagamentos pendentes	33.781	27.513

A Empresa preparou a informação de acordo com o critério requerido pelo Instituto Espanhol de Contabilidade e Auditoria e Contas (ICAC) na resolução de 29 de Janeiro de 2016, para a divulgação no anexo às demonstrações financeiras de pagamentos a fornecedores em atraso, relativos a operações comerciais.

34. Impostos a pagar

A rubrica de Impostos a pagar é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Imposto sobre o rendimento	27.993	10.883
Retenções na fonte	27.420	25.454
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	17.386	17.540
Outros impostos	15.647	10.408
	88.446	64.285

35. Instrumentos financeiros derivados

A 31 de Dezembro de 2016, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo valor			De 1 a 5 anos	Notional Mais de 5 anos	Total
	Activos	Passivos	Até 1 ano			
<i>Cobertura de net investment</i>						
<i>Swaps de taxa de juro e moeda</i>	12.467	-670.981	505.980	1.537.581	-	2.043.561
	12.467	-670.981	505.980	1.537.581	-	2.043.561
<i>Cobertura de fluxos de caixa</i>						
<i>Swaps de preço de energia</i>	22.212	-36.885	243.732	331.023	-	574.755
<i>Swaps de taxa de juro</i>	7	-32.821	100.006	394.754	386.761	881.521
<i>Forwards de moeda</i>	-	-11.924	36.643	-	-	36.643
	22.219	-81.630	380.381	725.777	386.761	1.492.919
<i>Negociação</i>						
<i>Swaps de preço de energia</i>	17.876	-18.274	24.827	28.024	-	52.851
<i>Swaps de taxa de juro</i>	-	-33	941	941	-	1.882
<i>Swaps de taxa de juro e moeda</i>	2.049	-6	21.000	9.191	-	30.191
<i>Forwards de moeda</i>	455	-243	46.896	-	-	46.896
	20.380	-18.556	93.664	38.156	-	131.820
	55.066	-771.167	980.025	2.301.514	386.761	3.668.300

A 31 de Dezembro de 2015, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo valor			De 1 a 5 anos	Notional Mais de 5 anos	Total
	Activos	Passivos	Até 1 ano			
<i>Cobertura de net investment</i>						
<i>Swaps de taxa de juro e moeda</i>	14.509	-589.051	532.442	1.457.332	-	1.989.774
<i>Forwards de moeda</i>	554	-	15.812	-	-	15.812
	15.063	-589.051	548.254	1.457.332	-	2.005.586
<i>Cobertura de fluxos de caixa</i>						
<i>Swaps de preço de energia</i>	31.015	-14.660	206.763	127.604	-	334.367
<i>Swaps de taxa de juro</i>	-	-64.092	105.629	491.140	523.650	1.120.419
	31.015	-78.752	312.392	618.744	523.650	1.454.786
<i>Negociação</i>						
<i>Swaps de preço de energia</i>	4.679	-4.109	38.199	15.232	-	53.431
<i>Swaps de taxa de juro</i>	-	-65	941	1.881	-	2.822
<i>Swaps de taxa de juro e moeda</i>	2.503	-	-	98.482	-	98.482
<i>Forwards de moeda</i>	2.012	-7.184	486.224	-	-	486.224
	9.194	-11.358	525.364	115.595	-	640.959
	55.272	-679.161	1.386.010	2.191.671	523.650	4.101.331

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reconhecido nas rubricas de Outros devedores e outros activos (nota 22) ou Outros credores e outros passivos (nota 33), consoante o seu justo valor seja positivo ou negativo, respectivamente.

Os derivados de cobertura de investimentos líquidos (*net investment*) dizem respeito ao CIRS (*currency interest rate swap*) em USD e EUR contratados com a EDP Sucursal, conforme referido nas notas 37 e 38. Os derivados de cobertura de investimento líquido incluem ainda CIRS em CAD, PLN e BRL com a EDP, com o objectivo de cobrir as operações do Grupo EDP Renováveis no Canadá, na Polónia e no Brasil.

Os *swaps* de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos contratos de *project finance*.

Os *swaps* de preço de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas. A EDPR NA contratou um *swap* de preços de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado *spot* em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I. Adicionalmente, tanto a EDPR NA como a EDPR EU contrataram *swaps* de preço de energia de curto prazo para a cobertura da volatilidade da produção de alguns dos seus parques eólicos que não dispõem de contratos de aquisição de energia.

Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente têm um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição económica a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (*Financial Transmission Rights (FTRs)*) bem como um *swap* que fixa o preço marginal local (*Locational Marginal Price (LMP)*) por um período de 3 anos.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo, mas que não são elegíveis nos termos das IFRS, para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura.

Em 2015 e durante o exercício de 2016, estes incluem o contrato *forward* USD/EUR com a EDP Servicios Financieros utilizado para mitigar o risco de taxa de câmbio proveniente dos activos líquidos em USD, como complemento da cobertura de *net investment*. Este contrato de *forward* foi liquidado em Dezembro de 2016.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas, que são comparadas a cada data de relato com os justos valores disponíveis nas plataformas de informação financeira comuns. Estas entidades utilizam técnicas de desconto de fluxos de caixa aceites de forma generalizada e informação pública dos mercados. As únicas excepções são o CIRS em USD/EUR com a sucursal da EDP e o contrato *forward* USD/EUR com a EDP Servicios Financieros, cujos justos valores são determinados pelo Departamento Financeiro da EDP, utilizando as mesmas técnicas de fluxos de caixa descontados e dados, acima mencionados. Como tal, de acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é classificado como Nível 2 (nota 38), não tendo sido efectuadas alterações de nível durante este período.

As variações de justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos são analisadas como segue:

Milhares de Euros			31 Dez 2016		31 Dez 2015	
			Variações de justo valor		Variações de justo valor	
			Instrumento	Risco	Instrumento	Risco
Cobertura de <i>Net investment</i>	<i>Swaps</i> de taxa de juro e Moeda	Subsidiárias em USD, PLN, BRL, CAD	-83.972	78.668	-246.205	244.777
Cobertura de <i>Net investment</i>	<i>Forwards</i> de moeda	Subsidiárias em CAD	-554	554	554	-807
Cobertura de fluxos de caixa	<i>Swaps</i> de taxa de juro	Taxa de juro	31.278	-	-8.690	-
Cobertura de fluxos de caixa	<i>Swaps</i> de preço de energia	Preço da Energia	-31.028	-	8.332	-
Cobertura de fluxos de caixa	<i>Forwards</i> de moeda	Taxa de Câmbio	-11.924	-	-	-
			-96.200	79.222	-246.009	243.970

Durante os exercícios de 2016 e 2015 foram utilizados os seguintes *inputs* de mercado no cálculo do Justo valor:

Instrumento	Input de mercado
<i>Swaps</i> de taxa de juro e Moeda	Justo valor indexado às seguintes taxas de juro: Euribor 3M, Euribor 6M, CDI brasileiro diário, Wibor 3M; e taxas de câmbio: EUR/BRL, EUR/PLN e EUR/USD.
<i>Swaps</i> de taxa de juro <i>Forward</i> de moeda	Justo valor indexado às seguintes taxas de juro: Euribor 3M, Euribor 6M, Wibor 3M, Wibor 6M and CAD Libor 3M. Justo valor indexado às seguintes taxas de câmbio: USD/EUR, EUR/RON, EUR/PLN, EUR/CAD, BRL/USD e BRL/EUR.
<i>Swaps</i> de preço de energia	Justo valor indexado ao preço da electricidade.

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa são apresentadas como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Saldo no início do período	-27.366	-52.568
Variações de justo valor	-38.559	17.930
Transferências para resultados	19.773	2.404
Interesses não controláveis incluídos nas variações de justo valor	-3.010	-1.231
Efeito da alienação sem perda de controlo das subsidiárias da EDPR Europe	4.584	-7.760
Efeito da alienação sem perda de controlo das subsidiárias da EDPR North America	-1.338	-1.472
Efeito da divisão dos activos da ENEOP (ver nota 42)	-	15.331
Saldo no final do período	-45.916	-27.366

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Cobertura <i>net investment</i> - ineficácia	-5.304	-1.681
Cobertura de fluxos de caixa		
Transferência para resultados relativa a cobertura de passivos financeiros	-18.217	-773
Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias primas	-1.556	-1.631
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	3.688	4.892
	-21.389	807

O montante de transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas é reconhecido no volume de negócios, enquanto os restantes ganhos e perdas se encontram reconhecidos em proveitos financeiros e custos financeiros, respectivamente (ver nota 13).

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2016 são apresentadas como segue:

Milhares de Euros	Moeda	Paga	Grupo Edp Renováveis	Recebe
Contratos de taxa de juro				
Swaps de taxa de juro	EUR	[0,18% - 4,45%]	[-0,22% -	-0,18%]
Swaps de taxa de juro	PLN	[2,48% - 2,78%]	[1,81%]
Swaps de taxa de juro	CAD	[2,59%]	[0,91%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio				
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/CAD	[1,23% - 1,33%]		[-0,32%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/BRL	[11,04% - 12,69%]		[-0,30%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/PLN	[1,33% - 2,12%]	[-0,32%	-0,31%]

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2015, são apresentadas como segue:

Milhares de Euros	Moeda	Paga	Grupo Edp Renováveis	Recebe
Contratos de taxa de juro				
Swaps de taxa de juro	EUR	[0,18% - 4,45%]	[-0,05% -	0,03%]
Swaps de taxa de juro	PLN	[2,48% - 5,41%]	[1,77% -	1,88%]
Swaps de taxa de juro	CAD	[2,59%]	[0,84%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio				
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/USD	[0,70% - 5,80%]	[0,40% -	5,60%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/BRL	[11,45% - 13,16%]	[-0,13% -	-0,04%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/PLN	[1,32% - 2,11%]	[-0,13%	-0,07%]

36. Compromissos

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os compromissos financeiros assumidos que não figuram na demonstração da posição financeira referentes a garantias financeiras, operacionais e reais prestadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Garantias de carácter financeiro		
Grupo EDPR NA	21.039	12.061
	21.039	12.061
Garantias de carácter operacional		
EDP Renováveis, S.A.	1.079.869	1.033.550
Grupo EDPR NA	1.224.085	1.227.058
Grupo EDPR EU	44.544	4.390
Grupo EDPR BR	18.622	11.478
	2.367.120	2.276.476
Total	2.388.159	2.288.537
Garantias reais	3.318	27.954

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a EDPR possui garantias de carácter operacional relativas à sua actividade comercial, no montante de 495.692 milhares de Euros e 552.146 milhares de Euros, respectivamente, já reflectidos no passivo.

Não existem garantias referentes às empresas associadas (ver nota 18).

Adicionalmente à informação divulgada acima:

i) O Grupo tem financiamentos contratados em regime de *project finance*, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2016, estes financiamentos totalizavam 689.803 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 977.900 milhares de Euros), montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo;

ii) A subsidiária EDPR NA, no âmbito das parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, presta garantias corporativas típicas destas estruturas aos investidores institucionais, para cobertura de riscos associados a fraude, conduta dolosa ou incumprimento de qualquer obrigação de carácter operacional pela EDPR NA no âmbito destas parcerias. A 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, estas responsabilidades ascendiam a 1.428.275 milhares de Euros e 1.165.270 milhares de Euros, respectivamente, encontrando-se consideradas na rubrica de passivos com parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA.

iii) As garantias financeiras contratadas em 31 de Dezembro de 2016, no montante de 5.434 milhares de Euros, estão relacionadas com os suprimentos obtidos por certas empresas do Grupo e já incluídos na dívida financeira consolidada.

Os compromissos por dívidas financeiras, locações e as obrigações de compra do Grupo EDPR são apresentadas por maturidade de vencimento como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016				
	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Capital em dívida por período Mais de 5 anos
Rendas vincendas de locações operacionais	1.271.873	44.596	93.536	95.279	1.038.462
Obrigações de compra	2.288.163	864.089	721.378	124.917	577.779
	3.560.036	908.685	814.914	220.196	1.616.241

Milhares de Euros	31 Dez 2015				
	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Capital em dívida por período Mais de 5 anos
Rendas vincendas de locações operacionais	1.026.046	39.892	81.506	83.218	821.430
Obrigações de compra	2.368.026	1.291.480	769.444	90.148	216.954
Outros compromissos de longo prazo	965	702	263	-	-
	3.395.037	1.332.074	851.213	173.366	1.038.384

As obrigações de compra incluem, as responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo de activos fixos tangíveis e contratos de manutenção de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos *forward*, estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

As rendas vincendas de locações operacionais estão relacionadas essencialmente com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação tem a duração da vida útil dos parques eólicos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos com opções de venda de participações sociais:

- O outro accionista da empresa Tivano S.r.l. detém uma opção de venda sobre uma participação de 25% da empresa. O preço de exercício será de 450 milhares de Euros ajustado de 100% de contribuições e distribuições efectuadas pelo e para o outro accionista, sendo o período de exercício da opção desde 2016 até 2020. Em 31 de Dezembro de 2016, esta opção de venda encontra-se valorizada em 1.575 milhares de Euros.
- O outro accionista da empresa San Mauro S.r.l. detém uma opção de venda sobre uma participação de 25% da empresa. O preço de exercício será de 25% do preço final de aquisição ajustado de 100% de contribuições e distribuições efectuadas pelo e para o outro accionista, sendo o período de exercício da opção desde 2017 até 2022. Em 31 Dezembro de 2016 esta opção de venda encontra-se valorizada em 341 milhares de Euros.
- O outro accionista da empresa AW 2 S.r.l. detém uma opção de venda sobre uma participação de 25% da empresa. O preço de exercício será de 25% do preço final de aquisição ajustado de 100% de contribuições e distribuições efectuadas pelo e para o outro accionista, sendo o período de exercício da opção desde 2017 até 2022. Em 31 Dezembro de 2016 esta opção de venda encontra-se valorizada em 383 milhares de Euros.

Alguns dos contratos referentes a alienação de participações minoritárias sem perda de controlo efectuadas em 2016 e em anos anteriores, incorporam activos e passivos contingentes, de acordo com os termos dos contractos correspondentes.

37. Partes relacionadas

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
	Nº de Acções	Nº de Acções
Conselho de Administração Executivo		
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
Miguel Dias Amaro	25	25
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	300	300
António do Pranto Nogueira Leite	100	100
Gabriel Alonso Imaz	26.503	26.503
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
João Manuel de Mello Franco	380	380
João Paulo Nogueira Sousa Costeira	3.000	3.000
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José António Ferreira Machado	630	630
	41.178	41.178

De acordo com o previsto no artigo n.º 229º da *Ley de Sociedades de Capital* (Código das sociedades espanhol), os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram ou o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses ou incompatibilidade que ponha em causa o desempenho das suas funções.

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos da Empresa, as remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Milhares de Euros	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Presidente	-	-
Vogais	723	689
	723	689

A EDPR assinou um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a EDP, segundo o qual a EDP suporta o custo dos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração da EDPR, executivos e não executivos, nomeadamente por João Manso Neto, Nuno Alves e António Mexia. Esta prática de governo societário relativa a remunerações está de acordo com o modelo adoptado pelo Grupo EDP, segundo o qual os membros do Conselho de Administração Executivo não recebem qualquer remuneração directamente das empresas do grupo em que ocupam cargos, mas sim através da EDP.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis deve pagar um montante à EDP relativo aos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração, executivos e não executivos. O montante devido pelos serviços de gestão prestados em 2016 pela EDP ascende a 1.132 milhares de Euros (1.089 milhares de Euros em 2015), dos quais 1.087 milhares de Euros referem-se a serviços de gestão prestados por membros executivos e 45 milhares de euros a serviços de gestão prestados por membros não executivos.

O plano de benefícios de reforma para os membros da Comissão Executiva, excluindo o CEO, varia entre 3% a 6% do seu salário anual.

No caso dos membros da Comissão Executiva que são também Administradores (Miguel Dias Amaro, CFO; João Paulo Costeira, COO EU, BR & South Africa; e Gabriel Alonso, COO NA & Mexico) foram assinados contratos com outras empresas do grupo, como segue: Miguel Dias Amaro e João Paulo Costeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha; e Gabriel Alonso com a EDP Renewables North America LLC. Em 2016, a remuneração total destes 3 Administradores ascendeu a 1.078 milhares de Euros (1.049 milhares de Euros em 2015), correspondendo à remuneração fixa e à remuneração variável anual de 2016.

Em 2016 ou 2015, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou actuais administradores.

Saldos e transacções relevantes com empresas subsidiárias e associadas do Grupo China Three Gorges

No contexto das transacções com a CTG relacionadas com a venda de 49% da participação financeira no capital da EDPR Portugal, EDPR Italia e EDPR Polska ao Grupo CTG, a CTG concedeu suprimentos ao Grupo EDPR, no montante de 275.509 milhares de Euros incluindo juros corridos (53.134 milhares de Euros como corrente e 222.375 milhares de Euros como não corrente). Em 31 de Dezembro de 2015, este saldo corresponde ao montante de 81.314 milhares de Euros incluindo juros corridos (9.824 milhares de Euros como corrente e 71.490 milhares de Euros como não corrente). Ver nota 33.

Saldos e transacções com empresas do Grupo EDP

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Empréstimos e juros a receber		Activos
		Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	1.099	18.489	19.588
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	24.961	24.961
Joint ventures e empresas associadas	55.498	515	56.013
EDP Servicios Financieros España, S.A.	-	195.343	195.343
Outras empresas do Grupo EDP	-	25.153	25.153
	56.597	264.461	321.058

Milhares de Euros	Empréstimos e juros a pagar		Passivos
		Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	25	29.092	29.117
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	676.006	676.006
Joint ventures e empresas associadas	-	57	57
EDP Finance B.V.	1.397.550	308	1.397.858
EDP Servicios Financieros España, S.A.	1.220.062	-	1.220.062
Outras empresas do Grupo EDP	-	5.941	5.941
	2.617.637	711.404	3.329.041

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Empréstimos e juros a receber		Activos
		Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	260	27.909	28.169
Empresas do Grupo Hidrocontábrico (sector eléctrico)	1	19.550	19.551
Joint ventures e empresas associadas	54.392	662	55.054
EDP Servicios Financieros España, S.A.	-	138.201	138.201
Outras empresas do Grupo EDP	-	27.221	27.221
	54.653	213.543	268.196

Milhares de Euros	Empréstimos e juros a pagar		Passivos
		Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	550	4.249	4.799
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	607.226	607.226
Empresas do Grupo Hidrocontábrico (sector eléctrico)	20	718	738
Joint ventures e empresas associadas	-	45	45
EDP Finance B.V.	1.687.543	715	1.688.258
EDP Servicios Financieros España, S.A.	1.450.281	6.754	1.457.035
Outras empresas do Grupo EDP	11	2.066	2.077
	3.138.405	621.773	3.760.178

Em 31 de Dezembro de 2016, os activos incluem o saldo da conta corrente com a EDP Servicios Financieros España S.A. ascendendo a 195.343 milhares de Euros de acordo com os termos e condições do contrato assinado entre as partes a 1 de Junho de 2015 (ver nota 24).

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 1.397.195 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 1.687.058 milhares de Euros) e da EDP Servicios Financieros España S.A. no montante de 1.219.868 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 1.450.000 milhares de Euros).

Com o objectivo de cobertura do risco cambial da EDP Renováveis e EDP Sucursal, o Grupo EDP estabeleceu uma *cross currency interest rate swap* (CIRS) em USD e EUR, entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis. Em cada data de balanço, este CIRS é reavaliado ao valor de mercado, que corresponde a uma reavaliação cambial *spot*, resultando numa cobertura cambial perfeita (reavaliação do investimento na EDPR NA e do financiamento externo em dólares). Em 31 de Dezembro de 2016, o montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal relacionado com este CIRS ascende a 668.047 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 589.036 milhares de Euros) (ver notas 33 e 35).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Proveitos		Custos	
	operacionais	Financeiros	operacionais	Financeiros
EDP Energias de Portugal, S.A.	26.433	13.440	-1.718	-31.410
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	72	-	-11.713	-120.208
Empresas do Grupo Hidrocontábrico (sector eléctrico)	-	-	-1.210	-683
Joint ventures e empresas associadas	3.358	1.199	-90	-
EDP Serviço Universal, S.A.	268.279	-	-4	-
Outras empresas do Grupo EDP	31	92.633	-3.907	-133.503
	298.173	107.272	18.642	285.804

Os proveitos operacionais incluem essencialmente as vendas de electricidade à EDP Serviço Universal, S.A., que é um comercializador de último recurso em Portugal devido à legislação regulatória. Em 2015 incluía também vendas de electricidade ao Grupo HC, que actuava como agente comercial das subsidiárias do Grupo EDPR em Espanha até Dezembro de 2015. A partir de Janeiro de 2016, o agente comercial das subsidiárias do Grupo EDPR em Espanha é o Grupo AXPO.

Os proveitos financeiros e os custos financeiros com a EDP, S.A. são maioritariamente relacionados com instrumentos financeiros derivados.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Proveitos		Custos	
	operacionais	Financeiros	operacionais	Financeiros
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	10.538	-10.557	-19.900
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	-	-10.418	-22.041
Empresas do Grupo Hidrocontábrico (sector eléctrico)	350.091	-	-4.031	-1.073
Joint ventures e empresas associadas	4.827	17.156	-35	-
EDP Serviço Universal, S.A.	189.096	-	-40	-
Outras empresas do Grupo EDP	18	2.202	-3.971	-146.076
	544.032	29.896	-29.052	-189.090

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, tem de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores e em articulação com contratos de energias renováveis. Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a EDP, S.A., Energias do Brasil e a Hidrocontábrico concederam garantias financeiras (101.306 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2015: 40.019 milhares de Euros) e operacionais (276.236 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2015: 293.314 milhares de Euros) aos fornecedores a favor da EDPR EU e EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA e respeitam à aquisição de activos tangíveis, contratos de fornecimento, aquisição de turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 36).

38. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos non-standard podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rentabilidade, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros geralmente aceites (Bloomberg e Reuters).

A tabela seguinte apresenta as curvas das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos anteriormente:

	31 Dez 2016		31 Dez 2015	
	Moeda		Moeda	
	EUR	USD	EUR	USD
3 meses	-0,34%	0,77%	-0,13%	0,61%
6 meses	-0,22%	1,00%	-0,04%	0,85%
9 meses	-0,24%	1,11%	0,00%	1,01%
1 ano	-0,20%	1,19%	0,06%	1,18%
2 anos	-0,16%	1,45%	-0,03%	1,18%
3 anos	-0,10%	1,69%	0,06%	1,42%
5 anos	0,08%	1,98%	0,19%	1,59%
7 anos	0,31%	2,16%	0,33%	1,74%
10 anos	0,67%	2,34%	0,48%	1,85%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através de resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor com base em cotações de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não está disponível nenhuma estimativa fiável do justo valor são registados na demonstração da posição financeira, ao custo de aquisição.

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data da demonstração da posição financeira, o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado através de modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data da demonstração da posição financeira, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites pelo mercado.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados *over-the-counter*, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

CIRS com a EDP Sucursal (nota 35)

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na EDPR NA, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado na Demonstração da posição financeira ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro *forward* foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 27. Ver adicionalmente a nota 33.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como se segue:

Milhares de Euros	31 Dezembro 2016			31 Dezembro 2015		
	Valor Contab.	Justo valor	Diferença	Valor Contab.	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	8.187	8.187	-	6.257	6.257	-
Devedores e outros activos de actividades comerciais	364.075	364.075	-	299.531	299.531	-
Outros devedores e outros activos	107.270	107.270	-	86.416	86.416	-
Instrumentos financeiros derivados	55.066	55.066	-	55.272	55.272	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	603.219	603.219	-	436.732	436.732	-
	1.137.817	1.137.817	-	884.208	884.208	-
Passivos financeiros						
Dívida financeira	3.406.069	3.440.235	34.166	4.220.270	4.273.825	53.555
Fornecedores	748.613	748.613	-	725.638	725.638	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	2.339.425	2.339.425	-	1.956.217	1.956.217	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	98.525	98.525	-	92.262	92.262	-
Outros credores e outros passivos	642.527	642.527	-	235.126	235.126	-
Instrumentos financeiros derivados	771.167	771.167	-	679.161	679.161	-
	8.006.326	8.040.492	34.166	7.908.674	7.962.229	53.555

O Grupo EDP Renováveis enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor do seguinte modo:

- Nível 1 - Preço de cotação (não ajustado) em mercados activos para os activos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Outros *inputs* de preços de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente (como sejam preços) ou indirectamente (como sejam derivados de preços);
- Nível 3 - *Inputs* para activos e passivos que não são baseados em informação observável em mercado (*inputs* não observáveis).

Milhares de Euros	31 Dezembro 2016			31 Dezembro 2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	8.186	-	-	6.257
Instrumentos financeiros derivados	-	55.066	-	-	55.272	-
	-	55.066	8.186	-	55.272	6.257
Passivos financeiros						
Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis	-	-	4.694	-	-	344
Instrumentos financeiros derivados	-	771.167	-	-	679.161	-
	-	771.167	4.694	-	679.161	344

Os restantes activos e passivos são avaliados dentro do Nível 1 ou correspondem a activos e passivos em que o seu justo valor é idêntico ao seu valor contabilístico. Em 2016, não existiram transferências entre níveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os movimentos verificados nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos Financeiros disponíveis para venda		Credores e outros passivos	
	31 Dez 2016	31 Dez 2015	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Saldo no início do período	6.257	6.336	344	12.760
Ganhos/ (Perdas) em outro rendimento integral	1.929	430	-	-
Aquisições	-	4	4.358	-
Variações de justo valor/ Pagamentos	-	-	-	-62
Alienações	-	-513	-	-12.354
Diferenças cambiais	-	-	-8	-
Saldo no fim do período	8.186	6.257	4.694	344

Os credores e outros passivos de nível 3 estão relacionados com Passivos com interesses não controláveis.

Os movimentos em 2016 e 2015 dos instrumentos financeiros derivados são apresentados na nota 35.

39. Eventos relevantes e subsequentes

EDPR anuncia a venda à CTG de uma participação minoritária em activos portugueses

A EDPR através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L. ("EDPR Europe"), assinou em Fevereiro de 2017 um contrato com a ACE Portugal Sàrl, que é detida a 100% pelo Fundo de Investimento ACE II LP - uma entidade participada da China Three Gorges Hong Kong Ltd ("CTG HK"), subsidiária da China Three Gorges ("CTG") - para vender 49% do capital social e suprimentos de uma carteira de activos eólicos, no valor total de 242 milhões. O perímetro da transacção abrange 422 MW de tecnologia eólica, localizados em Portugal, com uma vida média de 6 anos. Estes activos faziam parte do projecto ENEOP e foram consolidados integralmente pela EDPR na sequência da conclusão do processo de divisão dos activos em 2015.

Portarias 268-B/2016 e 69/2017

O Governo português, através da Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), efectuou uma investigação para a avaliação das políticas públicas relativas ao sector energético, tendo chegado à conclusão de que os geradores de energias renováveis com tarifa regulada têm recebido, além deste incentivo tarifário, apoios públicos para a promoção e desenvolvimento de energia renovável. A investigação da DGEG estimou um montante de 140 milhões de euros em excesso face ao montante que deveriam ter recebido.

A 13 de Outubro de 2016, foi publicada a Portaria 268-B/2016, que determina a recuperação pelo SEN do montante alegadamente recebido em excesso, através da redução da tarifa regulada concedida pelo comercializador de último recursos (CUR).

A 28 de Dezembro de 2016, foi publicada a Lei 46/2016. O Artigo 171º determinou que o apoio público para a promoção e desenvolvimento de energia renovável recebida pelos produtores de energia elegíveis com tarifa regulada (nesta data) não deve ser acumulado com a remuneração fixada administrativamente recebida por esses produtores. Neste sentido, este artigo determina a adopção, através de uma portaria, de um mecanismo de dedução ou substituição do apoio público recebido ao abrigo destas condições. Assim, a 16 de Fevereiro de 2017, foi publicada a Portaria 69/2017 que determina a recuperação pelo SEN do montante alegadamente recebido em excesso, através da redução da tarifa regulada concedida pelo CUR. Esta portaria reproduz o conteúdo da Portaria 268-B/2016 e revoga-a.

Espera-se a publicação de decretos-lei pelo membro do Estado responsável pelo sector energético, que irá identificar os produtores e os montantes que cada um deles não deveria ter recebido, de modo a calcular a nova tarifa regulada que permite que este montante seja recuperado o mais rápido possível.

Para os produtores de energia renovável que se encontrem nesta situação e que já perderam o seu direito a tarifas reguladas, está estabelecido que é o CUR que tem a responsabilidade de recuperar os montantes identificados pela DGEG, embora não esteja claro de que forma estes valores vão ser recuperados. Metade do montante recuperado sob este mecanismo irá reduzir o deficit tarifário, sendo a outra metade alocada a futuras tarifas anuais.

EDPR assegura contratos de longo prazo para 127 MW no leilão de energia eólica em Itália

A EDPR assegurou, no leilão de energia eólica italiano, contratos a 20 anos para a venda da produção a ser gerada por 6 parques eólicos com capacidade total de 127 MW. Os projectos eólicos estão localizados no sul de Itália, e a instalação dos mesmos deverá ocorrer em 2018.

EDPR conclui venda de participações minoritárias na Polónia e Itália

A EDPR, através das suas subsidiárias EDP Renewables Europe, S.L. e EDPR Polska S.P. zo.o., concluiu a alienação de 49% do capital social e suprimentos num portfólio de activos eólicos com capacidade de 548 MW na Polónia e Itália, à ACE Poland S.A.R.L. e ACE Italy S.A.R.L., ambas detidas a 100% pela ACE Investment Fund LP - uma entidade participada pela China Three Gorges Hong Kong Ltd ("CTG HK"), uma subsidiária da China Three Gorges ("CTG"). O preço final da transacção ascendeu a 363 milhões de Euros.

EDPR estabeleceu novos acordos de parceria institucional para 328 MW e 101 MW nos EUA

A EDPR, através da sua subsidiária EDP Renewables North America LLC, assegurou 343 milhões de Dólares de um financiamento "Tax Equity" com duas grandes instituições financeiras, em troca de uma participação no projecto de 250 MW do parque eólico Hidalgo, localizado no Estado do Texas, e por uma participação no projecto de 78 MW do parque eólico Jericho Rise, localizado no Estado de Nova Iorque. Ambos os projectos possuem contratos de venda de longo prazo já assegurados.

Segundo o acordo, o financiamento teve lugar perto do início das operações de ambos os projectos, no quarto trimestre de 2016.

Adicionalmente, a EDPR assegurou 114 milhões de Dólares de financiamento "Tax Equity" com o MUFG e com outro investidor institucional, em troca de uma participação financeira no projecto Amazon Wind Farm US Central (Timber Road III) de 101 MW. O projecto está localizado no estado do Ohio e possui já um Contrato de Aquisição de Energia ("CAE") de longo prazo, através do qual a produção gerada será vendida à Amazon Web Services, Inc. ("AWS"), uma empresa do grupo Amazon.com.

EDPR assegura PPA para novos parques eólicos de 200 MW e 75 MW nos EUA

A EDPR, através da sua subsidiária EDP Renewable North America LLC, assinou contratos de venda de energia ("CAE"), por um período de 15 e 20 anos, para vender a energia produzida por um parque eólico de 200 MW no estado do Iowa e por um parque eólico de 75 MW no Estado de Indiana, ambos com data prevista de início de operações em 2018.

EDPR concluiu uma transacção de rotação de activos na Europa, num montante total de 550 milhões de Euros

A EDPR, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., celebrou em Abril de 2016 um contrato com a Vortex, um fundo gerido pela EFG Hermes, o qual inclui investimentos dos países do Gulf Cooperation Council (GCC), para a venda de uma participação accionista representativa de 49% do capital social e suprimentos relativos a um portfólio de activos eólicos *onshore* integralmente detidos em Espanha, Portugal, Bélgica e França por um montante total de 550 milhões de Euros.

O portfólio totaliza 664 MW e tem 4 anos de vida média. Detalhadamente, o âmbito da transacção abrange 348 MW em operação em Espanha (com 6 anos de vida média), 191 MW em operação em Portugal (parte dos activos ex-ENEOP), 71 MW em operação na Bélgica e 54 MW em França. A conclusão desta transacção ocorreu em Junho de 2016.

40. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações emitidas efectivas para o Grupo

As normas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo EDPR aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, sem impactos significativos podem ser analisadas como segue:

- IFRS 10 (Alterada), IFRS 12 (Alterada) e IAS 28 (Alterada) – IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação;
- IFRS 11 (Alterada) - Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas;
- IAS 1 (Alterada) - Iniciativa de Divulgação
- IAS 16 (Alterada) e IAS 38 (Alterada) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e de amortização
- Annual Improvement Project (2010-2012)
- Annual Improvement Project (2012-2014)).

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo, cujo impacto está a ser avaliado, podem ser analisadas como segue:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2018, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma insere-se no projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por entidades terceiras são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- A excepção que permite que investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9; e
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados devem ser reconhecidas na demonstração de rendimento integral do exercício.

As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no rendimento integral do exercício não poderão ser transferidos para resultados.

- IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Maio de 2014, a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2018, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta nova norma estabelece os princípios que uma entidade deverá aplicar no reporte de informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras sobre a natureza, montante, prazo e incerteza do rédito e fluxos de caixa provenientes de um contrato com um cliente.

O princípio fundamental da IFRS 15 é que uma entidade reconheça o rédito para reflectir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante que reflecta a consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo construído em 5 fases.

O modelo das 5 fases é composto pelas seguintes etapas: (i) identificação do(s) contrato(s) com um cliente; (ii) identificação das obrigações contratuais; (iii) determinação do preço de transacção; (iv) alocação do preço de transacção às obrigações contratuais; e (v) reconhecimento do rédito quando (ou na medida em que) a entidade satisfaça determinada obrigação contratual.

- IFRS 16 - Locações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, a IFRS 16 - Locações, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2019, sendo a sua adopção antecipada permitida para entidades que adoptem também a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma define os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 - Locações e as respectivas orientações interpretativas. O objectivo é garantir que locadores e locatários reportam informações úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras, designadamente sobre o efeito que as locações têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Inclusão de algumas considerações de modo a distinguir locações de contratos de serviços, tendo por base a existência de controlo sobre um activo no momento em que este fica disponível para uso do locatário; e
- Introdução de um modelo único de contabilização para o locatário que exige que este reconheça os activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses, com excepção de locações de activos de montante reduzido. O locatário deve reconhecer o direito de uso do respectivo activo e a obrigação inerente aos pagamentos a efectuar, e reconhecer os custos financeiros e as depreciações em separado.

- IAS 7 (Alterada) - Iniciativa de divulgação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2017, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Estas alterações exigem que uma entidade divulgue informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas actividades de financiamento da entidade, incluindo as alterações provenientes dos fluxos de caixa e as alterações não-monetárias, tais como:

- Alterações nos fluxos de caixa de financiamento;
- Alterações que surgem de uma obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações de negócios;
- O efeito de alterações nas taxas de câmbio; ou
- Variações de justo valor.

Estas divulgações poderão ser apresentadas através de uma reconciliação entre os montantes reportados em balanço, no início e no fim de cada período, para cada item classificado como associado a actividades de financiamento na demonstração de fluxos de caixa.

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo, sem impactos significativos podem ser analisadas como segue:

- IFRS 4 (Alterada) - Aplicar a IFRS 9 - Instrumentos financeiros com a IFRS 4 - Contratos de Seguro;
- IFRS 14 - Diferimento de contas regulatórias;
- IAS 12 (Alterada) - Reconhecimento de impostos diferidos activos para perdas não realizáveis;

- IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e pagamentos antecipados;
- Annual Improvement Project (2014-2016).

41. Matérias Ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, as despesas ambientais reconhecidas em resultados do exercício no montante de 3.721 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 3.467 milhares de Euros), são referentes a custos com o plano de gestão ambiental.

Conforme referido na política contabilística 2o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar esses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de colocar os terrenos na sua condição original, no montante de 268.191 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2016 (31 de Dezembro de 2015: 117.228 milhares de Euros) (ver nota 30).

42. Concentração de actividades empresariais

Durante 2016, o Grupo EDPR adquiriu 100% da empresa italiana Parco Eólico Banzi S.r.l. por um montante total de 44.570 milhares de Euros, dos quais 10.820 milhares de Euros foram pagos em 2016 e o montante remanescente, 33.750 milhares de Euros, foi pago em anos anteriores como adiantamentos relativos à aquisição. Na data de aquisição, o Grupo EDPR determinou o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos assumidos, com base numa avaliação efectuada por uma entidade independente.

O justo valor dos activos e passivos identificados na data de aquisição apresenta-se como segue:

Milhares de Euros	Valor contab. à data de aquisição	Ajustamento justo valor	Justo valor à data de aquisição
Activos fixos tangíveis	38.767	7.351	46.118
Activos intangíveis	23	-	23
Goodwill	5.587	-5.587	-
Activos por impostos diferidos	-	-	-
Outros devedores e outros activos	1.818	-	1.818
Caixa e equivalentes de caixa	2.166	-	2.166
Total do Activo	48.361	1.764	50.125
Provisões	48	-	48
Passivos por impostos diferidos	-	1.764	1.764
Outros credores e outros passivos	703	-	703
Total do Passivo	751	1.764	2.515
Activos líquidos adquiridos	47.610	-	47.610
Total pago na aquisição			-44.570
Ganho gerado na aquisição			3.040
Fluxo de caixa da aquisição			
- Caixa e equivalentes de caixa da Banzi			2.166
- Total pago na aquisição			-44.570
Fluxo de caixa líquido			42.404

A valorização acima mencionada determinou um justo valor dos activos fixos tangíveis no montante de 46.118 milhares de Euros, gerando um ajustamento de justo valor líquido de 1.764 milhares de Euros.

Durante 2015, o Grupo EDPR adquiriu 100% da participação na ENEOP. Na medida em que o Grupo já detinha uma participação de 35,95% na ENEOP, esta transacção constitui uma aquisição por etapas *step acquisition* nos termos da IFRS 3. O justo valor dos activos líquidos adquiridos ascendeu a 230.791 milhares de Euros, tendo sido pago o montante de 50.497 milhares de Euros, resultando num ganho por aquisição de controlo de 124.750 milhares de Euros.

Durante 2016, o Grupo EDPR pagou 52.751 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2015: 159.318 milhares de Euros), conforme segue (ver nota 5):

- Pagamento final relativo à aquisição da empresa Parco Eólico Banzi S.r.l: 10.820 milhares de Euros acima mencionados.
- Aquisição de interesses não controláveis: 37.214 milhares de Euros, que incluem 12.090 milhares de Euros e 22.279 milhares de Euros relativos à aquisição de interesses não controláveis na EDPR Polska e na EDPR UK, respectivamente.
- Contribuições de capital em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial: 3.260 milhares de Euros relativos à empresa mexicana Eólica de Coahuila S.A. de C.V.
- Aquisição de empresas e *success fees*: 1.458 milhares de Euros

Durante 2015, o Grupo EDPR adquiriu 100% das empresas Central Eólica Aventura II. S.A. e Stirlingpower, Unipessoal Lda., cujo montante dos activos líquidos adquiridos ascendeu a 28 mil Euros. O montante pago foi de 876 milhares de Euros, resultando num reconhecimento de goodwill de 848 milhares de Euros.

43. Relato financeiro por segmentos

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e tem três segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo: Europa, América do Norte e Brasil. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa numa base trimestral os relatórios de gestão interna.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no Anexo 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pela Gestão. Os lucros de cada segmento reportável são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada nas condições normais concorrenciais de mercado.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Europa - inclui as empresas do Grupo EDPR EU com actividade em Espanha, Portugal, Bélgica, França, Itália, Holanda, Polónia, Roménia e Reino Unido;
- América do Norte - inclui as empresas do Grupo EDPR NA e do Grupo EDPR Canadá, com actividade nos Estados Unidos da América e no Canadá, respectivamente;
- Brasil - inclui as empresas do Grupo EDPR Brasil, com actividade neste país.

Definição de segmento

Os valores reportados para cada segmento de negócio resulta da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

A informação financeira divulgada para cada segmento de negócio é determinada com base nos montantes registados directamente nas subsidiárias que compõem o segmento, incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

44. Honorários de auditoria e outros

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2016 e 2015. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas, de acordo com o Real Decreto 1/2011 de 1 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, de acordo como o seguinte detalhe:

Milhares de Euros	31 Dezembro 2016			
	Europa	América do Norte	Brasil	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	1.477	1.161	126	2.764
Outros serviços de auditoria	193	7	-	200
	1.670	1.168	126	2.964
Outros serviços	88	-	-	88
	88	-	-	88
Total	1.758	1.168	126	3.052

Milhares de Euros	31 Dezembro 2015			
	Europa	América do Norte	Brasil	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	1.894	1.131	105	3.130
Outros serviços de auditoria	453	-	-	453
	2.347	1.131	105	3.583
Serviços de consultoria fiscal	356	116	-	472
Outros serviços	265	1	-	266
	621	117	-	738
Total	2.968	1.248	105	4.321

45. Explicação adicional relativa à tradução

Este relatório constitui uma tradução livre da versão original em Inglês. Em caso de eventuais discrepâncias a versão original prevalece sobre esta tradução.

ANEXO 1

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 Dezembro 2016 e 2015, são as seguintes:

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
EMPRESA-MÃE DO GRUPO E ACTIVIDADES RELACIONADAS:						
EDP Renováveis, S.A. (Empresa-mãe do Grupo)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
GEOGRAFIA / PLATAFORMA EUROPA:						
Espanha:						
EDP Renewables Europe, S.L. (Empresa-mãe da Europa)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Acampo Arias, S.L.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L.	Saragoça	n.a.	61,50%	61,50%	61,50%	61,50%
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	n.a.	48,39%	60,09%	60,63%	60,63%
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos Almarchal, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos Buenavista, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Corme, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Lugo, S.A.U.	Lugo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Desarrollos Eólicos Dumbria, S.A.U.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos Rabosera, S.A.	Huesca	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renovables España, S. L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Cantabria, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Participaciones, S.L.U.	Oviedo	KPMG	51,00%	51,00%	0,00%	0,00%
EDPR Yield Spain Services, S.L.U.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Yield, S.A.U.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Energías Eólicas de la Manchuela, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	KPMG	77,50%	77,50%	77,50%	77,50%
Eólica Campollano, S.A.	Madrid	KPMG	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Radona, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica del Alfoz, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica Fontesilva, S.L.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Guadalteba, S.L.	Sevilha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Brújula, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	84,90%	84,90%
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica Muxía, S.L.	Corunha	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Saragoça	KPMG	94,00%	94,00%	94,00%	94,00%
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables IDER, S.L.	Leão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Molino de Caragüeyes, S.L.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Neo Energía Aragón, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	KPMG	92,50%	92,50%	92,50%	92,50%

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Parque Eólico Belchite, S.L.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico La Sotonera, S.L.	Saragoça	KPMG	69,84%	69,84%	69,84%	69,84%
Parque Eólico Los Cantales, S.L.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	KPMG	100,00%	83,96%	100,00%	83,96%
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renovables Castilla La Mancha, S.A.	Albacete	KPMG	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
South África Wind & Solar Power, S.L.U.	Oviedo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Portugal:						
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDP Renewables SGPS, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR PT - Parques Eólicos, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Yield Portugal Services, Unipessoal Lda.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos de Valdevez	KPMG	60,00%	30,60%	60,00%	30,60%
Eólica da Coutada, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica da Lajeira, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Boticas	KPMG	50,10%	22,55%	50,10%	25,55%
Eólica da Terra do Mato, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica das Serras das Beiras, S.A.	Arganil	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Montenegro, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	KPMG	50,10%	22,55%	50,10%	25,55%
Eólica do Alto da Lagoa, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica do Alto da Teixosa, S.A.	Cinfães	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica do Alto do Mourisco, S.A.	Boticas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica do Cachopo, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica do Castelo, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica do Espigão, S.A.	Miranda do Corvo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica do Velão, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Eólica dos Altos dos Salgueiros-Guilhado, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gravitangle - Fotovoltaica Unipessoal, Lda.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parque Eólico do Pinhal do Oeste, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parque Eólico do Planalto, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Stirlingpower, Unipessoal Lda.	Braga	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
França:						
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDPR France Holding, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bourbriac II, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Centrale Eolienne Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	KPMG	50,96%	25,99%	50,96%	25,99%
Centrale Eolienne Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Centrale Eolienne Neo Truc de L'Homme, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Centrale Eolienne Patay, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Centrale Eolienne Saint Barnabé, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Centrale Eolienne Segur, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
EDPR Yield France Services, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Challengeville, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Eolienne D'Etalondes, S.A.R.L.	Paris	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts du Forez Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Neo Plouvien, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Parc Éolien d'Escardes, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Boqueho-Pouagat, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Citernes, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parc Éolien de Dammarie, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Flaviv, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parc Éolien de Francourville, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Parc Éolien de la Champagne Berrichonne, S.A.R.L.	Paris	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Louvières, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Paris	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Montagne Fayel, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Preuseville, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Prouville, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parc Eolien de Roman, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Parc Éolien de Tarzy, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Paris	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
SOCPE de la Mardelle, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
SOCPE de la Vallée du Moulin, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
SOCPE de Sauvageons, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	100,00%	75,99%
SOCPE des Quinze Mines, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	100,00%	75,99%
SOCPE Le Mee, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	100,00%	75,99%
SOCPE Petite Pièce, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	100,00%	75,99%
Polónia:						
EDP Renewables Polska HoldCo, S.A.	Varsóvia	KPMG	51,00%	51,00%	0,00%	0,00%
EDP Renewables Polska OPCO, S.A.	Varsóvia	VDG Audyt KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Polska, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elektrownia Wiatrowa Kresy I, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Starozreby, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
J&Z Wind Farms, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	0,00%	0,00%	60,00%	60,00%
Korsze Wind Farm, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Masovia Wind Farm I, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Miramit Investments, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Molen Wind II, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	51,00%	65,07%	65,07%
Morska Farma Wiatrowa Gryf, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Morska Farma Wiatrowa Neptun, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Morska Farma Wiatrowa Pomorze, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Radziejów Wind Farm, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park I, Sp. zo.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park II, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park III, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park IV, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Karpacka Mala Energetyka, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Roménia:						
EDP Renewables România, S.r.l. (*)	Bucareste	n.a.	0,00%	0,00%	85,00%	85,00%
EDPR RO PV, S.r.l.	Bucareste	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR RO Trading, S.r.l.	Bucareste	n.a.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Cernavoda Power, S.r.l.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cujmir Solar, S.r.l.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Foton Delta, S.r.l.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Foton Epsilon, S.r.l.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pestera Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Potelu Solar, S.r.l.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
S. C. Ialomita Power, S.r.l.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sibioara Wind Farm, S.r.l.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Studina Solar, S.r.l.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vanju Mare Solar, S.r.l.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
VS Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
(*) Fusionada na S. C. Ialomita Power, S.r.l.						
Reino Unido:						
EDPR UK Limited	Cardiff	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Moray Offshore Renewables Power Limited	Cardiff	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Moray Offshore Windfarm (East) Ltd	Cardif	KPMG	100,00%	100,00%	66,64%	66,64%
Moray Offshore Windfarm (West) Limited	Cardif	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itália:						
EDP Renewables Italia, S.r.l.	Milão	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Italia Holding, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Castellaneta Wind, S.r.l.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Laterza Wind, S.r.l.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pietragalla Eolico, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Re Plus, S.r.l.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	80,00%	80,00%
TACA Wind, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Villa Castelli Wind, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
WinCap, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AW 2, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Conza Energia, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Lucus Power, S.r.l.	Melfi	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Parco Eolico Banzi, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	51,00%	0,00%	0,00%
San Mauro, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Sarve, S.r.l.	Milão	n.a.	51,00%	51,00%	0,00%	0,00%
T Power, S.p.A.	Cesena	Baker Tilly	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Tivano, S.r.l.	Milão	Revisa KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
VRG Wind 127, S.r.l.	Rovereto	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
VRG Wind 149, S.r.l.	Rovereto	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Belgica:						
EDP Renewables Belgium, S.A.	Bruxelas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Holanda:						
EDPR International Investments B.V.	Amsterdão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
GEOGRAFIA / PLATAFORMA AMÉRICA DO NORTE:						
México:						
EDPR Servicios de México, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vientos de Coahuila, S.A. de C.V.	Cidade do México	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EUA:						
EDP Renewables North America, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
17th Star Wind Farm, LLC	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento I, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento II, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
2008 Vento III, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	75,00%	75,00%
2009 Vento IV, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento V, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
2009 Vento VI, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VII, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VIII, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento IX, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
2011 Vento X, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2014 Sol I, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
2014 Vento XI, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
2014 Vento XII, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
2015 Vento XIII, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
2015 Vento XIV, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
2016 Vento XV LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
2016 Vento XVI LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Alabama Ledge Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Antelope Ridge Wind Power Project, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arbuckle Mountain Wind Farm, LLC	Oklahoma	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Arkwright Summit Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arlington Wind Power Project, LLC	Oregon	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	75,00%
Aroostook Wind Energy, LLC	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ashford Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project II, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
AZ Solar, LLC	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Holdings, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Wind, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Big River Wind Power Project LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Black Prairie Wind Farm II, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm III, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm II, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm III, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm IV, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm V, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower II, LLC	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower III, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower IV, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Blue Canyon Windpower VI, LLC	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VII, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Wind Power LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Marmot I LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot II LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot III LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot IV LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot IX LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot V LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot VI LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot VII LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot VIII LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot X LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Blue Marmot XI LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Broadlands Wind Farm II, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm III, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Buffalo Bluff Wind Farm, LLC	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chateaugay River Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Clinton County Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud County Wind Farm, LLC	Kansas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	75,00%
Cloud West Wind Project, LLC	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Coos Curry Wind Power Project, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cropsey Ridge Wind Farm, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Crossing Trails Wind Power Project, LLC	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dairy Hills Wind Farm, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diamond Power Partners, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
East Klickitat Wind Power Project, LLC	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eastern Nebraska Wind Farm, LLC	Nebraska	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Solar Ventures I, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDPR South Table LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Vento I Holding, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Vento IV Holding LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDPR WF, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures X, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XI, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDPR Wind Ventures XII, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDPR Wind Ventures XIII, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XIV, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XV LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDPR Wind Ventures XVI LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Five-Spot, LLC	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ford Wind Farm, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Franklin Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Green Country Wind Farm, LLC	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Green Power Offsets, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Indiana	n.a.	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Headwaters Wind Farm, LLC	Indiana	n.a.	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Headwaters Wind Farm II LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Hidalgo Wind Farm, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidalgo Wind Farm II LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
High Trail Wind Farm, LLC	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Chocolate Bayou I, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Midwest IX, LLC	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest I, LLC	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest IV, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest VII, LLC	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest X, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest XI, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Panhandle I, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest I, LLC	Novo México	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest II, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest III, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest IV, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Valley I, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Freeport Windpower I LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Horizon Wind MREC Iowa Partners, LLC	Texas	n.a.	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Horizon Wind Ventures I, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IB, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Horizon Wind Ventures IC, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	75,00%	75,00%
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Horizon Wind Ventures IX, LLC	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Horizon Wind Ventures VI, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VII, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VIII, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wyoming Transmission, LLC	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horse Mountain Wind Farm LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Jericho Rise Wind Farm, LLC	Nova Iorque	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juniper Wind Power Partners, LLC	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm II, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm III, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lone Valley Solar Park I, LLC	California	n.a.	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Lone Valley Solar Park II, LLC	California	n.a.	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Lost Lakes Wind Farm, LLC	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Machias Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Madison Windpower, LLC	Nova Iorque	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marble River, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martinsdale Wind Farm, LLC	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm II, LLC	Indiana	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm III, LLC	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm IV, LLC	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm V, LLC	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm VI LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Meadow Lake Wind Farm VII LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mesquite Wind, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Moran Wind Farm LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
New Trail Wind Farm, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Slope Wind Farm, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Number Nine Wind Farm, LLC	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Old Trail Wind Farm, LLC	Illinois	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
OPQ Property, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pacific Southwest Wind Farm, LLC	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm II, LLC	Ohio	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Paulding Wind Farm III, LLC	Ohio	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm IV, LLC	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm, LLC	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Paulding Wind Farm V LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Peterson Power Partners, LLC	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Interconnection, LLC	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	75,00%
Pioneer Prairie Wind Farm II, LLC	Iowa	n.a.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Post Oak Wind, LLC	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Quilt Block Wind Farm, LLC	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Splitter Wind Farm, LLC	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Redbed Plains Wind Farm LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Reloj del Sol Wind Farm LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Rio Blanco Wind Farm, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm II, LLC	California	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Rising Tree Wind Farm III, LLC	California	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm, LLC	California	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Riverstart Solar Park II LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Riverstart Solar Park LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Rolling Upland Wind Farm LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Rush County Wind Farm, LLC	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saddleback Wind Power Project, LLC	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sardinia Windpower, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Signal Hill Wind Power Project, LLC	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm II, LLC	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm III, LLC	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm IV, LLC	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm V, LLC	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm, LLC	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spruce Ridge Wind Farm LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Stinson Mills Wind Farm, LLC	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stone Wind Power, LLC	Nova Iorque	n.a.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Sustaining Power Solutions, LLC	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Oregon	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
The Nook Wind Power Project, LLC	Oregon	n.a.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Tug Hill Windpower, LLC	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tumbleweed Wind Power Project, LLC	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turtle Creek Wind Farm, LLC	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Waverly Wind Farm II LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Waverly Wind Farm LLC	Texas	n.a.	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Verde Wind Power, LLC	Texas	n.a.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Western Trail Wind Project I, LLC	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wheatfield Holding, LLC	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Whiskey Ridge Power Partners, LLC	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whistling Wind WI Energy Center, LLC	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wilson Creek Power Partners, LLC	Nevada	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wind Turbine Prometheus, L.P.	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WTP Management Company, LLC	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canadá:						
EDP Renewables Canada Ltd.	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Canada LP Holdings Ltd.	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Sharp Hills Project GP Ltd.	Alberta	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Sharp Hills Project LP	Alberta	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nation Rise Wind Farm GP Inc.	Colúmbia Britânica	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nation Rise Wind Farm LP	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SBWFI GP Inc	Ontario	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
South Branch Wind Farm II GP Inc.	Colúmbia Britânica	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
South Branch Wind Farm II GP LP	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
South Dundas Wind Farm LP	Ontario	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
GEOGRAFIA / PLATAFORMA AMÉRICA DO SUL:						
Brasil:						
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2016		2015	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Central Eólica Aventura I, S.A.	Natal	n.a.	50,99%	50,99%	50,99%	50,99%
Central Eólica Aventura II, S.A.	Natal	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Central Eólica Babilônia I, S.A.	Maracanaú	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Central Eólica Babilônia II, S.A.	Maracanaú	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Central Eólica Babilônia III, S.A.	Maracanaú	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Central Eólica Babilônia IV, S.A.	Maracanaú	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Central Eólica Babilônia V, S.A.	Maracanaú	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Central Eólica JAU, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Central Nacional de Energia Eólica, S.A.	Santa Catarina	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Elebrás Projetos, S.A.	Agua Doce	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%

GEOGRAFIA / PLATAFORMA ÁFRICA DO SUL:

África do Sul:

EDP Renewables South Africa, Proprietary Limited	Cidade do Cabo	Mazars Inc.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dejann Trading and Investments, Proprietary Limited	Cidade do Cabo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jouren Trading and Investments, Proprietary Limited	Cidade do Cabo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Os principais indicadores financeiros das empresas conjuntamente controladas incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional a 31 de Dezembro de 2016, são os seguintes:

Empresa	Capital social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Ceprastur, A.I.E.	€ 360.607	Oviedo	n.a.	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	€ 6.701.165	Saragoça	KPMG	50,00%	50,00%
Desarrollos Energéticos Canarias S.A.	€ 37.564	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%
Eólica de Coahuila, S.A. de C.V.	\$7.189.723	Cidade do Mexico	n.a.	51,00%	51,00%
Evolución 2000, S.L.	€ 117.994	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, LLC	\$530.426.287	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, LLC	\$208.647.187	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	€ 4.720.400	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

Os principais indicadores financeiros das empresas conjuntamente controladas incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional, a 31 de Dezembro de 2015, são os seguintes:

Empresa	Capital social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Ceprastur, A.I.E.	€ 360.607	Oviedo	n.a.	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	€ 6.701.165	Saragoça	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energéticos Canarias S.A.	€ 37.564	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%
Eólica de Coahuila, S. de R.L. de C.V.	\$114.443	Cidade do Mexico	n.a.	99,97%	99,97%
Evolución 2000, S.L.	€ 117.994	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, LLC	\$528.626.287	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, LLC	\$207.447.187	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	€ 4.720.400	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

A 31 de Dezembro de 2016, as Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, são as seguintes:

Empresa	Capital social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	€3.869.020	Barcelona	Jordi Guilera Valls	13,29%	13,29%
Biomassas del Pirineo, S.A.	€ 454.896	Huesca	n.a.	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, LLC	\$40.364.480	Oklahoma	PwC	25,00%	25,00%
Desarrollos Eolicos de Canarias, S.A.	€ 2.391.900	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	€ 14.471.028	Dieppe	E&Y	43,00%	43,00%
Eoliennes en Mer Iles d'Yeu et de Noirmoutier, S.A.S.	€ 17.187.000	Nantes	E&Y	43,00%	43,00%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	€ 120.400	Madrid	E&Y	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	€7.194.021	Madrid	E&Y	42,00%	42,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	€ 80.000	Ciudad Real	n.a.	25,00%	25,00%
WindPlus, S.A.	€ 1.250.000	Lisbon	PwC	19,40%	19,40%

A 31 de Dezembro de 2015, as Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, são as seguintes:

Empresa	Capital social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	€3.869.020	Barcelona	Jordi Guilera Valls	38,96%	23,62%
Biomassas del Pirineo, S.A.	€ 454.896	Huesca	n.a.	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, LLC	\$42.316.480	Oklahoma	n.a.	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	€ 300.000	Burgos	n.a.	30,00%	30,00%
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	€ 2.391.900	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	€ 14.471.028	Dieppe	E&Y	43,00%	43,00%
Eoliennes en Mer Iles d'Yeu et de Noirmoutier, S.A.S.	€ 17.187.000	Nantes	E&Y	43,00%	43,00%
Modderfontein Wind Energy Project, Ltd.	ZAR 1.000	Cape Town	n.a.	42,50%	42,50%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	€ 120.400	Madrid	E&Y	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	€7.194.021	Madrid	E&Y	42,00%	42,00%
Inch Cape Offshore Limited (*)	£1	Edinburgh	Deloitte	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	€ 80.000	Ciudad Real	n.a.	25,00%	25,00%
WindPlus, S.A.	€ 1.250.000	Lisbon	PwC	19,40%	19,40%

(*)Os saldos relativos à empresa Inch Cape Offshore Limited foram reclassificados para activos detidos para venda em 31 de Dezembro de 2015

A informação financeira resumida para subsidiárias com interesses não controláveis significativos em 31 de Dezembro de 2016, é como segue:

Milhares de Euros	Horizon Wind Ventures IB, LLC	Horizon Wind Ventures IC, LLC	EDPR Wind Ventures XI, LLC	EDP Renováveis France S.A.S.	EDP Renováveis Portugal S.A.
Activo Não Corrente	422.112	322.158	161.333	134.214	467.945
Activo Corrente	-	-	-	9.702	32.064
Passivo Não Corrente	320.108	198.072	171.254	42.852	86.504
Passivos Correntes	-	-	-	47.962	302.498
Volume de Negócios	-	-	-	26.543	142.160
Resultado líquido do período	15.630	12.854	3.063	992	28.953
Dividendos pagos a interesses não controláveis	-	-	-	-	24.790

Milhares de Euros	EDPR Wind Ventures XIV, LLC	EDPR Wind Ventures XIII, LLC	EDPR Participaciones, S.L.U.	EDP Renewables Polska HoldCo, S.A.	EDP Renewables Italia, S.r.l.
Activo Não Corrente	216.281	208.727	176.441	129.767	145.123
Activo Corrente	-	-	2.293	79	8.778
Passivo Não Corrente	220.808	214.573	89.561	15.562	79.743
Passivos Correntes	-	1	575	16.865	46.133
Volume de Negócios	-	-	-	-	15.933
Resultado líquido do período	1.258	1.241	-107	-1.393	789
Dividendos pagos a interesses não controláveis	-	-	8.506	-	-

A informação financeira resumida para subsidiárias com interesses não controláveis significativos em 31 de Dezembro de 2015, é como segue:

Milhares de Euros	Horizon Wind Ventures IB, LLC	Horizon Wind Ventures IC, LLC	EDPR Wind Ventures XI, LLC	EDP Renováveis France S.A.S.	EDP Renováveis Portugal S.A.
Activo Não Corrente	446.759	374.436	167.955	136.441	459.174
Activo Corrente	4.126	-	-	12.931	39.047
Passivo Não Corrente	3.233	285.442	172.998	47.517	86.682
Passivos Correntes	3.100	-	47	54.025	309.717
Volume de Negócios	-	-	-	29.892	136.603
Resultado líquido do período	27.044	31.052	2.258	4.213	47.442
Dividendos pagos a interesses não controláveis	-	-	-	-	33.246

Milhares de Euros	EDPR Wind Ventures XII, LLC	Post Oak Wind, LLC	VS Wind Farm, S.A.	Cernavoda Power, S.r.l.	Horizon Wind Ventures IX, LLC
Activo Não Corrente	96.520	64.102	79.528	88.291	87.123
Activo Corrente	-	4.126	8.735	14.808	-
Passivo Não Corrente	101.487	3.233	1.401	82.946	94.951
Passivos Correntes	-	3.100	90.671	47.955	35
Volume de Negócios	-	23.466	5.630	19.119	-
Resultado líquido do período	-2.146	4.958	-6.285	-4.423	-832
Dividendos pagos a interesses não controláveis	-	-	-	-	-

ANEXO 2

Actividade do Grupo por Segmento Operacional

Informação por Segmento Operacional para o período findo a 31 de Dezembro de 2016

Milhares de Euros	Europa	América do Norte	Brasil	Total Segmentos
Volume de Negócios	913.005	507.639	34.378	1.455.022
Proveitos provenientes de parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	-	197.544	-	197.544
	913.005	705.183	34.378	1.652.566
Outros proveitos operacionais	34.620	23.226	1.534	59.380
Fornecimento e serviços externos	-161.985	-139.492	-7.325	-308.802
Gastos com Pessoal e Benefícios aos empregados	-30.335	-43.875	-2.080	-76.290
Outros custos operacionais	-88.834	-43.510	-1.438	-133.782
	-246.534	-203.651	-9.309	-459.494
Resultado operacional bruto	666.471	501.532	25.069	1.193.072
Provisões	-4.795	90	-	-4.705
Amortizações e imparidades	-301.888	-289.130	-7.988	-599.006
Resultado operacional	359.788	212.492	17.081	589.361
Resultados de empresas associadas	1.748	533	-	2.281
Activos	6.823.683	8.127.174	288.955	15.239.812
Passivos	341.094	1.139.762	7.272	1.488.128
Investimento operacional	131.590	840.930	56.764	1.029.284

Nota: O Segmento "Europa" inclui: i) volume de negócios no montante de 377.244 milhares de Euros de empresas espanholas; ii) activos de empresas espanholas no montante de 2.990.438 milhares de Euros.

Reconciliação entre a Informação por Segmento e as Demonstrações Financeiras

Milhares de Euros	
Volume de Negócios dos Segmentos Reportados	1.455.022
Volume de Negócios de Outros Segmentos	18.289
Eliminação de transacções intra-segmento	-20.097
Volume de Negócios do Grupo EDPR	1.453.214
Resultado operacional bruto dos Segmentos Reportados	1.193.072
Resultado operacional bruto de Outros Segmentos	-15.893
Eliminação de transacções intra-segmento	-6.228
Resultado operacional bruto do Grupo EDPR	1.170.951
Resultado operacional dos Segmentos Reportados	589.361
Resultado operacional de Outros Segmentos	-16.566
Eliminação de transacções intra-segmento	-8.836
Resultado operacional do Grupo EDPR	563.959
Activos dos Segmentos Reportados	15.239.812
Activos Não Alocados	1.415.622
Activos Financeiros	997.571
Activos fiscais	153.475
Devedores e outros activos	264.576
Activos de Outros segmentos	25.312
Eliminação de transacções intra-segmento	53.723
Activos do Grupo EDPR	16.734.469
Investimentos em <i>joint ventures</i> e associadas	340.120
Passivos dos Segmentos Reportados	1.488.128
Passivos Não Alocados	7.092.908
Passivos Financeiros	3.406.069
Parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	2.339.425
Passivos fiscais	453.532
Contas a pagar e Outros passivos	893.882
Passivos de Outros segmentos	15.023
Eliminação de transacções intra-segmento	565.396
Passivos do Grupo EDPR	9.161.455
Investimento Operacional dos Segmentos Reportados	1.029.284
Investimento Operacional de Outros Segmentos	77
Investimento Operacional do Grupo EDPR	1.029.361

Milhares de Euros	Total segmentos reportados	Outros segmentos	Eliminação de transacções intra-segmentos	Total do Grupo EDPR
Outros proveitos operacionais	59.380	1.495	-7.123	53.752
Fornecimento e Serviços Externos	-308.802	-16.441	20.503	-304.740
Gastos com pessoal e Benefícios aos empregados	-76.290	-17.604	-	-93.894
Outros gastos operacionais	-133.782	-1.631	488	-134.925
Provisões	-4.705	-	-	-4.705
Amortizações e Imparidade	-599.006	-673	-2.608	-602.287
Resultados de empresas associadas	2.281	-	-2.466	-185

Informação por Segmento Operacional para o período findo a 31 de Dezembro de 2015

Milhares de Euros	Europa	América do Norte	Brasil	Total Segmentos
Volume de Negócios	831.594	498.218	21.379	1.351.191
Proveitos provenientes de parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	-	197.442	-	197.442
	831.594	695.660	21.379	1.548.633
Outros proveitos operacionais	140.191	19.620	622	160.433
Fornecimento e serviços externos	-150.845	-134.261	-5.549	-290.655
Gastos com Pessoal e Benefícios aos empregados	-26.725	-40.159	-1.568	-68.452
Outros custos operacionais	-104.057	-78.963	-2.585	-185.605
	-141.436	-233.763	-9.080	-384.279
Resultado operacional bruto	690.158	461.897	12.299	1.164.354
Provisões	-21	193	-	172
Amortizações e imparidades	-289.290	-267.085	-5.072	-561.447
Resultado operacional	400.847	195.005	7.227	603.079
Resultados de empresas associadas	11.952	-7.674	-	4.278
Activos	6.842.282	7.307.627	179.283	14.329.192
Passivos	323.305	987.493	5.609	1.316.407
Investimento operacional	183.736	645.991	72.902	902.629

Nota: O Segmento "Europa" inclui: i) volume de negócios no montante de 378.781 milhares de Euros de empresas espanholas; ii) activos de empresas espanholas no montante de 3.005.689 milhares de Euros.

Reconciliação entre a Informação por Segmento e as Demonstrações Financeiras

Milhares de Euros	
Volume de Negócios dos Segmentos Reportados	1.351.191
Volume de Negócios de Outros Segmentos	16.747
Eliminação de transacções intra-segmento	-18.333
Volume de Negócios do Grupo EDPR	1.349.605
Resultado operacional bruto dos Segmentos Reportados	1.164.354
Resultado operacional bruto de Outros Segmentos	-22.059
Eliminação de transacções intra-segmento	-
Resultado operacional bruto do Grupo EDPR	1.142.295
Resultado operacional dos Segmentos Reportados	603.079
Resultado operacional de Outros Segmentos	-
Eliminação de transacções intra-segmento	-25.241
Resultado operacional do Grupo EDPR	577.838
Activos dos Segmentos Reportados	14.329.192
Activos Não Alocados	1.235.566
Activos Financeiros	850.142
Activos fiscais	165.746
Devedores e outros activos	219.677
Activos de Outros segmentos	24.468
Eliminação de transacções intra-segmento	146.932
Activos do Grupo EDPR	15.736.157
Investimentos em <i>joint ventures</i> e associadas	333.800
Passivos dos Segmentos Reportados	1.316.407
Passivos Não Alocados	7.541.883
Passivos Financeiros	4.220.270
Parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	1.956.217
Passivos fiscais	380.782
Contas a pagar e Outros passivos	984.614
Passivos de Outros segmentos	17.273
Eliminação de transacções intra-segmento	-7.377.957
Passivos do Grupo EDPR	1.497.606
Investimento Operacional dos Segmentos Reportados	902.629
Investimento Operacional de Outros Segmentos	25
Investimento Operacional do Grupo EDPR	902.654

Milhares de Euros	Total segmentos reportados	Outros segmentos	Eliminação de transacções intra-segmentos	Total do Grupo EDPR
Outros proveitos operacionais	160.433	1.128	-1	161.560
Fornecimento e Serviços Externos	-290.655	-20.145	18.072	-292.728
Gastos com pessoal e Benefícios aos empregados	-68.452	-15.817	1	-84.268
Outros gastos operacionais	-185.605	-3.972	261	-189.316
Provisões	172	-	-	172
Amortizações e Imparidade	-561.447	-949	-2.233	-564.629
Resultados de empresas associadas	4.278	-	-5.795	-1.517

Declaração de Conformidade com o SCIRF



Report from Management concerning responsibility for
the System of Internal Control over Financial Reporting

The board of directors and management are responsible for establishing and maintaining an adequate System of Internal Control over Financial Reporting (SCIRF).

The SCIRF of EDP Renováveis Group is a set of processes designed to provide reasonable assurance as to the reliability of the financial information and the preparation of the consolidated annual accounts for external purposes, in accordance with the applicable financial information reporting framework.

Due to the limitations inherent to all internal control systems, it is possible that the system of internal control over financial reporting does not prevent or detect all errors that could occur and may only provide reasonable assurance with respect to the presentation and preparation of the consolidated annual accounts. Furthermore, extrapolating the effectiveness assessment to future years entails a risk that controls may cease to be adequate due to changing conditions or erosion in the level of compliance with policies and procedures.

Management has assessed the effectiveness of the SCIRF at 31 December 2016 based on the criteria established in the Internal Control – Integrated Framework issued in 2013 by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

As a result of this assessment, and based on the aforementioned criteria, management concludes that at 31 December 2016 EDP Renováveis Group had an effective system of internal control over financial reporting.

The SCIRF of EDP Renováveis Group at 31 December 2016 has been audited by the independent auditors KPMG Auditores, S.L., as indicated in their report included in the Annual Corporate Governance Report.

João Manso Neto
Chief Executive Officer

Miguel Dias Amaro
Chief Financial Officer

27 February 2017

We apply International Standard on Quality Control 1 and accordingly maintain a comprehensive system of quality control including documented policies and procedures regarding compliance with ethical requirements, professional standards and applicable legal and regulatory requirements.

We have complied with the independence and other ethical requirements of the *Code of Ethics for Professional Accountants* issued by the International Ethics Standards Board for Accountants, which is founded on fundamental principles of integrity, objectivity, professional competence and due care, confidentiality and professional behaviour.

Due to the limitations inherent in any internal control system, there is always a possibility that the System of Internal Control over Financial Reporting may not prevent or detect misstatements or irregularities that may arise as a result of errors of judgement, human error, fraud or misconduct. Moreover, projections of any evaluation of effectiveness to future periods are subject to the risk that controls may become inadequate because of changes in conditions or that the degree of compliance with the policies or procedures may deteriorate.

In our opinion, the Group maintained, in all material respects, effective internal control over financial reporting at 31 December 2016, in accordance with the criteria established in the Internal Control - Integrated Framework issued by the Committee of Sponsoring Organizations (COSO) of the Treadway Commission.

Our examination did not constitute an audit of accounts and is not subject to the legislation regulating the audit of accounts in Spain. As such, in this report we do not express an audit opinion on the accounts under the terms provided in the above-mentioned legislation. However, on 28 February 2017 we issued our unqualified audit report on the consolidated annual accounts of the Group for 2016, in accordance with the legislation regulating the audit of accounts in Spain.

KPMG Auditores, S.L.



Estibaliz Bilbao

28 February 2017

Declaração de Conformidade com a Informação Financeira Consolidada



Os membros do Conselho de Administração da sociedade EDP Renováveis, S.A.

DECLARAM

*(Esta declaração encontra-se na tradução livre da versão original em Inglês.
Em caso de eventuais discrepâncias a versão original prevalece sobre esta tradução.)*

Até ao limite do nosso conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro e demais documentos relativos à apresentação das contas exigidos pela lei em vigor foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, reflectindo uma imagem verdadeira e apropriada dos activos, dos passivos, da posição financeira e dos resultados da EDP Renováveis, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e o relatório de gestão apresenta de forma apropriada a evolução da performance do negócio e posição da EDP Renováveis, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas aos quais poderá estar exposta.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2017.

António Luis Guerra Nunes Mexia

João Manuel Manso Neto

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

Miguel Dias Amaro

João Paulo Nogueira da Sousa Costeira

Gabriel Alonso Imaz

Azcilio Jaime Liberado Mota Piloto

António do Paulo Nogueira Leite

João Manuel de Mello Franco

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos

José António Ferreira Machado

Gilles August

Manuel Menéndez Menéndez

Allan J. Katz

Francisca Gueces de Oliveira

Francisco Seixas da Costa

Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras Consolidadas



KPMG Auditores, S.L.
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo

Auditors' Report on the Consolidated Annual Accounts

To the Shareholders of
EDP Renováveis, S.A.

Report on the consolidated annual accounts

We have audited the consolidated annual accounts of EDP Renováveis, S.A. (the "Company") and its subsidiaries (the "Group"), which comprise the consolidated statement of financial position at 31 December 2018 and the consolidated income statement, consolidated statement of comprehensive income, consolidated statement of changes in equity and consolidated statement of cash flows for the year then ended, and consolidated notes.

Directors' responsibility for the consolidated annual accounts

The Directors are responsible for the preparation of the accompanying consolidated annual accounts in such a way that they present fairly the consolidated equity, consolidated financial position and consolidated financial performance of EDP Renováveis, S.A. and its subsidiaries in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union (IFRS-EU) and other provisions of the financial reporting framework applicable to the Group in Spain, and for such internal control as they determine is necessary to enable the preparation of consolidated annual accounts that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

Our responsibility is to express an opinion on the accompanying consolidated annual accounts based on our audit. We conducted our audit in accordance with prevailing legislation regulating the audit of accounts in Spain. This legislation requires that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the consolidated annual accounts are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the consolidated annual accounts. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the consolidated annual accounts, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the preparation of the consolidated annual accounts by the Company directors in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the consolidated annual accounts taken as a whole.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

OPINION DE LOS AUDITORES SOBRE LAS DEMOSTRACIONES FINANCIERAS CONSOLIDADAS DE EDP RENOVÁVEIS, S.A. Y SU GRUPO POR EL EJERCICIO 2018
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo, Asturias, España

2019-06-19
KPMG Auditores, S.L.
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo, Asturias, España

Opinion

In our opinion, the accompanying consolidated annual accounts present fairly in all material respects, the consolidated equity and consolidated financial position of EDP Renováveis, S.A. and subsidiaries at 31 December 2016 and their consolidated financial performance and consolidated cash flows for the year then ended in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union and other provisions of the financial reporting framework applicable in Spain

Report on other legal and regulatory requirements

The accompanying consolidated directors' report for 2016 contains such explanations as the Directors of EDP Renováveis, S.A. consider relevant to the situation of the Group, its business performance and other matters, and is not an integral part of the consolidated annual accounts. We have verified that the accounting information contained therein is consistent with that disclosed in the consolidated annual accounts for 2016. Our work as auditors is limited to the verification of the consolidated directors' report within the scope described in this paragraph and does not include a review of information other than that obtained from the accounting records of EDP Renováveis, S.A. and subsidiaries.

KPMG Auditores, S.L



Estibaliz Bilbao

28 February 2017

Conceitos e Definições

B

BOP

Balance of Plant. Todos os componentes e equipamento auxiliar do parque eólico para além da unidade geradora.

C

CAE

Contrato de aquisição de energia. Contrato legal entre um produtor de eletricidade (fornecedor) e um comprador de energia. O comprador compra eletricidade e por vezes também capacidade e/ou serviços complementares ao produtor de eletricidade.

CAPACIDADE INSTALADA

Capacidade instalada e pronta para produzir energia.

CAPEX

Despesas de capital. Os fundos utilizados por uma empresa para adquirir ou atualizar os seus ativos físicos, como imóveis, edifícios industriais ou equipamento (p. ex. construção de parques eólicos).

CASH-FLOW - FLUXO DE CAIXA

Quantidade de dinheiro gerado e utilizado por uma empresa num determinado período de tempo. O fluxo de caixa pode ser usado como indicação da solidez financeira de uma empresa.

CO₂

Dióxido de carbono. Um gás incolor pesado que não suporta a combustão, dissolve-se na água formando ácido carbónico; é formado principalmente durante a respiração dos animais e no processo de decomposição ou combustão de matéria animal e vegetal; é absorvido do ar pelas plantas durante a fotossíntese; e é utilizado na gaseificação de bebidas.

COD

Commercial Operation Date. Data de operação comercial. Data em que o projeto começa a funcionar oficialmente, após o período de testes e comissionamento.

COP 21

Conferência das partes, Conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas realizada em Paris.

CORE OPEX

Inclui custos com fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal, custos que são controláveis pela empresa.

CURTAILMENT

Corte forçado de algumas ou todas as turbinas eólicas de um parque eólico para atenuar os problemas associados à exportação de carga para a rede de fornecimento de energia elétrica, ou devido a certas condições de planeamento. A interrupção das operações é controlada pelo operador do sistema de transmissão regional.

CV

Certificado Verde. *Commodity* comercializável e que prova que determinada eletricidade é produzida a partir de fontes de energia renováveis.

D

DISPONIBILIDADE

A percentagem de tempo durante o qual uma turbina eólica se encontra tecnicamente disponível para capturar o recurso eólico e convertê-lo em eletricidade.

DÍVIDA LÍQUIDA

Métrica que apresenta a situação global da dívida de uma empresa calculada a partir da dívida total da empresa deduzida do dinheiro em caixa ou equivalentes.

E

EBITDA:

Medida contabilística calculada utilizando o lucro líquido de uma empresa, antes da dedução de encargos financeiros, impostos, amortizações e imparidades, como indicação da sua rentabilidade operacional atual.

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Método contabilístico de tratamento de investimentos em capital de empresas associadas. Este método é geralmente aplicado quando a entidade detém 20-50% dos direitos de voto da associada.

ENERGIA EÓLICA

Energia gerada pela transformação da energia mecânica do vento em energia elétrica através da utilização de um gerador de energia eólica.

ENERGIA RENOVÁVEL

Energia obtida a partir de recursos que são renováveis ou que não podem ser esgotados, incluindo a energia eólica, solar, biomassa, geotérmica e água em movimento. Também conhecida como energia alternativa.

F

FATOR DE CARGA

Relação entre a produção real de uma central ao longo de um período de tempo e a sua produção potencial, pressupondo-se a sua operação com a capacidade nominal máxima de forma contínua ao longo do mesmo período de tempo.

FCR

Fluxo de Caixa Retido ou Cash Flow Retido. O montante disponível para pagar dividendos aos acionistas e/ou para financiar novos investimentos; inclui o EBITDA após pagamento dos juros e custos com investidores de *Tax Equity* e depois de pagar distribuições a parceiros de capital e impostos.

FOREX

Foreign Exchange. Mercado cambial. Mercado no qual as moedas são negociadas.

G**GEE**

Gases com efeito de estufa. Gases que prendem o calor do sol na atmosfera terrestre, produzindo o efeito de estufa; os dois principais gases com efeito de estufa são o vapor de água e o dióxido de carbono; outros gases com efeito de estufa incluem metano, ozono, clorofluorcarbonetos e óxido de azoto.

GW

Unidade de potência elétrica igual a 1.000 MW.

GWH

Equivale a 1.000 MW de eletricidade usados continuamente durante uma hora.

H**HEDGING / COBERTURAS**

Estratégia de gestão do risco utilizada para limitar ou compensar a probabilidade de perda por flutuações nos preços das *commodities*, câmbio ou títulos.

I**INVESTIMENTO FINANCEIRO**

Ativo no qual investir na expectativa de obtenção de lucros ou uma valorização avultada.

INVESTIMENTO LÍQUIDO

Equivale a (CAPEX + Investimentos financeiros - Desinvestimentos financeiros).

ITC

Investment Tax Credit. Crédito fiscal ao investimento. Incentivo fiscal nos EUA que difere do crédito fiscal à produção (PTC) no sentido em que o investidor recebe de uma só vez um crédito fiscal que cobre uma percentagem do investimento.

L**LCOE**

Levelized cost of electricity. Custo nivelado de energia. O custo nivelado de energia constitui uma base comum para comparar o custo da energia em todas as tecnologias. O custo nivelado de energia considera o preço do sistema instalado e os custos associados, como financiamento, terreno, seguro, transmissão, operação e manutenção e amortizações. O custo nivelado de energia proporciona uma comparação real dos custos de eletricidade, sendo a medida mais utilizada pelas empresas de energia elétrica ou pelos compradores de eletricidade para avaliar a viabilidade financeira e a atratividade de um projeto de energia eólica.

LPA

Lucro por ação. A parcela do lucro de uma empresa atribuída a cada ação ordinária em circulação.

M**M3**

Modelo de manutenção modular. Esquema de manutenção, situado entre um nível de *self-perform* e de contratos de manutenção completa, sendo algumas atividades realizadas a nível interno.

MARGEM BRUTA

Medida contabilística calculada a partir das receitas de uma empresa deduzidas do custo dos seus produtos vendidos. A receita bruta é o lucro residual de uma empresa pela venda de um produto ou serviço, deduzida do custo associado à sua produção e venda.

MANUTENÇÃO COMPLETA

Esquema de manutenção no qual um fornecedor externo é diretamente responsável pela manutenção geral do projeto. O projeto paga uma taxa fixa e assume baixo risco.

MW

Unidade de potência elétrica igual a 10⁶ watts.

MWH

Equivale a 10⁶ watts de eletricidade usados continuamente durante uma hora.

O**O&M**

Operação e Manutenção. Todas as atividades necessárias para gerir o parque eólico de forma fiável, segura e económica, incluindo, por exemplo, ações de manutenção, reparação, monitorização e operação.

P**PARQUE EÓLICO**

Parque eólico refere-se ao terreno, turbinas eólicas, equipamento elétrico e linhas de transporte utilizados para a produção de energia eólica e alternativa.

PÁS

Os grandes "braços" das turbinas eólicas, que se estendem a partir do rotor de um aerogerador. A maioria das turbinas tem duas ou três pás. O vento ao soprar sobre as pás faz com que estas "levantem" e entrem em rotação.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Conjunto de diretrizes seguidas por uma empresa para decidir que percentagem dos seus resultados irá pagar aos acionistas.

PTC

Production Tax Credits. Crédito fiscal á produção. O resultado do "Energy Policy Act" (Lei de Política Energética) de 1992, um incentivo sob a forma de crédito fiscal comercial aplicável no mercado grossista a produtores de energia elétrica a partir de energia eólica com base na quantidade de energia gerada durante um ano.

R

RÁCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Mede a percentagem de lucro líquido de uma empresa que é atribuído aos acionistas sob a forma de dividendos. (Total de dividendos anuais por ação/Lucro por ação).

REC

Renewable Energy Credit. Crédito de energia renovável. Representa os direitos de propriedade sobre as qualidades ambientais, sociais e outras qualidades que não a eletricidade no âmbito da produção de energia renovável. Um REC pode ser vendido separadamente da eletricidade associada a uma fonte de produção de energia renovável.

RES

Renewable Energy Sources. Fontes de energia renovável.

ROIC CASH

Return on Invested Capital Cash. Retorno sobre o Capital Investido (baseado nos fluxos de caixa). Representa uma medida da rentabilidade e criação de valor de um projeto ou empresa.

ROTAÇÃO DE ATIVOS

Estratégia destinada a cristalizar o valor de um projeto através da venda de uma participação minoritária num ativo e reinvestindo os lucros noutra ativo, procurando um maior crescimento.

RPS

Renewable Portfolio Standard. Normas do portfólio de energia renovável. Legislação existente nos Estados Unidos, que impõe a determinadas empresas de fornecimento de eletricidade a obrigação de obter uma percentagem específica da sua energia através de fontes renováveis.

RTA

Rentabilidade total para os acionistas. Mede o retorno que a ação oferece ao acionista, incluindo os dividendos pagos e a valorização da respetivo cotação.

S

SELF-PERFORM (SP)

Esquema de manutenção em que todos os processos são realizados a nível interno, o que significa que o projeto assume todos os riscos.

SF₆

Hexafluoreto de enxofre. Incolor, inodoro, não inflamável e potente gás com efeito estufa, utilizado na indústria elétrica, especialmente em instalações elétricas com mecanismos de comutação isolados a gás.

SOLAR FV

Solar fotovoltaica. Unidade que gera eletricidade por intermédio de energia solar fotovoltaica, e que consiste numa combinação de vários componentes, incluindo painéis solares para absorver e converter a luz solar em eletricidade, um inversor solar, cabos e outros acessórios elétricos.

T

TARIFA FEED-IN

Quadro de remuneração que garante que uma empresa receberá um preço fixo da sua central elétrica, aplicado a toda a eletricidade que gerar e fornecer à rede.

TCCA

Taxa de crescimento composta anual.

W

WATT (W)

Quantidade de energia transferida equivalente a um ampere produzido a uma tensão elétrica de um volt. Um watt equivale a 1/746 cavalos-vapor ou um joule por segundo. É o produto da tensão pela corrente (amperagem). Os watts são a unidade de medida da energia.

ENERGY
AS
THE
NEW
ART

Publicação
EDP Renováveis, S.A.
Plaza de la Gesta, 2
33007 Oviedo, Espanha

Impressão
Bicho das Cores

Tiragem
40 unidades

Depósito legal
291932/09

Março 2017

Informação adicional

Para mais informações sobre a EDP Renováveis visite www.edpr.com, onde poderá encontrar a versão eletrónica do Relatório e Contas 2016.

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são objeto de um processo científico e sustentado de reflorestação.

edp renováveis